



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

**O DISCURSO SOBRE A DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEF EM FOLHA DE SÃO PAULO,  
CARTA MAIOR E *LE MONDE*: IMPEACHMENT OU GOLPE?**

SÃO CARLOS  
2021



Universidade Federal de São Carlos

Felipe Masquio de Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

O DISCURSO SOBRE A DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM FOLHA DE SÃO  
PAULO, CARTA MAIOR E *LE MONDE*: *IMPEACHMENT* OU GOLPE?

FELIPE MASQUIO DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Linguística da  
Universidade Federal de São Carlos,  
como parte dos requisitos para a obtenção  
do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Vanice Maria de  
Oliveira Sargentini

São Carlos - São Paulo - Brasil  
2021

Masquio-Souza, Felipe

O discurso sobre a destituição de Dilma Rousseff em Folha de S. Paulo, Carta Maior e Le Monde: impeachment ou golpe? / Felipe Masquio-Souza -- 2021. 189f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos.

Orientador (a): Vanice Maria de Oliveira Sargentini Banca

Examinadora: Anna Flora Brunelli, Jocenilson Ribeiro dos Santos

Bibliografia

1. Análise do discurso. I. Masquio-Souza, Felipe. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

---

### Folha de Aprovação

---

Dissertação de Mestrado do candidato Felipe Masquio de Souza, realizada em 15/04/2021.

### Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini (UFSCar)

Profa. Dra. Anna Flora Brunelli (UNESP)

Prof. Dr. Jocenilson Ribeiro dos Santos (UFS)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística

Dedico este trabalho aos meus pais, que mesmo não tendo acesso ao ensino formal, sempre me incentivaram a continuar estudando, não obstante as muitas dificuldades que encontramos pelo caminho da vida. De igual modo, dedico-o à minha filha Clarice Caldas Masquio, que desde março de 2019, só veio renovar positivamente quem sou...

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço a Deus, por ter me concedido forças e vida até o presente momento, possibilitando a realização de um sonho que se iniciara ainda nos anos finais de escola, quando prometi a mim mesmo que faria Letras e, na sequência, ingressaria no Mestrado.*

*Agradeço aos meus pais, na pessoa de Vilce Maria Masquió de Souza e de Erivaldo Gomes de Souza, pelas palavras de apoio e tranquilidade que sempre me deram, mesmo um tanto quanto distantes fisicamente.*

*Pelo apoio, agradeço extensivamente a toda a minha família, a começar de minha casa, pela minha companheira Júlia Caldas. No que toca à família, é preciso registrar que a considero muito, pois mesmo em face das dificuldades, e embora não soubessem eles exatamente o que eram os estudos de uma pós-graduação, sempre me ofereceram palavras de alento para que eu pudesse seguir pesquisando...*

*O Mestrado foi, não restam dúvidas, a concretização de um sonho. Lutei muito para alcançar essa posição de pesquisador, como atividade extensiva que deve ser à vida profissional de todo professor.*

*E com relação à realização deste sonho, as contribuições da professora Vanice Sargentini foram imensuráveis, seus ensinamentos só fizeram aumentar ainda mais a minha vontade política em ser PROFESSOR.*

*Lembro-me que, ora por e-mail, ora ainda pelos corredores do teatro Florestan Fernandes, na ocasião do V CIAD - UFSCar, a professora Vanice, mui gentilmente, aceitou conversar sobre minha proposta, e daí em diante, estudei bastante para que alcançasse - com orgulho - o 1º lugar no Mestrado do PPGD.*

*Não posso deixar de agradecer pelas aulas triunfais que tive com professores do PPGD, entre os quais Carlos Piovezani e Luzmara Curcino - algumas aulas em tempos pandêmicos, é verdade; seus conhecimentos em Análise do Discurso me encantaram, mui certamente.*

*Os agradecimentos se estendem também às minhas amizades, e nesse sentido, àquelas cujas trocas acadêmicas foram, pois, valiosas, como as de Fernando Curtti, com suas conversas bastante animadoras entre o trajeto São José do Rio Preto - São Carlos.*

É preciso passar da noite da  
possibilidade ao dia da  
presença, ou, ainda, a certeza  
de que o que surge na luz é a  
mesma coisa que dormia na  
noite. (Blanchot)

## RESUMO

Esta dissertação trata dos discursos acerca da destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), sobretudo daqueles encampados pela grande mídia no Brasil, detidamente pelos veículos de comunicação Folha de São Paulo, Carta Maior e *Le Monde*. Considerando que o discurso não tem data limite para começar nem findar, buscou-se focalizar os enunciados em editoriais de jornais, no limite temporal de 2015 a 2016, considerando-os, portanto, como reverberação de um discurso político e midiático contemporâneo, atravessados como estão pela espetacularização (DÉBORD, 1997) e pela ideologia neoliberal. O aporte teórico-metodológico utilizado para esta pesquisa é o dos postulados de Michel Foucault, em suas contribuições para uma teoria do discurso, os de Michel Pêcheux e os pensadores de seu entorno, bem como os de J-J. Courtine, em suas importantes reformulações para a Análise do Discurso de linha francesa. O objetivo deste trabalho foi identificar possíveis regularidades entre os discursos adotados pelos meios de comunicação em exame (se *impeachment* ou “golpe”) à luz de conceitos como formação discursiva, enunciado, arquivo, entre outros. Para tanto, recorreu-se ao isolamento de sequências discursivas de referência (COURTINE, 2009), verificando ao mesmo tempo as possibilidades de enunciados divididos. Dos editoriais, que somam 25, alguns foram selecionados como mais pertinentes para a análise em razão da repetibilidade de sequências discursivas semelhantes, a partir das quais se procurou destacar suas inscrições em formações discursivas distintas, além de as situarmos nos procedimentos internos e externos de controle do discurso (FOUCAULT, 1970[1996]), especialmente no que tange à noção de *vontade de verdade* e *comentário*. Como suposição de resultados, encontramos posições enunciativas de distintas formações discursivas à revelia mesmo do que propunha o projeto editorial de cada veículo, reflexo da presença do Outro na materialidade da língua. Com algumas exceções de Carta Maior, portal *on-line* lido como de orientação progressista, os demais veículos analisados não aprofundaram nos sentidos vários que se pode(riam) estabelecer para ‘democracia’ ou ‘golpe’, limitando-se ao *comentário*, de forma que ao repetirem os mesmos dizeres sobre um mesmo tema, acabaram por “disforizar” o(s) sentido(s) das palavras, afirmando a suposta soberania do significante (FOUCAULT, 1970[1996]).

**Palavras-chave:** Discurso político. Espetáculo. Democracia. *Impeachment*. Golpe.

## RÉSUMÉ

Dans ce mémoire de maîtrise, on examine les discours concernant la destitution de l'ex-Présidente du Brésil Dilma Rousseff (PT), surtout ceux adoptés par la grande presse au pays, particulièrement par les journaux Folha de São Paulo, Carta Maior et *Le Monde*. Le discours n'ayant pas de date de naissance stricte ou terme exact, on s'est concentré sur les énoncés des éditoriaux de journaux, dans la limite temporelle de 2015 à 2016, en les considérant, alors, comme la réverbération d'un discours politique et médiatique contemporain, pleins tels qu'ils le sont de la spectacularisation (DÉBORD, 1997) et de l'idéologie néolibérale. L'apport théorique et méthodologique utilisé dans cette recherche est celui des postulats de Michel Foucault, dans ses contributions pour une théorie du discours, ceux de Michel Pêcheux et des penseurs autour de lui, ainsi que ceux de J-J. Courtine, dans ses importantes formulations pour l'Analyse du Discours dite française. L'objectif de ce travail c'était d'identifier d'éventuelles régularités entre les discours adoptés par les moyens de communication en cours d'analyse (si « *impeachment* », ou soit, la destitution, ou « coup ») à la lumière des concepts de formation discursive, énoncé, archive, etc. Pour l'atteindre, on a recouru à l'isolement de séquences discursives de référence (COURTINE, 2009), en vérifiant à la fois les possibilités d'énoncés divisés. Parmi les éditoriaux, qui totalisent 25, quelques-uns ont été sélectionnés comme les plus pertinents à l'analyse en fonction de la répétibilité des séquences discursives similaires, à partir desquelles on a cherché de mettre en évidence leurs marques dans des formations discursives distinctes, et de les situer dans des procédures internes et externes de contrôle du discours (FOUCAULT, 1970 [1996]), spécialement en ce qui concerne la notion de « volonté de vérité » et « commentaire ». Comme supposition de résultats, on a vérifié des positions énonciatives de différentes formations discursives par défaut de ce que proposait le projet éditorial de la presse analysée, étant un reflet de la présence d'Autre dans la matérialité de la langue. À part quelques exceptions de Carta Maior, portail en-ligne lu comme d'orientation progressiste, les autres moyens de communication analysés n'ont pas approfondi les plusieurs sens probablement établis des mots « démocratie » ou « coup », en se limitant au *commentaire*, d'autant plus qu'ils ont répété les mêmes dires sur un même thème, ils ont appauvri leur(s) sens, en assurant la supposée souveraineté du signifiant (FOUCAULT, 1970 [1996]).

**Mots-clés:** Discours politique. Spectacle. Démocratie. *Impeachment*. Coup.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>1 O DISCURSO E O DISCURSO POLÍTICO NA AD.....</b>	<b>19</b>
1.1. O discurso para além dos signos em Foucault.....	21
1.2. As formações discursivas e suas contradições ainda em Foucault.....	26
1.3. Das definições de discurso político e de suas formas de mutação .....	30
1.3.1 Discurso político e o <i>corpus</i> em AD .....	33
1.4 O contemporâneo e as novas discursividades na política: o caso do <i>impeachment</i> .....	37
<b>2 GOLPE NA DEMOCRACIA: A SOBERANIA DOS SIGNIFICANTES EM XEQUE.....</b>	<b>46</b>
2.1 "Golpe nunca mais": uma memória discursiva.....	48
2.2 Democracia e golpe: seleção, circulação e interdição de dizeres.....	57
2.3 "Se é golpe, de que golpe estamos falando"?.....	68
2.4 Os inimigos íntimos da democracia: novas configurações no contemporâneo.....	72
2.5 Mais um pouco em Foucault: o golpe como preenchimento estratégico e dispositivo: discurso de crise na mídia e espetacularização na política.....	76
2.5.1 Destituição de Dilma é um “ <i>show</i> ” na sociedade do espetáculo.....	81
<b>3 OS EDITORIAIS BATEM FORTE: A GRANDE MÍDIA, O OLHAR ESTRANGEIRO E UM PORTAL INDEPENDENTE.....</b>	<b>87</b>
3.1 Breves comentários sobre o gênero editorial e suas implicações na argumentação.....	87
3.2 O <i>corpus</i> e as ferramentas de análise nos editoriais: confluências analíticas entre Courtine e Foucault.....	89
3.3 Os editoriais na Folha de S. Paulo.....	91
3.3.1 Enunciados de uma formação discursiva não-estável.....	98
3.3.2 A oposição <i>impeachment versus</i> golpe na FSP.....	102
3.4 Os editoriais em Carta Maior.....	104
3.4.1 Os enunciados e a instabilidade de um discurso legalista.....	111
3.5 Os editoriais no <i>Le Monde</i> .....	114
3.6 A corrupção, a governabilidade e a recessão econômica em dis(curso).....	118
3.7 Acontecimento discursivo, vontade de verdade e comentário: o retorno a Foucault face à ruptura democrática.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
ANEXOS - EDITORIAIS.....	136

## INTRODUÇÃO

O Brasil de 2016 constitui-se como um objeto importante de análise para estudiosos da sociedade e da história brasileiras, bem como para estudiosos da linguagem, notadamente aqueles que buscam sublinhar a importância da argumentação e da construção do discurso no meio político de então. Nesta direção, e com certas especificidades, encaixam-se também os analistas de discurso.

De modo igualmente importante, torna-se necessário, assim, para nossos fins de pesquisa, delimitar em que domínio estamos circunscritos no que se refere à Análise do Discurso, à qual “teoria” ou linha de pensamento filiamo-nos para analisar os acontecimentos políticos referentes ao *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), concluído com facetas de “legalidade”, em 31 de agosto de 2016, data em que a mandatária da nação perdeu o cargo.

Antes, porém, de apontarmos aspectos propriamente afeitos à pesquisa, desejo explicitar<sup>1</sup> a perspectiva adotada para este tema.

Em exame feito à pesquisa de Seixas (2019), intitulada *Entre a retórica do impeachment e a do golpe: análise do conflito de lógicas argumentativas na doxa política brasileira*, o autor assinala uma posição nada fácil de assumir quando se inicia uma pesquisa em torno de um tema que afeta a todos, do qual somos partícipes, e cujos efeitos o cotidiano ainda insiste em revelar. Tal é o caso de minha pesquisa. Entre escolher defender o que acredito e o que se deve expor – no nosso caso, o funcionamento da língua no âmbito discursivo – evidentemente, optei por uma análise minimamente segura em relação ao afastamento de minhas impressões, o que não exclui, de todo, fatalmente, a possibilidade de um gesto também interpretativo da forma como concebemos nosso objeto de estudos.

Seixas (2019), em sua tese de doutoramento já acima mencionada, aponta que, em conversa com o professor e pesquisador Sírio Possenti e com a professora e também pesquisadora do discurso Marie-Anne Paveau<sup>2</sup>, acertou que seu trabalho não poderia ser somente interpretativo, mas também descritivo.

---

<sup>1</sup> Permito-me aqui, por curto espaço, utilizar a 1ª pessoa do singular, justamente para expressar o percurso singular que percorri antes de iniciar a escrita desta dissertação.

<sup>2</sup> O autor da tese relata, também em sua Introdução, as inquietações que compartilhou com Possenti e Paveau, por ocasião de um Congresso da área de discurso realizado na UFMG quando de sua pesquisa. O trabalho completo consta da nossa bibliografia.

Ao ler o trabalho de Seixas<sup>3</sup>, compreendi que minha pesquisa deveria seguir por semelhante direção, levantando uma perspectiva analítica, de cunho mais descritivo (como se poderá ver no capítulo 3, da análise), mas sem “apagar” evidências de natureza interpretativa. Ora, quando se assume a autoria de uma descrição, essa autoria, embora esteja inscrita numa sequência de modelos já adotados em *Análise do Discurso* (doravante AD), não deixa ela própria de revelar um posicionamento pessoal refletido na opção e no modo de se conceber o objeto, qual seja, o discurso político, enquanto *comentário*, na perspectiva de Michel Foucault, exposto pelo filósofo em *A ordem do discurso*; e para sermos mais precisos, interessa-nos a circulação de discursos que ora gritavam “*impeachment*” (assim como ainda gritam), ora gritavam “foi golpe” para se referirem de maneiras distintas, mas em diálogo, ao processo de destituição de Dilma Rousseff.

A **problemática**, portanto, surge da necessidade de se discutir via leitura, via pesquisa, as noções de *impeachment* e de “golpe” na referência ao caso Dilma, uma vez que tal debate foi crescendo após a ‘grande mídia’ pautar discussões, de um lado, em favor do reconhecimento do processo de destituição como sendo “legal”, logo, como *impeachment*, e de outro lado, a chamada ‘mídia alternativa’ que, por sua vez, pautou o debate por outro viés (reconhecendo pouco a pouco a existência de um golpe, do tipo não prototípico).

Elaborando **hipóteses**, uma delas nos foi central, a de que poderíamos, conforme mostrou Jean-Jacques Courtine (2009) em sua tese *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, encontrar posições enunciativas diferentes em um lugar reconhecido como sendo de uma mesma formação discursiva, à revelia mesmo do projeto editorial de cada veículo analisado, sendo dois brasileiros, a Folha de S. Paulo e Carta Maior, e um veículo de origem europeia, o francês *Le Monde*. A escolha da Folha se deu em razão de o jornal ser aquele de maior circulação no país.<sup>4</sup> Já o portal Carta Maior foi escolhido por sua posição declarada como sendo de esquerda, o que já é uma contraposição à Folha. *Le Monde* coloca-se como uma narrativa estrangeira, cujo olhar, supomos, poderia ser diferenciado em relação aos veículos nacionais.

---

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> Os dados são do IVC (Instituto Verificador Brasil), segundo informações do próprio jornal, disponíveis em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/maior-jornal-do-brasil-folha-consolida-crescimento-digital.shtml> Acesso em 16 de dez. 2020.

Pensando ainda na hipótese formulada, a intenção foi buscar a produtividade de conceitos rediscutidos por Courtine (2009), feitos via Pêcheux e Foucault, para o nosso trabalho, procurando, para tanto, demonstrar que as formações discursivas estão caracterizadas por um “sistema de dispersão” de seus enunciados, tal como as pensou o estudioso francês n’*A arqueologia do saber*, de 1969.

A partir disso, delimitamos como **objetivos gerais** a análise de discursos visando encontrar regularidades entre eles, bem como procuramos também entender o peso atribuído ao emprego dos termos *impeachment* e “golpe” em seus textos. Em suma, como o discurso jornalístico fez circular tais empregos, do domínio do político para o midiático (com o uso de elementos de espetacularização (DÉBORD, 1997)), particularmente no período compreendido entre os anos de 2015/2016.

Em função disso, acreditamos serem mais **específicos** alguns **objetivos** de pesquisa, entre os quais, o de analisar – a partir dos editoriais – a quais formações discursivas poderiam “pertencer” os enunciados postos em circulação por Folha de S. Paulo, Carta Maior e *Le Monde*, verificando a um só tempo se eles mantêm com outras formações relações de aliança, antagonismo, homologação, refutação etc. (Courtine, 2009).

Esclarecemos que as aspas aplicadas sobre o verbo “pertencer” acima dizem respeito à nossa perspectiva, distinta de trabalhos que analisam FDs como fechamento, como “aquilo que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1975 [1995]), mesmo sob as diversas formas de expressão textual. Escritos de Nascimento, Roszik e Santos (2018) focalizaram a enunciação particular de “golpe” vista da heterogeneidade, da polêmica e do interdiscurso, portanto, valeram-se de Authier-Revuz (1982, 1984), de Benveniste (2006) e de Guimarães (2002). Outros trabalhos, como o de David (2018), deram atenção às estratégias argumentativas a respeito da destituição em revistas já pré-determinadas como contrárias entre si, caso de *Veja* e de *Carta Capital*. Em sua maioria, as pesquisas até aqui produzidas privilegiam maior contato com Pêcheux, a respeito de isolar as formações discursivas apontando-lhes os sentidos que se constroem em seu interior. Pacífico (2020), em sua pesquisa de doutorado, traça percurso inicialmente semelhante ao nosso, uma vez que sua fundamentação se dá com base em Foucault. Contudo, em seu trabalho, analisa-se a discursivização de *impeachment*, em rede social, na comparação com o evento de 1992, do então governo Fernando Collor de Mello.

Nesse sentido, intentamos produzir material que, a partir do isolamento de seqüências discursivas (Courtine, 2009), apresentasse as instabilidades constitutivas das

formações, isso tudo inscrito num quadro de espetacularização, conforme acreditamos ter sofrido o processo de Dilma.

Também se figura como mais um objetivo o de verificar deslizamentos de sentidos possíveis entre “golpe” *versus* democracia, por exemplo, entendendo os dizeres sobre o processo de destituição aprovado pelo Congresso Nacional como “*não-golpe*”. (SEIXAS, 2019).

De minha perspectiva, por exemplo, os sentidos de “*não-golpe*” no dizer *impeachment*, como se poderá ver na análise de nosso material, são levantados de forma diferente em relação ao *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, até porque, naquele momento, a necessidade da saída do então presidente era praticamente um consenso, cuja arena discursiva não estava tão ‘dividida’ como vimos neste último processo sofrido por Rousseff.

Dessa forma, como **fundamentos teóricos**, propôs-se uma revisitação da literatura em AD, a de perspectiva francesa, tendo nos apoiado em conceitos teóricos de Pêcheux, de Foucault, e de Courtine; a exposição desses conceitos, o leitor a encontra no **capítulo 1**, intitulado *O discurso e o discurso político na AD*. Referente aos conceitos desenvolvidos, no tocante a Pêcheux, são majoritariamente aqueles discutidos pelo pensador a partir da fase que ficou conhecida como AD3, quando houve uma compreensão mais ‘acurada’ das formações discursivas e ideológicas, bem como o reconhecimento de novas materialidades discursivas que se impuseram ao analista desde os anos 1980, com o declínio da noção de maquinaria discursiva. (FERNANDES, 2008).

No que se refere a Foucault, nos valem de noções iniciadas no seu período arqueológico, como as de discurso, enunciado (e suas propriedades), formações discursivas, bem como conceitos que aparecem mais claramente em sua aula inaugural *A ordem do discurso* (1970), tais como *comentário*, *vontade de verdade*, *soberania do significante*. Também em Courtine (2009), as noções de sequências discursivas de referência, enunciado dividido e de memória discursiva serão, verá o leitor, apropriadas. Sobre memória discursiva e soberania do significante, o **capítulo 2** é, particularmente, o que melhor aborda as definições, ao tratar dos usos da palavra “golpe”.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> A leitura da obra *Os inimigos íntimos da democracia*, de Todorov, em muito contribuiu para a formação do cap. 2, pois visualizamos nela a possibilidade de se falar em golpes na democracia cometidos no interior dela mesma, conforme vimos presenciando, se adotada uma análise política ou sociológica também, em muitos países do globo.

No **capítulo 3**, *Os editoriais batem forte: a grande mídia, o olhar estrangeiro e um portal independente*, estará exposta parte do *corpus*, que se compõe das sequências discursivas (Sds) extraídas dos editoriais examinados, bem como restará clara a metodologia adotada para análise.

Nosso *corpus* é constituído pela reunião de 25 editoriais, sendo 10 do jornal Folha de S. Paulo, 10 de Carta Maior, e 05 de *Le Monde*. Todos eles foram publicados também em meios digitais, no período de janeiro de 2015 a agosto de 2016, quando oficialmente se deu o término do processo de *impeachment*, portanto, foram distribuídos ao longo de 20 meses. Ressaltamos que a escolha do objeto de análise deveu-se à natureza argumentativa desse tipo de texto, pois pertence o editorial a um gênero de texto ‘relativamente estável’, nos termos de Bakhtin (2003, p. 262).<sup>6</sup> Como definição de editorial, acolhemos as palavras de Bolf, Koch, Marinello (2012, p. 59) que afirmam:

é o gênero textual que expressa o ‘ponto de vista do jornal ou revista em que é publicado’. Opina a respeito de temas e fatos atuais, notícias, reportagens e entrevistas, e nele ‘não consta o nome do redator’. [...] Geralmente, esse gênero trata de ‘assuntos polêmicos’ presentes na mesma edição ou em números anteriores, e ocupa um espaço específico no meio de comunicação em que é veiculado.

Também o editorial apresenta a característica de não ser assinado – sem traço de autoria – pois a intenção é revelar a opinião política do veículo de imprensa; sendo assim, os meios de comunicação podem até terem posicionamentos semelhantes, mas a estrutura do texto anunciado deve ser inédita. (ALVES FILHO, 2006).

Entre os analisados, porém, há nuances quanto a essas características, os de Carta Maior, por exemplo, já são assinados.

Ainda no capítulo 3, veremos a disposição de sequências organizadas umas debaixo das outras, pela ordem de publicação em cada um dos veículos, até que formem uma única sequência discursiva de referência (SDR), a partir da qual tecemos nossos entendimentos.

Nossa análise é finalizada trazendo-se novamente os conceitos de *comentário* e de *vontade de verdade*, verificando qual o papel da mídia no que também tomamos a

---

<sup>6</sup> Cumpre ressaltar que, em partes bem localizadas do capítulo 1 e do cap. 2, as imagens que aparecem em meio ao texto foram apresentadas com o intuito de se mostrar a espetacularização, o “show” em torno da destituição de Dilma, o caso do cap. 1; da mesma forma, algumas imagens no cap. 2 pretendem reforçar a explanação do conceito de “memória discursiva” e do uso da “corrupção” como justificativa para implementação de um discurso e de um espaço que criminalize governos acima dos quais se quer “passar”. Portanto, neste particular, acabam compondo, de forma breve, o nosso *corpus*, de maneira que algumas análises discursivas também delas partirão.

liberdade de cunhar como *acontecimento discursivo* (Foucault, 1996), justamente porque acreditamos que, no interior de um dispositivo de poder, a destituição de Dilma tenha sido apenas o “preenchimento estratégico”, na configuração geopolítica atual, no contexto do neoliberalismo vigente, para a instalação de um projeto maior no que compete à economia, ao papel do Estado e à “nova” ordem política, tal como vimos ocorrer com países vizinhos, como a Venezuela, com o não reconhecimento do governo de Nicolás Maduro pela administração norte-americana, como a Bolívia, em recente desenlace presidencial proposto pelas Forças Armadas daquele país, o caso ainda do Paraguai, com a deposição de Fernando Lugo, em 2012. E, simultaneamente à queda desses mandatários, tem sido implementada nos países latino-americanos agenda declaradamente neoliberal.

Por fim, o leitor terá um panorama breve, mas geral, é bem verdade, nas **Considerações finais**.

Registro, de antemão, que não se tem aqui o intuito de concluir ou vaticinar a leitura da dissertação por aquele que a lê, nossa análise não pretende ser um modelo fixo e único, tão somente pensamos em oferecer uma coerência que pode ser vista neste empreendimento, uma coerência às vezes não linear, não teleológica, mas ela não pode passar despercebida aos olhos de um analista de discurso.

## 1. O DISCURSO E O DISCURSO POLÍTICO NA AD

“O homem é um animal político, mais ainda que as abelhas ou que qualquer outro animal gregário.” (Aristóteles)

Muito embora despercebida no cotidiano do homem mais leigo ou desinteressado, a política é atividade que nos afeta em todas as dimensões de nossas vidas. Do que se tem registro em tempos mais longínquos, podemos rememorar a célebre máxima de Aristóteles (ano 384 a.C. – 322 a.C), para quem “o homem é um animal político”.

Afirmar que “o homem é um animal político” equivale, portanto, a definir a natureza do homem como sendo política, uma vez que, como ser social que é, atua nos limites do fazer político, sofre as consequências de sua escolha, dirigindo-se por elas. Não à toa, mesmo que o trabalhador comum, ocupado de seus afazeres diários, não pense e nem questione seus caminhos e descaminhos, suas ações terão sido orientadas por suas escolhas, que são, em resumo, políticas.

O parêntese de que estamos nos valendo acima é para justificar, de certa forma, a importância dos estudos sobre política para o homem, e mais que isso, movidos pela fatalidade das decisões soberanas, as impostas, as articuladas de forma escusa ou às claras, são incitados então a se perguntarem o que é a política, a indagarem sobre seu funcionamento, e a analisarem os discursos que a gravitam, ou que a formam, enfim.

Dessa maneira, não é apressado dizer que intelectuais franceses, entre os quais, Michel Pêcheux (1938 – 1983), quando no fim da década de 1960, sobretudo na França, começaram a erigir o que seria nomeado posteriormente Análise do Discurso, estavam preocupados com a questão do discurso político, focalizando principalmente a ideologia que podia refletir.

Na verdade, a inquietação se dava mais especificamente com relação às “ciências ideológicas”, as teorias sobre o funcionamento da política – inclusive pelo viés econômico, que segundo Pêcheux refletiam elas seu próprio espelho, a exemplo do que foi para ele a AD no início, e por isso poderiam também parecer “imbecilidade”, tendo movimentos meramente circulares.

A publicação *O estranho espelho da Análise do Discurso*, escrita pelo próprio Pêcheux, em 1981, prefaciando a tese de Jean-Jacques Courtine, *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (2009), publicada originalmente na *Revue Langage*, em 1981, mostra bem qual foi a preocupação de Pêcheux ao traçar

novos rumos para a então recente disciplina. O que se analisava era já algo praticamente clássico: falas públicas e/ou conjunto de textos do meio político, sobremaneira aqueles que circulavam entre partidos de esquerda, com o perigo de encontrar nesses textos a ideologia que eles mesmos empregavam como parte do analisar. Dito de outro modo, é como se a interpretação dos textos só validasse aquilo de que já se suspeitava, ou de que já se tinha em mãos.

Pêcheux, por exemplo, certamente não imaginava que a AD tivesse direito a esse fim, mesmo porque o que propunha era uma disciplina que pudesse lidar de forma metodologicamente eficiente com a análise de tipos de textos diversos, não aplicando a teoria para a análise dos textos políticos como se fosse, em suas palavras, uma “prótese de leitura”<sup>7</sup>. A esse respeito, vejamos em suas próprias palavras:

Retrospectivamente, a Análise do discurso (político) mostra-se assim como veiculadora de uma política (da Análise do discurso), mantendo uma relação fundamentalmente ambígua com o que tomo a liberdade de chamar aqui de *imbecilidade*. (PÊCHEUX, 1981)

Além disso, observava-se a dificuldade de situação da AD, e Pêcheux compreendia que ela não pudesse pender somente para os aspectos de língua, tampouco somente para os aspectos históricos. Segundo o filósofo, ao proceder dessa forma, a disciplina estaria fadada ao narcisismo; daí sugere ser necessário que se “quebrem os espelhos” da AD.<sup>8</sup>

Nessa esteira, o trabalho de J-J Courtine sobre o discurso comunista dirigido aos cristãos é referência nesse momento de novas proposições no campo dos estudos discursivos, pois vai se analisar como *corpus* um conjunto de textos do Partido Comunista Francês (PCF), no período compreendido entre 1936 a 1976, no âmbito da sua “política de mão estendida” em relação aos cristãos, os quais, como sabemos, sempre tiveram sérias reservas com relação aos que pensam a partir de Karl Marx e Friedrich Engels.

Courtine (2009), por sua vez, nos alerta em sua tese para uma maneira diferente de se olhar para esses textos, uma vez que não vai perseguir o caminho do qual foi crítico Pêcheux em seu prefácio; ele não irá, definitivamente, buscar nos discursos a sua pretensa ideologia.

---

<sup>7</sup> Com isso, Pêcheux parece-nos indicar que pode haver ferramentas diferentes para se analisar diferentes textos.

<sup>8</sup> “Seria estranho que os analistas do discurso fossem os últimos a saber sobre a conjunção existente entre a cegueira da história e a surdez da língua que diz respeito, ao mesmo tempo, a seus objetos e a suas práticas. Já era hora de começar a quebrar os espelhos”. (PÊCHEUX *apud* COURTINE, 2009, p.26)

Assim, o que ele quer antecipar em sua tese é que:

- (1) O discurso deve ser concebido como um objeto específico de análise, de tal modo que se evite reduzi-lo somente à língua, mas também que o afaste de uma perspectiva que seja obcecada pelo viés ideológico;
- (2) Tendo o discurso como objeto, o novo campo teórico no qual está imersa a AD deve propor de forma científica métodos que sejam capazes de se analisar o discurso a partir de aplicações conceituais determinadas, fazendo assim com que seja tomado como “objeto real” da AD;
- (3) O que se segue é uma etapa em que o conjunto de procedimentos deve ser feito de maneira explícita, levando com isso a possibilidade natural de serem esses procedimentos criticados, pois, quanto mais suscetíveis à crítica eles estiverem, um tanto mais serão readequados às análises.

Evidentemente, essas noções trazem à baila inovações ao trabalho de Courtine, iniciando profícuas reflexões sobre o *corpus* de pesquisa, condições de produção, apresentação de sequências discursivas, o enunciado dividido (a ser pensado mais adiante), e faz disso uma possibilidade de análise do discurso político diferente da que se pensou de início.

Contudo, para se discutir o que é o discurso político, e sobretudo, como foi apropriado pela AD, devemos remontar ao discurso como objeto, e não faremos isso aqui apenas porque “discurso” aparece como especificador de “político”, mas porque são várias as definições para discurso, mesmo no interior dos estudos de linguagem, nos interessando aqui a que foi gestada por Michel Foucault, ainda que em face de suas apropriações, dos empréstimos feitos à AD, após ter sido então minuciosamente formulada.

### **1.1 O discurso para além dos signos em Foucault**

Frequentemente, em nosso círculo, fala-se em dois projetos teóricos de que se valeu a AD no final dos anos 1960 e durante a década seguinte, para firmar-se como novo campo de saber. Alude-se, pois, à figura de Michel Pêcheux e à de Michel Foucault. Posto isso, é necessário enfatizar que os dois tinham preocupações iniciais divergentes; além do mais, Pêcheux caracterizou-se mais pela elaboração de postulados

pensados para o próprio campo dos estudos do discurso, enquanto os que foram explicitados por Foucault são resultado de um projeto filosófico mais distante da Linguística estruturalista, por assim dizer.

Essa separação é-nos importante precisamente porque a noção de discurso encontrada em Foucault não tem a ver diretamente com a Linguística de Ferdinand de Saussure, nem se confunde primariamente com o equivalente a texto, ou com o que pensou Zellig Harris<sup>9</sup> em sua obra de 1952, *Discourse Analysis*, segundo o qual a análise não somente podia como deveria ser feita além da frase; mas ainda assim são cenários muito presos ao recorte linguístico.

Os conceitos a partir dos quais assentamos nossa base teórica para este trabalho são os que apareceram pela primeira vez n'*A arqueologia do Saber*, em 1969, de onde vem a noção foucaultiana de discurso e enunciado.

Para Foucault (2008), “o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata” (dela); é concebido ainda no interior das formações discursivas, caracterizado como é por um conjunto de enunciados, praticados ao longo do tempo. Sob essa óptica, a noção de discurso é resultante de uma dispersão, e para que assim seja caracterizado, deve obedecer a outros critérios correlatos, sendo um deles o da constituição dos enunciados.

Os enunciados, segundo Foucault (2008), comportam-se como unidades menores do que ele chama discurso, e por sua vez, não são proposições, não são frases, nem são definidos como *speech act*, ato de fala. Explicitamos a seguir as negações de Foucault com relação aos enunciados, ainda que brevemente.

No que se refere ao fato de o enunciado não ser as três coisas listadas acima, temos que:

- (1) Não é proposição, pois mais de um enunciado pode ocorrer na mesma linha da proposição lógico-matemática e embora possam parecer iguais, o contexto no qual eles se inserem pode ser diferente. Vejamos o que diz o próprio filósofo:

---

<sup>9</sup> A história de surgimento da AD pode-se dizer é de certa forma heterogênea. A AD proposta por Harris, no entanto, não se confunde com a AD de origem francesa, tampouco se aproxima daquela feita à maneira foucaultiana. Harris, como sabemos, preocupou-se quase que exclusivamente com o aspecto linguístico de análise supra-sentencial, mais detidamente com o distribucionalismo. Pêcheux interessou-se por um momento pela sua proposição intralinguística (Faraco, 2003, p. 248), mas o projeto não foi levado adiante. De todo modo, aquele que provavelmente introduziu o termo “análise de discurso” nos estudos de então não nos fornece base teórica suficiente para a compreensão do que seja uma análise de enunciados, que só aparece claramente em 1969 com a publicação *d'Arqueologia do Saber*.

Se encontramos a fórmula “Ninguém ouviu” na primeira linha de um romance, sabe-se, até segunda ordem, que se trata de uma constatação feita pelo autor, seja por um personagem (em voz alta ou sob a forma de um monólogo interior); se encontramos a segunda formulação “É verdade que ninguém ouviu”, só podemos estar em um jogo de enunciados que constituiu um monólogo interior, uma discussão muda, uma constatação consigo mesmo, ou um fragmento de diálogo.

- (2) Não pode ser uma frase, pois se a frase é um enunciado, configura-se como um entre outros possíveis. Ora, uma tabela periódica, pela sua configuração não é uma frase, mas a sua proposta é afeita ao enunciado; da mesma forma que uma equação matemática, que pode ser lida tanto quanto uma cadeia sintagmática com seus sentidos latentes;
- (3) Não é ato de fala devido ao ato de fala não se resumir a um material de fala ou escrito somente, e consoante a Foucault, concordamos com ele, que o ato de fala não é nada fora dos quadros de enunciação, só se tornando possível através dela.

Logicamente, o pensador francês admite que a condição mínima para que tenhamos um enunciado é a da questão sígnica, mas pelas razões já supracitadas, não pode o enunciado estar preso somente ao que é linguístico.

Em sua obra de 1969, Foucault (2008, p. 98) argumenta que:

Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não.

Aí a questão da função de existência possa tornar a situação mais esclarecedora, de vez que se pode identificar uma subdivisão, na qual o enunciado aparece:

- (1) Como estando ligado a um referencial; o que quer dizer que deve ser pensado a partir de um lugar ou de uma situação da qual emerge, o que faz real diferença, pois essas condições é que determinarão a aparição de tal ou tal frase, de tal formulação;
- (2) Mantendo uma relação determinada com seu sujeito, sendo a questão do sujeito uma centralidade para Foucault, que é concebido como histórico, não devendo assim ser confundido com o sujeito da gramática, por exemplo, ou que toma a palavra na situação enunciativa.

A respeito do que temos em (2), Courtine (2009, p. 86) esclarece que “o sujeito [...] não pode ser reduzido a uma entidade linguística nem a uma subjetividade psicológica” e adentra à chamada “posição de sujeito”. Ora, a “posição de sujeito” é considerada essencial em nossa pesquisa, pois na análise dos editoriais selecionados, fica evidente que novas formulações a respeito do *impeachment* da presidenta Dilma não são de autoria genuína de um veículo x ou y, mas antes, trata-se de uma posição, que é de uma *função vazia*, podendo, conforme Foucault (2008, p. 105), ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes. Contudo, esse “lugar vazio” está, como se fosse à espera, de sujeitos que comungam da mesma ideologia ou circunscrição de pensamentos, ideias.

- (3) Apresentando um domínio associado, isto é, aparece em forma de sequência discursiva, que remonta a uma série de formulações inseridas num determinado campo do saber; trata-se, pois, do campo enunciativo, lugar marcado.

Ora, é importante que se registre que, para nós, de uma perspectiva também foucaultiana de enunciado, há uma quase impossibilidade em propor que sejam os enunciados aqui trabalhados de forma isolada ou individual. À nossa maneira de se fazer análise de discurso, subentende-se que não nos cabe analisar tais e tais empregos de palavras x ou amontados de frases y; primeiramente porque nos exames dos editoriais selecionados (2015 – 2016) acerca do que dizem ser *impeachment*, enquanto outros sustentam que fora golpe, ocuparemos-nos com a *formulação* e não com o elementar aparecimento de uma palavra ou amontados frasais; o que já nos separa de uma proposta que dá à língua preponderância em relação à discursividade. Segundamente, a observação de enunciados associados, que aparecem em rede, pressupõe fatalmente que não isolemos nossas materialidades linguísticas (no caso desta pesquisa), mas também as extralinguísticas, devendo antes analisar diferentes matizes, *locus* enunciativo, e diferentes circulações dirigidas ao público. A associação não se acha no plano vocabular, no plano de concordâncias editoriais dos veículos ora estudados, mas está lá no plano intradiscursivo. Importa salientar que esse tipo de descrição dos objetos é parte integrante da primeira fase filosófica de Foucault, não tendo sido pensado diretamente para a AD, mas, conforme vemos, presta-se a ela tão bem.

Desta feita, Foucault (2004, p. 121, *apud* Corsi e Sargentini, 2020) esclarece que esse tipo de análise não toma:

o objeto atômico – com seu efeito de sentido, sua origem, seus limites e sua individualidade – mas sim o campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz aparecer unidades diversas (que pode ser, mas não necessariamente, de ordem gramatical ou lógica).

Em suma, analisar um enunciado no interior de um domínio onde possam coexistir enunciados outros com os quais mantêm algum tipo de relação, não é analisá-lo a partir de sua superfície, apenas, mas perguntar-se com que dialoga, seja do que lhe vem antes ou do que lhe sucede.

Nos discursos sobre a saída de Dilma Rousseff, o aparecimento da palavra *impeachment* deveria, num senso comum, neutralizar as posições ideológicas, isto porque o termo soa como bastante técnico e dispensaria comentários do tipo “foi golpe”. Não obstante, uma vez que o termo “golpe” emergiu desse contexto, pode-se analisar o círculo de enunciação do qual faz parte. Se a palavra não emerge por si só, mas advém de um contexto de comunicação específico, o mesmo se pode dizer do enunciado, que não se ancora fora de um campo, tendo ele também:

(4) Uma existência material, mas não sendo ela a própria enunciação.

Para Foucault (2008, p. 115), há no enunciado uma *materialidade repetível*, que pode se dar em uma frase ou numa proposição, mas não somente assim, porém, a enunciação é singular e ela ocorre como um *acontecimento*, marcada, é clarividente, pela dimensão temporal e de espaço.

Entre outros, um dos exemplos que nos dá Foucault (2008, p. 116) arqueólogo, é que:

A afirmação de que a terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido das palavras tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a ser resolvidos, ao qual podemos remetê-las.

Portanto, nos limites tempo-espaciais, a enunciação ocorre muito situada, mas os enunciados possibilitados a partir dela se transformam, se materializam de formas diversas, distanciando-se, assim, de sua originalidade.

Como se pode perceber, a noção de enunciado precisa, necessariamente, preencher as quatro condições elencadas acima, ou, contrariamente a isso, poderá ela ser apenas uma noção gramatical. Adianta-se, dessa forma, que aqueles que se propõem a analisar o discurso a partir de Foucault (na sua fase arqueológica), deverão compreender

que a análise não é *stricto*, não se faz apelando-se para sua suposta unidade; aliás, sobre isso, o filósofo faz oportunos esclarecimentos no capítulo 2 “As regularidades discursivas”, presente também n’*Arqueologia do Saber*.

Por fim, antes de concluirmos este tópico, enfatizamos que enunciado (do viés foucaultiano) não deve ser avaliado como sinônimo de sequência discursiva, da qual falou Courtine (2009). A sequência discursiva é, dessa forma, identificada mais a um princípio metodológico que teórico, ao menos se pensarmos n’*Arqueologia*. Segundo Courtine,<sup>10</sup> as sequências são formulações possíveis de um enunciado *x* como domínio de saber, inscrito num campo de saber determinado, sendo suas dimensões inter e intradiscursivas.

## 1.2. As formações discursivas e suas contradições ainda em Foucault

A noção de formação discursiva é muito produtiva em AD, entretanto, de origem contraditória. Essas características estão ligadas fortemente à sua criação e à sua dupla paternidade (SARGENTINI, 2005, p. 01), pois se atribui a Foucault a proposição do termo em sua *Arqueologia*, mas foi ela desenvolvida nos quadros teóricos da disciplina por Pêcheux<sup>11</sup>, inspirado como estava nos postulados do marxismo althusseriano. Para além das fundamentações e diferenças da noção tanto em Foucault quanto em Pêcheux, pode interessar ao leitor, a fase do aproveitamento da noção para os estudos do discurso até a segunda metade da década de 1980, especialmente na França, conforme verificou Guilhaumou (2004 *apud* SARGENTINI, 2005, p. 04). O autor avalia “retirada estratégica” do termo em função de uma análise interpretativa do *arquivo*.

Contudo, em relação ao emprego de FD por Pêcheux, limitaremos-nos a dizer que se trata de apoiá-la no encaixe das noções de formação ideológica e formação social (BARONAS, 2011, p. 03), o que de certa forma pode ser justificado na afirmação de Pêcheux (1975 [1995], p.188), quando diz que uma FD é “aquilo que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada na conjuntura social”. Menciona-se nos colchetes que inserimos a forma como o que é dito pode ser exposto – os gêneros, os textos – porém, o que nos interessa, e bem brevemente, é o “que pode e deve ser dito”, pensado

---

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> O desenvolvimento da noção de formações discursivas por Pêcheux não foi um prolongamento do que pensou Foucault para o conceito. Esse desenvolvimento foi feito também à base de críticas pelo grupo de pesquisadores ligados a Pêcheux, com relação ao que tinha postulado Foucault. Segundo Voss (2015), Pêcheux tomou a noção no quadro do materialismo histórico, ao mesmo tempo em que criticou Foucault por se ausentar da ideia de “contradição”, base do edifício teórico marxista.

aqui certamente numa posição de luta de classes (o sujeito assujeitado, que não fala mais do que o que permite a sua classe social, do que provém a sua estrutura).

Com relação a Foucault, não se pode dizer que escreveu referenciando as formações discursivas pensando-a numa preocupação similar a de Pêcheux. A AD de base pècheutiana nasce do envolvimento com o marxismo, enquanto que o termo proposto por Foucault foi pensado para tentar descrever uma história das ciências.

Como nossa pesquisa se inscreve nos postulados de Foucault e na reformulação destes por Courtine, falaremos das contradições de FD não entre Pêcheux e Foucault, mas das que são oriundas do próprio esboço que este último fez dela como conceito.

Se para o filósofo nascido em Poitiers, o discurso é o conjunto de enunciados, as formações discursivas são caracterizadas por um sistema de dispersão. Esse sistema pode não ser entendido à primeira vista, se não considerarmos que Foucault, naquele momento, propunha a descontinuidade, a recusa das unidades, a problematização da busca pela coerência, tão alimentada durante séculos pela filosofia ocidental.

As formações discursivas, embora captadas em sua dispersão, estão relacionadas assim a algumas regularidades: à regularidade dos objetos, dos modos enunciativos, dos conceitos e das estratégias.

Na verdade, ao propor as formações discursivas, Foucault fornece n'A *Arqueologia* exemplos a partir da construção de enunciados na área da Medicina, da Gramática e da Economia Política. O percurso feito é deveras peculiar, porque Foucault ousa não tomar para si as unidades que até então representariam as três "áreas" do conhecimento acima mencionadas. A tradição dos conhecimentos acumulados e dos saberes, ainda que passíveis de transformação, não deveria fazer de uma "ciência" um sistema inquestionável. E talvez aí resida o germe de formações discursivas para Foucault; por exemplo, precisamente o autor descreve passagens em que a Medicina, em certo momento histórico mais próximo da cosmologia do que da cientificidade, respondeu a demandas de sua época; e, como não era uma unidade, foi também instrumento político e de construção social. Posteriormente, no interior de outro regime de verdade, os estudos reunidos em torno desta área da saúde, foram ganhando aspectos de unidade e de identidade. Assim, o autor avança: "[...] a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto". (FOUCAULT, 2008, p. 37).

É possível ouvirmos ou lermos que toda ciência tem ao dispor seu objeto de estudos, o que pode dar a impressão de que o objeto é algo fixo e já dado de antemão; não é assim com a “loucura” por exemplo. Em *História da loucura na idade clássica* (1961), Foucault discorre sobre este que é hoje um dos objetos da Psiquiatria, enfatizando que o olhar para a “loucura” não foi universal nem atemporal. O louco foi tanto considerado um “iluminado” por razões divinas quanto um imoral. Se o objeto variou, os enunciados e o conjunto ao qual se ligam também variam, mas ainda assim remetem a um mesmo tema (não da mesma forma, nem com as mesmas intenções ou perspectivas). Ora, esse mesmo tema em conjuntos diferentes é o que caracteriza, consoante Foucault, as formações discursivas, num sistema de dispersão. Eis, portanto, uma contradição: como pode um sistema ser ele ao mesmo tempo uma dispersão?

Daí a idéia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou, ainda, em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz frequentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* (como fazem os linguistas), descreveria *sistemas de dispersão*. (FOUCAULT, 2008, p. 42 e 43).

É certamente uma nova propositura, até certo ponto desconhecida do pensamento filosófico daquele momento, pois o emprego de “formações discursivas” rompe com a história teleológica, e ao fazê-lo, propõe da mesma forma àquele que visa a analisar discursos, a romper também com a procura das unidades e a simples descrição situada cronologicamente ou de forma regional.

E no que tangencia à nossa pesquisa, ao propormos apenas de início o básico, isto é, uma análise dos discursos proferidos sobre o *impeachment*, propõe-se da mesma maneira a desnaturalização do fato acontecido, pois vamos tratá-lo como produto de discursivização, e as questões que vão nos interessar serão fundamentalmente as que estiverem um tanto quanto mais relacionadas à ordem do discurso, ao que Foucault chama de “acontecimento discursivo”, o evento como parte de um dispositivo saber-poder e a construção de uma “verdade” pelo discurso. Com relação à materialidade linguística, os editoriais jornalísticos sob exame, pensamos ser adequado e profícuo analisar os textos não como origem duma formação discursiva, mas como mais um entre

outros enunciados que neles estão retomados, sendo que todos tentam garantir seu espaço na arena da interpretação verdadeira do acontecimento, atentando-nos para o fato de que não se trata de tomar os discursos sobre “golpe” como meras narrativas, postas em jogo por cada veículo de comunicação analisados, mesmo porque no interior de uma análise foucaultiana isso seria quase uma distorção da noção de discurso. Como ele bem disse em 1970, *na Ordem do discurso*, parece que o pensamento ocidental cuidou de conceber de forma deliberada o discurso numa relação bastante íntima entre a palavra e o pensamento, ou seria, nos dizeres do pensador francês “um pensamento revestido de seus signos”. Ora, isso ocultaria, no limite, a verdadeira materialidade do discurso, ocultaria os procedimentos que levaram um discurso a se formar enquanto tal, e talvez até o tiraria de uma perspectiva mais social e histórica, pois fosse ele apenas o resultado de pensamento e língua, poder-se-ia classificá-lo como um dado mais individual que tudo. Resta-nos, portanto, pensar os discursos que gritam “golpe” como estando ligados a uma sequência de enunciados que podem ser regulares, e estes enunciados não são individuais, nem soltos, mas estão em um domínio onde é presente uma associação, seja de ideias, de conjunturas ou de práticas (as verbais e não verbais, inclusive).

Ainda pensando em formações discursivas, particularmente exemplar é a noção de enunciado reitor; ela mostra-se, por ora, ajustada à pesquisa, sendo um dos pontos relevantes a manutenção do enunciado que considera “golpe” acontecimento singular na história (não poderia, por exemplo, acontecer novamente, sendo muito difícil se admitir em enunciados assim que um acontecimento x se relacione a y, ainda que indiretamente, bem como não se é recorrente considerar os acontecimentos históricos como cíclicos). Dessa forma é que aparece nos editoriais do jornal Folha de S. Paulo e do *Le Monde* a defesa, na maior parte deles, de que a destituição de Dilma não se aproxima de “golpe de estado”. Para o *Le Monde*, especificamente em seu editorial de 30 de março de 2016, intitulado *Brésil: ceci n'est pas un coup d'Etat*, e para a FSP, em 30 de agosto de 2016, no editorial *A defesa de Dilma*, o “golpe de Estado” ficou no passado, em 1964, e pressupõe a participação de militares, o apoio estratégico de órgãos de inteligência de outros Estados, coisa que não se via, ou melhor, não entrava na ordem do dia da interpretação desses jornais. É evidente que a estabilização de sentido da palavra “golpe” tentou ser definida pelos veículos de imprensa, mas não configura nada mais que o olhar para um tema dentro do mesmo tema, perspectivando-o de forma diferente, lidando com seus entremeios, com seus retornos a enunciados anteriores, e, sobretudo com recortes, tais como se apresentam na conceituação de “formações discursivas” em

Foucault, que insistimos, tem na desnaturalização seu ponto de partida gerador para novas compreensões.

No capítulo da análise do material coletado teremos a oportunidade de verificar como se deu o recorte sobre os discursos acerca do *impeachment*. Quando se fala em “formações discursivas” vem à tona o que Courtine (2009, p. 69) lembra, isto é, Foucault não teria concluído o conceito de FD, antes o teria deixado “ao abrigo da verificação experimental”. É fato que o conceito primeiramente foucaultiano é produtivo e central para os estudos na AD, mas a exigência de sua “aplicação” é que não sejamos taxativos no que concerne à definição de uma “ideologia”, de uma “ciência”, “teoria”, ou “um sistema de pensamento”.

É ainda forçoso dizer que a definição de FD está intimamente relacionada à reunião de textos dos quais se vale o pesquisador para analisar algo. Esta reunião, o *corpus*, pode, é claro, influenciar o direcionamento da pesquisa, mas esta é uma medida metodológica que precisa ser adotada e apresentada claramente. O gênero “editorial” que escolhemos para nossa análise, por exemplo, é em si mesmo um recorte. Certamente, além da noção de enunciado-reitor, da qual vamos tratar melhor na coleta do nosso material, será realmente profícua uma análise que considere as sequências discursivas de referência (SDR) para se analisar os deslocamentos produzidos no interior de uma formação. No *nível de formulação* (COURTINE, 2009, p. 84) as SDR funcionam como um enunciado menor – dentre os possíveis e realizáveis – estando comungadas ao contraditório que determina as formações, ou melhor, que as constitui no interdiscurso de uma delas; é nesse sentido também que buscaremos aprofundar a análise; considerando a possibilidade de, porque instáveis, se remeterem a outras formações, de modo que a homogeneidade entre elas fique um tanto quanto afastada.

### **1.3. Das definições de discurso político e de suas formas de mutação**

O discurso político não deve ser confundido com discurso eleitoral, embora seja este último uma composição do primeiro. Aliás, no que se refere ao discurso político, como se trata de um sintagma largamente usado, mesmo em AD, não se cuida com frequência de verificar a partir de modo mais analítico o que seja o “político” que qualifica e determina o termo “discurso” em questão (PIOVEZANI, 2017, p. 24-5). Esse tipo de discurso é também o interesse de várias áreas de estudo, entre as quais se incluem a Antropologia, o Direito, a Retórica, Sociologia, não sendo ele um privilégio

dos estudos de linguagem. Algumas características desse tipo de discurso são, no entanto, consideradas em comum pelas diferentes áreas de estudo. Pode-se dizer, por exemplo, que o discurso político, inscrito num domínio de saber-poder, está sempre em busca de legitimidade; é possível dizer ainda, como adiantamos na Introdução, que se trata de um discurso maniqueísta, porque só se garante operando pela exclusão de uma das partes às quais deve se dirigir, e da mesma forma, está sempre a comentar sua potência, fazendo “calar sua debilidade”, dirigindo-se prioritariamente a um coletivo. (PIOVEZANI, 2017, p. 31).<sup>12</sup>

Para além disso, entre os autores nos quais nos apoiamos, há discussões relacionadas à natureza desses discursos, como podemos nos perguntar se eles são intrinsecamente políticos ou se tornam-se políticos a julgar pelo contexto. Se ainda existem discussões acadêmicas sobre a natureza do discurso político, devemos admitir, no que respeita à sua forma, que as mudanças são claras. Para chegarmos a essas mudanças, convém nos determos antes na localização histórica desse discurso.

Como todo discurso, afinal, as palavras proferidas e ainda mais aquelas que se põem em registro causam uma mudança no *status quo*, ou admitamos que ao menos têm elas essa pretensão. Parece-nos, entretanto, que no discurso político, a relação dizer-fazer fica ainda mais em relevo, o que se verificou desde os tempos da Grécia Antiga, lugar onde a prática do falar em público, em função das atividades da *pólis*, despertava grande interesse e alterações sociais.<sup>13</sup> Acrescentaríamos, de nossa visada, que os dizeres e as ações estão, por sua vez, submetidos a uma ordem discursiva e a uma prática social, bastante delimitadas pelo tempo, pelas condições históricas, pelas instituições da qual se ligam.

Diga-se, ainda, que o político, de Péricles (490-429 a.C.), reformista ateniense, ao *homo politicus* – definição empregada por J-J. Courtine (2011) em *As metamorfoses do homo politicus* – tem conhecimento do uso que faz da palavra em sua enunciação (agora entendida como puro ato de linguagem). Para Ferrante (2011, p. 45), “o discurso político sempre contém um sistema de valores que nos revela estereótipos de comportamentos humanos que são valorizados de forma positiva ou negativa”. Preocupado, portanto com a imagem de si no discurso, o orador político – tal como nas

---

<sup>12</sup> Algumas características do discurso político ainda permanecem, há nele uma “ordem do discurso” que o limita com relação à capacidade de mudança; mas como nenhum discurso está imune à força do tempo e às transformações coletivas, após o surgimento da televisão, sobretudo, o discurso político sofreu segmentações e alterações para seu público. Veremos isso mais detalhadamente ainda neste capítulo.

<sup>13</sup> Posteriormente em Roma a Retórica da fala pública ia também se desenvolver como arte do discurso político.

idades gregas – ajusta a sua fala, ou melhor, ajustava sua fala às massas, enquanto o político de hoje molda seu dizer com base nas novas tecnologias de que nos apoderamos, principalmente nos países ocidentais.

Como lembramos acima, o discurso político é geralmente empregado sem maiores distinções analíticas, pois não se costuma questionar – ao menos fora do âmbito dos estudos linguageiros – em que medida um discurso se torna político. Em nossa pesquisa, o discurso político será tomado como *comentário* nos editoriais de veículos de imprensa, mas o discurso em si mesmo, este, iremos situá-lo no campo da atividade política, então faz-se preciso apresentarmos, e aqui evocaremos brevemente Charaudeau, as nuances gerais entre *o* político e *a* política. Vejamos o que escreve o autor: a atividade discursiva voltada “para as ideias e sua força de verdade (espaço de fabricação das ideologias). É *o* político.” (2006, p. 258). Já a produção discursiva voltada “para atores e sua força de ação (espaço de fabricação das relações de força). É *a* política.” (2006, p. 258). E dessa forma, diz Charaudeau (2006), “a linguagem se liga à ação, no campo político”.

Então, como em qualquer tempo, a fala política já nasce de uma ordem que lhe é própria, sujeita aos procedimentos internos e externos do discurso, seja com relação a seu controle (os comentários de que essa fala lança mão, a escolha lexical e de ideias do que se vai dizer) ou também em referência aos procedimentos externos – não se pode dizer tudo a todos nem em qualquer lugar (FOUCAULT, 1996). O discurso político, é por extensão,

um discurso dirigido e, ao mesmo tempo, os receptores desse discurso, os cidadãos, são parte integrante dele. É a razão pela qual podemos dizer que os povos são responsáveis [...] pelo regime político no qual eles vivem, por opinião pública interposta. (CHARAUDEAU, 2006, p. 268).<sup>14</sup>

E tal citação lembra-nos a noção foucaultiana de “subjetivação”, pois certamente a relação entre o dizer e o provocar que o discurso político instaura no seio de cada sociedade é, com efeito, um processo que se resume em objetivar para subjetivar, ancorado como está pelo poder e pela linguagem.

---

<sup>14</sup> Cumpre lembrar que, conforme menciona o próprio Patrick Charaudeau neste artigo publicado no Brasil (2016), a ideia de que o discurso político é o meio termo entre o desejo da sociedade x e a ação política efetiva de um político y, que fala para a sociedade x, também em seus termos, é uma relação pensada expressamente por Jürgen Habermas, quando define poder focalizando o dominante e o dominado.

### 1.3.1 Discurso político e o *corpus* em AD

Já tendo mencionado neste trabalho que a AD nasce na França voltada para o estudo do discurso político, e que refletiu por certo tempo a imagem de si mesma em seus estudos, como se instaurasse uma política da análise do discurso (PÊCHEUX, 1981), é chegado agora o momento de tratarmos mais de perto dessa preocupação, que se deslocará, inevitavelmente, para a questão do *corpus* e das mutações sofridas pelo objeto “discurso político” ao longo da história.

Em *L'étrange miroir de l'analyse de discours*, texto publicado por Pêcheux, em 1981, para prefaciá-la publicação resultante da tese do professor Courtine “*Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens*”, Pêcheux mostra-se pensativo em relação aos rumos que a AD tomou ao se debruçar sobre o objeto “discurso político”. Como os textos oriundos do meio político estavam à época em evidência para os que se propunham a ler o texto fora dos desígnios das Ciências Sociais e também fora de uma perspectiva comunicacional (que via a língua exclusivamente como um código, um sistema apreendido em si mesmo, no interior do esquema de comunicação do Roman Jakobson), os analistas tomaram para si a possibilidade de não só analisar tais conjuntos de textos, mas também de fazer política. (SARGENTINI, SILVA, 2005).

Os discursos políticos analisados eram frequentemente os de partido de esquerda, inclusive, a esse propósito, consideramos válida para a nossa reflexão a seguinte passagem:

Essa impaciência (dupla no que toca à ciência e à política) só poderia encontrar o 'discurso comunista' como seu objeto privilegiado, com o risco de às vezes se encontrar preso nele ao ponto de refleti-lo e de reproduzi-lo: trataria-se, finalmente, de um caso de pesquisadores comunistas se entregando à análise do discurso por meio do discurso comunista, entendido como este espelho histórico excepcional, onde a ciência é obrigada a vir se condensar na política? (PÊCHEUX, 1981, p. 6).

Pelo trecho acima, fica clara a crítica que esse filósofo faz do movimento que se instalara no quadro teórico da AD. Para ele, era necessário avançar mais na questão da interpretação, não devendo o analista estar preso à análise do discurso por meio do discurso comunista – é a isso que ele chama de ‘imbecilidade’. O estudo dos textos em questão carecia dessa atitude, além, é claro, de não atender a demandas outras de textos que circulavam na sociedade francesa, posto que tais analistas, em sua maioria adeptos

da ideologia de esquerda, não faziam outra coisa senão estudarem as próprias práticas, o que poderia afastar a AD da sua pretensão – em construção – de cientificidade.

Nessa direção, ao estudar o discurso do PCF, num intervalo de 40 anos, Courtine (2009) encarrega-se na tese supracitada de mostrar uma possibilidade de se analisar o discurso do partido sem que se deixe tomar por incoerências teórico-políticas. Dessa forma, propõe que os textos reunidos sob despacho do PCF não constituem em si mesmos um *corpus* homogêneo, tal como acreditava-se até então – incluindo Pêcheux nesta crença. Analisando aspectos de formações discursivas – transitando entre Foucault e Pêcheux – Courtine aponta uma divisão, de retorno a diferentes ideologias, diferentes falas, diferentes retomadas, dos enunciados do Partido, o que ele chamou de “enunciado dividido”, que em certa medida, é a característica de uma FD (interdiscurso), se pensada sob a égide foucaultiana em sua *Arqueologia*. Isto significa que o enunciado se compunha apontando para o Outro, não tendo escapatória no que tange à alteridade, o que restava evidente na própria materialidade da língua. Em suma, o enunciado dividido, sob a fórmula P{X/Y} pretende deixar claro como, numa cadeia sintática, duas formações discursivas podem estar lá, ainda que de maneira antagônica. Vejamos dois exemplos, entre vários coletados, que apontam para a presença do Outro no enunciado, que joga com as fronteiras de outra FD, quando não de outra(s). Em editorial, publicado em 30/08/2016, o jornal FSP, ao falar da “defesa de Dilma” no que toca ao *impeachment*, escreve:

“Os pontos altos vieram quando (Dilma) <sup>15</sup> equiparou o *impeachment* a uma pena de morte política e afirmou que o julgamento por seu “conjunto da obra” só poderia ser feito pela população, em eleições”.

Por ora, chamemos a sentença acima de sequência discursiva 1 (Sd1). O jornal então prossegue

“No plano da política, aliás, ao deixar a defesa para ir ao ataque, o discurso da presidente afastada reincidiu nos vícios antigos. Insistiu num paralelo entre seu impedimento e golpes de Estado tão insustentável quanto sua aspiração a perfilar-se como um Getúlio Vargas ou Juscelino Kubitschek.”

O grifado anteriormente será (Sd2).

Em (Sd1) o editorial precisa voltar aos argumentos defendidos pela então presidenta para negá-lo, e o faz também ao relativizar o “conjunto da obra” de que fala

---

<sup>15</sup> Inserção minha.

Dilma imputando à expressão suas aspas. Já em (Sd2) o editorial vê-se obrigado a mencionar que há, portanto, um paralelo possível que se estabelece em parte dos discursos sobre a interrupção da ordem democrática entre golpe e impedimento, mas como o leitor verifica, recusa ao final dessa construção essa ideia, momento em que aproveita para inserir a recusa de uma outra, qual seja, a de que Dilma não seria uma estadista. Referenciando em uma fórmula teríamos algo similar a  $P = X$ , em que para Dilma,  $P$  é *impeachment* e  $X$  = uma pena de morte política ou um julgamento (sobre o conjunto da obra), que ainda assim só poderia ser feito pela população. Por outro lado, neste editorial, teríamos  $P = Y$ , e registre-se, o objeto de que se fala é o mesmo, a variação vem, portanto, no seu complemento. Aí  $Y$  é diferente de golpe, porque Dilma não é comparável a outros estadistas.

Essas retomadas que se faz são constitutivas do enunciado, porque, como já dissemos, ele vem na esteira de um domínio associado, além de repetir-se de modos diversos.

O próximo destaque, do editorial de 30/08/2016, o chamaremos (Sd3):

“O julgamento do *impeachment*, insista-se, é só um ponto da espiral regressiva em curso. O golpe de 1964 levou quase cinco anos para encontrar um chão ‘institucional’ baseado no terror, na tortura e na censura”.

Também avança em Sd4:

“O ‘1964 parlamentar’ de agora continuará distante do seu *modus operandi*, mesmo depois da votação final nesta 4ª feira (31/08), e por uma razão bastante forte”.

Assim, tanto em (Sd3) quanto em (Sd4) o redator vale-se dos mesmos expedientes daqueles utilizados pelo redator dos editoriais da Folha; utiliza aspas para relativizar ou chamar a atenção para uma comparação possível entre o impedimento legal e o “golpe”. A Carta Maior não acredita, conforme acompanhamos em seus textos, que o *impeachment* tenha base legal em si mesmo, mas argumenta que essa institucionalidade é uma invenção oportunista, da mesma forma como se procedeu em 1964, início da ditadura civil militar em nossa nação.

Também em (Sd4), ao escolher a expressão “1964 parlamentar”, quer conferir – pelo recurso da ironia – a ideia de que os dois momentos históricos pelos quais o país passava foi apenas uma questão de nomeação, de institucionalização. Ao fazer isso, o editor, sem dúvida, volta aos dizeres, fazendo expor o funcionamento de duas formações discursivas distintas.

Entendemos que o trabalho de Courtine (2009) também no que se refere ao enunciado dividido foi uma aproximação bastante vitoriosa do que propôs Foucault e, por conseguinte, Pêcheux. Ainda que este último estivesse centrado na inserção do componente ideológico, sem a concepção foucaultiana talvez não teríamos esse engajamento epistemológico. A nosso ver, “enunciado dividido” torna clara a inscrição da história e da alteridade na materialidade da língua, desde a unidade mínima do que Foucault convencionou chamar enunciado.

Uma vez “superado” o olhar dos analistas para o objeto “discurso político”, como fora feito no final de 1960 e dos anos 70, devemos dizer que o *corpus* político passou, sintomaticamente, a ser ele próprio objeto de reflexão na AD, que passa pela noção de *arquivo*, por exemplo. Ainda assim, grande número de pesquisas revela que o discurso político, ou os comentários deste, continua sendo centralidade em AD, em detrimento das pesquisas sobre outros tipos de discurso, como o científico, o religioso, o pedagógico etc.<sup>16</sup>

Na década de 1980, com a reelaboração crítica de Courtine acerca da análise de textos políticos – majoritariamente escritos, tem-se o deslocamento das discussões teóricas para a ideia de “condições de produção” (CP) e, de arquivo, conforme já adiantamos.

No que respeita às CP, Pires (2013, p. 23) expõe:

O conceito de Condições de Produção, conforme posto no momento inicial da AD, permite que o compreendamos como definido por relações interindividuais. Os exemplos até então existentes nos trabalhos de Pêcheux se referiam a situações de enunciação fechadas, como uma arena de luta ou um teatro. Estes referenciais inscreviam as CP em uma cena de enunciação. Dessa maneira, Courtine alerta que as CP são mais que isso, buscando evitar possíveis leituras e compreensões que viessem deixar de fora a historicidade intrínseca às CP. Assim, para se trabalhar o conceito de Condições de Produção torna-se inevitável delinear as noções de *corpus* e *arquivo*, que irão compor e organizar o objeto de análise.

Courtine procurou mostrar que, na análise do discurso comunista, no interior do PCF, as seqüências discursivas que isolara eram afetadas pelas condições de produção. Já com relação ao arquivo, propõe que não pensemos apenas no *corpora* relacionado a

---

<sup>16</sup> Maingueneau (2006), em “Cenas da Enunciação”, discorre sobre o assunto. Acreditamos, no sentido que ele propõe, que o discurso político, por estar em situação fronteiriça com outros tipos de discurso, tem preponderância nos textos – escritos e/ou imagéticos – revelando-se mais produtor para os estudos discursivos. A esse respeito, lembremos ainda do próprio autor, que diz: “o discurso político é o discurso mais apropriado a uma leitura em termos de ideologia”. (Maingueneau, 1976, p. 19).

textos da prática política do analista, mas que se construa, antes, um recorte temático, configurado de uma maneira histórica. (MAZIÈRE, 2007).

Essa proposição coincide com um momento específico da AD, conhecido ainda como AD3, ou terceira época da AD, conforme apontou Pêcheux (1997, p. 315), ocasião que não mais consistia na análise de objetos escritos unicamente, mas cuja alta “recomendação” teórica era a de se debruçar sobre textos que incluíam novas materialidades discursivas. Sendo assim, o *corpus* de costume deveria também ser alterado, estando aberto a novas ampliações e até mesmo a novas interpretações (incluída a do pesquisador), o que acabava por contrariar, é bem verdade, as reflexões bem iniciais pècheutianas, que viam na máquina e no processo de informatização, por assim dizer, possibilidade de uma leitura não subjetiva de textos. Aos poucos, esse projeto foi cedendo lugar a essas novas formas de se conceber o *corpus*, como já referido aqui.

Por conseguinte, a admissão de textos de materialidades outras e de configuração diversa foi sendo aceita, bem dizer, de forma incontornável entre os estudiosos de então, e isso não deixa, coincidentemente, de responder a uma mudança histórica também, relacionada ao advento dos meios de comunicação, como a informática – que daria espaço futuramente à Web – isso tudo em confluência com a imagem do homem na política, apropriada pela mídia, que já não separaria mais o verbo de suas outras formas de expressão. (PIOVEZANI, SARGENTINI, 2009, p. 09)

#### **1.4 O contemporâneo e as novas discursividades na política: o caso do *impeachment***

O discurso político brasileiro contemporâneo sofre mutações quanto à sua apresentação, também quanto ao seu público, porque este agora é dividido, não sendo mais tomado como uma massa uniforme, mas considerando segmentações importantes e que certamente merecem análise mais acurada dos estudiosos do discurso.

Anteriormente falávamos em novas aberturas referentes ao *corpus*, e essa é uma exigência dos tempos recentes, dos quais a AD não pôde se distanciar, sob pena de que até poderia ser reputada anacrônica, dadas as novas disposições dos discursos.

Talvez o século XX seja o exemplo mais próximo e palpável que tenhamos, a fim de deixar clara a mudança de rumo que tornou o conjunto que denominamos

“discurso político”.<sup>17</sup> Tomado pela efervescência de seus acontecimentos – a era dos extremos – no entendimento do historiador Hobsbawn (1995), esse século conheceu novas formas de direção política e mudanças bruscas no discurso político, marcado fortemente pelo aparecimento de novas tecnologias, entre as quais, incluem-se o rádio e a TV.

Nessa nova cena, “O grande orador distante no palanque aos poucos deu lugar ao político próximo que está em todos os lares. Da voz alta e dos gestos acentuados passamos para a voz suave da conversa amiga. Teatralidade marcada.” (SÁ, 2017, p. 59).

Ressalte-se que, em nenhum momento, poderíamos dizer, contudo, que o discurso político deixou para trás uma de suas principais componentes: a busca da legitimação, mas esta se fundiu com suas novas formas de expressão.

A esse respeito, a televisão tem papel central; na França, a transmissão em cores praticamente coincidiu com o movimento político sacudido em maio de 1968, período no qual estudantes e a classe trabalhadora tomaram as ruas para reivindicar direitos e dar vazão a expressões culturais até então sob interdito, no Brasil, a TV chegou nos anos de 1950, mas sua popularização se deu décadas mais tarde.

Esse fato deu origem ao que Courtine (2003) tratou como nova ordem discursiva, onde se vê a presença de uma “espetacularização” (DEBORD, 1997) e do surgimento do novo político, mediado por essa ordem.

Quando escreveu sobre a espetacularização, Guy Debord projetou novas formas de dominação por intermédio da imagem e da re colocação da palavra no discurso, mas é importante registrarmos também que, de certa forma, cada época conheceu seu próprio espetáculo, o qual se liga provavelmente pela relação entre o “ter” e o “ser”.<sup>18</sup> E o “ter” e o “ser”, por sua vez, esbarram no modo de produção capitalista, que tomou as sociedades de forma intensa e crescente.

---

<sup>17</sup> Insisto, uma vez mais, que temos consciência de que o sintagma “discurso político” não pode ser empregado sem que sejam feitas discriminações importantes sob nossa utilização teórica. Logo, iremos empregá-lo nos limites do campo político, como textos e práticas emergentes desse campo, numa relação bem marcada entre linguagem, ação e poder, tal qual a sustentada por Charaudeau (2006). Desnecessário reiterar outra vez que não concordamos, num critério metodológico, com a afirmação de que, em certa medida, todo discurso é político. Argumentamos haver nuances.

<sup>18</sup> “A espetacularização na política cerceada pela personalização de candidatos não constitui fenômeno recente. A prática é recorrente a líderes, reis, imperadores das mais remotas atuações ao longo da história, mas desde o século passado é impossível ignorar as transformações advindas da onipresença dos veículos de comunicação de massa”. (CIOCCARI, 2015)

Para Debord (1997), “a construção do espetáculo é uma forma de separação, alienação e dominação na sociedade para produzir uma falsa consciência de existir, na tentativa de se criar a ideia de uma sociedade unificada”. Entre as estratégias, está a que usa o político, que é contemporâneo nosso, de observar na sociedade para a qual deve falar o desejo que esta apresenta, e fincado nisso, molda sua fala pública, fala esta cada vez mais segmentada, descontínua, líquida.

Courtine (2006) apoiando-se em Zygmunt Bauman, na leitura de *A modernidade líquida* (2001), faz analogia entre o discurso contemporâneo e a guinada que se teve em razão de seu “consumidor”, um público ávido por novidade, por rapidez, por imagens, por superficialidade. A mídia aparece, dessa forma, como organização que vai dar suporte a essas novas alterações no tecido sóciodiscursivo. É a mídia que irá apresentar o espetáculo como imagem que se sobrepõe ao conteúdo do que é dito. Do uso da TV, com os clichês e as frases feitas, até a disseminação da política pelas redes sociais no contemporâneo, o processo todo está tomado pelo espetáculo. Ele deve ser compreendido como um fenômeno que veio para ficar. A internet cumprirá esse papel também de forma relevante, tanto é assim que não imaginamos como se daria hodiernamente uma discussão política longe do ambiente digital. A internet leva a espetacularização a patamares nunca antes vistos, pois congrega a espontaneidade, as transmissões em tempo real, a combinação perfeita entre imagem e voz, gesto e som, além de permitir a republicação de pronunciamentos com bastante agilidade. Em vista disso, fica fora de seu tempo o discurso que não se ajeita a tais critérios. Essa mutação, portanto, vai impactar sobremaneira os estudos acolhidos por nossa área de pesquisa.

O *impeachment* da presidenta Dilma ganhou esses ares de “liquidez”. Usuários da rede mundial de computadores, incluindo autoridades públicas, repercutiram o embate discursivo de golpe x *impeachment* com relação à posição-sujeito que ocupavam. Vejamos, com breve recorte:



**Figura 1** - Meme – Facebook

Pela imagem acima, alguns poderiam argumentar que ela “fala por si só”, nos ocorre, contudo, vinculá-la à “construção de conceitos, consolidação de valores e ideologia” (SANTOS, 2015), e dessa forma, ela pode ser compreendida bem no âmbito da “cultura do espetáculo” (DÉBORD, 1997), pois, como se observa, ela foi retirada de uma rede social, e sua circulação frequentemente não acompanhava textos nem maiores reflexões sobre o tema que levanta, e o fato político em si parece não ser tão relevante quanto à sensação espetacular de se acompanhar o processo – capitaneado pela mídia – que procurou investir até mesmo nos bastidores da votação, no primeiro dia dela, em 17 de abril de 2016.



**Figura 2** - Publicação no microblog *Twitter*

Mesmo um de seus protagonistas, como o então vice-presidente Michel Temer, sentiu-se à vontade para tecer comentário sobre o processo de *impeachment* em meio extraoficial, considerando a necessidade de nossos dias de uma resposta rápida, e de um posicionamento que ganha visibilidade crescente nas redes.



**Figura 3** - Meme na internet/Reprodução

Como se vê, o tema parecia ser do domínio de todos, e o espetáculo é confundido com o próprio real e todas as montagens e construção cooperam para a manutenção desse espetáculo, impedindo uma discussão que não seja aquela direcionada pelos meios de comunicação.

Numa imagem como a de cima, por exemplo, tem-se uma associação importante de um “*flash*” em que, num dado momento, a então presidenta foi fotografada rindo, ao que se juntaram a isso os dizeres superior e inferior na imagem, na conclusão de “não vai ter golpe”, uma resposta dada, também por mais este recurso de linguagem, ao “Tchau, querida”, outro enunciado bastante proferido desde a votação pela saída de Dilma na Câmara dos deputados, em abril de 2016. O “show” em torno da destituição tomou, sem distinção, os dois lados: o dos “a favor” e o dos “contra” o *impeachment*.

Os editoriais, gênero de texto mais sisudo, apresentam a espetacularização por outras vias, fazendo uso de metáforas, mas não só. Em Carta Maior e no diário *Le Monde*, tem-se a imagem da presidenta, o alvo, associada ao texto e à representação que se queira conferir. Mais de uma vez, confirmando o texto sobre o isolamento político de Dilma, o *Le Monde* recorta fotografia da presidenta, mostrando-a como se desolada estivesse, ainda que no evento da foto estivesse rodeada de pessoas. As imagens abaixo acompanham o editorial do jornal francês em sua versão digital:



**Figura 4** - Na descrição do jornal - Dilma Rousseff, la présidente brésilienne, en décembre 2015. Eraldo Peres / AP

Vejamos, pois, uma sequência que se torna regular devido a utilizar dos mesmos expedientes para se referir à ex-presidenta no contexto em que mais foi atacada, justamente após tomar posse para seu segundo mandato.

Na figura 4, o isolamento da presidenta pode ser constatado, seja porque a imagem foi focalizada apenas nela (e recortada), haja vista que no evento ela não estava sozinha, seja ainda porque se capta um ângulo bastante produtivo para a ideia que se pretende “forjar”, com a palavra “Brasil” em cima e a presidenta “embaixo”, mostrando o desalinhamento da situação do país com sua liderança política.

Não muito diferente é a figura 5, em que Dilma é retratada só – mais uma vez – e aparentemente cabisbaixa.



**Figura 5** - Na descrição do jornal - La présidente du Brésil Dilma Rousseff, à Brasilia le 23 mars. Andressa Anholet / AFP



**Figura 6** - Na descrição do jornal - Au Parlement brésilien, le 17 avril, après l'annonce du résultat du vote pour la destitution de la présidente Dilma Rousseff. UESLEI MARCELINO / REUTERS



**Figura 7** - Na descrição do jornal - Michel Temer, président par interim du Brésil. Eraldo Peres / AP



**Figura 8** - Na descrição do jornal - Dilma Rousseff lors d'une conférence de presse, le 18 août. Eraldo Peres / AP

Em todos os editoriais analisados, o jornal opta por focalizar a figura da presidenta ou de seu vice de modo a integrar a construção desse sentido de isolamento.

A FSP, por seu turno, se tomemos também, por linha argumentativa, parece fazer uso do argumento *ad personam* nos editoriais, embora não seja predominante. Esse tipo de argumento é um recurso que chama bastante atenção e agrega valor ao editorial, pois por ele tenta-se colocar em tela a figura da pessoa com algumas de suas ações, mas não se desliga o fato de que trata da imagem pessoal de Dilma, frequentemente lembrada pelo jornal como “atabalhoadá”, “inábil”, “atrapalhada”, “pouco competente”, “sem condições”, para citar os vocábulos usados nos próprios editoriais.

É evidente que o uso dessas estratégias não é novo, mas ainda assim é plenamente possível inseri-las num quadro de “espetacularização” reforçado pela imprensa, seja a escrita, como é o caso, ou a televisiva.

Em estudos sobre a historicidade e circulação de editoriais jornalísticos no Brasil, Gomes (2007, p. 91) traz detalhes que nos são úteis para pensar o editorial como modelo de texto que também se (re)configurou objetivando adequar-se às mudanças atuais; por isso, são escritos numa linguagem pouco literária, com mais afirmações que demonstrações, linguagem direta e simples, em resumo.

Essa é a característica forte da cultura do espetáculo: a onipresença, mesmo em meio à fragmentação.

Não será o caso de nos demorarmos nisso nesta dissertação, mas cumpre mencionarmos que a agressividade é outra marca do discurso político contemporâneo, sobretudo em seus desdobramentos de campanha eleitoral, o que esteve nas últimas eleições no Brasil, notadamente a partir de 2010, com o largo uso de redes sociais e dos debates em cadeia de rádio e TV.

Segundo Chiari (2017, p. 159):

Os programas de televisão, as mídias digitais tornam-se verdadeiras arenas, onde os gladiadores são os candidatos a algum cargo político, e a armadura, bem como as armas de ataque, materializam-se nas expressões faciais, no corpo e nas palavras. A violência existe no discurso político justamente pela presença do confronto de opiniões, projetos com objetivos variados, a luta pelo poder e a conquista de novas posições ou manutenção delas.

Tais posicionamentos, propiciados cada vez mais pelas redes sociais, almejam na ‘aparicação’ o lugar imediato de uma narrativa verdadeira, ou de uma “vontade de

verdade” para pensarmos com Foucault, num processo biunívoco de construção da realidade com a representação da mesma através do dispositivo midiático.

## 2. GOLPE NA DEMOCRACIA: A SOBERANIA DOS SIGNIFICANTES EM XEQUE

“Num primeiro momento eu tinha acreditado que a liberdade era um dos valores fundamentais da democracia; agora percebo que certo uso da liberdade pode representar perigo para a democracia. Haveria aí um indício de que, hoje, as ameaças que pesam sobre ela não vêm do exterior – da parte daqueles que se apresentam como seus inimigos, mas sobretudo de dentro, de ideologias, movimentos ou gestos que alegam defender os valores democráticos?” (Todorov, 2012).<sup>19</sup>

Neste capítulo, trataremos das ocorrências da palavra *impeachment* e da palavra “golpe” nas inscrições discursivas em que se fizeram presentes; em alguns momentos os enunciados são “confirmados” fora dos veículos de imprensa que estão em análise, mas a alusão é necessária para entendermos conceitos que serão aqui trabalhados, como o de memória discursiva (COURTINE, 2009), o de comentário (FOUCAULT, 1996) e o de soberania do significante (FOUCAULT, 1996).

A destituição de Dilma Rousseff, em 2016, sabemos, não foi um acontecimento político isolado, de forma que se pode lê-lo em paralelo com outros momentos da história brasileira (como o que ocorreu em 1964) ou mesmo observando as regularidades com atos parecidos em toda a América Latina, como também adiantamos na Introdução.

Assim sendo, parece-nos que o uso do termo *impeachment* situa melhor o acontecimento como um fato exclusivo e que teria unicamente ligação com o suposto crime de responsabilidade cometido pela ex-presidenta, qual seja, o de valer-se de “pedaladas fiscais” para cobrir rombos nas contas públicas.

No site do próprio Senado Federal, as pedaladas fiscais são assim definidas: “Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas”<sup>20</sup>, no mesmo site se diz que, no caso de Dilma Rousseff:

o Tribunal de Contas da União entendeu que o Tesouro Nacional teria atrasado, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

<sup>19</sup> *Os inimigos íntimos da democracia.*

<sup>20</sup> Disponível em “Agência Senado” <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal> Acesso em 14 de mar. 2021.

(FGTS) para o pagamento de programas sociais como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, benefícios sociais como o abono salarial e o seguro-desemprego, e subsídios agrícolas.<sup>21</sup>

Fato é que, do meio político à dimensão dada na mídia, as pedaladas fiscais não se sustentaram por muito tempo como um crime plausível – o que se deu por motivos diversos – por exemplo: grande parte da população não tinha ideia do que esse empreendimento significava no curso do jogo político, e também havia, pela ideia das pedaladas, o desgaste de outro discurso que dizia que governos anteriores também as tinham empregado.

Por outro lado, o termo “golpe” era e ainda é empregado não só por admiradores de Dilma, mas também por aqueles que se veem incumbidos de considerar a democracia, e mesmo não concordando integralmente com as atitudes dos governos petistas, se colocam em posição de defender que a interrupção foi uma quebra de normalidade democrática.

E também dessa forma, vimos a considerar que “golpe” retoma a memória discursiva, relacionando o acontecimento presente com o golpe de 1964, que depôs João Goulart, instalando no país ditadura majoritariamente militar até metade da década de 1980.

Courtine (2009) lembra que a noção de “memória discursiva” está subjacente à análise das FD que a *Arqueologia do saber* efetua. Assim, a noção remete-nos ao “domínio associado” dos enunciados, como propôs Foucault, mostrando-nos a atualização de um enunciado num outro, ou mesmo a sua antecipação.

O que estamos a observar na análise do nosso material é que o emprego de *impeachment*, ainda que no contexto político de acioná-lo em razão da corrupção, não se liga, por memória, facilmente ao *impeachment* de Fernando Collor, em 1992; com raras exceções, achamos na mídia observações do tipo “Brasil vive seu 2º *impeachment* em duas décadas e meia”. Mas tais lembranças não vêm relacionar a fundo a deposição de Dilma com a de Collor; o contrário ocorre com aqueles que assumem a posição-sujeito do “golpe”, dizendo nas mais variadas formas de texto, entre elas, a dos cartazes dos protestos: “golpe nunca mais!”

---

<sup>21</sup> *Ibidem.*



**Figura 9** - Manifestante segura faixa em protesto capitaneado pelas Centrais sindicais ligadas ao PT.

Na imagem acima há uma configuração que, ao longo dos próximos anos, viria a se instaurar de forma recorrente nas ruas e nas mídias, com o destaque dado à oposição entre os dizeres em vermelho com as cores da bandeira do Brasil ao fundo; basta que nos lembremos do enunciado “nossa bandeira jamais será vermelha”, que se tornou recentemente nome de um documentário, de Pablo Guelli, que conta as transformações do país de 2016 até o presente<sup>22</sup>.

Além do conceito de memória discursiva, sobre o qual discorreremos a seguir, as noções de comentário, ordem do discurso (com foco nos seus princípios de controle) e a soberania do significante – conceitos expostos por Foucault n’*A Ordem do discurso* – nos ajudarão a pensar a relação entre democracia e golpe distante do formalismo dessas definições para a Ciência Política ou as Ciências Sociais, que se esmeram em opor os tipos de democracia<sup>23</sup>, as formas como os golpes ocorrem (e não que isso não tenha sua importância), porém, ao pensar que tais categorizações não gozam de estabilidade nem mesmo na linguagem, podemos aferir rapidamente que são construções sob a égide do discurso.

## 2.1 “Golpe nunca mais”: uma memória discursiva

<sup>22</sup> V. mais em <https://jornalistaslivres.org/nossa-bandeira-e-o-filme-da-nossa-desgraca-a-culpa-e-da-globo/> Acesso em 14 mar. 2021.

<sup>23</sup> Lins (2017, p. 13), ao escrever a partir da Ciência política, anota que as definições acerca de democracia são complexas e sujeitas à historicidade de cada teórico, ainda de acordo com seu tempo e convívio. De modo geral, aceita-se que há algumas abordagens clássicas, que passam de Hobbes a Stuart Mill, considerando a democracia liberal, participativa e representativa.

Sabendo-se que “memória” não designa aqui a faculdade psicológica de retomar e simplesmente evocar conhecimentos adquiridos, passaremos rapidamente por proposições de Foucault, Pêcheux e Courtine sobre memória discursiva, os quais – em nossa visão – melhor explicitaram e desenvolveram o conceito em AD.

Gostaria de esclarecer ao leitor que, da perspectiva da AD, o dito e o não-dito operam em “memória discursiva”. Num enunciado tal como “golpe nunca mais”, o não-dito, em uma análise deveras superficial, tem-se que o que se infere – apoiando-nos na história e na ideologia – é que houve golpe em algum momento de nossa história e isso está localizado num passado; portanto, o que não é dito tem suas significações e interpretações.

Nem sempre é fácil resgatar o que está inscrito, o que foi guardado em uma memória coletiva e social através de um simples enunciado, mas consegue-se apreender uma retomada, uma referência passada na atualização de enunciados.

Numa associação com o que escreveu Foucault (1996), Courtine (2009, p. 106) lembra que, a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos há

discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer.<sup>24</sup>

Nessa direção, diz Courtine (2009), pode-se dizer de enunciados encontrados ao largo do discurso político, “com questões familiares à prática política”.

Exemplo já clássico é o que o referido autor cita em sua tese de 1981, quando em uma reunião do PCF, em 1976, seguindo-se aos aplausos a Marchais, secretário do partido, um grupo de cristãos estende uma bandeira com o seguinte dizer: “o comunismo é intrinsecamente perverso”. Ora, a frase é atribuída ao Papa Pio XI, e foi ressignificada pelos cristãos naquele contexto da ‘política de mão estendida’ do PCF, portanto, “a memória irrompe na atualidade do acontecimento”. (COURTINE, 1981[2009], p. 103). Consideramos parecida a circulação do enunciado “golpe nunca mais”, que, no caso em tela, não só marca a diferença com enunciados de outra formação, mas atualiza o golpe como um fato já consumado na história brasileira. Ao se

---

<sup>24</sup> A despeito das várias correntes teóricas da AD, como a de base pecheutiana, a que provém dos estudos de M. Bakhtin ou mesmo a Análise Crítica do Discurso, todas parecem concordar que o enunciado é sempre algo que se retoma, que fala antes e depois em algum lugar. Dito também de outro modo, o enunciado atualiza a memória através de seu retomo.

dizer “golpe nunca mais”, há um efeito de que “já houve golpe” (1964), faz-se alusão de que está ocorrendo um golpe (na atualidade da fala de 2016), mas também “é preciso evitar novo golpe”! E o que temos é a negação da afirmação. Daí a formulação original, que está no efeito de resistência como palavra de ordem.

O conceito de memória pensado por Pêcheux é condição *sine qua non* para entendermos a amplitude que a construção dos sentidos nos impõe, e certamente, impõe também à AD naquela ocasião, visto que, para Pêcheux (1995), não seria possível dissociar discurso de memória, o que figura, uma vez mais, a distância entre a AD e a análise de conteúdos. Para esta, a informação e o significado das palavras podiam ser verificados nelas mesmas, sem que se pudesse levar em conta a historicidade, que é uma fatalidade na composição dos sentidos postos em jogo num dado enunciado.

Sobre memória discursiva, Pêcheux afirma: (ela)

seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (1995, p. 52)<sup>25</sup>

Apoiando-nos nisso cabe perguntarmos, em relação a nosso tema, quais são os enunciados possíveis sobre o golpe? Seriam eles então necessários ao contexto em que se manifestam?

Já em relação ao nosso *corpus* pode-se dizer que os editoriais em si não trazem posição discursiva do próprio jornal, por assim dizer; porque não é o jornal – nem mesmo enquanto instituição – a origem deste ou de outro discurso; mas ao contrário, ele propaga as palavras e ideias sobre um discurso que lhe escapa, na verdade, o que culmina com a noção de “interdiscurso”, tão próxima à de memória discursiva.

Por sua vez, os enunciados que ficam e vêm à tona (aqui pode-se pensar ainda sob a óptica do “arquivo”, de que nos fala Foucault), são aqueles que ficaram conservados no espaço e no tempo ao longo dos últimos anos. Mas a circulação destes também não se dá de forma desordenada. O golpe de 1964 é lembrado na superfície textual (seja nos editoriais, seja em cartaz e nos outros textos da mídia) majoritariamente numa posição-sujeito tida como mais à esquerda (como no caso dos textos de Carta Maior). Na sua atual relação com o “esquecimento”, vai se colocando como um evento de direita, que era também necessário à época, e silencia, dessa forma,

---

<sup>25</sup> O encaixamento sintático, o pré-construído são as características “evidentes” da memória discursiva, de vez que aparecem na superfície do texto.

a ideia de ditadura; basta pensarmos na tentativa de reescrita da história<sup>26</sup> (como uma tentativa de silenciar certos enunciados, fazendo nascer outros “mais adequados” ao contexto político brasileiro atual).

Ainda com relação a “golpes”, comumente os pensamos como eventos singulares, os quais não teriam condições históricas de realizar-se duas ou mais vezes no decurso do tempo. Por outro lado, poderemos pensá-los como eventos regulares, que não são os mesmos na forma de execução, de fato, mas se repetem talvez sob mesmos intentos políticos. Foi assim com o golpe militar que depôs João Goulart, que a pretexto de afastá-lo do poder central, imputou-lhe a mídia e o setor militar fatos de corrupção. Ora, a pauta da corrupção foi novamente levantada no evento de 2016, estando ligada não só à presidenta Dilma, como também ao seu partido todo.

Com relação aos acontecimentos do passado e do presente pressupõe-se, é bem verdade, ligado à história; mas nos interessa afirmar ao leitor que, de nosso ponto de vista, a perspectiva mais produtiva para visualizar que os acontecimentos se repetem numa linha de tempo e espaço é a da Nova História (BURKER, 1992). Segundo Burker (1992), a Nova História opõe-se à História Tradicional, que tendo se preocupado mais com os acontecimentos políticos, não focalizou acontecimentos outros que fazem parte do cotidiano do homem, e que podem muito bem terem sido frutos desses mesmos acontecimentos políticos, e que a prática historiográfica tradicional não foi capaz de apreender.

Numa perspectiva menos continuísta, evidencia-se a verificação de fatos cíclicos, e neste momento, perguntamo-nos se não seria o caso de tomarmos o que tem se chamado de golpe como eventos recorrentes em nossa história.

Boa parte de documentos não acadêmicos com circulação voltada a estudantes em nível não universitário costuma listar alguns golpes havidos em solo brasileiro; como arrolamos a seguir:

- A “Noite da agonia”: dissolução da Assembleia Constituinte de 1823;
- Golpe da maioria (1840);
- Proclamação da República (1889);
- Golpe de 03 de novembro de 1891(Marechal Deodoro dissolve o Congresso);

---

<sup>26</sup> Um dos exemplos de uma fala que se tornou corriqueira nos últimos anos. <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/temos-que-conhecer-a-verdade-nao-houve-ditadura-diz-bolsonaro>

- Caso Floriano Peixoto (revoltas da Armada);
- Revolução de 1930;
- Estado Novo (governo Getúlio Vargas);
- “Deposição” de Getúlio Vargas (1945);
- Golpe de 1964 (Ditadura Civil-Militar).

Fernandes (2020) afirma que “se um golpe de estado é definido como subversão da ordem institucional”, então os acontecimentos acima poderão ser considerados golpes. É bem possível, no campo dos estudos foucaultianos, problematizar até mesmo os sentidos de “acontecimento”, pois eles seriam fatos reais ou produto de elaboração discursiva?

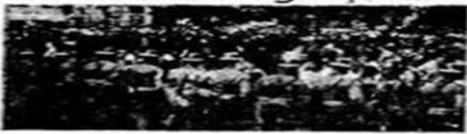
Some-se a isso, conforme veremos adiante, que cada evento dessa envergadura política e social é produzido de formas sutis e variadas. Assim, não é preciso recorrer à subversão constitucional para se ter um golpe, uma vez que podem ocorrer interpretações da ordem constitucional diferentes do que prega a “letra da lei”. Também as instituições democráticas podem ser corroídas pouco a pouco, de modo que não seja preciso empregar a força ou o espetáculo que se esperaria de um golpe de Estado.

Essa remissão à história foi necessária para mostrar ao leitor em que nos fundamentamos; pois como já mencionado, acreditamos que os enunciados são regulares, mas o são numa dispersão, o que vem afetar necessariamente uma ordem histórica (não teleológica).

Detidamente em relação ao golpe mais recente da lista que colocamos acima, o de 1964, comparando-o com o acontecimento de 2016 (e pensando nos embates enunciativos), vamos a uma rápida e não estanque composição de imagens que podem ser ilustrativas da corrupção como efeito de memória discursiva nesses dois momentos de nossa história:

# Alguma coisa mudou neste País:

**Ao invés de agitação...**



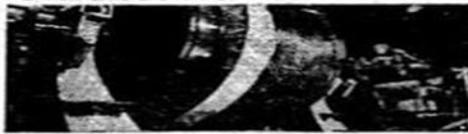
**Ao invés de subversão...**



**Ao invés de corrupção...**



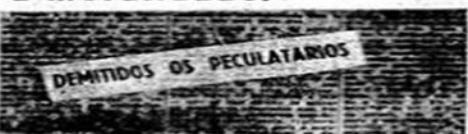
**o trabalho.**



**o planejamento.**



**a moralidade.**



Hoje, podemos lançar ao futuro um olhar mais confiante. Não está havendo milagres, não se deve esperar milagres. Porém se pode esperar muito do trabalho patriótico que está consolidando as raízes do grandioso Brasil de amanhã. E todos devemos trabalhar e confiar. Todos devemos pensar mais no que podemos dar ao Brasil do que no que o Brasil pode nos dar. Assim, todos nós, Governo, povo e classes produtoras, irmãos no mesmo ideal, unidos na defesa de nossos valores maiores, construiremos mais depressa um Brasil maior e mais forte.

**MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DA CONFIANÇA DO CLUBE DE DIRETORES LOJISTAS DE SÃO PAULO NOS ALTOS DESTINOS DE NOSSO PAÍS**

Figura 10 – Anúncio antigo, de 1965, do Clube de diretores lojistas de São Paulo, comemorando o 1º

## PERI VINCULA O ESCÂNDALO DA PETROBRÁS AO PLANO COMUNISTA DE AGITAÇÃO NACIONAL

### *A Guanabara Socorre os Flagelados da Bahia*



**Ao depar, em sessão secreta, perante a comissão parlamentar de inquérito sobre a Petrobrás, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas atribuiu a crise na alta direção da unidade à ação das forças que vêm pregando a subversão da ordem e desmantelando as frentes do trabalho e produção nacional. Estas afirmações foram coincidentes com as do General Albino Silva, ex-presidente da empresa, que complementou o depoimento feito anteriormente.**

**Hugo Régis dos Reis**

**Letícia Pinheiro de Silva** quando complementava seu depoimento, ontem, na CPI da Petrobrás

**Petrobrás em subsidiárias, submetidas a interesses aleatórios (Texto na sexta página)**

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, sábado, 1 de fevereiro de 1964 — N.º 11 577

# O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Responsável: ROBERTO MARINHO | Diretor-Proprietário: HERBERT MOSES  
 Diretor-Supervisor: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: ROBERTO MARINHO

Aniversário do golpe. / História Mundi

Figura 11 - Jornal "O Globo", de 1964, vinculando o governo de Jango à corrupção / Jornal GGN, 2016.

E ainda sobre corrupção, José Murilo de Carvalho, historiador brasileiro, escreve para um dossiê produzido pela Revista de História da Biblioteca Nacional, edição 42, no qual introduz:

Uma sequência de episódios reforça a impressão de que a corrupção sempre esteve presente entre nós. No século 19, os republicanos acusavam o sistema imperial de corrupto e despótico. Em 1930, a Primeira República e seus políticos foram chamados de carcomidos. Getúlio Vargas foi derrubado em 1954 sob acusação de ter criado um mar de lama no Catete. **O golpe de 1964 foi dado em nome da luta contra a subversão e a corrupção.** (CARVALHO, 2011 - grifos nossos).

52 anos mais tarde, tais enunciados se repetem, e são então dispostos em várias materialidades linguísticas:



Figura 12 – Tipo de infográfico publicado em reportagem sobre o governo Dilma / Isto é (2016)



**Figura 13** - Manifestantes em ato antipetista em 2015 / Pragmatismo Político

A pauta é amplamente citada também em nosso objeto de análise; aparece, assim, nos editoriais dos veículos de comunicação pesquisados.<sup>27</sup>

Tais efeitos de interdiscurso, corrupção como pretexto para tomada de poder, podem ser vistos quando a palavra é tomada para defender a democracia, se for tomada em um sentido estável (principalmente a partir da História Tradicional).

Foi dito anteriormente que Lins (2017, p. 03) aponta haver três tipos de democracia no interior de uma abordagem clássica oriunda da Ciência Política. Ao falar de democracia representativa, o autor começa por Thomas Hobbes, segundo ele, “primeiro autor a dar um caráter representativo àqueles no poder”; na sequência introduz John Locke para falar em democracia liberal, num momento histórico em que se considera possível usar a constituição de leis para restringir o poder. Por fim, com Stuart Mill temos a teorização sobre democracia representativa, “com pouca intervenção estatal”, conforme Lins (2017).

Ainda assim é possível nos remontarmos à Grécia Antiga, em que “democracia” era tida – até mesmo em função da etimologia da palavra – “demo”: povo, e “cracia”: governo, como o “governo da maioria”, mas com a participação efetiva somente daqueles que eram considerados cidadãos, conforme concepção aristotélica. Esse

<sup>27</sup> Como o objetivo neste capítulo é o de apresentar as noções de golpe, reservaremos ao próximo citações e detalhamentos dos editoriais.

pensamento, *grosso modo*, compreenderia a concepção clássica de democracia. Uma outra concepção, a moderna, há de ser concebida a partir da Revolução Francesa (1789), que contribuirá em muito para a propagação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. (BOBBIO, 1992). A ideia de “administração social” da coisa pública e a garantia de se poder votar para a escolha de seus representantes é totalmente correlata dessa nova concepção.

Desse modo, quando no interdiscurso se acha um já-dito sobre a democracia, não é de imediato que conseguimos recuperar sobre qual delas se está a dizer. Contudo, a concepção moderna, o que inclui a experiência democrática brasileira (de representação no poder), é a que tem prevalecido nos enunciados da grande mídia por aqui.

Se destacarmos algumas sequências discursivas (Sds) provenientes dos editoriais com os quais trabalhamos, veremos que elas remetem a enunciados que se inscrevem no discurso da democracia representativa. Em nosso entendimento, trata-se de uma abordagem um tanto quanto problemática, pois dá-nos a entender que o sentido de democracia é uno, como se não tivéssemos história(s) da(s) democracia(s), uma vez que elas são totalmente possíveis, justamente porque são fruto de dadas épocas.

O jornal Folha de S. Paulo, por exemplo, num dos primeiros editoriais do momento de crise do governo Dilma, assim destaca:

(Sd 1): “Ressaltado que é legítimo, **numa democracia**, manifestar-se pacificamente pelo afastamento do governante...” (15/03/2015) (grifos nossos)

De qual democracia fala o jornal? E de que tipo de manifestação pacífica? Porque o fato de ser pacífica não quer dizer, por exemplo, que não possa estar capitaneada por interesses escusos, autoritários, ou mesmo dirigidos por outras instituições, entre as quais, figura a própria imprensa.

Vejamos agora outra sequência de outro editorial do mesmo jornal:

(Sd 2): “Velhas fórmulas em nada ajudarão um governo que precisa recuperar alguma sintonia com a sociedade”. (16/03/2015).

De fato, um governante estar em sintonia com a sociedade é característica da democracia em suas várias expressões; admitindo-se não ser uma oligarquia, o que se organiza em conjunto com o povo não se pode mesmo prescindir de uma sintonia. Não sabemos, é verdade, quais os interesses do editorial ao escolher a palavra, mas da forma como está escrito ele nos permite voltar às diferentes concepções de democracia, isto é, um já-dito que passa por mais de um lugar.

Para encerrarmos com mais um exemplo, desta vez, em editorial do *Le Monde*, temos que:

(Sd 3): “Confrontée à une économie frappée par la récession et le chômage, la jeune démocratie risque d’entrer dans la tourmente si le Sénat confirme la procédure de destitution de la présidente Dilma Rousseff”<sup>28</sup>. (18/04/2016).

Compete aqui fazer menção ao título do editorial: *Le Brésil au bord de la rupture*, porque os argumentos utilizados pretendem sustentar que a destituição de Dilma é o caminho para uma “ruptura” de uma “jovem democracia”. Ora, se se fala em ruptura, pressupõe-se que há uma anormalidade na ordem democrática, alguma regra importante do jogo virá a ser quebrada. Ademais, falar em “jovem democracia”, apoiando-se sobremaneira no curso de tempo pós ditadura civil-militar, remete-nos ao fato de que antes da redemocratização, cujo marco se dá em 1985, não tínhamos experiências plausíveis de organização democrática.

Mesmo a partir do pouco que expusemos acima, percebe-se que não há como definir conceitos tão complexos como golpe e democracia sem considerarmos, na perspectiva da AD de linha francesa, que há uma memória discursiva dos enunciados (os efeitos tais do interdiscurso que não conhecem limite de espaço e tempo). Isso nos leva, portanto, a situarmos “golpe nunca mais” e “*impeachment* já” como enunciados de existência histórica, que não surgiram pura e simplesmente em 2016; ao contrário, estão em processo de reatualização constante.<sup>29</sup>

## 2.2 Democracia e golpe: seleção, circulação e interdição de dizeres

É forçoso dizer que pensamos este tópico como um dos pontos mais importantes desta dissertação. Ocorreu-nos que é totalmente possível pensarmos que os discursos têm mesmo uma ordem, que por sua vez “está no horizonte das leis”, parafraseando Foucault (1970[1996]); ainda que fosse mais confortável pensarmos que tudo o que é dito é o que cada um, ou conseqüentemente a sociedade, tem vontade de dizer. Os

---

<sup>28</sup> “Confrontada por uma economia atingida pela recessão e o desemprego, a jovem democracia corre o risco de entrar em turbulência se o Senado confirmar o procedimento para destituição da presidente Dilma Rousseff”.

<sup>29</sup> Vale destacar que as reatualizações de enunciados, porque ligadas à história e aos acontecimentos, estão sempre em curso. A destituição de Dilma desde 2016 até os dias atuais ainda provoca desdobramentos no cenário político nacional. Afetada fortemente pela operação Lava Jato, de combate à corrupção, foi confrontada depois com a Operação Vaza Jato, série de reportagens do jornal *The Intercept* que apontaram vazamento de informações judiciais e políticas por juízes e procuradores da Lava Jato no aplicativo *Telegram*.

interditos atuam fortemente no controle do dizer e estão ainda submissos a uma ordem temporal, no sentido de que, ao ‘revelar dos fatos’ ou às novas configurações históricas (o que inclui uma reescrita dela), os significados de um acontecimento ou de um referente vão se alterando drasticamente ou pouco a pouco. No Brasil, por exemplo, durante muito tempo, os livros de História e até mesmo parte da academia referiam-se ao evento de 1964 como golpe militar, mas o aprofundamento das investigações e das fontes de pesquisas os levaram a classificar o golpe dado como “civil-militar”. Possenti (2016, p. 1090) faz-nos lembrar que:

Recentemente, a propósito dos 50 anos do evento, nova designação se tornou corrente: “golpe civil-militar”, cujo efeito não foi o de inocentar os militares, mas de explicitar a grande participação de civis (governadores, congressistas, empresários, donos de jornais etc.), tanto na fase de conspiração quanto na de execução, e, principalmente, na sua consolidação.

E assim, com relação à circulação de um dizer – no sentido do que pode ser e do que é dito – lembramos ainda a forma como os militares à época se preocuparam em ser nomeados. Também Possenti (2016) anota que “golpe” é termo disfórico e, portanto, aqueles que efetivamente cometeram um golpe frequentemente não aceitam serem tratados como golpistas. Houve, dessa forma, preocupação dos militares em ressignificar o ato; achavam melhor referir-se a 1964 como o ano da “revolução”, à qual, como estava a serviço de “salvar o país das garras comunistas e da corrupção” foi então considerada por este setor “gloriosa”.

Essas breves observações feitas acima, podemos remetê-las, é verdade, à obra *Ordem do discurso*, já que apreciamos pensar a ‘estabilidade’ dos sentidos com Foucault, e precisamente porque também tais ponderações esbarram “no controle, na seleção, na organização e redistribuição de discursos” em uma dada sociedade, numa dada época.

Nesse sentido, poderemos pensar nas formas de interdição dos discursos, sejam as externas ou as internas apresentadas na aula inaugural de 1970 proferida por Foucault.<sup>30</sup>

A *Ordem do discurso*, pode-se dizer, é um fascículo transformado posteriormente em livro após seu pronunciamento em 02 de dezembro de 1970, na admissão de Michel Foucault para o então prestigiado *Collège de France*. Trata-se de

---

<sup>30</sup> Pensaremos aqui sobretudo nas noções de “vontade de verdade” e “comentário”, além de enfatizarmos a linguagem como não representação; antes, inscrita num jogo de forças no qual o discurso vem aparecer.

uma obra que, a certa altura de leitura, apresenta o tom de uma escrita, digamos, literária. São comuns as digressões e as suposições de Foucault, como se estivesse mesmo a narrar, em 1ª pessoa.

O livro é considerado um dos mais importantes do filósofo, justamente porque suas reflexões *dão conta*<sup>31</sup> da apreensão de duas fases do pensamento foucaultiano: a da arqueologia e a da genealogia (período em que começa a voltar-se para as reflexões sobre o poder). Para os analistas do discurso, ou melhor, dos discursos, a íntegra da aula inaugural parece ser um norte importante, ao menos se formos pensar numa possibilidade de análise, como a que estamos propondo para este trabalho, que considere o significante não como monárquico, mas como intimamente ligado ao seu acontecimento, o qual muitas vezes produz sentidos que não devem ser estabilizados, com conceitos e “palavras cujo uso há tanto tempo reduziu suas asperidades”. (FOUCAULT, 1970[1996], p. 08).

Dessa forma, a obra vai ao encontro do que pensamos ao longo de nossas leituras e da execução da pesquisa, porque suspeitamos desde o princípio que poderão haver grandes contribuições ao leitor em pensar que as discussões feitas pelos veículos de comunicação analisados estão muito aquém do que poderia ser feito, não fossem, é claro, e em nosso entendimento, os princípios de exclusão aos quais se acham submetidos.

Falemos, doravante, dessas formas de controle do dizer, mas antes propomo-nos a explicitar em que sentido entendemos a tal submissão dos sujeitos ou mesmo de parte da mídia, considerada aqui como entidade que responde a instituições cujo poder é bastante acentuado.

A submissão do sujeito, primeiramente a que fazemos referência, diria respeito também a uma ordem psicanalítica, a partir do *inconsciente* pensado por Sigmund Freud (1856-1939). *Grosso modo*, o inconsciente, conceito também polissêmico, é, segundo a teoria freudiana, instância psíquica particular, agindo de forma interna e externa ao sujeito. Não deve ser pensada como simples oposição à designação “consciente”, mas exerce no indivíduo atuação complementar. Honda (2013), em artigo que trata sobre o

---

<sup>31</sup> Não se pode desprezar que há nuances; há, *mui* certamente, especificidades, pois as duas fases referidas até mesmo se confundem em dados momentos de sua obra. Ademais, julgo que pensar com Foucault é realmente escrever utilizando-se de muitas aspas, uma vez que a não certeza dos termos empregados por ele e agora por nós não é apenas uma questão de relativizar “verdades” que teriam sido pelo filósofo registradas, mas também, ao não pressupor a estabilidade dos sentidos (que não teriam uma imanência semântica), estamos fazendo uma opção política, no sentido de nos distanciarmos daquilo que é dito (a representação na linguagem) e facilmente crível, e naturalmente aceito.

estatuto conceitual de inconsciente em Freud, afirma que o inconsciente está em cada um de nós, e encontra expressão nos sonhos, nos chistes e nos atos falhos. É o campo dos desejos, das pulsões, das ilusões, por assim dizer. Afastados da consciência, certos desejos acham-se bastante confortáveis na instância do inconsciente, porque nela estão distantes da moral e do pensamento lógico, efetivo. Uma dessas ilusões/desejos é o controle do dizer. Frequentemente, não nos damos conta de que estamos sujeitos a atos falhos, a tropeços revelados pelo significante, e que nossos compromissos com o que é “real” não se sustentam por muito tempo. Da mesma forma como achamos poder controlar todas as nossas ações, achamos também que somos “senhores” de nossos dizeres.

Se para a Psicanálise o indivíduo é dividido pelo consciente e o inconsciente, da mesma forma o sujeito o é para a AD (e não só aquela derivada de Pêcheux), pois como se verá (substancialmente n’*A Ordem do discurso*), mas também em escritos ulteriores, Foucault julgava que não éramos livres, mas estávamos, em certo sentido, atravessados pelas relações de desejo e poder. No caso de Pêcheux, mais especificamente, o sujeito é cindido, pois responde não somente à língua, mas também à história.

Orlandi (2005, p. 50) reforça que o sujeito, nos seus espaços de enunciação:

é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.

Já então com relação a Foucault, ele propõe-se a falar do sujeito iludido que pensa ser a origem de um discurso, mas esboça uma relação desse sujeito com a questão da autoria, sobre o que seria um autor. Volta-se, pois, às formulações discursivas:

O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. O autor, não é entendido [...] como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações [...] (FOUCAULT, 1996, p. 26).

Também Foucault rompe com a noção de representação na linguagem (JOURDAN, 2019)<sup>32</sup>. Ele mesmo escreve em *A Ordem do discurso* que o mundo não é algo que nos dá coisas a serem conhecidas, como se pudesse de forma muito natural falar delas, mas falar sobre elas é uma questão eminentemente discursiva, na medida em

---

<sup>32</sup> Jourdan (2019) assinala que as críticas de Foucault à corrente estruturalista se encaixam também na abordagem que é feita até esse momento a respeito da representação na linguagem.

que ao falarmos, estamos construindo conhecimento(s) e, portanto, causando alguma intervenção em alguma ordem, mesmo que isso passe despercebido por nós, sujeitos de e na linguagem.

No fim das contas, numa aproximação não muito às claras entre Freud (confirmado posteriormente na releitura de Lacan), Pêcheux e Foucault, vemos estar diante de uma mesma semelhança de pensamento no que se refere a este particular: o sujeito é submetido a uma série de procedimentos e de controles, os quais afetam necessariamente seu dizer. Se não se evidenciam os jogos de aparição de um discurso num feixe histórico, somos levados a crer que estamos a “inventar a roda”.

É certo que isso interessa à discussão nossa, pois frequentemente pensamos estar falando todos de uma mesma democracia<sup>33</sup>, sem nos darmos conta de que podem haver ruídos na tentativa de dizê-la, ou melhor, a linguagem não é transparente nem num sentido psicologizante nem discursivo, pois é caracterizada sumariamente pela opacidade. Da mesma forma, os sujeitos estão inscritos em domínios sociais e ideológicos diferentes, de modo que a discussão sobre o que seria uma coisa e o que ela deixaria de ser não pode ser determinada como uma precisão matemática. Inclusive, neste caso, Pêcheux (1975[1988]) chegou a afirmar que os sujeitos só têm acesso aos significados de um conceito, porque dependem da ideologia para acessá-lo, o que não é, uma vez mais, uma mera questão de representação. Para este (1975[1988], p. 159-160):

[...] É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão [...] evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência de linguagem”, aquilo que chamaremos de *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Retornemos após essas demonstrações de não representatividade de um objeto na linguagem à *A Ordem do discurso*, porque Foucault (1970[1996]) diz que os discursos sofrem *interdições* de natureza variada, entre as quais, estão aquelas relacionadas ao “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado daquele que fala” (p. 09). Também estão sujeitos ao procedimento de *separação/rejeição*, isto é, a palavra do louco *versus* a palavra do sábio, detentor da razão. A verdade a ser dita pelo louco é mascarada, não pode ser enunciada, e sua rejeição se dá pela palavra, diz o

---

<sup>33</sup> Acrescentamos que não só o sujeito está submetido às coerções de seus dizeres, mas um jornal também está. Certamente um jornal é formado por sujeitos, mas a rede de poder que está a regular seu dizer é talvez mais ampla e forte que a de um só sujeito em sociedade. Dito de outro modo, a ordem do discurso vale para todos, em maior ou menor grau.

filósofo. Assim, por ilação, temos uma oposição entre loucura *versus* razão, que é verificável nos discursos.

Por fim, há um terceiro sistema de exclusão, o da *vontade de verdade*. Consideramos estarem nesse sistema os discursos sobre a democracia e mesmo sobre golpes. Ora, estamos tratando de eventos que estão inscritos numa contingência histórica, de maneira que não se pode haver única verdade sobre eles, mas sim uma vontade de verdade, flagrantemente produto de construções históricas. A própria construção de democracia, como alerta Tzvetan Todorov (1917) em seu livro *Os inimigos íntimos da democracia*, de 2012, é pensada diferentemente se formos comparar a realidade histórica ocidental com a do Oriente. Portanto, ela não é uma mesma verdade nem sequer no domínio de uma geografia. Se não se faz tais desnaturalizações, enrijece-se, de um só golpe, os conceitos com os quais lidamos, e, em nosso caso, eles são complexos por sua natureza. Passar ao largo de certos debates implica reconhecer que a democracia é só e somente só representativa; e por outro lado “parler de coup d’État dans un pays sort il y a à peine trente ans d’une dictature militaire relève d’un amalgame douteux[...]”<sup>34</sup> (editorial *Brésil: ceci n’est pas un coup d’État*, *Le Monde*, 30/03/2016). Ou seja, o significante “golpe” está aí dado como “ação militar, geralmente violenta de tomada de assalto ao poder”. E a partir disso, nada mais se impõe discutir. Como se vê, as vontades de verdade formam discursos, separando-os.

Entretanto, como se nota, a exclusão de sentidos e de outros enunciados por vontade de verdade refere-se aos procedimentos externos de controle da palavra. Falar em vontade de verdade é, em resumo, falar das ações de poder que moldam o discurso numa dimensão histórica. Aliás, em sua aula inaugural, Foucault faz a separação dos primeiros procedimentos de controle do discurso, entre os quais figura o da vontade de verdade, como pertencendo a uma relação de poder.

Assim sendo, garantir uma análise profícua dos discursos não é nem sequer procurar por suas ‘intenções ocultas’ que poderiam ser reveladas na escolha do léxico ou na construção sintática de um enunciado (se pensarmos detidamente no de materialidade escrita), mas colocar sob exame o jogo de suas aparições possíveis. Quando se coloca a falar do jogo de aparições, coloca-se em mesmo plano a possibilidade de se falar dos poderes conjurados à palavra. Por extensão, quando se fala em “golpe” ou quebra da “ordem democrática” há um exercício de poder aí inscrito.

---

<sup>34</sup> “Falar em “golpe de Estado” em um país que há trinta anos saiu de uma ditadura militar revela um equívoco duvidoso.”

Achamos que é preciso, primeiramente, analisar os poderes que os dizeres trazem consigo, e depois mostrar como isso se dá em sua efetividade, da mesma forma, como isso vem a ser acolhido e destinado pela sociedade; a AD não pode se furtar a isso, não pode temer ser chamada de aspectualmente política, porque aí seria o caso de nos perguntarmos: qual disciplina ou qual ciência não é política, mesmo em sua essência ?

Em suma, “devolver ao discurso seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, 1970[1996]) é colocar em xeque a monarquia do significante, o que implica em considerar a palavra muito além do fônico, mas também não é aceitar qualquer significado, pois este, se bem entendido, é forjado no seio do *acontecimento*, de forma que o discurso ao qual nos referimos/apropriamos não pode ser “um pensamento revestido de signos” (FOUCAULT, 1970[1996]).

Jourdan (2019, p. 54), por exemplo, no que respeita à representação na linguagem, explica que ela “elide a materialidade do discurso, seus perigos, suas possibilidades subversivas colocando-o na ordem do significante”. A autora, embora discorra em artigo abordando a representação tanto do poder quanto da linguagem em termos foucaultianos, faz-nos pensar que o analista de discursos, claro está, precisa afastar-se por ora dos formalismos linguísticos, pois é tentado a olhar não só o linguístico, mas eu diria, a conjuntura – dir-se-á o discurso como acontecimento.

Partindo dessa concepção, pode-se dizer, não é que “democracia” e “golpe”, ou ainda “ruptura democrática” tenham um sentido conservado neles mesmos, mas o sentido que tais palavras veiculam resultam de um exercício de poder. As relações de poder parecem determinar os sentidos. Não fosse assim, não teríamos posições tão divergentes entre o que pensa do *impeachment* de Dilma a Carta Maior e a Folha de S. Paulo, estes, os mais opostos dos veículos examinados. Guiando-nos por Bakhtin/Volochinov (1999, p. 66), “a linguagem é uma arena”, e esse jogo de forças do qual ela é constituinte se apresenta nesses moldes o tempo todo, justamente porque lhe é constituinte. Logo, remetidos estamos ao binômio saber-poder de que trata Foucault, sobre como os discursos emergem fazendo conta a essas duas relações humanas.

A imprensa, por seu turno, ignora as lutas políticas e as formações discursivas que dirigem certos sentidos, desse modo, atua mais ou menos similarmente a um dicionário particularizado, como quando diz “democracia é...”, não foi golpe, pois “golpe é...” Em análise inicial, observamos que, com exceção de Carta Maior, os outros jornais esqueceram-se dos pequenos acontecimentos do fato; nessa direção, a atribuição de sentidos a palavras como “democracia” é uma violência que se faz ao conceito. Já

dissemos aqui, mesmo a Ciência Política – por não estar considerando a questão linguageira – admite que não se pode falar em uma ou outra democracia, mas em várias.

Por exemplo, aqui estamos nos pautando nos conceitos mais clássicos de democracia, uma vez que não é o objetivo desta dissertação esmiuçar cada definição.

Aristóteles bem desenvolveu na Antiguidade Clássica o conceito de governo democrático em sua obra *A Política*. Bobbio, Matteucci, Pasquini (1998, p. 330) dizem que:

Da democracia entendida em sentido mais amplo, Aristóteles subdistingue cinco formas: 1) ricos e pobres participam do governo em condições paritárias. A maioria é popular unicamente porque a classe popular é numerosa. 2) os cargos públicos são distribuídos com base num censo muito baixo. 3) são admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos entre os quais os que foram privados de direitos civis após processo judicial. 4) são admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos sem exceção. 5) quaisquer que sejam os direitos políticos, soberana é a massa e não a lei. Este último caso é o da dominação dos demagogos, ou seja, a verdadeira forma corrupta do governo popular.

A definição aristotélica é solicitada até os dias de hoje quando o tema é democracia, pois como se sabe, seus estudos influenciaram as correntes de pensamento sobre organização social e política até a Idade Média; trata-se de um entendimento seminal para falar de outros tipos de democracia.

Com Rousseau, Hobbes e Locke, contratualistas, a noção moderna foi sendo cunhada. Também é sabido que as proposições que fizeram só emergiram em função das ideias iluministas do período, portanto, a concepção de que trocamos a liberdade pela segurança – como quis Thomas Hobbes em *O Leviatã* – responde a um marco temporal na formulação do que seria para esses pensadores a própria democracia.

Bobbio, Mateucci e Pasquini (1998, p. 322) lembram ainda do papel de Nicolau Maquiavel (1469-1527) nas reflexões sobre o poder do governante, que poderia estar centralizado (como nas monarquias) ou distribuído (como nas Repúblicas), essa última suposição ainda não nos leva a identificar esse modelo monárquico como poder distribuído na República, como seria com o regime democrático, que aliás, vai cada vez mais sendo definido como policrático.

Façamos agora um cotejo com os discursos da contemporaneidade. Norberto Bobbio (1909-2004), teórico italiano do pensamento político, escreveu inúmeros livros sobre democracia, em especial sobre a qual mais temos visto hoje. Para Bobbio (1998), quando trata de democracia no contemporâneo, pelos caminhos da filosofia, há três

grandes confluências do pensamento político, quais sejam: a teoria clássica, frequentemente divulgada como teoria aristotélica; a teoria medieval, segundo o autor, “de origem romana apoiada na soberania popular”; a teoria moderna, conhecida também como teoria de Maquiavel, “nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias”,

segundo a qual as formas históricas de governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de democracia, de república (BOBBIO, MATEUCCI, PASQUINI, 1998, p. 319).

Como o leitor pode ver, não é simples a definição de oposição à democracia, nem mesmo quando se entende que ela funciona segundo as regras através das quais se ergueu. As definições são mais políticas e históricas que semânticas, se olharmos nessa direção. Por outro lado, para falar de interrupção de alguma cláusula sobre regras a partir das quais se ergueu há igualmente uma série de definições: “revolução”, “*impeachment*”, “golpe”.

Como as definições estão ancoradas em certa historicidade, elas não se limitam aos usos que Bobbio faz da democracia; certamente há muito a ser observado e acrescentado no que tange ao pensamento político.

Acreditamos assim, que em face de nossa pesquisa, há observações a serem feitas no que respeita aos procedimentos internos, especialmente sobre a noção de comentário.

Ainda em *A Ordem do discurso*, Foucault afirma que o *comentário* é um procedimento de delimitação do discurso, pois se caracterizaria por novas formas de se falar de um mesmo tema, utilizando-se de outras palavras, seja através de citação, repetição ou paráfrase. O que está na base do comentário é a possibilidade de se falar de discursos a partir dos originários e de acrescentar ideias a um discurso já preexistente. Na verdade, fica impossível apontar a origem de determinado discurso, mas é certo que eles funcionam como uma “colcha de retalhos”, unidos de pequenas, médias e grandes partes, que à primeira vista parecem não se comunicar, porém, formam um todo significativo. Justamente essas partes de tamanhos menores vêm a ser o desnível de que fala Foucault sobre os discursos primários e secundários.

Quando falamos sobre democracia e sobre golpes estamos nos dirigindo não a discursos únicos, mas a discursos de natureza compósita, que foram sendo incorporados

a esses conceitos, pois há um reconhecimento de visões da mídia, visões partidarizadas e mesmo de distintas teorias políticas. Ao mesmo tempo, a repetição lhes delimita o sentido, quando tais conceitos poderiam ter sido construídos de forma totalmente diversa do que temos hoje, o que não significa avaliá-los em termos de “bom” ou “ruim”, mas mostrar que sua identidade é relativa, e é, enfim, produto de coerção interna.

Ainda sobre ‘comentário’, julgamos que fosse produtivo inserir aqui com vistas a exemplificar ao leitor, algumas anotações de um artigo intitulado *Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina* (BALTAR, LOURENÇO, SILVA, 2018). A tese defendida pelos autores do texto me pareceu bem afeita ao ‘comentário’ foucaultiano, pois se critica exatamente a replicação de uma noção hegemônica, praticamente única, de democracia; noção esta que não precisa, e mais que isso, nem deve ter a mesma aplicação para se estudarem as relações ocorridas nos países latino-americanos, que têm história e práticas diferentes de países europeus, por exemplo.

Chama-nos também a atenção o alerta que fazem os professores aos seus pares na academia. Do lugar enunciativo da Ciência Política, Baltar, Lourenço e Silva (2018, p. 74) propõem que os saberes das Ciências Sociais na América Latina (notadamente os da Ciência Política) precisam se desvincular das definições de democracia e de golpe propostas pelas teorias políticas eurocêntricas; nós, analistas de discurso, propomos ideia parecida, e como se sabe, evocamos as particularidades de linguagem para tal. O que consideramos objetivamente é: os conceitos – golpe ou democracia – não são por si mesmos autossuficientes em sentido; frequentemente, essas duas definições estão sempre acompanhadas de um qualificativo, e até formam um sintagma. Veja-se que para ‘golpe’ temos: “golpe militar”, “golpe parlamentar”, “golpe de Estado”<sup>35</sup> etc. Para ‘democracia’ encontramos em franco uso: “democracia liberal”, “democracia representativa”, “democracia de massas”, “democracia para poucos”, entre outros. Na verdade, pode-se pensar que não se trata de mera ‘não plenitude’ de sentido dos termos, mas se são conjugados com outro que lhe especifica, é porque seus sentidos são vários, e são diversos porque estão atrelados a diferentes condições de produção desses

---

<sup>35</sup> Inclusive, “golpe de estado”, palavra bastante generalizada, é tida como ocorrência de galicismo. Teria sido empregada por um teórico de assuntos políticos, de origem francesa, Gabriel Naudé, em sua obra “*Considérations politiques sur les coups-d’état*”, de 1639. Nela, Naudé defende que o próprio príncipe poderia tomar ações drásticas e extraordinárias para manter-se no poder em caso de levante ou tentativa de derrube. Portanto, um instrumento forte para manter-se no poder.

sentidos, algumas das quais se encontram registradas na historiografia. Por exemplo, sabe-se que “golpe militar” não é o mesmo que “golpe institucional” (já houve acontecimentos dos dois tipos no mundo em países vários), da mesma forma, sabe-se (ou deveríamos saber), conforme reivindicam Baltar, Lourenço e Silva, que democracia liberal é um acontecimento, ou melhor, um movimento, que nasceu de uma história particular, não tendo o porquê de o conceito ser empregado em sentido universalizante. Para os autores:

Democracia é uma noção polissêmica e em constante desenvolvimento e disputa que, no entanto, foi padronizada (logo empobrecida) nas últimas décadas – e os setores hegemônicos da ciência política no centro e na periferia têm responsabilidade nesse processo. Em suma, deve-se expandir a noção de democracia, reconhecer a pluralidade do conceito e de suas práticas, bem como aceitar sua historicidade (a democracia assumiu diversos sentidos e formas no passado, e adquirirá outros mais no futuro). Trata-se de ideias contra-hegemônicas no campo, hegemônicas por uma perspectiva analítica institucionalista e de viés liberal, ademais pouco afeita ao reconhecimento de que democracia é um significante em disputa, definido pelos conflitos sociais e simbólicos, que por isso terá significados diversos de acordo com o lugar e ao longo do tempo. (BALTAR, LOURENÇO, SILVA, 2018, p. 74-5)

A indagação entre os autores é exatamente a de que as teorias pensadas na América Latina (AL) para conceituar democracia ou golpe desenvolveram-se por muito tempo na origem de uma teoria maior, que, tendo esta partido dos ideais gregos chegou, ulteriormente, a uma perspectiva demasiadamente liberal, até que empobreceu o(s) sentido(s), de maneira a torná-los um só, estáveis, isso tudo caracterizado, segundo eles, por uma dependência também epistêmica.

Ora, para finalizar, segundo Foucault (1970[1996]), discursos há “que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer.” (p. 07). Trata-se, talvez, da comodidade da repetição (não se analisam as asperezas do uso de certas palavras). De outro modo, tem-se uma rarefação de sentido, que é sempre o mesmo, quase não importando a situação contextual da qual emerge.

Quando se lê a palavra ‘democracia’ na FSP, na Carta Maior ou no *Le Monde*, tendemos a nos deter no significante da mesma, mas entendê-lo e fixá-lo não são as únicas pistas para a análise; as palavras trazem consigo acontecimentos, os quais não cessam, os quais continuam a se “presentificar”, e o nome desses acontecimentos, embora visível, pode ser uma armadilha, de vez que as práticas são aquilo que nos interessa.

### 2.3 Se é golpe, de que golpe estamos falando?

Escrever sobre os sentidos da palavra “golpe” não é tarefa das mais fáceis. Já argumentamos que se os sentidos fossem imanentes às palavras, a linguagem seria também praticamente transparente. Porém, o que define os sentidos de uma palavra, em última instância, é a luta, é o poder do qual queremos nos apropriar. Para nós, na qualidade de pesquisadores, a circulação de enunciados em torno da destituição de Dilma mostrou-nos a luta pelo poder através da palavra, sendo esta a instância primeira de que o poder precisa para poder estabelecer-se (num dado domínio, num dado campo, num dado momento e lugar).

De forma concisa, apresentaremos, na sequência, o que Foucault entende por poder e o quanto ele considera que este influencia os discursos controlados pelas instituições.

Na década de 70, parte de sua obra esteve voltada ao que o próprio pensador chamou de “análise do poder”, possivelmente na intenção de diferenciar a sua propositura de uma “teoria geral do poder”. (MAIA, 1995). Foucault bem sabia que suas ideias não teriam um estatuto replicável em número variado de situações tampouco pudessem ser úteis para todas as épocas; suas reflexões sobre o poder não seriam a-históricas.

Também Foucault cuidou de se afastar de uma elaboração conceitual que colocasse o poder no centro das instituições, ou seja, ele não coaduna com o pensamento clássico (principalmente concebido no seio da Ciência Política ou das Ciências Sociais) de que o poder vem eminentemente de um soberano. Ele não nega a existência e os tentáculos do Estado, mas prefere voltar-se ao poder circulante, em sua microfísica, por assim dizer. Para Foucault, cada um de nós somos produtos e sujeitos de poder ao mesmo tempo. Produzimos poder, portanto.

Jourdan (2019), em *Foucault e a ruptura com a representação*, articula o pensamento do filósofo sobre o poder e o discurso. Ela sugere que, da mesma forma que o poder não é centralizado, mas se põe como um feixe de relações, o discurso é o que move este poder. Para se ter o poder, é necessário primeiramente controlar o discurso. Não pretendemos propor aqui análise distinta dessa; e o modo como os enunciados sobre o golpe circularam (especialmente no espaço midiático) revela com clareza essa

dupla articulação reforçada por Jourdan (2019) em seu artigo. Tal é a condição das narrativas propaladas entre nós acerca do desfecho do governo Dilma desde então 2016.

Em parte das discussões, capturadas de forma intensa pela mídia, nacional e internacional, ecoam dizeres sobre o(s) sentido(s) da palavra “golpe”. Assim, tanto para a FSP quanto para o diário *Le Monde* (este num primeiro momento), o uso do termo pela ainda presidenta Dilma e por certos atores era um disparate, afinal, não era o caso de se estar empregando a força para derrubar uma governante eleita, que, segundo a Folha, apenas respondia pela sua impopularidade, advinda sobremaneira do ‘estelionato eleitoral’ de que teria se valido para poder dialogar com outros setores e, assim, obter apoio político.

Possenti (2016), em *Diferenças condensadas em palavras*, discorre sobre o evento de 2016, contextualizando-o, introdutoriamente, passando depois à menção sobre questões políticas e jurídicas, analisando na sequência as definições de democracia, povo e golpe, emprestadas seja de dicionários, como o *Houaiss*, seja de obras mais densamente teóricas.

Interessa-nos, contudo, a parte em que escreve sobre a palavra “golpe” (POSSENTI, 2016, p. 1082). O linguista toma a palavra golpe em quatro perspectivas: apresenta o vocábulo pela óptica dos dicionários; focaliza o termo como um pré-construído; comenta “declarações de origem enunciativa diferentes”, e mostra, ao final, lances retóricos nas tentativas de apropriação da palavra.

Quando se referem às condições políticas, tanto *Houaiss* quanto *Caldas Aulete* empregam a palavra “violência” comungada com o ato golpista, mas o primeiro também registra que se trata de atitude artilosa, estratégia vil, que é, entre outros argumentos, o defendido pelo discurso segundo o qual *impeachment* é golpe. Possenti (2016) define como golpe prototípico aquele relacionado ao uso da violência quando de sua execução.

Dicionários de política, por sua vez, tendem a considerar que a subversão da ordem constitucional – com ou sem violência – caracteriza um golpe de Estado. Essa é, particularmente, uma questão interessante, reveladora mais uma vez da luta pela palavra, que é igual a luta pelo poder. Se se discute, como foi o que fez parte da mídia e de “militantes”, o completo enquadramento da destituição nos rituais da lei, inclusive dos que a própria Constituição Federal de 1988 recomenda, tem-se o *impeachment*, tem-se a legalidade sendo respeitada, mas os que adotaram tal postura tiveram, em muitos momentos, que se abster do mérito. No que tange à mídia, Carta Maior e *Le Monde* lembravam com frequência que a maioria dos deputados e senadores que iriam julgar

Dilma tinha seus nomes envolvidos em atos de corrupção. De certa forma, puseram-se a discutir questões para além da “legalidade” constitucional da destituição de Rousseff.

Voltando às abordagens de Possenti, ao discorrer sobre o pré-construído, menciona também a estabilidade ou não dos sentidos. Sabe-se, entre nós, que o pré-construído, noção desenvolvida primeiramente por Paul Henry (1993), filósofo e amigo de Pêcheux, estabelece uma relação entre domínios de pensamento por meio de um encaixe sintático de uma oração subordinada relativa. Por esse tipo de construção, dá-se a entender que o sentido de um termo é cristalino, sobretudo dentro de uma mesma formação discursiva (POSSENTI, 2003).

No artigo que estamos aqui a resenhar ao leitor, Possenti (2016, p. 1089) afirma:

Assim, eventualmente, enuncia-se “golpe” como se seu sentido fosse estabilizado. Por isso, ocorre muito frequentemente sem adjetivo, sem qualificação. Pode não ser óbvio para todos os enunciadores, mas é óbvio para os que enunciam no interior de determinado pensamento. Assim, os que pensam que o *impeachment* é um golpe dizem “o golpe”, e dizendo “o golpe” implicam que o consideram um golpe.

De uma perspectiva um pouco diferente, comentamos sobre isso acima, mas com relação ao conceito de ‘democracia’, que é dado como estável e como espelho das instituições, e não só pela mídia (antes fosse), mas também pela própria Ciência Política, conforme vimos em Baltar, Lourenço e Silva (2018).

Possenti (2016) irá dizer então que a análise dos pré-construídos, insistimos, esses bastante ligados a uma determinada formação discursiva, nos dará indícios de que tipo de pensamento se irrompe na ordem da frase; no caso do “golpe” eles não parecem revelar que os sujeitos considerem formas não prototípicas de golpe. Para ele, “os efeitos do sentido prototípico de golpe levam a entender implicitamente golpe como golpe militar”, portanto haveria nisso um *script* já tradicional.

Com respeito ainda às declarações enunciativas e aos lances retóricos, pode-se dizer que, a certo momento, o que pairou na mídia (principalmente com divulgação da FSP, jornal Estadão, O Globo) foi a tese de que a destituição de Dilma seguiu um processo legal, previsto como é a todos os processos de *impeachment*, e por isso, não se poderia falar em ‘golpe’, mas o que se sucede é que os que contestam o *impeachment* não contestam os ritos, e sim a hipótese de que não houve crime de responsabilidade que sustentasse um processo de destituição, a ser percorrido no Congresso brasileiro e posteriormente chancelado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A guinada que os meios de comunicação, quase em uníssono, conseguiram dar ao assunto, revelou-se

producente, a nosso ver; isto porque enquanto as discussões circundavam mais fortemente no que concerne ao uso ou não da palavra ‘golpe’, o acontecimento foi passando, e não se fez largas referências ao que o teria ensejado, e melhor, ao que estava expresso nos discursos, dos quais é preciso sempre duvidar.

Como dissemos, as ideias contidas em torno das palavras ‘democracia’ e ‘golpe’, sejam elas na forma de pré-construído de uma dada FD, sejam elas reforçadas a partir do que entende por *comentário* em Foucault (1970[1996]), apontam que a estabilidade dos sentidos e a visão teleológica dos fatos não são empregadas unicamente pela mídia.

No tópico anterior, falamos do conceito ‘democracia’ concernente às teorias políticas das quais os pensadores contemporâneos da área ainda se valem; desse modo, para finalizarmos este tópico, vou introduzir breve e novamente as considerações de Baltar, Lourenço e Silva (2018) que falam agora sobre formas de golpe, dando origem ao que se poderia convencionar de “neogolpismo”. Todavia, é na convenção de conceitos que mora o problema, pois a régua que nos permite identificar um deslocamento de sentido não nos serve de forma tão prática; é que eles podem ser aceitos num determinado círculo social, mas rechaçado em outros, de acordo com a posição-sujeito a ser adotada pelos sujeitos em uma dada FD.

Desta feita, Baltar, Lourenço e Silva (2018) argumentam que a estabilidade e a institucionalização de parâmetros mínimos para se definir democracia produziram no interior de uma concepção hegemônica e subalterna uma sensação de segurança que, segundo eles, mostrou-se equivocada.

Ao olharem para o fenômeno das rupturas democráticas aqui na AL, os autores sustentam que os cientistas políticos da região deverão olhar tais eventos não mais por olhos eurocêntricos. Ainda na década de 1980 foram cunhados termos pelas teorias políticas como “presidências interrompidas” (BALTAR, LOURENÇO, SILVA, 2018 *apud* VALENZUELA, 2004), “caídas presidenciais” (BALTAR, LOURENÇO, SILVA, 2018 *apud* HOCHSTETLER, 2008), “remoção do presidente”, de Pérez Liñán (2007); tais empregos hoje são insuficientes para a descrição do que vem acontecendo em vários países da AL, incluindo-se o Brasil, pois à época os seus usos estavam condicionados aos conflitos internos vividos pelo presidencialismo na América Latina.

No tópico seguinte, vamos nos aprofundar nessas novas formas de golpe a partir da leitura que faz Todorov em “Os inimigos íntimos da democracia”, pretendemos mostrar que os deslocamentos de sentido dos termos empregados são sintomas de um evento agora bastante corriqueiro e preocupante: as crises das democracias,

notadamente das ditas liberais. No Brasil, este processo não aconteceria, ao menos, sem a espetacularização promovida pela mídia, sobre o que discorreremos também.

#### **2.4 Os inimigos íntimos da democracia: novas configurações no contemporâneo**

Tzvetan Todorov foi um teórico da literatura nascido na Bulgária, em 1939. Sua obra foi transpassada por indagações de natureza filosófica e política; entre seus livros de destaque estão *A conquista da América* (1982) e *Os inimigos íntimos da democracia* (2012), este último lançado cinco anos antes de sua morte.

Viveu experiências do regime comunista búlgaro, tendo ido depois se exilar na França dita democrática. Há em *Os inimigos íntimos da democracia*, nos entremeios de suas ideias políticas, também narrativas pessoais.

Todorov observou os movimentos, até certo ponto institucionalizados, de tomada de poder nos países ocidentais; ele também acredita que, em meio a isso tudo, temos fragilizado o conceito de democracia e de liberdade, e o faz, comparando os regimes socialistas e suas percepções, bem como os regimes neoliberais.

O escritor alerta-nos para pensarmos como as democracias morrem internamente, assim como elas sofrem ingerências externas, como o já conhecido caso do imperialismo norte-americano. Todorov cita o exemplo da guerra que os Estados Unidos empreenderam contra o Iraque (2003) sob o pretexto, nunca comprovado, de que aquele país dispunha de armas de destruição em massa. Várias ações parecidas se seguiram a esse acontecimento, como são citadas também por Todorov as ações de bombardeio da OTAN (Organização do Atlântico Norte), após a revolução popular na Líbia.

Com Todorov, pode-se pensar ainda as formas como as democracias se arranjam para depois serem atacadas internamente, algumas vezes por seus próprios princípios, ou pela própria imprensa, instituição da qual ela mesma não pode prescindir, e o tempo de convalescença para seu reestabelecimento nos países às vezes é lento.

Como dito anteriormente, o escritor – a partir de experiências históricas – disserta sobre as possibilidades de acontecimento e de impedimento da democracia, aliada à liberdade, pensando no socialismo, no capitalismo, citando também o anarquismo (de forma muito breve). Mas ele irá destinar boa parte da obra para

comentar as problemáticas do populismo, um fenômeno muito citado atualmente.<sup>36</sup> Segundo ele, a ideia de que o povo é soberano é o que caracteriza um regime democrático, porém, tal como o progresso e a liberdade, diz Todorov, o povo pode também tornar-se uma ameaça para essa forma de governo; é o que se revela na oposição entre populismo e democracia, por exemplo.

A título de exemplo: recentemente, após a destituição de Rousseff, a própria palavra “povo” tem sido evocada de forma totalmente ampla, em deslizamento de sentidos distintos. Certamente, quando se referia à população ou ao “povo brasileiro”, o governo de antes da ruptura não fazia referência de forma a fragmentar os habitantes de nosso país. Por outro lado, o ex-presidente Michel Temer se reportava ao povo como boa parte da população que, nas palavras dele, estava alijada das instituições brasileiras, não pertencia a elas, deixando claro que, para ele, havia certa distância, como em “povo não tem apreço pelas instituições [...] convenhamos”<sup>37</sup> ou ainda “[...] Vocês sabem que governante precisa ter aplauso do povo, se não tiver, não consegue governar.”<sup>38</sup> Aqui, refere-se ao povo como estando apto a avaliar as atitudes de um governante ou não, mas não era – nem mesmo do plano de discurso – de costume do ex-presidente ‘atropelar’ as instituições para dirigir-se ao povo, como faz Jair Bolsonaro, em clara estratégia populista.

Ainda em 2015, quando era deputado federal, Bolsonaro fez a seguinte publicação em uma rede social “O povo é soberano, quando ele pede *impeachment*, é porque o governante só faz merda”<sup>39</sup>. Valendo-se do mesmo vocábulo, disse também (e essas são ocorrências recorrentes já na condição de presidente do país) “Povo armado, jamais será escravizado”<sup>40</sup> ao advogar o uso de armas pela população, mesmo sabendo que só uma parte dela poderia ter acesso a esse questionável recurso para garantir

---

<sup>36</sup> Todorov, no livro mencionado, dedica um capítulo ao tema, chamado “Populismo e xenofobia”, cap. 6, pelas Edições 70. (2020)

<sup>37</sup> Disponível em <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/12/povo-nao-tem-apreco-pelas-instituicoes-diz-michel-temer.html> Acesso em 04 de nov. de 2020.

<sup>38</sup> Disponível em [w.terra.com.br/noticias/brasil/depois-de-admitir-se-candidatar-temer-diz-em-evento-na-bahia-que-tem-que-governar-com-o-povo,370365acfbfc497ce9812bc7ca5b971aq88lhhp0.html](http://w.terra.com.br/noticias/brasil/depois-de-admitir-se-candidatar-temer-diz-em-evento-na-bahia-que-tem-que-governar-com-o-povo,370365acfbfc497ce9812bc7ca5b971aq88lhhp0.html) Acesso em 04 de nov. 2020.

<sup>39</sup> Disponível em <https://www.brasil247.com/midia/bolsonaro-em-2015-quando-o-povo-pede-impeachment-e-porque-o-governante-so-faz-merda> Acesso em 04 de nov.2020.

<sup>40</sup> Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/povo-armado-jamais-sera-escravizado-afirma-bolsonaro.9b8abaa45f5876d9e4c1cd1d7b65d520cpgohq8a.html> Acesso em 04 de nov. 2020.

segurança pública; bem como proferiu em outubro último sobre a vacina de origem chinesa contra o coronavírus “o povo brasileiro não será cobaia”<sup>41</sup>.

No emprego da palavra utilizada por Bolsonaro, vê-se que ele convoca o povo a falar e a se expressar sem a mediação de instituições, sejam elas de segurança pública, de saúde, científica, o que é visto como atitude populista, na qual a inclusão do povo – que um líder político sabe não alcançar a todos – é considerada uma ameaça ao funcionamento democrático, o que não deixa, pois, de ser paradoxal.

A situação é extensiva quando nos referimos aos povos de outros países, os imigrantes. Na clássica frase pronunciada por Donald Trump, ainda presidente dos EUA, “A América para os americanos” ou ainda pelo partido popular dinamarquês, “a Dinamarca para os dinamarqueses” fica evidente que o sentido de povo não pode assim ser tão abrangente, pois sua noção – na boca dos governantes – serve também a interesses políticos os mais escusos (xenofóbicos, p. ex.).

São reflexões, ainda que provisórias, deixadas por Todorov em seu livro, e que nos fazem refletir sobre como os perigos que ameaçam o regime podem estar na própria condução das democracias, que vai depender e variar bastante conforme os líderes políticos, segundo as associações que promovem, e o uso que fazem do discurso, uma forma de poder, portanto.

Também questionável a afirmação de que o populismo seria um vestígio de regimes totalitários, coaduna-se mais a uma nova configuração para novos regimes que se autointitulam democráticos (no fim do século XX). Isto não quer dizer que aspectos fascistas ou nazistas deixaram de existir por completo – tanto que se fala em neofascismo e em neonazismo, mas há movimentos, há gestos políticos que os evocam. Com efeito, vimos que há como “incluir o povo”, pois, quando se buscam as massas, utilizando-as mesmo como manobras de viés político e ideológico, o efeito parece ser mais intensificador para a proposta do movimento e menos desgastante para o(s) líder(es) deste movimento<sup>42</sup>.

A esse respeito, Deleuze e Guattari (1996) falam em “microfascismos”, pensados no interior dos processos de subjetivação dos sujeitos, e portanto, são

---

<sup>41</sup> Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-sobre-vacina-chinesa-o-povo-brasileiro-nao-sera-cobaia> Acesso em 05 de nov. 2020.

<sup>42</sup> De nosso entendimento, é nesse sentido que Bolsonaro busca estabelecer seu discurso, deslizando o sentido das palavras das quais lança mão; muitas vezes palavras cujos significantes são bastante usuais, e que por isso são atiradas no jogo do que elas “são” e do que “não são” na sua boca, na sua escrita... Por exemplo, a democracia de que fala Bolsonaro pode não ser a mesma que ouvimos ser proferida por governos que o antecederam, da mesma forma quando se refere a golpe, a povo, à soberania, etc.

processos com altas chances de prosperidade, uma vez que não se precisa mais centralizar dada ideologia na figura do Estado, a exemplo do que fora o fascismo de Mussolini na Itália, na década de 20 do século passado.

Os sujeitos tenderiam a incorporar a violência, o discurso de ódio, a xenofobia, a reescrita da história, o deslizar dos sentidos de certas palavras (mas não só isso), assumindo em “molecularidade” os novos discursos originariamente estatais, entre os quais, está o do populismo de esquerda e de direita, a que também se referiu Todorov. Assim, de certa forma, pode ser que o inimigo esteja em nós também, o que seria apenas um sintoma de países em crise, mas não a origem da causa, que é sempre multifacetada. O escritor búlgaro assim afirma no fechamento de seu livro:

Viver numa democracia continua a ser preferível à submissão num Estado totalitário, numa ditadura militar ou num regime feudal obscurantista. No entanto, corroída assim pelos seus inimigos íntimos, engendrados por si mesma, a democracia já não está à altura das suas promessas. Os seus inimigos têm uma aparência menos assustadora do que os do passado que a atacavam de fora, não projetam instaurar a ditadura do proletariado, não preparam um golpe de Estado militar, não cometem atentados suicidas em nome de um deus impiedoso. Usam as vestes da democracia e, por isso, podem passar despercebidos. Mas não deixam de representar um verdadeiro perigo: se não lhes opusermos resistência, acabarão um dia por esvaziar este regime político da sua substância. (TODOROV, 2012[2020], p. 205).

Na mesma direção do que nos sugeriu Todorov e afinando um pouco mais, Tokatlian (2009) usou o conceito de “neogolpismo” com vistas a argumentar que essas novas modalidades de tomada do poder se diferem na forma dos golpes tradicionais, como os citados no excerto acima. Para o autor, “o novo fenômeno tem como protagonistas os civis, com o apoio tácito ou uma conivência explícita das Forças Armadas” (Baltar, Lourenço e Silva, 2018 *apud* Tokatlian (2009)). No caso brasileiro em tela, como se vê hoje pelos desdobramentos, parece ter havido uma colaboração de generais das Forças Armadas para dar possível sustentação ao rompimento da normalidade democrática, ao mesmo tempo em que “monitoravam” integrantes do MST (Movimento dos Sem-Terra) para amenizar manifestações de rua. As declarações foram dadas recentemente por ocasião de um lançamento de um livro<sup>43</sup> com o registro de memórias do ex-presidente Michel Temer, que, de vice, passou a ser visto pelos

---

<sup>43</sup> A Escolha - Como um presidente conseguiu superar grave crise e apresentar uma agenda para o Brasil (Michel Temer, 2020).

partidários da ex-presidenta como mentor de um golpe para se ao cargo após a saída dela.

Parece não ser tarefa fácil remover um governo do poder, qualquer que seja ele, sem que se arme antes um discurso e uma acontecimentalização. Aqui, movidos pela grande mídia, os políticos e membros do Judiciário brasileiro precisaram instaurar um discurso produtor de um fato; foi assim que foram trazidas à baila questões atinentes à pauta de costume (parecem ter importado de outro países do Ocidente), questões também fortemente ligadas ao fato de termos na presidência uma mulher (daí a decorrência de um discurso de uma sua suposta inabilidade em governar), e daí também a aproximação de argumentos dessa natureza com o discurso misógino. Outra concorrente, muito impulsionada pelos jornais (a Folha de S. Paulo, com inúmeras ocorrências), foi a pauta da corrupção. Sousa (2016), que analisa dispositivos de saber/poder, tem uma contribuição valiosa para nossa dissertação, pois escreve neste caminho, que avalia um discurso preexistente à própria crise, sem o qual não seria possível trazer para a sociedade a sensação de insegurança e de instabilidade política, que culminaram no apoio da destituição de Dilma.

## **2.5 Mais um pouco em Foucault: o golpe como preenchimento estratégico e dispositivo: discurso de crise na mídia e espetacularização na política**

Preparando a finalização deste capítulo, ocorreu-nos que todas as formas novas de deslocamento, não só do termo, quanto da própria democracia, bem como a tentativa de responder às novas configurações golpistas, não poderiam deixar de responder a uma urgência histórica, e que isso, como sabemos, é manifestado não só pelo discurso, mas por práticas discursivas, de maneira tal que não podemos nos limitar apenas ao enunciado linguístico.<sup>44</sup>

Logo, essa percepção pode nos remeter a um conceito bastante produtivo, qual seja, o de dispositivo. É sobre ele que falaremos a seguir.

---

<sup>44</sup> Por práticas discursivas, entendemos, consoante Foucault, que são a atualização do discurso no tempo e no espaço, o lugar mesmo da institucionalização da palavra. Gregolin (2004, p. 59) afirma que o “discurso é o fio condutor das investigações de Foucault” e que, ao longo de seu percurso, o filósofo priorizou estudar as práticas discursivas que formavam os objetos dos quais falavam, afastando a hipótese saussuriana de que o discurso seria uma junção de signos que remetiam a conteúdo ou representação das coisas.

Não desejamos que a inserção de um tópico para falar de dispositivo, embora esteja prometido na introdução deste trabalho, seja vista como mera citação conceitual. Explicamos-lhe que não nos ocorreu, de pronto, a percepção de que uma análise de discurso poderia levar em conta outros fatores que não só o linguístico, embora ele seja crucial em termos de análise de materialidade. Quando nos propomos, aí sim, pensar uma teoria ou disciplina no sentido foucaultiano, desconfiamos até mesmo das repartições onde elas são colocadas, o que revela ser recomendável tentar saber por qual relação de saber-poder uma disciplina se constituiu.

Posto isso, devemos dizer que, no caso de nosso objeto, a análise de editoriais “reveladores” de traços de discursos vários sobre a destituição de Dilma, fez-nos enxergar que por trás do linguístico há uma prática social, poder-se-ia dizer “práticas discursivas”, em que o discurso é elemento central, mas não opera sozinho para direcionar ações, estratégias e políticas.

Pensando nisso, a noção de dispositivo vem então a ser um aporte teórico-metodológico do nosso trabalho (SARGENTINI, 2015) que busca convencer ainda mais o leitor acerca da leitura que aqui estamos construindo sobre a destituição não só de Dilma, mas como este evento se inscreve numa rede, com propósitos bem diferentes do que a grande mídia tem pensado para e por seu público.

Não se trata, porém, apenas de uma tentativa de convencimento de nossa parte, uma vez que o próprio conceito de dispositivo utilizado por Foucault não se separa da noção de discurso. Para Foucault (2014, p. 47 *apud* Sargentini (2015, p. 22)), “dispositivo é um caso muito mais geral de *episteme* (...) diferentemente do dispositivo que é ele próprio discursivo e não discursivo”. *Grosso modo*, sem o discurso não há dispositivo, e vice-versa.

Foucault operou essa noção ao estudar as formas disciplinares e a história da sexualidade, mas é certo que motivou outras formas de dispositivos pensadas posteriormente por estudiosos que seguiram em seu encalço. Aqui importa registrar ainda que o conceito não teve uma definição tácita feita pelo filósofo.

Mas em suma, um dispositivo *pode ser*<sup>45</sup> definido como um conjunto de práticas discursivas e não discursivas regidas sempre por relações de poder, tais práticas estão situadas num momento histórico, bem como respondem a demandas de seu tempo,

---

<sup>45</sup> O objetivo do itálico é enfatizar que novos aspectos, diversos do que Foucault propôs, podem ser adicionados ao conceito, como o fez Deleuze e Agambem, que o ampliaram. Pensar com Foucault não significa, de maneira nenhuma, não pensar além do que dele nos demos a conhecer.

visam a governamentalidade. O dispositivo coloca as condições de funcionamento de um discurso ou de um projeto numa sociedade tal, mas dada a sua imbricação muito ajustada entre o discurso e as instituições que dele se valem (leis, códigos, arquitetura, doutrina filosófica, enunciados científicos e mesmo religiosos), os sujeitos acabam não percebendo ao que estão submetidos, ou melhor, por que e como estão sendo governados. Trata-se, pois, de uma rede que reúne elementos heterogêneos.

Escrevemos isso para dizer que a retirada de Dilma do poder não é um fato isolado, tampouco nos interessaria apontar se isso foi golpe ou não, mas pensar em que lugar de um dispositivo isso ocuparia. Frente ao discurso de crise que a mídia buscou estabelecer na forma de consenso (Sousa, 2016) aliada a um processo de espetacularização, previsto no interior das práticas midiáticas hodiernas, encontrou-se um ambiente frágil para que se aceitasse a saída de Dilma, saída que pode ser vista como um preenchimento estratégico de um objetivo maior: a implementação de uma agenda neoliberal, tal como vem ocorrendo com nossos países vizinhos, se assemelhando mesmo a uma verdadeira onda geopolítica.

O preenchimento estratégico, se bem entendido, não é apreendido com facilidade num dado dispositivo, justamente por não estar no campo da visibilidade. O que ocorre é a rearticulação de elementos do dispositivo para atender a um fim que não fosse talvez o inicial. Assim como Foucault (1996, p. 245) menciona o exemplo da prisão, que, em princípio, estava destinada a separar os criminosos dos não criminosos e, com o tempo, foi transformada para atingir finalidades econômicas e políticas das mais variadas, mencionamos, de maneira análoga, resguardadas as devidas proporções, a destituição de presidentes pelos países sul-americanos. Não raras vezes, o que se segue após essas destituições é um esforço oriundo da classe dominante, por assim dizer, em implementar um programa que resulte na retirada de direitos sociais para posterior conformação a uma ordem neoliberal, a uma agenda – até mesmo moral – tida como mais à direita e muitas vezes manifestamente financiada pelos EUA.

Segundo Valente (2018):

A combinação dos problemas de origem interna e externa, a perda de popularidade, os escândalos de corrupção e a emergência de uma conjuntura internacional marcada por intensa disputa de poder entre grandes potências – e por um evidente chamamento feito pelos Estados Unidos à sua tradicional área de influência a se reposicionar no tabuleiro das alianças – deram vigor novo às elites políticas, sociais e econômicas que eram rivais aos governos progressistas em vários países latino-americanos – muitas delas, até aquele momento, enfraquecidas e desestimuladas devido às derrotas

eleitorais e à perda de prestígio nos anos anteriores. Vigor novo que as estimulou a novas articulações sociais e à recuperação do espaço político há anos perdido. A partir de 2009, gradativamente, as forças de oposição conservadoras foram se reorganizando e reconquistando terreno em vários países, especialmente em eleições legislativas e regionais.

Esses movimentos opositores, quando ainda não conseguiam a detenção do poder central, no limite conseguiam impor uma acirrada disputa política, seja em debates acalorados ou mesmo no próprio pleito eleitoral. Lembremo-nos de que Dilma Rousseff foi reeleita em 2014 em um resultado muito apertado. Tal resultado motivaria também a intenção de derrubá-la um ano e meio depois de sua posse.<sup>46</sup>

Ainda de acordo com Valente (2018, p. 61)

O caso brasileiro, exemplar por sua importância e complexidade, não foi o primeiro da região na história recente, mas pode se configurar como um perigoso estopim regional para uma nova onda de destituições, dessa vez amparadas pela roupagem da legalidade e do respeito à democracia, mas que se caracterizam, a priori, como formas não eleitorais de transição de poder e de reposicionamento de elites políticas nacionais.

Antes de 2016, Honduras (2009) e Paraguai (2012) haviam vivido situações semelhantes à experiência brasileira.

Inserindo-nos, como é inevitável, no quadro do neoliberalismo de então, não podemos pensar que essas novas formas de golpe estejam desligadas de um esforço de articulação de um dispositivo de poder ou mais particularmente, de segurança.

A respeito deste dispositivo, Sousa (2016), em um dos artigos que publicou sobre a questão, refere ao discurso da crise que antecedeu a queda de Dilma, que, segundo a autora, era necessário para gerar a devida instabilidade em seu governo, o que não foi pouco.

Para Sousa (2016, p. 168-69) “as eleições presidenciais [...] com a vitória de Dilma Rousseff não silenciaram os discursos de previsão de uma crise devastadora”, discursos esses que surgiram ainda no andamento de seu primeiro mandato. A autora afirma ainda que, se o mercado poderia reagir mal à sua eleição, de fato foi assim que respondeu. Outrossim, simultaneamente a isso começaram a pulular denúncias de corrupção contra os governos do PT na estatal Petrobras, que, só alguns anos depois, viriam, não por coincidência, atingir outros partidos políticos.

---

<sup>46</sup> Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541043-psdb-pede-ao-tse-auditoria-especial-no-resultado-das-eleicoes.shtml> Acesso em 05 de nov. 2020. V. também <https://www.otempo.com.br/politica/nao-havera-terceiro-turno-na-justica-eleitoral-diz-toffoli-1.963241> Acesso em 05 de nov. 2020. De fato, não houve terceiro turno, houve mesmo foi ruptura.

“Em primeiro de fevereiro de 2015, outro **fenômeno**<sup>47</sup> vai integrar o “Kit crise”, a possibilidade do *impeachment*”,<sup>48</sup> e o trecho a seguir é merecedor de atenção:

Empresa fez consulta sobre impeachment, diz revista. Segundo a *Veja*, parecer pedido por firma da Lava Jato é favorável a processo contra Dilma. Uma das construtoras acusadas na Operação Lava Jato encomendou um parecer jurídico sobre a viabilidade de um pedido de impeachment [...] com base nas descobertas sobre crimes e irregularidades na Petrobrás e está divulgando o material [...] (SOUSA, 2016).

Ora, vimos que a Operação Lava Jato, empreendimento jurídico e policialesco como nunca antes visto no país, contribuiu tanto para desestabilizar o mercado financeiro quanto para tingir de cor vivaz a pauta anticorrupção e somando-se a isso a ‘inabilidade’ de Dilma para lidar com a crise, os fatos rapidamente entram para a ordem do dia da agenda política brasileira. No próximo capítulo reservaremos ao leitor algumas ocorrências de enunciados que comprovam a aposta da mídia na falta de articulação da presidenta, em especial com o Congresso Brasileiro, pois, em outros momentos, o governo tivera dificuldades também em lidar com manifestações de movimentos sociais, como quando começou a impor um ajuste fiscal que se intensificaria nos anos seguintes. Citemos ainda a sanção da lei antiterrorismo (13.260/2016) por Dilma Rousseff, que, a pretexto de evitar manifestações durante os Jogos Olímpicos no Brasil, acabou por criminalizar também os movimentos sociais.

Fato é que num dispositivo de segurança que rege a população, o discurso de crise para gerar o medo pode ser produtivo para que uma ordem seja mudada ou mesmo rompida. Na grande mídia, a crise – de origem até então econômica – foi construída como um consenso, dessa forma, aparecem construções recorrentes, como “Apesar da crise”, mesmo quando o referente era positivo ao governo ou ao mercado.

Portanto, tais desdobramentos são a ambiência para uma destituição presidencial; observa-se, pois, que a problemática *impeachment* x golpe está circunscrita em demasia no aspecto linguístico, e como dissemos, a destituição de Dilma se deu entre fenômenos ainda em curso, e reduzi-la ao linguístico, isto é, ao visível, seria limitador para nossos propósitos discursivos. Nesse sentido, não

---

<sup>47</sup> Destaque nosso. Parece estar claro que a destituição da presidenta ocorreu em meio a fenômeno(s).

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 170.

há como nos valermos das noções foucaultianas sem que pensemos naquela de dispositivo, ainda que tenhamos privilegiado até o momento majoritariamente o primeiro Foucault (arqueológico).

Deter-nos-emos no próximo tópico que encerra este capítulo na espetacularização, que também é um fato de linguagem, bastante consumado no ato do *impeachment*, porém nem sempre completamente visível. De nossa concepção, a mídia incorporou tão fortemente as cenas espetaculares para transmitir a notícia que acabou, não raras vezes, por se confundir com o próprio espetáculo.

### 2.5.1 Destituição de Dilma é um “*show*” na sociedade do espetáculo

Iniciamos este último tópico chamando a atenção para o fato de que a mídia está (também) colocada lado a lado com a ordem econômica capitalista. Se perguntados se a mídia vende algum produto, diremos ao leitor que sim, em que pese o compromisso que parte dela mantém com a divulgação de informações necessárias ao nosso situar social. Mas parte ainda da indústria cultural (Adorno (1903-1969) e Horkheimer (1895-1973)), os grandes conglomerados da comunicação vendem por vezes a informação como parte de um *show*.

A relação entre política e mídia pautada pelo espetáculo, pode-se dizer, é fenômeno recente, próprio da pós-modernidade (PIOVEZANI *apud* GREGOLIN, 2003). Não é verdade, porém, que o espetáculo nunca se tenha feito presente até então, pois o que ocorreu foi uma intensificação dele, o qual já podia ser visto nos eventos religiosos e nos atos de governo desde o século XIX (RUBIM, 2002), “com o aparato sociotecnológico dos meios de comunicação”.<sup>49</sup>

O conceito foi, contudo, sistematizado em 1967 por Guy Débord em sua obra clássica *A sociedade do espetáculo*. Nela, o autor defende que o contexto capitalista é o espaço ideal para que ela se desenvolva, atrelada como está à produção de imagens que, por sua vez, responde ao acúmulo de capital.

Em termos de definição, Débord (1967[1997]), que foi leitor de Marx, anota que o espetáculo

consiste na multiplicação de ícones e imagens, principalmente através dos meios de comunicação de massa,

---

<sup>49</sup> Ibid., 2002.

mas também dos rituais políticos, religiosos e hábitos de consumo, de tudo aquilo que falta à vida real do homem comum: celebridades, atores, políticos, personalidades, gurus, mensagens publicitárias – tudo transmite uma sensação de permanente aventura, felicidade, grandiosidade e ousadia. O espetáculo é a aparência que confere integridade e sentido a uma sociedade esfacelada e dividida. É a forma mais elaborada de uma sociedade que desenvolveu ao extremo o ‘fetichismo da mercadoria’.

E antes mesmo do surgimento e advento das redes sociais, Débord ([1967], 1997) já chamava a atenção para o ‘governo das imagens’ sobre nós, e, segundo ele, preferiríamos a imagem à realidade. Os meios de comunicação têm importante papel no que se refere a essa nova linguagem imagética.

Se antes assuntos tidos como pertencentes mais à esfera privada ou ao mundo político (cujos bastidores estavam mais na ordem do secreto que do mostrável) eram resolvidos no campo da política ou no campo familiar, com os meios de comunicação captando o espetáculo, tais temas passaram a ser tomados como imagens, daí que bastidores da política viraram minisséries ou problemas como solidão, autismo, doenças psicológicas ocuparam também a grade televisiva ou seções específicas de jornal impresso e falado.

O problema, aponta Débord, é que o homem ficou submisso ao império das imagens, o que lhe retirou a possibilidade de ver um problema para além do visível e numa perspectiva mais emancipadora, como seria a do diálogo.<sup>50</sup>

Um ano antes do estouro dos movimentos de contracultura na França (maio de 1968), Débord acreditou que suas ideias pudessem ajudar no enfraquecimento da superposição de imagens, mas o que se viu, segundo ele próprio em *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (1988) é que o fenômeno se generalizou mais e mais.

Sendo assim, adiantamos ao leitor que, tomaremos como escopo o processo de impedimento de Dilma, sobretudo no que se refere a datas específicas (recebimento do texto por Eduardo Cunha na Câmara dos deputados, votação televisionada, saída de Dilma e sua repercussão).

Defendemos que, um dos motivos pelo qual a grande mídia – e dos veículos brasileiros analisados enquadra-se somente a Folha de S. Paulo – deu ampla publicidade ao processo de Rousseff é o fato de as manifestações que o envolviam terem nascido de

---

<sup>50</sup> Conforme mostrado nas figuras expostas neste trabalho, e com especial atenção para a figura 1 (no cap. 1), a imagem tem muita força para criar ambiência(s), e essa força é, pois, impositiva.

movimentos da classe média e da elite brasileira; mereciam o ‘devido’ destaque, portanto.

Sustentamos a afirmação acima com base numa pesquisa divulgada pelo Instituto *Datafolha* em março de 2016; conforme os dados por ela obtidos, 77% dos entrevistados que participaram dessas manifestações tinham ensino superior, na mesma exata porcentagem eles eram também brancos, 37% deles recebiam mais que 10 salários mínimos e quase 80% deles afirmaram ter votado no candidato derrotado do pleito federal de 2014.<sup>51</sup>

A partir de uma manifestação de rua em São Paulo que reuniu mais de 500 mil na Av. Paulista, segundo o mesmo instituto, todo e qualquer passo de Dilma, assim como dos presidentes das Casas legislativas, passou a ser vigiado e os bastidores tornaram-se fatos noticiosos.

Na mídia impressa, tivemos as seguintes capas:



**Figura 14** – Capa do jornal Folha de S. Paulo um dia após recebimento de pedido de *impeachment* / Objethos Word Press

<sup>51</sup> Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml> Acesso em 05 de nov. 2020.



Figura 15 – Capa da FSP em abril de 2016 / Objethos Word Press

Para auxiliar na repercussão do processo jornais vão recorrer com bastante frequência não só às imagens, mas também a números frutos de pesquisas.



Figura 16 – Capa do Estadão em abril de 2016 / Política Estadão – Internet

Note que o jornal usa o recurso das cores e das fontes gráficas para chamar a atenção de seu público-leitor; a imagem de Dilma não é gratuita e sua centralidade na capa dá a ideia do que o *impeachment* representou para o povo brasileiro.



**Figura 17** – Revista *Veja* em 20 de abril de 2016 / Internet

A revista *Veja*, ora se utilizando do expediente da derrisão, ora se valendo da agressividade, como uma mão a rasgar a “capa”, sugerindo desgaste, desuso, foi um dos veículos que mais fizeram campanha pela queda de Dilma, e a legenda fala em prévia perda de poder, fosse qual fosse o resultado do processo. Na ocasião, a revista antecipou sua edição nacional; afinal, o espetáculo tem que ser no momento, ele é que seria a própria notícia.



**Figura 18** – Revista tida como de orientação progressista / Blogsjconline – Internet

A metáfora, como a do jogo do baralho aplicada ao jogo político, é um recurso sobejamente empregado pela mídia para espetacularizar a notícia.

Na mídia falada, houve transmissão ao vivo da votação do impedimento na Câmara dos deputados, dias antes a TV Globo teria decidido com sua cúpula que o evento seria mostrado quase na íntegra e recomendou às suas emissoras a interrupção em sua grade de programação. Em reportagem trazida pelo site “AM Post”<sup>52</sup>, registra-se que, alegando imparcialidade, a Globo faria o mesmo que fez quando do *impeachment* de Collor.

Todos os registros dispostos acima, e a eles se poderiam adicionar muitos outros, remete-nos à significativa mudança não só do papel da mídia, que apela emocionalmente para uma “superdramatização”, para usarmos um termo de Charaudeau (2016), antes, deixa mais evidente a personalização do agente político, em detrimento de seu discurso ou do fato ocorrido.

Também de certo modo a espetacularização entra como justificativa que a mídia encontrou para legitimar o processo que a essa altura podemos chamar de “parlamentar, jurídico e midiático”, inclusive Dilma e seu partido utilizam tais termos.

Como o *impeachment* depende de emoção, porque precisa ser aceito pela maior parte da população, ou caso contrário pode parecer usurpação, a imagem – vinda como uma chuva – é um recurso cabal na arte do con(vencer) junto ao outro.

O que cuidadosamente concluímos é que o dito e o não dito formam mesmo o dispositivo e por isso as resistências precisam elas também ser amplas, porque se luta contra as palavras, com as palavras e contra estratégias, essas últimas totalmente dependentes de um sistema de imagens, de um sistema de pecúnia, que não tem como finalidade apenas o que está na base do dizível/visível, pois que encobre objetivos maiores delineados em curvas que não estão em nosso primeiro olhar, nem em um primário contato.

---

<sup>52</sup> Disponível em <https://ampost.com.br/politica/globo-transmitira-ao-vivo-votacao-do-impeachment-de-dilma/> Acesso em 05 de nov. 2020.

### 3. OS EDITORIAIS BATEM FORTE: A GRANDE MÍDIA, O OLHAR ESTRANGEIRO E UM PORTAL INDEPENDENTE

“Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.” (Dilma Rousseff, em pronunciamento à nação, em 31/08/2016, antes de deixar o governo em definitivo).

#### 3.1 Breves comentários sobre o gênero editorial e suas implicações na argumentação

Embora a nossa análise não recaia de forma central no aspecto dos gêneros do discurso nem na questão da argumentação, não se pode deixar de abordá-la, ainda que brevemente, justamente porque observamos que o gênero de texto opinativo, tal como é o editorial, possibilita ao analista observar mais estruturalmente as marcas da argumentação.

Conforme Bakhtin (2003, p. 262), a linguagem humana, porque permeia todos os campos de atuação dos sujeitos, é tão multiforme quanto os enunciados produzidos pelo homem. Tais enunciados recebem uma configuração ‘relativamente estável’; estão inscritos num dado conteúdo temático, num dado estilo, além de preservarem semelhante estrutura composicional. Nesse sentido, em alguma medida, podemos aproximar as concepções bakhtinianas àquelas de Foucault, por exemplo; em particular, no que se refere aos princípios de delimitação de um discurso. Ora, basta que nos lembremos das inquietações de Foucault (1996) em “*A Ordem do discurso*” quando diz que:

Em vez de tomar a palavra, gostaria de estar à sua mercê e de ser levado muito para lá de todo o começo possível. Preferiria dar-me conta de que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia

desde há muito: bastar-me-ia assim deixá-la ir, prosseguir a frase, alojar-me, sem que ninguém se apercebesse, nos seus interstícios, como se ela me tivesse acenado, ao manter-se, um instante, em suspenso.

E logo em seguida, Foucault faz menção às formas ritualizadas de se posicionar face ao público ao qual se dirige no contexto de sua aula inaugural. Entendemos que as formas ritualizadas às quais faz referências são comparáveis às estruturas pré-determinadas exigidas socialmente para se proferir certos enunciados. Em alguns deles, a marca da argumentação torna-se mais visível linguisticamente.

Desse modo, como optamos em trabalhar (também) com as sequências discursivas de referência (SDRs), pensamos que os textos pertencentes ao gênero editorial tornariam a análise mais clara ao leitor.

Convém destacar que os editoriais, em sua maioria, por não serem assinados pessoalmente, refletem a posição institucional de um veículo de imprensa, mas há exceções à regra, tal como previu Bakhtin, de que falamos no início deste tópico. Os editoriais de Carta Maior, por exemplo, justamente por serem publicados num suporte não impresso, são mais extensos que os de costume, além de serem assinados pelo próprio editorialista do portal.

Ainda com relação às marcas de um editorial, Beltrão (1980) indica que a “condensalidade” e a “topicalidade” são as constantes desse gênero importantes de serem observadas. A condensalidade diz respeito, segundo o autor, às ideias pontuais e afirmativas; a topicalidade refere-se à abordagem de um tema relevante de uma maneira delimitada. Tais definições, entretanto, são mesmo relativamente estáveis, haja vista as mudanças de suporte e do trato na escrita que acompanharam os veículos de imprensa nos últimos anos, com especial atenção para a amplidão de canais via internet. Se pensarmos na imprensa escrita, um editorial tem seu lugar definido nas primeiras páginas de um jornal, mas se pensarmos num portal na Web, os textos podem ser mais extensos.

Em alguns momentos, se irá perceber que os recursos da língua – incluídos aqui os de natureza argumentativa – são mobilizados nos editoriais para o convencimento do leitor, e esses serão os destaques relativos à estrutura textual; mas como sugerimos, o léxico, a estrutura sintática, as figuras de linguagem, são todos eles expedientes não posicionáveis numa hierarquia inferior ao nível discursivo; é que nesse tipo de texto entendemos que eles acabam por lhe ser complementar, tal como desejamos que fique claro daqui em diante.

Em suma, agora sim um ponto que nos é central, os editoriais não recebem análise em si mesmos, mas são tomados como enunciado linguístico no interior de práticas discursivas, pois que se relacionam com uma demanda momentânea de largo interesse público e são responsivas a outros enunciados que não somente escritos. Também, dito de outro modo, “uma superfície linguística transformada em discurso constitui uma materialidade capaz de receber um trabalho de análise” (MARQUEZAN, 2009, p. 100); e é neste sentido que pretendemos caminhar.

### **3.2 O *corpus* e as ferramentas de análise nos editoriais: confluências analíticas entre Courtine e Foucault**

Como já se sabe, o *corpus* em AD foi objeto de longa discussão desde a sua concepção no interior desse campo de estudos. A escolha dos textos a serem analisados evoluiu do material escrito para o oral; mais que isso, as discussões realizadas por Courtine e seus contemporâneos se desdobraram na questão da objetividade com a qual o analista deveria proceder em relação ao material ou ao tema a ser analisado.<sup>53</sup> Como as materialidades se tornaram cada vez mais heterogêneas ao longo da teoria, houve tal abertura para o não-verbal.

Tendo em vista o exposto acima, podemos fazer, como se é comumente, uma menção à divisão de dois tipos de *corpus*, a saber: o experimental e o interpretativo (que é relacionado ao arquivo). Segundo Marquezan (2009, p. 101):

O primeiro é obtido por materiais de resposta à entrevista, a questionário e outras formas de recolher dados/fatos. O segundo é delimitado a partir de documentos referentes a um determinado assunto.

A reunião de documentos, dir-se-á, arquivos, inclusive a partir dos quais são extraídas as SDRs, não estão livres da interpretação do analista, que dela já lança mão quando observa a abrangência do tema a ser tratado, ou de quando avalia quais sequências discursivas são representativas de um enunciado tal. Assim, seguindo essa classificação, nossa pesquisa se situa no campo do arquivo, sendo então mais interpretativa, na medida em que os dados coletados são apanhados pelo próprio pesquisador. Ao dizer que a coleta dos dados – as SDRs – são sujeitas à interpretação, não queremos dar a entender que comentamos um evento político num lugar que só se

---

<sup>53</sup> No capítulo 2, levantamos, em parte, a discussão sobre o *corpus* em AD, notadamente no item 1.3.1, em que falamos do discurso político como opção dos analistas da década de 1960 a 1980. Por esse motivo, não nos estenderemos aqui.

diferiria de outros comentaristas políticos por ser institucionalizado. Ao contrário, o evento político em questão – a destituição de Dilma Rousseff – é concebido, por nosso modo de se fazer AD, no âmbito de um “acontecimento discursivo” (Foucault, 2008); o que vem a mudar qualquer cenário de suspeita de cientificidade de nosso trabalho.

Quando se analisa um acontecimento discursivo, ao menos sob a óptica foucaultiana, analisam-se os elementos do discurso e do não-discursivo, sendo esses os critérios iniciais para se entender uma nova regularidade, uma nova irrupção que surge num determinado tempo, revelado linearmente por uma situação de enunciação dada.

Também, como se sabe, Courtine (2009) deu ao fazer científico da AD um cariz mais linguístico, sobre o qual Foucault não permanecia imóvel, isto é, ele levava suas análises para outros campos, pelos quais se deixava entrever o não-discursivo. As SDRs são, portanto, a materialização de enunciados provenientes de uma determinada formação discursiva; e linguisticamente dizendo, trata-se, segundo o próprio autor desta tipologia de “uma formulação [...] de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase, que é uma reformulação possível de enunciado no seio de uma rede de formulações.” (Courtine, 2009, p. 101).

Para tanto, analisar a destituição de Dilma como acontecimento discursivo, valendo-se linguisticamente das sequências discursivas é uma bem desejável confluência entre o que postulou Foucault e, posteriormente, Courtine.

Para sermos objetivos, a análise passará pelo seguinte movimento: leitura em verificação de sequências discursivas de referência a um dado conjunto de saber, posterior extração dessas Sds dos editoriais de cada um dos três veículos jornalísticos analisados, cotejo dessas Sds com as outras, em que se supõe, a ratificação de duas ou mais posições enunciativas (inclusive, a de conflito, como se espera ao ler uma publicação do jornal FSP e de Carta Maior). Observa-se também a regularidade ou a ausência dela nos dizeres dos veículos analisados. Convém ressaltarmos que a análise não é entre um discurso em relação a todos os outros. Pretende-se examinar uma cadeia de enunciados entre o discurso que afirma *impeachment* e o discurso que reafirma “golpe”.

Para fecharmos essa confluência de que falamos entre o filósofo francês (em sua fase arqueológica) e o linguista, autor da tese sobre o discurso comunista, recorreremos por fim a algumas noções de *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996). Dessa obra, nos interessam as noções de “comentário”, “vontade de verdade” e “soberania do significante”. Assim, pretendemos a busca de robustez num exame não só linguístico,

mas também de conjuntura, isto é, de exterioridade à ordem da língua, que é ponto central de articulação para a noção de discurso no ideário francês da AD.

Estão sob análise 25 editoriais, sendo 10 da Folha de S. Paulo, 10 advindos do portal Carta Maior, e 05 do diário francês *Le Monde*. Todos os editoriais foram acessados das plataformas *on-line* dos veículos, mas estiveram disponíveis em versão impressa, no caso da FSP e do jornal *Le Monde*.

A demarcação desses editoriais foi estabelecida para o período de janeiro de 2015 ao fim de agosto de 2016. Nesses 20 meses das publicações tivemos a circulação de um discurso de crise, no qual se aprofundaram os ataques à política econômica de Dilma, acusada de provocar “estelionato eleitoral” (conforme a FSP, em 15/03/2015), as acusações de corrupção que pesaram contra a estatal Petrobrás, até a admissibilidade do pedido de *impeachment* da ex-presidenta, em dezembro de 2015, passando pelo seu afastamento na Câmara dos deputados em 17 de abril de 2016<sup>54</sup> até a interrupção definitiva de seu mandato, em 31 de agosto de 2016, em sessão final referendada pela mais alta Corte do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal.

Também, como já é sabido, os fatos históricos – analisados no tempo presente – carecem de estabilidade, visto que as mudanças de seus desdobramentos ainda hoje se fazem presentes, como é o caso da destituição de Dilma. Nesse sentido, neste capítulo, não iremos considerar as exterioridades do evento, não ao menos em rigor, após a perda do mandato da presidenta. Os editoriais podem apontar para situações políticas que são hodiernamente reconhecidas, e é natural que isso ocorra, mas essa ligação entre o que temos hoje publicado na mídia, cinco anos depois, que indica vantagem para o discurso que caracteriza o episódio como “golpe institucional”, e os editoriais da época em questão, não é foco de nosso trabalho, o qual almeja analisar as sequências do ponto de vista ideológico, é verdade, mas também vê-las sincronicamente, na datação dos 20 meses entre 2015 e 2016.

### 3.3 Os editoriais na Folha de S. Paulo

---

<sup>54</sup> Na Câmara dos deputados, votando pela admissibilidade da denúncia contra a ex-presidenta, o placar ficou em 367 votos favoráveis ao *impeachment*, 137 contrários, e 07 abstenções. Já no Senado, Dilma obteve 55 votos a favor do processo, e 22 contrários. A votação refletiu a presença do chamado “centrão” na política legislativa, pois suas bancadas, consideradas fisiológicas, uniram-se aos opositores de Dilma no Congresso Nacional.

A FSP revela seu projeto editorial, agora em versão atualizada, em 2019, como um jornal que “mantém uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. Reitera que procura praticar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. E salienta a dimensão analítica, interpretativa e opinativa capaz de iluminar os fatos”.<sup>55</sup> Há que se acrescentar, contudo, que o editorial, como texto opinativo, não necessariamente está ligado às reportagens que são publicadas por um veículo. Na cultura jornalística ainda prevalece a separação quase brutal entre o editorial e a informação, de tal modo que o editorial estaria, para um jornal como a Folha, no campo argumentativo, ao passo que as reportagens se situariam num campo informativo. Tal divisão, discursivamente considerada, não se mantém, pois, nesse sentido, entre o informar e o argumentar, mora um *continuum*.

Por essa razão, entendemos que a extensão de sua visão pluralista, mas de “perspectiva liberal” pode ser levada também aos editoriais que o veículo publica. Tentaremos mostrar esse funcionamento (argumentativo-discursivo) para sugerir qual a natureza dessa pluralidade, e se ela existe ou não, se é dada em maior ou menor grau. Vale lembrar que as palavras do Outro nos nossos enunciados não podem ser vistas como sinonímia de “pluralismo”; o retorno a enunciados de outras formações discursivas é constitutivo da linguagem, como apontaram Foucault, Pêcheux e Courtine. O que se pode analisar é o quanto das ideias várias são eleitas para compor um texto tal como o editorial. Concernente a isso, a análise pode ou não ser reveladora, como deve perceber o leitor.

O que foi tomado como sendo uma SD pode naturalmente sugerir a divisão de um enunciado (Courtine, 2009), a repetição lexical (e suas regularidades), a presença ou ausência de pré-construídos disponíveis para aquela FD, bem como pode uma sequência discursiva deixar claros os recursos linguísticos utilizados para sua formulação. A regularidade de dizeres foi um dos critérios para a escolha.

Para facilitar a visualização, iremos dispor as sequências num quadro, de forma que estarão enumeradas; e nossas considerações vêm, portanto, logo abaixo do quadro. Os grifos abaixo são nossos.

<b>Sequências discursivas - Folha de São Paulo</b>
Sd1 – [...] está em curso uma operação como a Lava Jato, que apura o <b>escândalo de corrupção</b> na Petrobrás. Eduardo Cunha não precisa de uma guerra franca neste momento; diante de um Planalto frágil, bastam as ameaças.” (03/02/2015).

<sup>55</sup> Disponível em <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml> Acesso em 11/02/2021.

Sd2 – “A presidente Dilma Rousseff faz jus às críticas que passaram a desabar, nesta <b>conjuntura</b> que tem sido chamada de “ <b>tempestade perfeita</b> ”, sobre ela.” (15/03/2015).
Sd2a – “[...] a cobrança chega como <b>combinação apocalíptica de recessão e aumento de preços, impostos e desemprego.</b> ” (15/03/2015).
Sd2b – “[...] <b>o maior dos escândalos</b> , ao indicar que na empresa-símbolo do Estado as gestões petistas organizaram uma roubalheira <b>em escala jamais conhecida</b> , catalisou justa ira.” (15/03/2015).
Sd2c – “Ressaltado que é legítimo, numa <b>democracia</b> , manifestar-se pacificamente pelo afastamento do governante, esta Folha não identifica, no âmbito <b>do que se conhece até o momento, razões suficientes</b> para isso”. (15/03/2015).
Sd2d – “Mesmo sendo o <b>impeachment um remédio constitucional</b> , sua utilização é traumática.” (15/03/2015).
Sd2e – “Melhor que prevaleça a <b>legitimidade do voto popular</b> ”. (15/03/2015).
Sd3 – “[...] protestos contra o governo <b>Dilma Rousseff, o PT e a corrupção</b> ”. (16/03/2015).
Sd3a – “O efeito positivo das <b>medidas econômicas</b> demorará a ser sentido, e <b>a maioria da população talvez não se mostre disposta a esperar tanto.</b> ” (16/03/2015).
Sd4 – “[...] o governo demonstraria que se junta aos esforços de <b>ampla varredura da corrupção</b> , dando-lhe caráter sistemático e sentido de política de Estado.” (22/03/2015).
Sd4a – “Em tese, haveria disposição do governo de demonstrar que não pretende ficar <b>a reboque dos escândalos, na situação passiva, defensiva e acovardada que assumiu no caso Petrobrás.</b> ” (22/03/2015).
Sd5 – “O Fora, Dilma” pode ser <b>entendido como um desabafo antipetista</b> . Traduzido, em termos institucionalmente graves, no lema do <i>impeachment</i> , encontra apoio em 63% da população.” (14/04/2015).
Sd5a – “A figura de Dilma surge quase como <b>metáfora de um estado de corrupção sistêmica</b> que a operação Lava Jato escancara.” (14/04/2015).
Sd5b – “Se a questão é derrubar a presidente, o fato específico não surge de modo dramático e identificável. Se a questão é outra – <b>a luta contra a corrupção, contra as distorções do esquerdismo</b> – há muito a fazer.” (14/04/2015).
Sd6 – “Num contexto de desalento provocado pela <b>letargia econômica e pelo acúmulo de notícias sobre escândalos de corrupção</b> , é animador constatar evidências de vitalidade das instituições de Estado.” (19/04/2015).
Sd6a – “O tribunal (TCU) também poderá recomendar ao Congresso a rejeição das contas do governo Dilma, o que seria inédito e permitiria, em tese, a abertura de processo de <i>impeachment</i> contra a presidente.” (19/04/2015).
Sd7 – “A presidente Dilma Rousseff (PT) <b>perdeu as condições de governar o país.</b> ” (02/04/2016).
Sd7a – “Nunca é desejável interromper, <b>ainda que por meios legais</b> , um mandato presidencial obtido em eleição democrática.” (02/04/2016).
Sd7b – “Depois de seu partido protagonizar os <b>maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia</b> ; depois de se reeleger à custa de <b>clamoroso estelionato eleitoral</b> ; depois de <b>seu governo provocar a pior recessão da história</b> , Dilma colhe o que merece. Formou-se imensa maioria favorável a seu <i>impeachment</i> ”. (02/04/2016).
Sd7c – “Mesmo que vença a batalha na Câmara [...] não se vislumbra como ela possa voltar a governar.” (02/04/2016).
Sd7d – “É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país.” (02/04/2016).
Sd7e – Esta Folha continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos

fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à <b>deposição constitucional</b> .” (02/04/2016).
Sd7f– “Embora existam motivos para o impedimento [...] pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva”. (02/04/2016).
Sd7g – “Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do <i>impeachment</i> e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a <b>calamidade sem precedentes</b> do atual governo.” (02/04/2016).
Sd8 – “mais de 70% dos senadores votarão por seu <i>impeachment</i> pela violação de normas que disciplinam o uso dos recursos públicos.” (28/08/2016).
Sd8a – “Após longo período de debates na Câmara e no Senado, <b>as acusações são mais que conhecidas</b> . Afirma-se que a administração de Dilma, ao praticar as agora notórias pedaladas fiscais em volumes inéditos, tomou empréstimos de bancos públicos– iniciativa proibida pela Constituição e pela lei dos crimes de responsabilidade.” (28/08/2016).
Sd8b – “De um ponto de vista factual, <b>não restam dúvidas sobre o acertado das imputações</b> . A partir de 2014, <b>quando a economia brasileira começou a ruir, a gestão petista efetivamente lançou mão de gambiarras para esconder o estado calamitoso de suas finanças</b> ”. (28/08/2016).
Sd8c – “[...] Supera-se com folga o mínimo de dois terços exigidos na Constituição, requisito alto o suficiente para garantir que <b>só presidentes já incapazes de governar se arriscam a perder o cargo</b> ”. (28/08/2016).
Sd8d – “ <b>Após extenso processo supervisionado pelo Supremo Tribunal Federal</b> , o Senado definirá o destino da petista —e não haverá motivo para recusar o veredicto”. (28/06/2016).
Sd9– “Ainda assim, Dilma Rousseff teve momentos notáveis em seu pronunciamento final, “para a história”. <b>Os pontos altos vieram quando equiparou o <i>impeachment</i> a uma pena de morte política e afirmou que o julgamento por seu “conjunto da obra” só poderia ser feito pela população</b> , em eleições”. (30/08/2016).
Sd9a– “ <b>Após lançar a economia do país numa de suas piores recessões</b> , façanha pela qual nunca se penitenciou, resta a Dilma Rousseff apenas almejar que a história do Brasil a reconheça como vítima – jamais como estadista que nunca foi.” (30/08/2016).

(Autoria: MASQUIO-SOUZA, 2021)

Uma vez dispostas as sequências discursivas, pode-se analisá-las melhor daqui em diante; alguns critérios de análise, porém, se fazem necessários ao esclarecimento. O destaque em negrito dado às palavras no interior das sequências é arbitrário, mas não sem filtro. Observa-se, com a leitura dos editoriais do jornal FSP, regularidade (até mesmo vocabular) por parte do editorialista, essa é bastante recorrente em várias das sequências isoladas. O objetivo inicial, entretanto, era o de localizar não palavras, mas dizeres que pudessem se encaixar numa referência estabilizada por parte de cada veículo em relação à deposição da ex-presidenta Dilma. Na verdade, tais dizeres podem ser concebidos como estáveis em relação a uma formação discursiva, de fronteiras indefinidas, é claro, mas o que se nota é a aparição maciça da sequência quase conjunta de “**corrupção e fracasso econômico do governo Dilma e do PT**”, ao menos nos editoriais escolhidos, que falavam diretamente ou margeavam o tema do *impeachment*.

Das 30 sequências, 07 demonstram explicitamente a preocupação do veículo com as questões econômicas do governo de Dilma, às quais muitas vezes são tomadas como questões partidárias, e assim, os rumos cambaleantes da economia nacional seriam efeitos de uma política adotada pelo partido ao qual Dilma pertence. Portanto, trata-se de uma extensão da responsabilidade pelos resultados econômicos. Essa leitura pode ser feita nas sequências Sd2a, Sd3a, Sd6, Sd7d, Sd8b e Sd9a.

Também em 08 sequências (Sd1, Sd2b, Sd3, Sd4, Sd5a, Sd5b, Sd6 e Sd7b), conforme se constata, a pauta da corrupção é mencionada, seja como luta que se deva empreender naquele momento (entre os anos de 2015 e 2016), seja como causa de perda de governabilidade de Dilma, outra questão bastante citada pelo jornal.

Nota-se ainda que o motivo do *impeachment* de Dilma Rousseff, sustentado juridicamente, é assunto pouco tratado. As pedaladas fiscais, pelas quais a presidenta foi acusada, indicam o atraso do governo em realizar pagamentos a bancos públicos (para que pudessem quitar benefícios sociais, por exemplo). Segundo o jurista Miguel Reale Jr., em 2016, em depoimento na Câmara dos deputados, Dilma Rousseff teria demorado muito a repassar os valores aos bancos, que estavam então sendo represados na tentativa de se ‘maquiar’ as finanças do governo.

Essa menção ao que seria o real motivo da destituição da presidenta obedece, a nosso ver, a um crescendo, de acordo com o que se analisou dos editoriais no período em que mais se publicou sobre o tema no jornal. Inicialmente, se separados, os temas tratados poderiam ser descritos como a seguir:

Corrupção → Recessão econômica → Governabilidade de Dilma → Pedaladas Fiscais

Se vistos, porém, sincronicamente, os temas abordados pelos editoriais são tratados em conjunto, e com menos frequência, o das pedaladas fiscais. Inclusive, tal constatação pode ser verificada nos títulos dos editoriais, em que somente em um dos 10 aparecem as “pedaladas fiscais”.

Para clarear, lembremo-nos de Maingueneau (2005), quando trata dos ‘temas impostos’ do discurso, no interior de um campo<sup>56</sup>. Para o autor, um discurso, como parte de sua estabilidade semântica, avaliando suas restrições de sentido, adota ou não um tema como necessário, sem o qual, ele não se constitui.

<sup>56</sup> Entendemos que, para nossa análise, o tema econômico é uma imposição do campo político, sem o qual a política parece ficar “manca”, ao menos na perspectiva que se tem adotado na mídia.

Visto dessa maneira, a Folha parece admitir que ‘corrupção, recessão econômica e governabilidade’ são temas impostos no discurso do *impeachment* contra “Dilma e o PT”. Não se trata aqui de avaliar se “e o PT” é factualmente parte do referente principal das sentenças, referente este que é “Dilma”; mas visualiza-se com clareza e frequência a menção ao Partido dos Trabalhadores nas sequências que isolamos.

Desta feita, pode-se dizer que “pedaladas fiscais” não entram como referência temática principal da Folha de S. Paulo – em seus editoriais; por outro lado, no único editorial a dar maior visibilidade a este tema, lá apareciam sequências como a Sd8b e Sd8c, que tratam respectivamente, de “gambiarras na economia” e de “(in)capacidade de governar”.

Evidentemente, numa perspectiva foucaultiana, não se vislumbra analisar somente o enunciado tal como ele se apresenta, mas voltamo-nos à indagação feita pelo filósofo em sua *Arqueologia do saber*: por que determinada coisa e não outra apareceu ali em seu lugar? Consiste, pois, em avaliar que o discurso de crise a ensejar a destituição de Dilma é anterior ao próprio fato ensejador de seu processo no Legislativo brasileiro, e talvez por isso ‘corrupção e recessão econômica’, antessala da governabilidade num sistema presidencialista como o nosso, tenham sido tão dominantes, e que se mostram, tais termos, presentes na materialidade da língua, conforme o método adotado neste trabalho.

Sousa (2016), em cujos escritos já nos embasamos, traça um esboço bastante convincente, a nosso ver, de como no interior de um dispositivo de segurança, o discurso de crise gera medo e facilidade para um consenso. Nessa direção, a autora sugere que alguns ‘fenômenos foram sendo agrupados em discurso’ (2016, p. 168), como a crise da Petrobrás, publicada na mídia desde 2014, sobretudo na Folha.

Conjugamos os casos de corrupção na estatal petrolífera aos da resposta lenta do projeto econômico de Dilma, não plenamente aceito pelo mercado financeiro, e assim, como escreve Souza (2016, p. 170), “a crise ganha um corpo, um corpo autoconstruído”.

Os motivos, bem como as pesquisas de opinião encomendadas por corporações empresariais e por veículos da chamada grande mídia, apoiam-se logo após a reeleição de Dilma no discurso da crise, não tendo relação direta, em princípio, com a manobra das pedaladas fiscais, essas sim possíveis caracterizadoras de um crime de responsabilidade, consoante a CF de 1988.

Em nossa seleção, conforme os quesitos de “recorrência, coocorrência, usos lexicais próprios” (Courtine, 2009), as sentenças sobre pedaladas fiscais nem chegam a se constituir em sequências de referência, visto que em número elas são poucas; o que prevalece como SDR da Folha é algo próximo à própria sequência retirada do jornal, a Sd7b, que resume as outras anteriores e posteriores, a saber:

“Depois de seu partido protagonizar os **maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia**; depois de se reeleger à custa de **clamoroso estelionato eleitoral**; depois de **seu governo provocar a pior recessão da história**, Dilma colhe o que merece. Formou-se imensa maioria favorável a seu *impeachment*”. (02/04/2016).

O exemplo supracitado é, para nós, uma sequência discursiva de referência do jornal, pois aborda a um só tempo, bem como é o fio do discurso dos textos que publica, a pauta da corrupção, somada à recessão econômica (por ora discursivizada, como se viu em Souza (2016)), e a governabilidade (em xeque, a começar pelo estelionato eleitoral).

A essas sequências, o uso abundante de adjetivos, superlativos e advérbios de intensidade é também constatado, e sintaticamente pode passar a integrá-las, senão vejamos<sup>57</sup>:

Sd2 – “A presidente Dilma Rousseff faz jus às críticas que passaram a desabar, nesta conjuntura que tem sido chamada de “**tempestade perfeita**”, sobre ela.”;

Sd2a – “[...] a cobrança chega como **combinação apocalíptica** de recessão e aumento de preços, impostos e desemprego.”;

Sd2b – “[...] **o maior dos escândalos**, ao indicar que na empresa-símbolo do Estado as gestões petistas organizaram uma roubalheira **em escala jamais conhecida**, catalisou **justa ira**.”;

Sd4 – “[...] o governo demonstraria que se junta aos esforços de **ampla varredura da corrupção**, dando-lhe caráter sistemático e sentido de política de Estado.”;

Sd7b– “Depois de seu partido protagonizar os **maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia**; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar **a pior recessão da história**, Dilma colhe o que merece”.;

---

<sup>57</sup> A ordem das ocorrências obedece à tabela acima, das Sds da FSP, no item 3.3.

Sd7g – “Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do *impeachment* e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a **calamidade sem precedentes** do atual governo.”;

Sd8a – “Após longo período de debates na Câmara e no Senado, **as acusações são mais que conhecidas**. Afirma-se que a administração de Dilma, ao praticar as agora **notórias pedaladas fiscais** em **volumes inéditos**, tomou empréstimos de bancos públicos”;

Sd9a– “Após lançar a economia do país numa de **suas piores recessões**”.

O frequente uso dos adjetivos e superlativos, com efeito, pode ser verificado nos editoriais como um todo (o leitor poderá consultá-los ao final desta dissertação); denotam assim a percepção do jornal sobre a crise pela qual o país atravessava. Pouco elogiosos à administração da petista, não são simples nomeações de fatos, são interpretações que se impõem. Acreditamos que, a adjetivação como parte também das sequências eleitas e dispostas acima, tem o objetivo de reforçar o discurso da situação “ruim, a pior, a maior da história, a sem precedentes...” como algo cristalizado em que se busca produzir o inequívoco. (PIOVEZANI, 2017).

### 3.3.1 Enunciados de uma formação discursiva não-estável

A essa altura parece haver uma singela ‘divisão’ entre os enunciados oriundos de uma formação discursiva em que o tom maior é a letra da lei, o rito do processo, por assim dizer, e enunciados de uma formação que não coloca em evidência a lei, ao contrário, pretende evidenciar o que não está no campo da visibilidade (por exemplo, os enunciados de um discurso que admite ser o *impeachment* de Dilma uma tentativa de corporações e do setor midiático para implementar uma agenda neoliberal no país que não seria possível pelo caminho das urnas).

Nesse sentido, a FSP apresenta no material as formulações mais típicas da primeira formação discursiva, em que o ponto de partida é a legalidade, a defesa do *impeachment* como remédio constitucional. Embora, de início, tenha se declarada contra o *impeachment*, por não ver fundamentos suficientes, após certo tempo, a Folha sugere que Dilma Rousseff renuncie, e assim, a governabilidade da presidenta é algo que não se sustenta independentemente do processo a que a presidenta venha sofrer. Por esse motivo, nem pode o jornal se dar o trabalho de discutir a fundo a legalidade do tema. Como dito, são formulações típicas de uma formação discursiva menos identificada

àquela que discute o rito do processo e os seus motivos originários. Nas duas, adianta-se, a discussão, quando feita, é sobre o rito e o fato, mas a agenda econômica não fica de fora de nenhuma delas, de tal modo que a destituição da presidenta se confundiu com o discurso da crise, praticamente anulando o motivo pelo qual a Câmara dos deputados deu seguimento ao processo.

É fato que a formação discursiva de base mais legalista cujo *sujeito universal* encabeça o argumento de que o processo seguiu um rito, referendado pelo STF, ao qual a própria Folha de S. Paulo assegura que houve um “extenso processo supervisionado” (Sd8d), irá denegar a tese de que se trata de um golpe institucional, mas irá introduzir ao tema outra questão: “Dilma perdeu as condições de governar o país” (Sd7), e então “não se vislumbra como ela possa voltar a governar.” (Sd7c). Este acaba sendo o argumento mais forte e substitutivo à permissividade ou não das pedaladas fiscais, de modo que se a presidenta afastada (à época) não incorreu em crime de responsabilidade (editorial de 28/08/16), “É forçoso reconhecer que a presidente constitui [...] obstáculo à recuperação do país”, editorial de 02/04/16. A esse tratamento sobressalente dos temas, como já colocamos em 3.3, Dilma Rousseff responde, em sua defesa, no Senado, que estaria sendo julgada pelo “conjunto da obra”, na falta de clareza do crime de responsabilidade, o qual Dilma, seus correligionários e apoiadores negaram com veemência.

Os enunciados apreendidos a partir das sequências revelam ainda que são mais fechados em relação ao que se enuncia em outras formações, que lhes seriam conflitantes, mas a divisão na sintaxe ainda sugere o que Authier-Revuz (2004) chamou de “heterogeneidade constitutiva”, numa aproximação com os estudos de Courtine (2009), sobre enunciado dividido.

Nesse sentido, tanto o conceito de Authier-Revuz como o de Courtine são relevantes para se identificar a presença do Outro numa formulação que pretendia, talvez, ser um avesso completo do que se enuncia numa formação discursiva oposta. Enquanto Authier-Revuz salienta a presença de marcas enunciativas como aspas e citação direta ou indireta das palavras do Outro, Courtine enfatiza a divisão na superfície sintática que cristaliza dizeres que são de outra formação. Dado que a heterogeneidade é uma inerência da linguagem, não é incomum que encontremos também na Folha de S. Paulo enunciados dessa natureza, ao que se pode constatar nas evidências do quanto uma posição, de um sujeito específico, está ancorada na outra para que faça sentido, ou em resumo: a presença fatal do interdiscurso no intradiscurso, ainda

que essa presença não esteja marcada linguisticamente, é como afirmou Maldidier (2003, p. 85), “a presença-ausente de um ‘não-dito’ sem fronteira assinalável”.

Abaixo, disponibilizamos alguns exemplos de como essa ‘presença-ausente’ é frequente nas sequências ora separadas. Salientamos que, como elas fazem parte de editoriais que já foram colhidos por tratarem da destituição de Rousseff, apenas selecionamos aquelas que sugerem uma divisão de enunciado, sem que as palavras *impeachment*, golpe, destituição, processo legal, e demais sinônimos necessariamente nelas aparecessem.

Também por não coincidirem as mesmas Sds expostas na tabela anterior, chamaremos as seguintes por Sd(a), Sd(b), Sd(c), etc<sup>58</sup>. Vejamos (com os grifos nossos):

Sd(a) – “Não há indícios de que a presidente tenha sido conivente com os crimes ali praticados, **embora** pareça clamorosa a inépcia, pois a Petrobras esteve em sua alçada quando ministra nos oito anos de governo Lula.” (15/03/2015);

Sd(b) – “**Mesmo sendo o impeachment um remédio constitucional**, sua utilização é traumática.” (15/03/2015);

Sd(c) – “As decisões que a presidente tomou na transição entre seus dois mandatos, **embora** frustrem quem nela tenha votado, são imperativas –e implicam autocrítica expressa em gestos [...]” (15/03/2015);

Sd(d) – “Junto a quem não votou na petista **- e mesmo entre parte significativa de seus eleitores-**, a sensação predominante tem sido a de conivência com políticos oportunistas e fisiológicos, que fazem do poder um fim em si mesmo, ou um meio para o enriquecimento ilícito.” (16/03/2015);

Sd(e) – “No mesmo dia em que se registravam 100 mil pessoas na Avenida Paulista (metade da multidão do mês passado, **mas ainda assim mobilização notável sob qualquer ponto de vista**), pesquisa Datafolha mostrava que 60% dos brasileiros reprovam a gestão da presidente.” (14/04/2015);

Sd(f) – “O país, **a despeito do pessimismo moral e econômico**, não caminha para trás. Dilma Rousseff, Michel Temer e Eduardo Cunha valem o que valem nesse quadro, não radioso, mas desencantado, do real.” (14/04/2015);

Sd(g) – “A presidente jamais se notabilizou pela montagem de gabinetes de excelência. **Mesmo quando gozava de alta popularidade e força política, não se**

---

<sup>58</sup> As Sds mencionadas foram separadas por ordem cronológica de publicação dos editoriais do veículo, como se poderá ver na data entre os parênteses.

**empenhou** em nomear para o primeiro escalão especialistas com notório saber nas respectivas áreas [...].” (28/01/2016);

Sd(h) – “Nunca é desejável interromper, **ainda que por meios legais**, um mandato presidencial [...].” (02/04/2016);

Sd(i) – “**Mesmo que vença a batalha na Câmara**, o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar.” (02/04/2016);

Sd(j) – “**Mesmo desmoralizado**, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva; o *impeachment* tenderá a deixar um rastro de ressentimento.” (02/04/16);

Sd(k) – “**Ainda que haja farta base factual nas tais pedaladas fiscais**, esteio principal da acusação, muitos dos que não estão familiarizados com as tecnicidades enxergarão aí a “frágil retórica jurídica” para cassar-lhe o mandato [...].” (30/08/2016).

Por meio de operadores argumentativos em comum, como “embora”, “ainda que”, “mesmo que”, “apesar de”, “a despeito de” e variações, o jornal FSP encaminha suas formulações para um sentido cindido, do tipo “embora x, y tem mais peso”, “ainda que x, y é maior”; em síntese: “**x** nunca será fator que se sobressaia a “**y**”. Alguns dos exemplos listados, é bem verdade, podem apenas caracterizar uma adversidade em plano mais superficial da sentença; outros apontam para uma divergência de posição-sujeito (PÊCHEUX, 1995), que é uma relação de identidade entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber, que são as sequências que novamente se destaca:

Sd(b) – “**Mesmo sendo o impeachment um remédio constitucional**, sua utilização é traumática.”

Na sequência acima, tem-se a reafirmação da legalidade do *impeachment* por meio do rito e da lei, ele é, portanto, constitucional, o que afasta, nas condições de produção do editorial, enunciados contrários, do tipo “*impeachment* é golpe”; ainda que a discussão não fosse sobre o processo ser previsível ou não em lei, mas sobre como ele poderia estar viciado, conforme se poderá ver nas sequências retiradas de Carta Maior e *Le Monde*, sobretudo nas de Carta Maior.

Em Sd(f) – “O país, **a despeito do pessimismo moral e econômico**, não caminha para trás. Dilma Rousseff, Michel Temer e Eduardo Cunha valem o que valem nesse quadro, não radioso, mas desencantado, do real”, não se pode deixar de destacar a inclusão do que chamamos um pouco mais anteriormente de parte de uma SDR do jornal, formada justamente pelos tópicos da governabilidade e da recessão econômica; o que ocorre é, uma vez mais, a marcação presente de uma configuração social que é objeto de discursivização, pois para Carta Maior, por exemplo, a crise econômica é mais

um constructo do que um fato, ou nas palavras de Dilma Rousseff em sua defesa no Senado, tratou-se de um julgamento pela “conjuntura da obra”, e não por uma particularidade de crime, como se prevê nos enquadramentos para a destituição.

Seguindo a ordem, situação parecida a da Sd(b) é a da Sd(h) – “Nunca é desejável interromper, **ainda que por meios legais,** um mandato presidencial [...]”, na qual é novamente enfatizada a caracterização da legalidade do processo jurídico-político. Por fim, em Sd(k) – “**Ainda que haja farta base factual nas tais pedaladas fiscais,** esteio principal da acusação, muitos dos que não estão familiarizados com as technicalidades enxergarão aí a “frágil retórica jurídica” para cassar-lhe o mandato”, novamente estabelece-se pelo dito no grifo acima que não restam dúvidas quanto à comprovação das pedaladas fiscais, a qual é de uma “farta base factual”, assim, a retórica jurídica utilizada pela defesa da ex-presidente é “frágil”, ainda mais se se considera a permissividade da cultura fiscal que se tem no Brasil, que conta ainda com pouca familiarização, como sugeriu o editorial do qual foi retirada a Sd(k).

Reforçando enunciados de uma formação discursiva que sugerimos ser de base mais legalista, o jornal opera nas entrelinhas com uma resposta à posição de que o *impeachment* não seria constitucional, ou em último caso, de que não haveria motivos para tal; frequentemente associa o conector / conjunção subordinada concessiva “embora” para estabelecer, como sabemos, uma relação de concessão, ou seja, sempre que há uma qualidade ou fator positivo a ser relatado, há outro que lhe serve com mais força de impeditivo.

### 3.3.2 A oposição *impeachment versus golpe* na FSP

Verificamos serem escassas nos editoriais as referências a “golpe”, ao menos de forma direta. Com efeito, os enunciados em que “golpe” é considerado uma realidade na política brasileira de 2016 são encontrados com mais frequência em veículos da mídia independente, ou alternativa, assim definida por não estar inscrita na corporação do mercado, por apresentar ainda uma pluralidade mais explícita de pontos de vista diversos.

Nos 10 editoriais em questão, em apenas 01 aparece a palavra “golpes”, por se referir a um paralelo que Dilma Rousseff levantou entre fatos já consumados na história e o seu impedimento à época, como se vê abaixo:

“No plano da política, aliás, ao deixar a defesa para ir ao ataque, o discurso da presidente afastada reincidiu nos vícios antigos. Insistiu num paralelo entre seu impedimento e golpes de Estado tão insustentável quanto sua aspiração a perfilar-se como um Getúlio Vargas ou um Juscelino Kubitschek.”

Não é preciso contar uma quantidade razoável de aparições do vocábulo “golpe” na FSP para aferir que o jornal discorda da posição da então presidenta afastada. Pelas palavras que emprega pode-se notar que o veículo considera enunciados críticos à formação discursiva de base legalista como “ataques” que são parte de “vícios antigos”. Ademais, segundo o último editorial da Folha por nós avaliado, há posicionamento discursivo/ideológico do veículo, que considera insustentável qualquer coincidência com “golpes de estado”.

Como já aqui mencionado, o editorial de 30/08/16 vê-se, portanto, obrigado a mencionar que há um paralelo possível sendo feito como parte dos discursos sobre a interrupção da ordem democrática entre golpe e impedimento, mas como o leitor verifica, recusa a ideia ao final dessa construção, aproveitando para inserir a recusa de uma outra: a de que Dilma não seria uma estadista. Referenciando em uma fórmula teríamos algo similar a  $P = X$ , em que para Dilma,  $P$  é *impeachment* e  $X$  = uma pena de morte política ou um julgamento (sobre o conjunto da obra), que ainda assim só poderia ser feito pela população. Por outro lado, neste editorial, teríamos que  $P = Y$ , e registre-se, o objeto de que se fala é o mesmo, a variação vem, portanto, no seu complemento. Aí  $Y$  é diferente de golpe, porque Dilma não é comparável a outros estadistas.

De fato também, o que funcionaria para a FSP como um dizer que pode ser silenciado (muito provável em razão das crenças do jornal), frequentemente não recebe citação direta em seus textos; nos editoriais quem fala é o *sujeito universal*, para pensarmos em Pêcheux, de uma formação discursiva mais legalista em relação à destituição, e a contrariedade aos enunciados que quer silenciar vem na afirmação e reafirmação do que se acredita: o *impeachment* tem base legal e é acrescido de uma série de fatores que contam para o prejuízo da imagem de Dilma e de seu partido. Aí pode também estar uma diferença cabal: a base legal do processo é algo colado de forma sintagmática à palavra “processo” na referência ao *impeachment*, porém, para os que enunciam a partir de outra posição, o *impeachment* é justamente o contrário, processo praticamente nulo, que nada tem a ver com o regime democrático, passando a soar como um tipo de “golpe”.

### 3.4 Os editoriais em Carta Maior

A Carta Maior se autodenomina um “portal da internet da esquerda brasileira e da América Latina”<sup>59</sup> e afirma em seu site que as opiniões de seus colunistas e editorialistas são claramente do espectro político de esquerda. Germinada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2001, Carta Maior assume também que sua visão é uma contribuição que “faculta ao leitor formar sua própria opinião.”<sup>60</sup>

O portal marca distinção em relação aos demais veículos analisados não só devido ao aprofundamento das discussões sobre temas políticos, econômicos e culturais, mas também por valer-se de um espaço bastante livre em comparação com os veículos da mídia impressa; notar-se-á que os editoriais são de tamanho maior, bem como as sequências deles resultantes.

Também se poderá verificar que a presença do Outro, como sujeito de uma formação antagônica, é mais marcada linguisticamente do que o constatado no maior jornal de circulação no país.

Para este veículo, observando-se igualmente a menção aos dizeres em torno de *impeachment*/golpe ou a aproximação sobre o tema<sup>61</sup>, separamos as seguintes Sds:

<b>Sequências discursivas – Carta Maior</b>
Sd1 – “Se o governo não destaca qual é seu projeto, quem irá afrontar a restauração neoliberal anexada <b>ao programa econômico do impeachment?</b> ” (15/02/2015)
Sd1a – “Na frente principal, onde já se trava a guerra aberta do <i>impeachment</i> , <b>o juiz Moro e a falange midiática encurralaram o PT e a Petrobras</b> numa estreita garganta.” (15/02/2015)
Sd2 – “O essencial que a elite espera de Cunha é <b>destrinchar o governo Dilma</b> como um frango desossado da Sadia e pendurá-lo, <b>junto com os petistas</b> , em um gancho de aço no <i>freezer</i> da história.” (14/06/2015)
Sd2a – “O pacto do além com o aquém seria festejado em manchete sulfurosa do caderno de política da ‘Folha’, a mesma que agora critica Cunha em editorial à moda Pilatos.” (14/06/2015)
Sd2b – “O editorial da Folha deste domingo lava as mãos. Mas não purifica a ética de vernissage de certa inteligência paulista. Faz tempo que <b>em certos círculos incorporou-se a licença do vale-tudo para vencer o PT</b> , a quem se acusa de sepultar os princípios éticos da esquerda.” (14/06/2015)
Sd3 – “O ex-presidente FHC apressou-se em sentenciar seu douto entendimento sobre

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/CartaMaior/Quem-Somos/14/> Acesso em 22 fev. 2021

<sup>60</sup> *Ibid.*

<sup>61</sup> Ressaltamos que a aproximação do tema é o que faz menção à crise política e econômica pela qual passou o Brasil desde o início do 2º mandato de Dilma Rousseff, em que parcela disso, conforme vimos em Souza (2016), é fruto de discursivização de setores contrários ao governo petista e também de parte da mídia corporativa.

mais essa lâmina que cruza a noite de <b>golpes, autogolpes e contragolpes em que se transformou a luta pelo poder no país.</b> ” (27/09/2015)
Sd3a – “O programa do golpe não hesita.” (27/09/2015)
Sd4 – “A retaliação de Eduardo Cunha <b>contra o governo e contra o PT</b> guarda semelhanças com uma cena recorrente da crônica policial.” (03/02/2015)
Sd4a – “[...] especialidade do colunismo isento na sua seletiva <b>campanha anti-corrupção?</b> ” (03/02/2015)
Sd4b – “São aliados naturais <b>do assaltante que ameaça</b> agora <b>um mandato subscrito por 54 milhões de brasileiros.</b> ” (Em referência a Eduardo Cunha, 03/02/15)
Sd4c – “[...] o apoio ao <i>impeachment</i> tem por trás um <b>projeto econômico devastador.</b> ” (03/02/15)
Sd5 – “O <b>governo legítimo da Presidenta Dilma</b> deve organizar uma agenda de prioridades para a resistência.” (10/05/16)
Sd5a – “O <b>alarido policial-midiático</b> (uma extensão um do outro) difunde ilusões de consenso que embriagam o ambiente conservador. A <b>realidade do golpe</b> , porém, é diferente da propaganda [...]” (10/05/16)
Sd5b – “[...] classe média fascistizada com o <b>antipetismo histórico da mídia</b> , bem como a do judiciário cúmplice com a toga acoelhada compõe, de fato, uma gordurosa <b>coalizão da escória que avança para assaltar o poder</b> no Brasil.” (10/05/16)
Sd6 – “A <b>charanga estratégica do golpe</b> desafina mas ele anuncia solene: ‘Distinto público, vamos redefinir a política externa ideológica em direção à maior liberalização dos mercados.’” (28/06/16)
Sd6a – “O desmonte que se aplica a <b>contrapelo das urnas no Brasil</b> deveria ser analisado à luz da gravidade pedagógica do curso tomado pela história nas últimas horas.” (28/06/16)
Sd6b – “Sobretudo os senadores que em breve decidirão <b>um processo ilegítimo de impeachment</b> deveriam se perguntar: ‘ <b>Esgarçada a democracia, o que restará à nação?</b> ’” (28/06/16)
Sd6c – “O neoliberalismo revivificado aqui como <b>diretriz ‘legitimadora’ do golpe</b> , esfumou-se como alternativa de organização social e econômica na segunda principal economia da Europa.” (28/06/16)
Sd6d – “O que de pior a <b>mídia inocula no discernimento brasileiro é a interdição ao debate ecumênico do desenvolvimento</b> [...]” (28/06/16)
Sd6e – “O cheiro de morte que empestia o mundo desde a crise de 2008 se espessa na putrefação da pele política. Vive-se a experiência de uma crise capitalista sistêmica que não gerou as forças de ruptura para a sua superação.” (28/06/16)
Sd6f – “O país que em 1988 promulgou uma Constituição garantidora de direitos sociais e trabalhistas, a contrapelo da voragem neoliberal então avassaladora no planeta, engata mais uma viagem na contramão do tráfego histórico.” (23/06/16)
Sd6g – “O pulo do gato do esbulho – aquilo que o diferencia de uma ditadura clássica – é usar <b>o combate seletivo à corrupção como biombo para a repressão política inerente à regressão social.</b> É disso que cuida o califado de Curitiba.” (23/06/16)
Sd6h – “A <b>corrupção endógena a um sistema político fragmentado</b> para dar ao dinheiro o comando do todo, não é o único fator de <b>desmoralização da democracia.</b> ” (23/06/16)
Sd6i – “O anacronismo temerário da <b>agenda golpista</b> no Brasil [...]” (23/06/16)
Sd7 – “Dissolver qualquer coágulo de nação como se dissolve os grumos do trigo na batedeira de bolo é a bússola de um <b>golpe que não dispõe de estratégia alguma de desenvolvimento</b> porque é justamente isso que se almeja eliminar.” (23/08/16)

Sd7a – “Garrafais e adversativas do <b>dispositivo midiático conservador</b> tentavam consertar o estrago nesta segunda-feira, mitigando o que deu certo para resgatar o bordão do fracasso.” (Em referência às Olimpíadas no Brasil, 23/08/16).
Sd7b – “Ciente das vaias estocadas no Maracanã <b>o golpista ficou em Brasília</b> , para onde Abe se recusou a ir, demarcando a recusa no meio do gramado chuvoso, privado do respeito e da hospitalidade do anfitrião que encarna o espírito olímpico.” (Em referência a Michel Temer, 23/08/16).
Sd7c– “Cai uma pátria em fraldas, para a instalação de um olimpo de capitais livres de encargos sociais.” (23/08/16)
Sd7d– “Olhem o povo em nome do qual <b>usurpadores</b> querem estreitar mais uma vez o acesso às margens seguras da sociedade.” (23/08/16)
Sd7e – “A mão pesada denuncia a inexistência daquilo que se quer traduzir como ‘ <b>a ruína da corrupção lulopetista.</b> ’” (23/08/16)
Sd7f– “No centro de tudo late a tese da <b>inabilitação do Brasil para comandar democraticamente o seu desenvolvimento.</b> ” (23/08/16).
Sd7g – “Construir uma nação é um ato de ruptura política que a <b>usurpação golpista</b> quer terceirizar ao mercado [...]” (23/08/16)
Sd7h – “São essas correntezas violentas que movem as <b>raízes estruturais da conjuntura na qual a mídia se aliou à escória e ao dinheiro para derrubar uma Presidenta honesta</b> , acusada de pedaladas fiscais.” (23/08/16)
Sd7i – “A dependência é inexorável, diz agora o ideólogo <b>do golpe institucional contra Dilma e o PT.</b> ” (23/08/16)
Sd7j – “ <b>O golpe espera cortar a cabeça de Dilma</b> , e aleijar o seu entorno, antes que as contradições disseminem uma resistência para a qual não se preparou.” (23/08/16)
Sd8 – “ <b>O golpe parlamentar</b> desautorizou 54 milhões e quinhentos mil votos e <b>privou a democracia de seu fundamental argumento: a vontade soberana do povo</b> –62% desejam novas eleições.” (28/08/16)
Sd8a – “A <b>corrosão das referências institucionais</b> contaminou o sistema judiciário, que digladiava internamente como uma extensão togada da luta política aberta na sociedade.” (28/08/16)
Sd8b – “Gilmar (Mendes) opera um Termidor que <b>institucionalize o golpe</b> , confine a <b>guilhotina ao PT e anistie os demais pescoços da corrupção constitutiva que assaltou o poder.</b> ” (28/08/16)
Sd8c – “ <b>O Brasil foi coagido pela sofreguidão golpista</b> a embarcar num trem <b>fora dos trilhos institucionais.</b> ” (28/08/16)
Sd8d – “O descarrilamento acontece em meio a <b>uma difícil transição de ciclo econômico</b> , radicalizada pela <b>crispação política</b> , quando do que mais se necessita é de <b>solidez democrática</b> [...]” (28/08/16)
Sd8e – “ <b>Jogar o país em um ciclo de exceção</b> , revestido de incertezas [...] ou estender a mão a uma pacificação, devolvendo a nação aos <b>trilhos da legalidade?</b> ” (28/08/16)
Sd8f – “É sempre bom lembrar: a história só se repete como farsa.” (28/08/16)
Sd9 – “ <b>Um golpe não começa não véspera</b> ; nem define a sua sorte na manhã seguinte a do <b>assalto ao poder.</b> ” (30/08/16)
Sd9a – “Daí <b>o golpe dispensar à destruição do PT – de Dilma e Lula</b> – uma centralidade equivalente a atribuída à revogação dos direitos sociais e trabalhistas exigidos pelo mercado.” (30/08/16)
Sd9b – “O <b>juízo do impeachment</b> , insista-se, é só um ponto da espiral regressiva em curso.” (30/08/16)

Sd9c – “ <b>A raiz da disputa não são</b> obviamente <b>as pedaladas</b> . Mas, sim, a delicada reordenação do desenvolvimento brasileiro, em meio ao esgotamento da ordem neoliberal, o que requisita um poder de coordenação econômica, e de planejamento democrático, rechaçado pelos que sempre enxergaram no Estado a extensão de seus interesses privados.” (30/08/16)
Sd9d – “Inabilitadas pela <b>ruptura da legalidade</b> , as instituições mediadoras, a exemplo de uma parte ostensiva do judiciário, estão reduzidas a coadjuvantes do assalto ao poder.” (30/08/16)
Sd9e – “A predominar a <b>lógica do golpe</b> , a <b>aliança da mídia com a escória e o dinheiro</b> vai empurrar a nação para uma ‘noite de São Bartolomeu.’” (30/08/16)
Sd9f – “O <b>golpe apunhala a democracia</b> para atingir o interesse popular.” (30/08/16)
Sd9g – “O <b>golpismo midiático</b> que critica a ' <b>irresponsabilidade fiscal petista</b> ', omite a pressão global de gastos em uma crise que levou à queda vertical da receita [...]” (30/08/16)
Sd9h – “Uma <b>ruptura mais profunda do que a mera destituição de um Presidente da República</b> . De diferentes ângulos da economia e da democracia emergem avisos de <b>saturação estrutural</b> .” (30/08/16)
Sd9i – “A <b>reedição de um novo ‘1964’ em 2016</b> exigiria, ademais, uma octanagem fascista drasticamente superior à original, para prover o aparelho de Estado do poder de coerção necessário à devolução da pasta de dente que já escapou do tubo.” (30/08/16)

(Autoria: MASQUIO-SOUZA, 2021).

As Sds acima expostas indicam que o emprego de algumas expressões lexicais e definições marcam fortemente o perfil dos editoriais da Carta Maior.

Com efeito, nas sequências extraídas de Carta Maior (doravante adotaremos CM), parece haver um diálogo explícito entre o que se ressoa na mídia corporativa e o que pretende esta mídia, na qual CM se inclui, mais à esquerda. Enquanto também CM arrisca paralelos entre o golpe de 1964 e mesmo (mas aqui mais raramente) entre o *impeachment* de Collor, a FSP, por exemplo, não retoma enunciados que pudessem nos levar a comparações entre tais fatos históricos acontecidos no Brasil.

CM faz um tipo de descrição histórica para situar as “rachaduras” na democracia brasileira; Folha trata a destituição de Dilma como um evento singular, sem relação histórica com as demandas da elite brasileira ou com as imposições de uma política neoliberal que se quer fazer avançar, portanto, quando a menção é feita, somente o é, por conta de citações que ganharam destaque, e desse modo, como já dito, vêm aspeadas, marcadamente delimitadas da visão do jornal.

Pelas sequências, num ato de comparação, é possível notar que as formulações são semelhantes às da Folha, sobremaneira no que se refere à “corrupção, Dilma e o PT” (Sd2, Sd4, Sd7e, Sd7i, Sd9a, entre outras), mas é igualmente importante estabelecer que suas origens são distintas, haja vista terem sido enunciadas de formações discursivas antagônicas, que insistimos em classificar como “formação discursiva de

base mais legalista” e “formação discursiva de base menos legalista”, na medida em que esta última irá questionar a legalidade do processo de destituição num resumo de “*impeachment* é golpe”, bem como colocará em discussão o mérito, apoiando-se em enunciados que cristalizam as intenções da direita, segundo CM, e a verdadeira “face” do movimento “golpista” que à época estaria se avizinando.

Nesse sentido, de um ponto de vista mediador entre uma formação discursiva e outra, temos uma constatação, é que segundo Pacífico (2020, p. 100),

no contexto de 2016 [...] não podemos dizer que a formação discursiva “contra corrupção” da mídia corporativa, ligada à saída da presidenta Dilma, tenha sido dominante pois encontrou disputa.

E encontrou disputa, avançaríamos mais, não somente no que toca à corrupção, mas também na questão econômica, donde se observa clara divisão, uma vez mais, entre uma formação e à(s) outra(s). E aqui nos referimos ao plural, porque partidos houve que consideraram o *impeachment* como desdobramento de golpismo, mas ao mesmo tempo, se opunham veementemente às medidas econômicas levadas a cabo pelo governo petista, como é o caso da esquerda tida como mais “radical”, setores do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que não pretendiam se misturar ao PT na luta em questão.<sup>62</sup>

É certo que esta última concepção – que considera o *impeachment* um golpe, mas também advoga pela saída de Dilma pela “verdadeira vitória dos trabalhadores”<sup>63</sup> – não encontrou amplo espaço no debate daquele momento, de modo que o sobressalente tenha mesmo sido o antagonismo das ideias entre o que era o *impeachment* e o “golpe”. Nesse quesito, trabalho publicado por Seixas (2019), inscrito na AD, porém com percurso teórico diferente do nosso, aponta que o *impeachment* de 2016 não é uma mera palavra no contexto em que surgiu, mas é um além-mais, significando, pois, *não-golpe*, e esse é o embate posto do qual falamos imediatamente acima.

Além disso, os que enunciam “golpe”, como é o caso deste veículo em cuja análise nos assentamos agora, inserem no conceito da palavra o “alerta” para o que vem junto desse movimento, anunciam que o objetivo precípua é garantir um “projeto

<sup>62</sup> Disponível em <https://www.causaoperaria.org.br/a-esquerda-e-o-golpe-3-lutar-contr-os-ajustes-de-dilma/> Acesso em 04 de mar 2021.

<sup>63</sup> No texto “Às ruas, Fora Dilma, fora Temer, fora todos eles!”, do PSTU, fica evidente a opinião do partido, disponível em <https://www.pstu.org.br/as-ruas-fora-dilma-fora-temer-fora-todos-eles/> Acesso em 04 de mar. 2021.

econômico sem o aval das urnas”, como está no editorial de CM de 15/02/15, quando começam a surgir paulatinamente as primeiras menções ao processo ainda não instaurado.

Dessa forma, quando a palavra *impeachment* é tomada socialmente no âmbito discursivo, ela carrega consigo uma série de enunciados que lhes servem de base, como são exemplares as da FSP ao se referirem à pauta da corrupção, da governabilidade e da economia.

Nesse particular, para um contraste, as posições-sujeito (PÊCHEUX, 1995) de Folha e Carta Maior mudam conforme a posição que empregam, como no apanhado abaixo:

<b>Perspectivas sobre: economia, corrupção e governabilidade</b> (nesta mesma ordem)	
<b>Folha de S. Paulo</b>	<b>Carta Maior</b>
Sd2a – “[...] a cobrança chega como <b>combinação apocalíptica de recessão e aumento de preços, impostos e desemprego.</b> ” (15/03/2015).	Sd1 – “Se o governo não destaca qual é seu projeto, quem irá afrontar a restauração neoliberal anexada <b>ao programa econômico do impeachment?</b> ” (15/02/2015)
Sd7d – “É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país.” (02/04/2016).	Sd6d – “O que de pior <b>a mídia inocula no discernimento brasileiro é a interdição ao debate ecumênico do desenvolvimento [...]</b> ” (28/06/16)
Sd9a – “ <b>Após lançar a economia do país numa de suas piores recessões</b> , façanha pela qual nunca se penitenciou, resta a Dilma Rousseff apenas almejar que a história do Brasil a reconheça como vítima – jamais como estadista que nunca foi.” (30/08/2016).	Sd4c – “[...] o apoio ao <i>impeachment</i> tem por trás um <b>projeto econômico devastador.</b> ” (03/02/15)
Sd7b – “Depois de seu partido protagonizar os <b>maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia</b> ; depois de se reeleger à custa de <b>clamoroso estelionato eleitoral</b> ; depois de seu <b>governo provocar a pior recessão da história</b> , Dilma colhe o que merece. Formou-se imensa maioria favorável a seu <i>impeachment</i> ”. (02/04/2016).	Sd6g – “O pulo do gato do esbulho – aquilo que o diferencia de uma ditadura clássica – é usar <b>o combate seletivo à corrupção como biombo para a repressão política inerente à regressão social.</b> É disso que cuida o califado de Curitiba.” (23/06/16) Sd6h – “ <b>A corrupção endógena a um sistema político fragmentado</b> para dar ao dinheiro o comando do todo, não é o único fator de <b>desmoralização da democracia.</b> ” (23/06/16)
Sd7 – “A presidente Dilma Rousseff (PT) <b>perdeu as condições de governar o país.</b> ” (02/04/2016).	Sd2 – “O essencial que a elite espera de Cunha é <b>destrinchar o governo Dilma</b> como um frango desossado da Sadia e pendurá-lo, <b>junto com os petistas</b> , em um gancho de aço no <i>freezer</i> da

Sd7g – “Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do <i>impeachment</i> e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a <b>calamidade sem precedentes</b> do atual governo.” (02/04/2016).	história.” (14/06/2015) Sd7f– “No centro de tudo late a tese da <b>inabilitação do Brasil para comandar democraticamente o seu desenvolvimento.</b> ” (23/08/16).
---	--

(Autoria: MASQUIO –SOUZA, 2021)

Muito embora as sentenças acima tenham sido produzidas em datas assíncronas, o contexto em que elas se deram é o da crise econômica que antecedeu o *impeachment*, até as fases do processo, culminando finalmente com a saída de Dilma Rousseff. É bem verdade que, em outros trabalhos, o contexto que antecipa a queda de Dilma é bem mais amplo, considerando-se para este fim as manifestações de junho de 2013 (Seixas, 2019), mas aqui, numa delimitação temporária que se faz necessária, estamos a considerar as ações políticas na movimentação do segundo mandato da ex-presidenta.

Voltando aos editoriais, analisando-se, como modelo que pode ser estendido às demais sequências do gênero, as Sd1 e Sd3a (de CM) e Sd7g (de FSP) podem ser colocadas em oposição. Em linhas gerais, a Folha reconhece que Dilma Rousseff é causa dos desequilíbrios da economia, e, portanto, como o jornal mesmo afirmou em editorial, sua saída era urgente; Carta Maior, ao contrário, sugere que o “golpe” tem um programa econômico próprio, que se tornaria mais agressivo após a saída de Dilma, a qual não conseguiu com este conciliações de forma plena.

Baseando-se no quadro acima no quesito “corrupção”, há uma posição diversa entre Sd7b de Folha e Sd6g e Sd6h, de Carta Maior. Para aquela, a corrupção é uma das causas centrais que explicariam a derrocada do governo Dilma, para esta, a corrupção é apenas um “biombo” de um projeto que pretende se impor.

Também são distintas as posições sobre a capacidade de governo de Dilma, pois para a Folha, conforme o leitor pode ver no mesmo quadro acima, a incapacidade de Dilma é tratada como algo que lhe é inerente, e para Carta Maior, como uma forçosa tentativa de fazer de Dilma “um frango desossado”, comprometendo a ela e o PT.

Se temos de falar numa sequência discursiva de referência de CM, que será naturalmente uma oposição da FSP, porque produzidas no interior de distintas formações – ainda que prevaleça a semelhança do momento de “enunciação” – os enunciados são de outro teor, e poderíamos então, a exemplo do que fizemos com a leitura de FSP, reduzir ao que segue:

“O governo de Dilma, juntamente com o PT, sofre um golpe parlamentar e midiático,
---

sendo comandado por Eduardo Cunha, na Câmara dos deputados, e pela mídia corporativa, capitaneada pela Folha de S. Paulo, O Globo e Valor Econômico, principalmente; e como disfarce, tem-se a “corrupção” e ineficácia de medidas econômicas do governo petista.”

A comparação entre o que elegemos como SDR da Folha e SDR da Carta Maior, por sua leitura, sugere fortemente o contraste não só do emprego de *impeachment*/golpe, mas o de visões ideológicas que subjazem ao uso de tais termos. A observação rigorosa, na verdade, do uso de um termo ou outro é altamente reveladora, como se dá também no condensado paradoxal empregado por CM, de que o “*impeachment* é golpe”. Esta dissertação, até o presente, pretendeu ultrapassar a fronteira da língua, articulando-a com as relações de poder, a partir de onde citamos novamente Foucault (1970 [1996], p.10) ao lembrarmos que o discurso não é só o que traduz uma situação dada, mas é sua componente a luta pelo poder (através da palavra).

### 3.4.1 Os enunciados e a instabilidade de um discurso legalista

Não é sem sentido afirmar que numa formação discursiva na qual estão associados enunciados que questionam não só a validade do processo de destituição, como ainda seu mérito, tem-se uma identificação bastante alinhada ao pensamento da esquerda brasileira, ao menos em parte dela. Isso explica, por exemplo, por que os que se dividiram entre “*impeachment* não é golpe” e “*impeachment* sem crime é golpe” se dividiram conseqüentemente entre ser de “direita” *versus* ser de “esquerda”. Salientamos, no entanto, que, quando consideramos uma formação discursiva em comparação a outra, a definição de “mais legalista” ou “menos legalista” serve mais aos fins de identificação para o leitor, pois, em todo o tempo, estamos atentos ao fato de elas não se fecharem, de reclamarem enunciados outros para que sua afirmação seja dada.

Para contestar o movimento em curso, Carta Maior utilizou-se de figuras de linguagem (ironia, metáfora, hipérbole, comparação, etc.) para despertar o seu leitor para a situação, bem como recorreu às falas do Outro na elaboração de seus textos, citando nominalmente inclusive a Folha de S. Paulo. Fez largo uso ainda de argumentos históricos, pelos quais pretendia demonstrar que o “golpe”, como chamava já numa cadeia sintática bastante estabilizada, era uma realidade de 2016.

Fato curioso é que os agentes que protagonizaram o *impeachment*, desde sua proposição, por Hélio Bicudo, procurador, por Miguel Reale Júnior, jurista, e pela

advogada e professora de Direito, Janaína Paschoal, até seus principais articuladores, Eduardo Cunha e Michel Temer, foram tais protagonistas sendo pouco a pouco apagados do discurso midiático, posto que num dispositivo de poder, pensando com Foucault, tal proposição era apenas um “preenchimento estratégico” de causas maiores que estavam por detrás da denúncia oferecida (como defendido por Folha de S. Paulo) e, mais tardiamente, em certa medida, pelo diário *Le Monde*.

Em CM não raramente encontramos sequências do tipo “O golpe espera cortar a cabeça de Dilma”, “o golpe dispensa à destruição do PT uma centralidade equivalente à da revogação dos direitos sociais”, “o golpe apunhala a democracia”, em que golpe é o sujeito dos verbos posteriores e de seus complementos. Nossa suposição é a de “o golpe” é muito mais que seus articuladores; àquela altura – como ainda hoje os fatos políticos têm asseverado – já se “desconfiava” da ofensiva conservadora, que regulando a pauta de costumes, porque enxergava no Partido dos Trabalhadores uma ameaça “esquerdista”, demasiadamente progressista, sugeria fortemente também a retirada de direitos dos mais pobres em função de um “ajuste fiscal” feito logo após a permanência definitiva de Michel Temer à frente do país.<sup>64</sup> Por isso, “golpe” deixa de ser palavra solta para adentrar a cadeia sintática das formulações produzidas no interior dessa formação discursiva de base menos “legalista”, incluindo-se não só Carta Maior, mas também Carta Capital, El País Brasil, e os *blogs* alternativos de destaque à esquerda, Brasil 247, Mídia Ninja.

Notando-se, embora alijada do “cenário mais evidente da discussão e da opinião políticas no domínio jornalístico e midiático brasileiro” (SEIXAS, 2019, p. 40), Carta Maior dialoga com outros veículos, no entanto, trata-se de um diálogo de refutação, o que restou evidente nas Sds examinadas. Vejamos, pois:

Em 30/08/16, CM publica “O julgamento do *impeachment*, insista-se, é só um ponto da espiral regressiva em curso. **O golpe de 1964 levou quase cinco anos para encontrar um chão ‘institucional’** baseado no terror, na tortura e na censura”. Vê-se que, no âmbito desta formação, “golpe” e *impeachment*, no contexto empregados, são “termos não comutáveis entre si” (Courtine, 2009 p. 191), para proceder à comparação, o editorial vai além, divide o enunciado inserindo uma perspectiva histórica, que inclui o golpe civil-militar de 1964, mas aqui para reafirmar a comparação pretendida.

<sup>64</sup> Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/temer-prop%C3%B5e-teto-para-gastos-p%C3%BAblicos/a-19280882> Acesso em 04 mar 2021.

Noutro texto, de 28/06/16, a formulação do portal faz coexistirem dois enunciados que, em tese, são oposição um para o outro, e como já fizemos anteriormente, é válido aproximarmos Courtine de Authier-Revuz no que se refere à constituição dos enunciados. Ambos, como se sabe, escrevem que a presença do Outro pode estar linearizada na materialidade linguística; Courtine (2009), contudo, não desenvolve seu conceito de “enunciado dividido” voltando-se para outros recursos da língua como figuras de linguagem, discurso indireto livre (que seria, para Authier-Revuz (2004), a forma não marcada dessa heterogeneidade constitutiva), ao passo que as citações e as aspas de fala direta, p.ex., seriam as formas marcadas, mostradas. Courtine (2009, p. 167) propõe a divisão na sintaxe por uma estrutura em que a negação seja central, como analisou nas sequências do *discurso comunista* do PCF, como sendo “é X que P, não Y que P”, de efeito contrastivo. (2009, p. 167)

Não deixa de ser um enunciado dividido a proposição de 28/06/16 de CM: “A charanga do golpe desafina, mas ele anuncia solenemente **“Distinto público, vamos redefinir a política externa ideológica em direção à maior liberalização dos mercados.”**” Na verdade, a sentença que vem entre aspas não é uma citação de algum político que a tenha formulado a partir de uma sua posição enunciativa, mas é um resumo que o editorialista de Carta Maior se permitiu fazer como expressão do discurso da formação discursiva de base mais legalista em relação à destituição, cujos conceitos a ela vinculantes são o do arrocho salarial, ajuste fiscal nas contas públicas, sinalização positiva ao mercado no tocante às privatizações, entre outras coisas.

Dessa forma, tem-se a menção explícita, e ao mesmo tempo figurativa, de um enunciado no interior do mesmo, que afirma em seu início que “o golpe”, além do que é, preserva ainda uma estratégia.

O diálogo constitutivo permanece constante, como vemos em “**A raiz da disputa não são obviamente as pedaladas. Mas sim, a delicada reordenação do desenvolvimento brasileiro, em meio ao esgotamento da ordem neoliberal [...]**” Na primeira frase é materializado o pensamento da formação discursiva de base mais legalista, o que faz coro com a mídia corporativa. Na segunda frase, temos até mesmo pela inserção do conectivo “mas” a orientação contrária ao que se afirma na primeira sentença, que não é uma simples oposição, mas enunciado de um discurso bastante circulado no contexto de 2015, 2016.

Enfim, as oposições, mesmo na tentativa de fazer o Outro se desqualificar, alimentam, fazem retorno a uma questão não resolvida, por assim dizer, no sentido de

que o debate em curso continua, explicitando, pois, o funcionamento vivo do interdiscurso.

### 3.5 Os editoriais no *Le Monde*

A escolha pelo jornal francês *Le Monde* se deu em razão de sua internacionalidade, tendo como consequência a possibilidade de uma ‘narrativa’ diferenciada do debate midiático instaurado aqui no Brasil. Além disso, sendo considerado como um veículo de imprensa de centro-esquerda (Seixas, 2019, p. 128) poderia apresentar um olhar diverso da Folha e de Carta Maior, que partem de teses opostas sobre o *impeachment* de Rousseff.

Foram coletados do *Le Monde* (LM doravante) 05 editoriais em que o jornal dispensou o espaço para comentar unicamente a destituição de Dilma e os antecedentes que a envolveram. No início, como logo se lerá, o jornal teve posição semelhante à adotada pela Folha, o que até poderia sugerir que o diário francês a tomava como referência de mídia no Brasil, mas posteriormente passou a tecer críticas sobre o que chamaram mais correntemente de “*destitution*”.<sup>65</sup>

Do material que tivemos em mãos, que a exemplo dos anteriores foram coletados em meios digitais, há uma regularidade no dizer de LM, que aponta inicialmente para os demais componentes do *impeachment*, não centralizados nas pedaladas fiscais, e nessa direção, uma SDR de LM é uma aproximação bastante forte com a SDR de FSP.

<b>Sequências discursivas – <i>Le Monde</i></b>
Sd1 – “Entre <b>crise morale, discrédit politique et déliquescence économique</b> ” (03/03/16) <sup>66</sup>
Sd1a – “Lorsqu’il s’est confié à ses avocats [...] Alberto Youssef, maltrat à la réputation de bon vivant, arrêté pour ce qui allait devenir le <b>“scandale Petrobrás”</b> .” (03/03/16) <sup>67</sup>
Sd1b – “Le Parti des travailleurs ( <b>PT, gauche</b> ) de <b>Lula e Dilma Rousseff</b> , et son allié au sein de la coalition gouvernementale, le PMDB, sont <b>les principales victimes du discrédit</b> .” <sup>68</sup>

<sup>65</sup> Em português, “destituição”, simplesmente.

<sup>66</sup> “Entre crise moral, descrédito político e desestruturação econômica” (essa e as próximas traduções “livres” são nossas).

<sup>67</sup> “Quando apoiado por seus advogados [...] Alberto Youssef, bandido com a reputação de “bon vivant” definiu aquilo que se tornaria o “escândalo Petrobrás.”

<sup>68</sup> “O Partido dos trabalhadores (PT, esquerda) de Lula e Dilma Rousseff e seu aliado no centro da coalizão governamental, o PMDB, são as principais vítimas do descrédito”.

Sd2– “Alors que Dilma Rousseff vient de perdre son principal allié au sein de la coalition gouvernementale, <b>la rhétorique utilisée par la présidente brésilienne et son prédécesseur, dénonçant un “coup d’État”, relève un amalgame douteux.</b> ” (30/03/2016) <sup>69</sup>
Sd2a – “Après un début de siècle flamboyant, <b>le Brésil traverse une crise sans précédent</b> , qui eût conduit dans des temps pas si anciens à un coup d’État.” (30/03/16) <sup>70</sup>
Sd2b – “Certains dirigeants du PT vont jusqu’à parler d’un <b>“coup d’État constitutionnel”</b> , parfait exemple d’oxymore ou de contradiction dans les termes.” (30/03/16) <sup>71</sup>
Sd2c – “La destitution du chef de l’État est prévue et encadrée par la Constitution brésilienne.” (30/03/16) <sup>72</sup>
Sd3 – “Si la corruption est au coeur des deux révoltes politiques, Dilma Rousseff, à la différence de M. Collor de Mello, n’est pas suspecte d’enrichissement personnel.” (18/04/16) <sup>73</sup>
Sd3a – “Elle est accusée d’avoir usé <b>d’artifices administratifs pour maquiller le déficit budgétaire</b> , un procédé auquel elle n’est pas la première à avoir eu recours.” (18/04/16) <sup>74</sup>
Sd3b – “[...] c’est tout un système qui est mis en cause, une spirale qu’elle n’a pas su contrôler: <b>la gigantesque corruption au sein de la compagnie pétrolière nationale Petrobras</b> , qui a servi de vache à lait au PT au pouvoir et à ses alliés, notamment lorsque Mme Rousseff en était la ministre de tutelle, et une classe politique très largement impliquée dans des malversations multiples.” (18/04/16) <sup>75</sup>
Sd4 – “Elle est jugé non pour un crime, mais pour avoir truqué sa présentation de la loi de finances.” (14/05/16) <sup>76</sup>
Sd4a – “Car au <b>malaise politique s’ajoute une forte crise économique</b> . Le pays traverse la pire récession depuis un siècle.” (14/05/16) <sup>77</sup>
Sd5 – Sauf coup de théâtre, <b>la destitution de la présidente du Brésil sera définitive dans quelques jours. Mais pas à cause de la corruption, dont elle était accusée.</b> ” (26/08/16) <sup>78</sup>
Sd5a – “Dilma Rousseff a commis <b>des erreurs politiques, économiques et</b>

<sup>69</sup> “Enquanto Dilma acaba de perder seu maior aliado no seio da coalizão governamental, a retórica utilizada pela presidente brasileira e seu predecessor, denunciando um “golpe de Estado”, revela uma mistura duvidosa.”

<sup>70</sup> “Após um começo de século esplendoroso, o Brasil atravessa uma crise sem precedente, e que foi conduzido em tempos não muito distantes a um golpe de Estado.”

<sup>71</sup> “Alguns dirigentes do PT chegaram até a falar em “golpe de Estado constitucional”, perfeito exemplo de oximoro ou contradição em termos.”

<sup>72</sup> “A destituição do chefe de Estado está prevista e enquadrada na constituição brasileira”.

<sup>73</sup> “Se por um lado a corrupção está no centro das duas revoltas políticas, Dilma Rousseff, diferentemente de Collor de Mello, não é suspeita de enriquecimento pessoal.”

<sup>74</sup> “Ela é acusada de ter usado artificios administrativos para maquiagem os déficits financeiros, procedimento ao qual ela não foi a primeira a ter recorrido”.

<sup>75</sup> “É todo um sistema que está posto em causa, uma espiral que não se pôde controlar: a corrupção no seio da companhia petroléira nacional Petrobrás, que serviu de “máquina” ao PT no poder e aos seus aliados, notadamente quando Dilma era ministra da Casa Civil, e uma classe política largamente implicada em malversações múltiplas.”

<sup>76</sup> “Ela é julgada não por um crime, mas por ter “falsificado” sua apresentação quanto à lei de finanças.”

<sup>77</sup> “Junto da instabilidade política soma-se uma forte crise econômica. O país atravessa a pior recessão em um século.”

<sup>78</sup> “Excluindo-se essa “jogada”, a destituição da presidente do Brasil será em alguns dias. Mas não em razão da corrupção, da qual ela foi acusada.”

<b>tactiques.” (26/08/16)<sup>79</sup></b>
Sd5b – <b>“Impopulaire et malhabile, Dilma Rousseff s’estime victime d’un « coup d’Etat » fomenté par ses adversaires, par les médias,</b> et en particulier par la télévision Globo, aux ordres d’une élite économique soucieuse de préserver ses intérêts [...]” (26/08/16) <sup>80</sup>
Sd5c – <b>“Le scandale de corruption à grande échelle lié au groupe pétrolier Petrobras</b> a achevé de scandaliser un pays malmené par une crise économique sans précédent.” (26/08/16) <sup>81</sup>
Sd5d – “L’ironie veut que si la corruption a fait descendre des millions de Brésiliens dans les rues ces derniers mois, ce n’est pas à cause d’elle que tombera Dilma Rousseff.” (26/08/16) <sup>82</sup>

A separação das principais sequências de LM nos leva a traçar uma semelhança entre as que são produzidas no interior da formação discursiva de onde parte a Folha, por exemplo; *Le Monde* recorre, assim, não somente às mesmas palavras, embora presentes naquele conjunto já analisado de “corrupção e recessão econômica do governo Dilma e o PT”, mas de início utiliza os mesmos argumentos, questionando por meio do próprio dizer de Dilma Rousseff e de seu partido a existência de um “golpe de Estado”. Chamou-nos a atenção o fato de o jornal francês ter dado mais presença aos dizeres que vinham da formação menos legalista do *impeachment* do que a própria Folha (um jornal “local” em comparação ao diário francês do outro lado do Atlântico). Contudo, *LM* também não quer se comprometer com a concepção de “golpe de Estado institucional”, isso porque, segundo o jornal, não há como sustentar tal definição, uma vez que ela é uma “contradição em termos”. Desta feita, o jornal prefere destacar as articulações duvidosas para a destituição<sup>83</sup> de Dilma, como as empreendidas pelo chamado “centrão” do Legislativo, e apoia-se na conjuntura que envolve o episódio.

O discurso “vendido” em terras brasileiras pela grande mídia não deixou, é verdade, muita margem para que vozes contrárias ecoassem; LM foi na direção hegemônica, portanto. Surpreendeu a todos o veículo quando de seu editorial de 26/08/16, ao afirmar de forma condensada, de maneira direta, que a destituição de

<sup>79</sup> “Dilma Rousseff cometeu erros políticos, econômicos e táticos.”

<sup>80</sup> “Impopular e inábil, Dilma Rousseff se considera vítima de um “golpe de Estado”, fomentado pelos seus adversários, pelas mídias, e particularmente pela TV Globo, às ordens de uma elite econômica preocupada com seus interesses.”

<sup>81</sup> “O escândalo de corrupção em grande escala ligado ao grupo Petrobrás acabou por expor um país maltratado por uma crise econômica sem precedentes.”

<sup>82</sup> “A ironia está em que se a corrupção fez tomar às ruas milhões de brasileiros nestes últimos meses, essa não é a causa pela qual Dilma Rousseff cairá.”

<sup>83</sup> No capítulo anterior, foram abordadas algumas sutilezas de linguagem em relação ao uso de *impeachment* e golpe. O jornal francês utiliza a palavra “destituição”; pensamos que, mais que uma tentativa de manter-se neutro no caso, o que não se verifica em termos de leitura das sequências discursivas, a palavra venha da tradição linguística francesa em afastar-se dos anglicismos. Com efeito, mesmo jornais como *Le Figaro* e *Libération* fazem também emprego de “destitution” para se referirem a rupturas de cargos presidenciais.

Dilma podia não ser “golpe”, mas era uma “farsa”, uma “triste ironia” dado o contexto em que se desvelou. Não sendo um processo jurídico-político justo, nem mesmo sendo “golpe de Estado institucional”, seria então o acontecimento uma “farsa” cujos “maiores prejudicados seriam (e foram)<sup>84</sup> os brasileiros.” Nos ocorre, porém, que a adjetivação “farsa” é mais próxima do enunciado “*impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe” do que de “*impeachment* não é golpe”, porque pelo discurso de base menos legalista, se questiona nem tanto os caminhos jurídicos, mas a inexistência de um crime de responsabilidade, claramente determinado pela CF/1988 e pela Lei 1079/50<sup>85</sup>, que faz ainda distinção entre o alcance do “crime” em razão do cargo público, separando-o de suas acepções penais.

Não à toa, quando *Le Monde* lançou tal editorial, rapidamente o texto ganhou circulação em plataformas e veículos alinhados à esquerda, e simultaneamente, não foi “aproveitado” da mesma forma por veículos que defenderam até aquele momento a saída da presidenta.

Mesmo na instabilidade passageira, concordando com a destituição de Dilma Rousseff, reconhecendo que seu governo teve uma série de “erros políticos, econômicos e táticos” (Sd5a), por final o veículo contemporizou nos dizendo que seus “artesãos” não eram suficientemente aptos a destituí-la. A referência – a ser transformada numa SDR – que tomaram para fazer circular tal enunciado pode ser descrita como:

“Entre crise econômica, desconfiança política e recessão, governo Dilma sofre destituição por grupos que são acusados de corrupção e malversações.”

Como se nota, os aspectos econômicos e a pauta da “corrupção” compõem os enunciados de *Le Monde* e neles são inseridos como proposta de “contextualização” do *impeachment*, não se avançando em debates sobre a validade dessas variantes, nem sequer mencionando que destituições como a de Dilma podem fazer parte de um movimento geopolítico sobre a América Latina – esse é o contexto de que se vale Carta Maior, por exemplo.

Dessa forma, entre os três veículos, é possível perceber diferenças (às vezes nem tão distantes), embora o “tema do discurso” (Courtine, 2009, p.159) encabeçado mesmo nas sentenças sejam, digamos, semelhantes. No que respeita aos “temas do discurso”,

<sup>84</sup> Inserção nossa. Em 2021, acreditamos porque presenciamos, ainda se “colhem os frutos” estragados do acontecimento de 2016.

<sup>85</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L1079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1079.htm) Acesso em 08 mar. 2021.

Courtine (2009) afirma que a noção designa “um elemento que figura no intradiscurso de uma sequência cuja importância é acentuada, marcada na cadeia”, anota o linguista que “um tema do discurso carrega assim uma marca de *ênfase*” (grifos do autor).

Para Courtine (2009), os temas de discurso revelam ainda efeitos de sentido de ênfase e de identificação em uma formação dialógica. Ainda que não apareçam em forma de pergunta, que estipularia, pois, uma resposta, eles definem *sobre o que se fala*, podendo, contudo, serem abordados de maneiras distintas, serem aprofundados, levados a uma análise mais favorável à conjuntura dada / concernente à situação de enunciação. Baseando-se nisso, no próximo tópico trataremos dessas convergências e divergências a partir de temas comuns.

### **3.6 A corrupção, a governabilidade e a recessão econômica em dis(curso)**

A sequência que dá título a este tópico 3.6 é a materialização linguística de um discurso que envolve a destituição de Dilma Rousseff, de modo tal que poucos arriscariam, acredita-se, tratar do assunto apenas em si mesmo, discutindo ritos de *impeachment*, direito à defesa, embasamento legal, etc. Primeira consideração a ser posta é que o julgamento de *impeachment* é comumente aceito nas teorias sobre democracia representativa, e mesmo no sistema presidencialista, como um processo jurídico e político. Segunda consideração é que, pelas sequências dos 03 veículos, pode-se determinar que as “pedaladas fiscais”, “origem” formal do processo, não compõem o principal tópico dos comentários feitos na mídia e pelos brasileiros de forma geral. Foram postos em circulação os temas da corrupção, da governabilidade (em que se apontava “inabilidades” até mesmo em razão de Dilma ser mulher) e da tempestade econômica.

Partindo da mesma origem, se referiam os 3 veículos aos mesmos temas. Numa esquematização mais visível teríamos que:

**Folha de S. Paulo:** a corrupção é uma realidade no Poder Público (federal) e precisa ser combatida, eis portanto, o papel da operação Lava Jato (por meio do Ministério Público) e do próprio governo que precisa se empenhar em demonstrar que é “limpo”. No editorial de 22/03/2015, “Do silêncio à ação”, já no contexto da Operação Lava Jato, reconhecida como “a maior operação de combate à corrupção já feita no

Brasil”, segundo o portal UOL<sup>86</sup>, o jornal expressa como enxerga a corrupção, e o faz sem a demarcar historicamente.

Na questão da governabilidade, não separada aí da questão econômica, Dilma também é considerada inábil, atribui-se a ela trapalhadas que vão das articulações com congressistas às decisões econômicas letárgicas. Sob seu governo, opera o “risco Brasil” e pelas façanhas de Dilma em sua gestão, o menor pedido de desculpas seria, de fato, a sua saída (editorial de 30/08/16).

**Carta Maior**: no que se refere à corrupção, tema do qual o portal de tendência esquerda não abdica, os editoriais enfatizam seu caráter endêmico e sistemático, como prática presente na vida de muitos cidadãos. Além disso, registram que a corrupção é apenas um sintoma de um processo político falido. Em seu editorial “Golpe empurra a nação para uma noite de São Bartolomeu”, de 30/08/16, CM aponta para uma “saturação estrutural”, apesar disso, não detalha se frente a isso o governo Dilma Rousseff poderia fazer coro, haja vista que tentou promover pequenas reformas e “ajuste fiscal”, acenando assim para as exigências do mercado financeiro. No aspecto da governabilidade, o portal ressalta que Dilma não participou de certas chantagens, entre elas a do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Também na economia, revisando as conquistas sociais dos governos do PT, CM afirma que a saída de Dilma, diferentemente do que defende a Folha, é a condição de que o mercado e velhos setores oligárquicos necessitam para impor o “vergalhão de privatizações de serviços essenciais”, para colocar na “guilhotina a Universidade Pública”, entre outros “anacronismos” (palavras do próprio editorial de 30/08).

**Le Monde**: de maneira mais ou menos análoga à da Folha de S. Paulo, o tradicional veículo francês fundado em 1944, não se aprofunda ao tratar da corrupção, embora se empenhe em fazer paralelo com os atos de corrupção que levaram Fernando Collor de Mello a deixar a Presidência da República em 1992. Concede ao caso de Dilma uma singularidade, afirmando, *grosso modo*, que a então presidenta não estava implicada em questões de corrupção, mas que o Brasil, sob a perspectiva econômica, não experimentava mais o mesmo “flamboyant” do início do séc. XXI (editorial de 30/03/16). Inevitavelmente, aponta os saques feitos à Petrobras como contribuição para a baixa popularidade de Dilma e do PT, e, outrossim, não propõe uma discussão “filosófica”, diríamos, da questão, que serve apenas de contexto ao *impeachment* de

---

<sup>86</sup> Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/10/lava-jato-faz-6-anos-este-mes-relembre-derrotas-e-vitorias-da-operacao.htm> Acesso em 08 mar. 2021.

Dilma. Segundo o mesmo veículo, a desmoralização é que é principal chave da falta de governabilidade na gestão federal e “o Brasil não é mais o farol da América Latina” (editorial de 14/05/16). Valendo-se de um linguajar mais técnico, LM destaca no plano econômico a regressão no Produto Interno Bruto (PIB), as variações ligeiras das *commodities* no mercado internacional, como parte da crise econômica iniciada em 2008, nos Estados Unidos, causada pela “bolha imobiliária”.

São notadas as diferentes abordagens pelas quais passam os veículos mantendo em comum o mesmo tema, seja nacional ou internacionalmente. Paulatinamente, a pergunta: se *impeachment* ou golpe? vai sofrendo apagamento, porque as urgências da demanda social, política e econômica são outras, logo fazendo emergirem enunciados relacionados aos temas que iniciam o presente tópico. Como assim os consideramos, a extração das sequências foi feita, sob essa intervenção de pesquisa, de forma mais prática e localizada. Por sua vez, os enunciados próprios a um domínio do saber se nos apresentam ora antagônicos, ora paralelos, em fronteiras que não se fecham, não se delimitam por completo, nos dizeres de Courtine (2009) quando este repensa o Foucault d’*Arqueologia*.

### **3.7 Acontecimento discursivo, vontade de verdade e comentário: o retorno a Foucault face à ruptura democrática**

Se linguisticamente, sem, no entanto, apartar a dimensão discursiva, apoiamonos em Pêcheux (1971, 1995), em Courtine (2009), e para elucidar algumas Sds recorreremos ademais à Authier-Revuz (2004), filosoficamente (certamente orientandonos pela noção de “discurso”), iremos finalizar nossa leitura com proposições foucaultianas, ancoradas especialmente na obra *A ordem do discurso*.

A destituição de Dilma Rousseff, para além de se chegar a uma definição estável de golpe ou *não-golpe* (SEIXAS, 2019), significou a instalação de uma nova ordem discursiva: provocou uma irrupção na política nacional que se refletiu nas distintas formações discursivas, assim como também operou no campo do “não-discursivo”.

Conforme Vandresen (2014) “o discurso diz o acontecimento ao mesmo tempo em que este se revela no próprio discurso”, e tal simbiose marca este importante momento da história brasileira; a tomada da palavra foi a própria desenvoltura do acontecimento, acontecimento este que ainda está em curso, levantando a cada dia

novas perguntas e traçando novos rumos aos que o debatem a partir de teorias linguísticas, políticas ou sociológicas.

Se formos adiante, levando o acontecimento para a noção de “vontade de verdade”, muito provavelmente fique mais evidente a relação do fato com os desejos históricos.

Em *A ordem do discurso*, Foucault menciona a *verdade* enquanto uma *vontade*, trata-se de dois conceitos que já tinham a precursão do filósofo Friedrich Nietzsche, e que foram posteriormente repensados por Foucault sob a égide do discurso (HORDECTE, 2020). Para Foucault, a *vontade de verdade* é uma inerência ao discurso e a singularidade aí apontada é que essa verdade não é fundamentalmente objetiva, do tipo da oposição verdadeiro/falso. Como pensa o filósofo, a verdade é uma construção de cada tempo histórico e seu exercício pode ser dado através do discurso. A noção, como empregada em sua aula inaugural, faz parte dos procedimentos externos do controle do discurso, e convém lembrar, atua no discurso como pressão exercida sobre outros discursos (GREGOLIN, 2016).

Pensando os discursos sobre a destituição da ex-presidenta Dilma, o que se vê é a condução de enunciados por vezes conflitantes com vistas a entrar na perspectiva do verdadeiro ou falso, como se eles pudessem se referir somente à linguagem, sem que ela mesma fosse incluída num jogo de poder. Desde o acontecimento, e ainda hoje, há uma tentativa de se sobrepor verdades ao fato acontecido, mas a “verdade” é uma vontade que move o próprio discurso. Ao trabalharmos os comentários do discurso político no interior das práticas jornalísticas – como a produção dos editoriais – a *vontade de verdade* apresentada pela mídia acompanhada de seus setores próximos, como também a *vontade* dos partidários de Dilma Rousseff, expõem o momento histórico e, como consequência, provoca interdições. Tentar superar tais *vontades de verdade* é, de nossa perspectiva, um ato libertador, pois torna viável a possibilidade de se aceitar dizeres outros fora daquele regime “verdadeiro” imposto pela sociedade naquele determinado momento. No interior de um dispositivo, as “verdades” que movem o discurso vão se socorrer de argumentos jurídicos, do exame de provas que atestem ou não o fato, dos demais discursos que lhes são contrastantes, enfim, mas no interior do mesmo aparato histórico. No caso de Dilma, com apoio de setores reacionários, parte da mídia fez circular o enunciado de que ela era inábil porque mulher, evidenciando a separação de

gênero como reflexo de uma *vontade de verdade*, e não de uma “verdade”, mas cujos efeitos ainda persistem.<sup>87</sup>

A noção de comentário, que segundo Foucault (1996) é a articulação, mas não explicitação do texto original, é um tipo de procedimento interno do discurso, que irá organizá-lo para preservar seus significados correntes. A democracia, como se sabe, é a estabilidade das ações políticas, enseja uma escolha dos governantes pelo governado (no caso da representativa) e pressupõe limites, de forma que uma destituição consensual pode ser uma separação bastante tênue entre o fato e uma tentativa golpista. Todorov, em *Inimigos íntimos da democracia*, procurou mostrar os mecanismos mais recentes de subtração de poder. Sobre a possibilidade de considerá-la a partir de variados pontos de vista, no capítulo 2 abordamos a definição clássica de “democracia” e “golpe” como ainda *comentário* de teorias políticas eurocêntricas, cuja definição em discurso adotada pela mídia, como ocorreu com *Le Monde* ao vaticinar que golpe consistiria no uso de violência e num regime de forças totalmente inverso ao que se sucede, partiu como desdobramento desse pensamento clássico, uma espécie de *texto primeiro* de que falou Foucault em 1971.

Foucault (1996) defende que:

[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito.

Também já nos convencemos da ideia de que o discurso tem camadas, e algumas delas não são visíveis, decerto porque estão muito bem articuladas aos diversos textos que circulam socialmente, não são percebidas, enfim, como *segundo texto* de um primeiro que seria mais “hegemônico”, o que delimita a aceitação de outros textos cuja natureza seja divergente.

A ideia precípua dessa leitura está longe de significar uma imposição sobre como a mídia, por exemplo, deveria proceder na análise do caso em tela (justamente, defendemos que ao pautar um fato, um veículo não escapa de sua imperiosa análise), nem nos cabe, de igual maneira, “condenar” a abordagem de um ou de outro veículo;

---

<sup>87</sup> Dado não ser nosso escopo, não adentraremos às particularidades da segregação de gênero sexual que em muito contribuíram para forjar na sociedade a “verdade” de que Dilma era incapaz como mulher de governar o país. Braga e Lima (2020), em artigo recente, “Gênero e discurso político no Brasil: uma análise discursiva das representações midiáticas de Dilma Rousseff durante o processo *de impeachment*”, revisitam tal questão.

pretendemos, isto sim, expor o funcionamento dos discursos e de seus enunciados sobretudo à luz do pensamento foucaultiano. As noções discutidas neste tópico “carregam” consigo um peso filosófico bastante notável, e esse mesmo “filosófico” é uma das formas de se ler um acontecimento histórico, que é sempre resultado de uma prática discursiva bastante situada no tempo e no espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho pretendemos mostrar como o discurso político, enquanto *comentário* (no sentido mesmo foucaultiano), pôde reverberar de diferentes maneiras (embora nem tão distantes) na mídia brasileira, considerando para tal não só a chamada “grande mídia”, mas também a mídia alternativa.

Inscrita no interior da Análise do Discurso, com abordagem pêcheutiana, e sobretudo foucaultiana, apresentamos análise sobre como os modos de dizer se equivalem, se distanciam e se retroalimentam, mesmo em face de formações discursivas distintas, momento em que para nós restou evidenciada a tese de Courtine ([1981], 2009) inspirada nos estudos arqueológicos de Michel Foucault sobre os enunciados como parte de uma formação discursiva que não é essencialmente definida, de vez que elas apresentam fronteiras que são ‘deslocáveis’, como tentamos também mostrar na extração e no exame das sequências discursivas de referência.

Como se verifica, muito antes da produção de nossa pesquisa, os termos usados para se referir à destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, *impeachment* e “golpe” não são de “significados” isolados; o objetivo da AD, ao menos, é mostrar que eles circulam no esteio de um discurso composto de enunciados tais, de forma que sejam eles regulares, ainda que dispersos (Foucault, 2008).

Nesse sentido, a conclusão seminal a que chegamos é de que as sequências discursivas de referência apontaram para uma rede de enunciados similares, que podem em algum momento serem definidos como “temas de discurso” idênticos, conforme Courtine (2009) em *Análise do discurso comunista endereçado aos cristãos*. O fato de essas sequências aparecerem em demasia (como contabilizadas) e de constarem nos editoriais analisados nos 03 veículos de imprensa não nos permitiu afirmar que estavam sob igual tratamento na Folha de S. Paulo, em Carta Maior ou no *Le Monde*, mas a distância entre o que se disse a respeito de “corrupção, governabilidade e recessão econômica do governo Dilma e do PT” não nos pareceu tão longínqua.

Naturalmente, baseando-se aqui notadamente em Foucault e em Courtine, advogamos que uma formação discursiva estabelece sempre um tipo de resposta com outras formações, o que se pode dar por meio da aliança, da refutação, da negação ou homologação de seus enunciados; não deve ser aceita sem maiores critérios a impressão de que cada veículo de comunicação seja imparcial e dono de uma linha editorial única (como estes afirmam ser), percebeu-se que formam um “consórcio” entre eles, o que

discursivamente pode ser definido como partes de uma formação discursiva cujos enunciados se ratificam (como em alguns momentos se deu entre Folha de S. Paulo e *Le Monde*), mas também com retomada de dizeres que precisam apontar o Outro na materialidade linguística para então contrapor-se, o caso do portal de esquerda Carta Maior.

Porque avaliamos que Jean-Jacques Courtine, em sua conhecida tese de 1981, é um intermédio bastante produtivo e coerente entre o que postularam Michel Pêcheux e Foucault, o adotamos para uma análise, diríamos, linguístico-discursiva, o que não implica no afastamento do percurso conceitual de Pêcheux e Foucault para esta mesma análise. Como se viu, contudo, com relação a este último, interessou-nos também o Foucault das articulações geneológicas –as iniciais, é bem verdade – presentes em *A ordem do discurso*.

Dessa forma, na discussão sobre o que os enunciados revelavam sobre democracia e golpes (como oposição ao pensamento clássico sobre democracia), ficou evidente também que os editoriais funcionaram como espécie de *texto segundo* a um *primeiro texto*, que se apoia nas teorias clássicas sobre democracia, especialmente nas eurocêntricas. Mesmo tais teorias não dando conta de acontecimentos recentes em países da América Latina, como aqueles que denotam as novas formas de interrupção de poder, os *neogolpes* nos dizeres de Valente (2018), os jornais acabam sendo um reduto desse pensamento cristalizado, e daí decorre que Folha de S. Paulo e, posteriormente *Le Monde*, afirmaram não se tratar a destituição de Dilma de um “golpe institucional”. Para a Folha, em editorial de agosto de 2016, Dilma Rousseff nem comparável seria a um estadista, para *Le Monde*, a então presidenta e seus correligionários não poderiam levar adiante tais dizeres, pois golpe é a descrição de um evento com uso da força e sugere abrupta mudança de regime (como serve de exemplo aos dois veículos o golpe civil-militar de 1964 no Brasil).

Ressalte-se ainda que a natureza paradoxal do *comentário*, conforme Foucault em *A ordem do discurso*, indica-nos que quanto mais se comenta sobre um assunto, quanto maior a distribuição de um comentário, mais o tema se multiplica na sociedade ganhando amplo alcance, entretanto, por outro lado, distribui-se muito do mesmo, o que faz com que a pluralidade se perca, fortalecendo apenas uma ou duas formas de interpretação do acontecimento. Dessa forma, as mídias com maior alcance têm mais poder.

Também não desconsideramos a leitura do processo de destituição de Dilma como resultante da *vontade de verdade* da época, cujas motivações não são especificamente da ordem do verdadeiro ou falso, mas antes históricas, num jogo de poder, do qual a palavra é inerente.

No plano metodológico, a Análise do Discurso nos ofereceu até aqui possibilidades várias para percursos analíticos diferentes a depender do tipo de discurso que se estuda, acreditamos que nosso caminho foi trilhado mostrando-se não só o funcionamento da língua em uma dada problemática, mas também a articulação dela com o não-discursivo, que engloba, portanto, as instituições, as leis, a arquitetura das comunicações, quer sejam as de massa, como a TV e o rádio, que mudaram as formas de produção de discursos (no modo e na escolha temática), quer sejam as *new media*, com o advento das redes sociais, onde a espetacularização (Debord, 1997) foi levada ao paroxismo. O discurso é, assim, parte de um dispositivo de poder, e no *acontecimento discursivo* que 2016 nos trouxe, tal constatação ainda sofre seus desdobramentos.

Certamente, os resultados desta dissertação não ficam nela encerrados, entretanto, pressupomos que ela possa ser uma contribuição inicial para os estudos linguísticos, cujos interesses estejam voltados para a análise de discursos que comecem no domínio do político e que migram para a imprensa. E quando “migram” talvez seja o momento exato em que devemos indagar por que determinados enunciados aparecem ali e não outros em seu lugar; essa lição de Foucault não envelhece, ao contrário, é produtiva até mesmo na leitura de fatos do tempo presente.

Como já tantos foram disponibilizados nas plataformas acadêmicas<sup>88</sup>, os trabalhos relacionados à destituição de Dilma Rousseff incluem, naturalmente, um retorno a enunciados que circularam quando do *impeachment* do também ex-presidente Collor de Mello; em sua existência histórica, os enunciados – principalmente aqueles oriundos de uma formação de base menos legalista – assim dita por questionar não os ritos, mas o mérito do processo de Dilma, acabam, pois, indo além, e fazem menção ao golpe de 1964 em solo brasileiro. Dessa perspectiva, a história não é mesmo teleológica, porque acontecimentos se equivalem, se reclamam, tentam – de alguma forma – se perpetuar ao longo do tempo, ainda mais numa sociedade como a brasileira, cuja

---

<sup>88</sup> Reforçamos o que ora foi dito na Introdução; as pesquisas em AD não tinham, até o momento em que esta se iniciou, levado em conta a destituição de Dilma no jogo do discurso e do poder; ao menos podemos dizer que não são tão numerosas quanto as que se fixaram numa análise mais à maneira de Pêcheux, pois que trabalhavam mais as diferenças condensadas entre duas formações discursivas, sem incluir noções teóricas próprias da teoria foucaultiana, presentes tanto n’*Arqueologia do Saber* quanto n’*A ordem do discurso*.

democracia ainda não é fortalecida; aliás, no ano em que se encerra este escrito ela se encontra sobejamente solapada.

Por fim, para que fique claro, a indagação no título de nosso trabalho teve como objetivo mais provocar do que responder se o que houve em 2016 foi *impeachment* ou “golpe”, pois o que se viu é que cada veículo apropriou os termos a partir do *locus* enunciativo do qual falavam, e que ainda assim, fizeram os sentidos deslizarem e até mesmo se contradizerem quando se inscreviam em formações outras com as quais dialogavam. As formações, conforme o Courtine (2009) da tese de 1981, não são mesmo homogêneas, e é desse ponto de vista linguístico, sempre articulado ao discursivo, que tentamos expor nosso gesto analítico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES FILHO, F. *A autoria institucional nos editoriais de jornais*. Alfa: Revista de Linguística, 50, 2006. P. 77-89.

AUTHIER-REVUZ, J. (1982) *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_ (1984). *Hétérogénéité(s) énonciative(s)*. Langages, v. 19, n. 73, p. 98-111, 1984. Trad. brasileira: Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, São Paulo: IEL/UNICAMP, n. 19, 1990, p. 25-42.

BARONAS, R. L. *Formação discursiva e discurso em Foucault e Pêcheux: notas de leitura para discussão*. In: V SEAD, 2011, Porto Alegre - RS. Anais do V SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] ? Porto Alegre : Instituto de Letras da UFRGS , 2011. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2011. V. 01. P. 01-07.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BARTHES, R. “Le grain de la voix” in: BARTHES, R. *L’obvie et l’obtus*. Paris: Seuil, 1982.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2006 [1974]

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Neslon Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Trad.: Carmen C, Varriale, et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília. , 1998, vol. 1

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*: trad. de Maria Lucia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992

BRAGA, A.; LIMA, T. C. *Gênero e discurso político no Brasil: uma análise discursiva das representações midiáticas de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment*. CUADERNOS DE LA ALFAL nº 12, 2020.

CARVALHO, J. M. *O pecado original da República*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 20-24, 2005.

CIOCCARI, D. O. *A espetacularização política brasileira*. Congresso em Foco, 20 abr. 2015.

COELHO, C. N. P. *Mídia e Poder na Sociedade do Espetáculo*. Cult (São Paulo), São Paulo, p. 59 - 61, 2011.

CORSI, J.C; SARGENTINI, V.M. O. *O enunciado à primeira vista: as (im)possibilidades de uma leitura da superfície dos discursos*. Pará: Moara Revista eletrônica UFPA, 2020. (No prelo).

COURTINE, J-J. Os deslizamentos do espetáculo político. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN, M.R. (Org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p. 21-34.

\_\_\_\_\_. Discurso e imagens: Para uma arqueologia do imaginário. In: PIOVEZANI, C, CURCINO, L, SARGENTINI, V. *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011.

CHARAUDEAU, P. *O Discurso Político*, in Wander Emediato, Ida Lucia Machado, William Menezes. *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte : NAD/FALE-UFMG, 2006.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHIARI, G. *O discurso político eleitoral na campanha de 2014: a disputa dos sentidos de franqueza, agressividade e verdade no Facebook*. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n 1, p.158-176, 2017. (ISSN: 2317-1006 - online).

DAVID, C. S. de. *Impeachment de Dilma Rousseff: Análise das estratégias argumentativas em Veja e Carta Capital*. 2018 (Dissertação de Mestrado).

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. 1ª ed. Contraponto, 1997.

DELEUZE, G., GUATTARI, G. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1996

FARACO, C. A. *Zellig Harris: 50 anos depois*. Revista Letras (Curitiba), Curitiba, v. 61, p. 247-252, 2003.

FERNANDES, C. A. *Análise do Discurso: Reflexões introdutórias* (Edição revista e atualizada). 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008. v. 1.

FERNANDES, C. "O que é golpe de Estado?". *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-golpe-estado.htm>. Acesso em 23 dez. 2020.

FERRANTE, A. *Discurso político e ethos: os discursos de posse do prefeito de São Caetano do Sul*. São Paulo, 2011 (Tese de doutoramento – UPM).

FOUCAULT, M. (1968) Resposta a uma questão. In: *Ditos e escritos VI*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp.1-24. Original 1968.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, V. S. *Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*, 2007 (Tese de Doutorado).

GUESPIN, L. Problématique des travaux sur le discours politique. In: *Langages*, 6<sup>e</sup> année, n°23, 1971. *Le discours politique, sous la direction de Louis Guespin, Jean-Baptiste Marcellesi, Denise Maldidier et Denis Slatka*.

GUIMARÃES, E. R. J. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002

GREGOLIN, M. R. *Michel Foucault: uma análise de discursos que remonta à história para retoricar a filosofia*. 2016. (III SEDiAR)

HAROCHE, C. PÊCHEUX, M. HENRY, P. A *Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso*. *Linguagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*. Acesso em 07 de julho de 2020. Disponível em <<<https://tinyurl.com/y9jbvcvv>>>.

HOBBSAWM, E. J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONDA, H. *O estatuto conceitual do inconsciente em Freud e algumas de suas implicações para a prática psicanalítica*. *Ágora (PPGTP/UFRJ)*, v. XVI p. 41-57, 2013.

HORDECTE, I. *Vontade de Verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault*. *KÍNESIS (MARÍLIA)*, 2020.

JOURDAN, C. R. *Foucault e a ruptura com a representação*. *História: Questões e debates*, v. 67, p. 43-67-67, 2019.

KOCHE, V. S., BOLFF, O. M. B., & MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual: gêneros do argumentar e expor*. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LINS, R. *O que é Democracia? Uma visão exploratória na ciência política*. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)*, v. 17, p. 9-22, 2017.

MAIA, Antônio C. *Sobre a analítica do poder de Foucault*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7 (1-2): 83-103, 1995

MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 189 p. ISBN 85-8814-131-0, 2005.

MAINGUENEAU, D. 2006. *Cenas da Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições. 181p.

MALDIDIÉ, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARQUEZAN, R. *A constituição do corpus de pesquisa*. Revista Educação Especial (UFES), v. 22, p. 97-110, 2009.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MIGUEL, L. F. Os cursos sobre o golpe: um testemunho pessoal. In: Ana Carolina Galvão; Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan; Wilberth Salgueiro. (Org.). *Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise*. 1ed. Campinas: Pontes, 2019, v. 1, p. 13-19.

NASCIMENTO, E. A.; SANTOS, F. S. dos; ROSZIK, A. A. *A enunciação de golpe: heterogeneidade, polêmica e interdiscurso*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 242–270, 2018. DOI: 10.20396/cel.v60i1.8650023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8650023>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PACÍFICO, I. M. R. *A (des)ordem do discurso político no Brasil: os cenários dos impeachments de Collor e de Dilma discursivizados pela mídia*. Araraquara, SP: 2020 (Dissertação de Mestrado).

PÊCHEUX, Michel. L'étrange miroir de l'Analyse du Discours. In: *Langages*, Paris, nº 62, p. 5-8, juin. 1981.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Políticas de sentido, práticas de expressão e história do corpo. Uma apresentação da obra de Jean-Jacques Courtine ao leitor brasileiro. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad.: Bacharéis em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009, p. 7-20.

PIOVEZANI, C. *O discurso político eleitoral: o que é e como funciona*. In: Sargentini, Vanice. (Org.). *Mutações do discurso político no Brasil: Espetáculo, Poder e Tecnologias de comunicação*. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2017, v. , p. 23-58.

PIRES, L.M.F. *O funcionamento do discurso político: o Twitter na campanha presidencial de 2010*. São Carlos: UFSCar, 2013. (Dissertação de Mestrado).

POSSENTI, Sírio. *Observações Sobre Interdiscurso*. Editora UFPR. Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, p. 253-269, 2003.

POSSENTI, Sírio. *Diferenças condensadas em palavras*. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 1075-1099, dec. 2016. ISSN 2237-2083. Available at: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959>>. Date accessed: 11 nov. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.24.3.1075-1099>.

POZOBON, R, O.; PRATES, A. C. *Espetacularização e personalização da política na mídia: o impeachment de Dilma Rousseff nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo*. *EXTRAPRENSA (USP)*, v. 11, p. 187-202, 2017.

RUBIM, A. C. Espetáculo, política e mídia. *ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, 11, Rio de Janeiro, 2002. Anais. Disponível em: [bocc.ubi.pt](http://bocc.ubi.pt) Acesso em 02 de mar. 2017.

SÁ, I. A arte de dizer a política: processos de espetacularização da política no Brasil. In: Vanice Sargentini. (Org.). *Mutações do discurso político no Brasil: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação*. 1ed. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2017, v. 1, p. 59-8

SANTOS, J. R. dos. *Arqueologia da imagem no ensino de língua portuguesa no Brasil (1960-2010)* / Jocenilson Ribeiro dos Santos. -- São Carlos: UFSCar, 2015.

SARGENTINI, V. M. O. *A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na Análise do Discurso*. Anais do II SEAD 2013 Seminário de Estudos em Análise do Discurso, v. 2, p. 1-6, 2005.

SARGENTINI, V.; SILVA, F. P. *Análise do discurso político e a política da análise do discurso*. Revista de Estudos da Linguagem, v. 1, p. 83-90, 2005.

SARGENTINI, V. M. O. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: Katia Menezes de Sousa. (Org.). *Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade*. 1ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2015, v. 1, p. 19-36.

SARGENTINI, V. M. O. Mutações do discurso político: segmentação, docilização e estetização. In: SARGENTINI, V.(Org.). *Mutações do discurso político no Brasil: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação*. 1ed.Campinas- SP: Mercado de Letras, 2017, v. 1, p. 85-106.

SEIXAS, R. *Entre a retórica do impeachment e a do golpe: análise do conflito de lógicas argumentativas na doxa política brasileira*. 2019. (Tese de doutoramento)

SILVA, F. P. da, BALTAR, P., & LOURENÇO, B. (2018). Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas*, 12(1). Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>

SOUSA, K. M. O discurso da crise: resistências que produzem consensos. In: Luzmara Curcino; Vanice Sargentini; Carlos Piovezani. (Org.). *(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2016, v. , p. 159-177.

TODOROV, T. *Os inimigos íntimos da democracia*. Trad. de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2020.

TOKATLIAN, J.G. *Neogolpismo*. Página/12, 13 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html>. Acesso em: 04 out. 2020.

---

---

VALENTE, L. *Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil*. Revista de Ciências Sociais, v. 49, p. 55-97, 2018.

## ANEXOS - EDITORIAIS

### Folha de S. Paulo

#### **DERROTA CUSTOSA – De 03/02/2015**

Há inúmeras maneiras de aquilatar o tamanho da derrota sofrida pela presidente Dilma Rousseff (PT) com a escolha de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para comandar a Câmara dos Deputados, mas nenhuma supera o tom de deboche usado por peemedebistas para se referir a dois dos mais importantes ministros do governo federal.

Na festa da vitória de Cunha, como relatou a coluna Painei, Aloizio Mercadante (chefe da Casa Civil) era chamado de Freddie Mercury –vocalista bigodudo da banda Queen–, enquanto seu colega Pepe Vargas (Relações Institucionais) tornou-se Pepe Legal –nome de um desenho animado estrelado por um cavalo atrapalhado.

Principais responsáveis pela articulação política do Planalto, ao lado de Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência), ambos se mostraram incapazes de impedir a consagração de um desafeto de Dilma. Pior: nem sequer conseguiram forçar o segundo turno.

Eduardo Cunha recebeu 267 votos, dez a mais que o mínimo necessário para ser eleito e quase o dobro do obtido por Arlindo Chinaglia (PT-SP). Com o apoio de 136 deputados, o petista, mesmo com todo o peso do governo a seu favor, superou apenas por pouco os cem sufrágios de Júlio Delgado (PSB-MG), candidato endossado pelo PSDB.

A debilidade do governo só aumenta quando se considera que, ao tentar promover Chinaglia, o PT distribuiu cargos de direção na Câmara. Como resultado, o partido ficou sem a presidência da Casa, sem assento na Mesa Diretora e sem o comando de comissões importantes, como a de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação.

Mesmo no Senado, onde o aliado Renan Calheiros (PMDB-AL) foi reeleito com 49 votos, a disputa revelou-se mais acirrada do que se supunha. Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), seu adversário, teve o apoio de 31 senadores.

O Planalto, naturalmente, procurará minimizar o vexame –missão impossível. Buscará, além disso, botar panos quentes sobre as desavenças com Cunha –e não se descarta que nisso tenha sucesso, ao menos num primeiro momento.

O novo presidente da Câmara, considerado um político habilidoso, sabe o poder que tem em mãos. Cabe a ele não só definir quais projetos serão apreciados pelo plenário, mas também instalar comissões parlamentares de inquérito e dar trâmite a pedidos de impeachment.

Trata-se de arsenal formidável em qualquer circunstância, mas muito mais quando está em curso uma operação como a Lava Jato, que apura o escândalo de corrupção na Petrobras. Eduardo Cunha não precisa de uma guerra franca neste momento; diante de um Planalto frágil, bastam as ameaças.

O segundo mandato de Dilma Rousseff, assim, não será somente mais difícil do que o primeiro, mas também mais custoso.

### **CEDO OU TARDE DEMAIS – De 15/03/15**

A presidente Dilma Rousseff faz jus às críticas que passaram a desabar, nesta conjuntura que tem sido chamada de "tempestade perfeita", sobre ela.

Num misto de obstinação ideológica e mera incapacidade, seu governo foi perdulário, solapou a confiança econômica, afugentou investimentos e propiciou uma onda inflacionária. Havia oportunismo no delírio, pois o intento era prolongar, artificialmente, uma bonança internacional (e seus reflexos na popularidade interna) que se exauria junto com a década passada.

Os resultados foram os que se colhem quando um governo pretende dirigir, em vez de bem regular, o mercado. As distorções desencadeadas pelo intervencionismo, sobretudo se atabalhado, cobram preço tanto mais alto quanto mais tardia sua correção. No caso, a cobrança chega como combinação apocalíptica de recessão e aumento de preços, impostos e desemprego.

Para agravar o engodo, a presidente prometera um futuro radioso não faz cinco meses. Depois de lhe garantir a vitória por mínima margem, a desfaçatez da manobra se apresenta aos olhos da maioria como revoltante estelionato eleitoral.

Ao mesmo tempo, o maior dos escândalos, ao indicar que na empresa-símbolo do Estado as gestões petistas organizaram uma roubalheira em escala jamais concebida, catalisou justa ira. Não há indícios de que a presidente tenha sido conivente com os crimes ali praticados, embora pareça clamorosa a inépcia, pois a Petrobras esteve em sua alçada quando ministra nos oito anos de governo Lula.

Ressaltado que é legítimo, numa democracia, manifestar-se pacificamente pelo afastamento do governante, esta Folha não identifica, no âmbito do que se conhece até o momento, razões suficientes para isso.

Não está evidenciado que Dilma Rousseff cometeu delitos ou abusou de seus poderes. Tem agido, até prova em contrário, de boa-fé. Mesmo sendo o impeachment um remédio constitucional, sua utilização é traumática. Por ampla que possa ser a gama de suas admissibilidades, a incompetência ou a estupidez não figuram entre elas. Somente um rigoroso convencimento quanto à necessidade de sua implementação deveria deflagrá-la.

As decisões que a presidente tomou na transição entre seus dois mandatos, embora frustrem quem nela tenha votado, são imperativas –e implicam autocrítica expressa em gestos, não palavras. Qualquer sucessor que a substituísse agora, não sendo irresponsável, teria de adotar duro ajuste econômico semelhante ao que está em curso. Melhor que prevaleça a legitimidade do voto popular.

### **NAS CORDAS – de 16/03/15**

*Depois de manifestações históricas em todo o país, governo Dilma vê estreitar-se como nunca sua margem de manobra*

Em clima pacífico, descontraído e democrático, centenas de milhares de brasileiros, nas mais diversas cidades do país, foram às ruas neste domingo para protestar contra o governo Dilma Rousseff, o PT e a corrupção.

O número total dos manifestantes superou em muito os prognósticos dos organizadores --e encontra paralelos em poucos momentos da nossa história, como o movimento das Diretas-Já, os protestos pelo impeachment de Fernando Collor e as jornadas de junho de 2013.

O ato mais expressivo ocorreu na avenida Paulista, em São Paulo, onde 210 mil pessoas protestaram contra a presidente, segundo medição do instituto Datafolha.

Pela segunda vez, recai sobre a presidente Dilma, democraticamente eleita em outubro, o desafio de responder à mensagem das ruas.

Perdeu, em 2013, a oportunidade de apresentar alternativas de reforma política e administrativa capazes de ao menos atenuar a impressão de descaso com os valores republicanos, de preconceito contra vastos setores de opinião, de tacañez e sectarismo partidários que caracterizam sua gestão.

O esmorecimento das manifestações de 2013 e a apertada vitória petista nas urnas, legitimamente obtida em 2014, parecem ter intensificado no Planalto um espírito de alienação, de insensibilidade, de acomodamento político.

A tal ponto isso se deu que o segundo governo de Dilma parece ter-se iniciado já como se estivesse em seu ocaso. Nada apontou de novo, nenhuma expectativa, nenhuma esperança, nenhum rumo.

Nada, afora os inevitáveis e corretos ajustes na economia. Mas estes, em contradição explícita com as promessas de campanha, recobriram o governo da sombra inafastável do estelionato eleitoral.

Junto às forças que contribuíram para sua eleição, as medidas financeiras adotadas pela presidente tiveram efeito de rápido desgaste.

Junto a quem não votou na petista --e mesmo entre parte significativa de seus eleitores--, a sensação predominante tem sido a de convivência com políticos oportunistas e fisiológicos, que fazem do poder um fim em si mesmo, ou um meio para o enriquecimento ilícito.

Estreitam-se, como nunca, as margens de ação da presidente. Não há, obviamente, respostas mágicas, mas, no mínimo, uma atitude diferente precisa ser tentada.

Não foi o que se viu quando uma dupla contrafeita e abespinhada de ministros -- José Eduardo Cardozo (Justiça) e Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência)--

veio a público neste domingo. Reconheceram a legitimidade dos protestos, mas repetiram argumentos que por ora soaram gastos.

Velhas fórmulas em nada ajudarão um governo que precisa recuperar alguma sintonia com a sociedade. A presidente Dilma Rousseff agora corre contra o tempo. O efeito positivo das medidas econômicas demorará a ser sentido, e a maioria da população talvez não se mostre disposta a esperar tanto.

### **DO SILÊNCIO À ACÇÃO – de 22/03/15**

"O que diferencia um país do outro e um governo do outro é o fato de que alguns países e alguns governos criam condições para que a corrupção seja prevenida, seja investigada e seja punida. Outros não fazem isso. Alguns silenciam. Nós agimos", disse a presidente Dilma Rousseff (PT) ao anunciar medidas para combater a corrupção.

Apresentou-se neste mês grande oportunidade para que Dilma diferencie seu governo de outros que acusa de leniência. Ela pode dar consequência exemplar às suas palavras contribuindo para a investigação de desvios no setor elétrico.

Há indícios de que empreiteiras acusadas de participar do esquema de corrupção na Petrobras atuavam de forma semelhante nas obras da hidrelétrica de Belo Monte (PA), maior projeto de infraestrutura do país e merecedor de R\$ 22,5 bilhões do BNDES.

Na investigação do esbulho da petroleira, a Operação Lava Jato, executivos da Camargo Corrêa declararam ter pago propina ao senador Edison Lobão (PMDB-MA), ministro de Minas e Energia do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Seriam múltiplos os benefícios do comprometimento da presidente com essa investigação.

Primeiro, o governo demonstraria que se junta aos esforços de ampla varredura da corrupção, dando-lhe caráter sistemático e sentido de política de Estado. Segundo, como consequência, os inquéritos seriam mais céleres. Terceiro, Dilma demonstraria destemor ao auxiliar a investigação de um setor com o qual é tão identificada.

Em tese, haveria disposição do governo de demonstrar que não pretende ficar a reboque dos escândalos, na situação passiva, defensiva e acovardada que assumiu no caso da Petrobras.

A presidente falou de modo incisivo; o atual ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que não ficaria de "braços cruzados" diante de denúncias na área sob sua administração.

Dilma, em seu discurso, fez ainda o elogio das gestões petistas, que deram mais poder à Controladoria-Geral da União, que aprovaram a Lei de Acesso à Informação, que reiteram o respeito ao Ministério Público e à Polícia Federal.

A presidente, portanto, não terá dificuldades de recomendar à CGU providências na investigação de obras de hidrelétricas, na atuação da Eletrobrás e subsidiárias e na

relação do BNDES com tais negócios –banco, aliás, refratário à publicidade de informações. Poderá até solicitar auxílio ao Tribunal de Contas da União.

De imediato, poderá determinar a instauração de inquéritos administrativos. Afinal, diz a presidente, seu governo "não transige com a corrupção"; não silencia, age.

Com a palavra –e com a ação–, a presidente Dilma Rousseff.

### **DE MARÇO A ABRIL – de 14/04/15**

*Manifestações perdem força no intervalo de um mês, mas, com reprovação ainda muito alta, governo não se livra da pressão das ruas*

Para usar dois termos em voga, a questão terá sido de "timing" e de "foco". A menor adesão às manifestações de domingo (12), comparada ao vasto protesto realizado em 15 de março, não reflete um diagnóstico mais benigno a respeito do governo Dilma Rousseff (PT) por parte da população.

No mesmo dia em que se registravam 100 mil pessoas na avenida Paulista (metade da multidão do mês passado, mas ainda assim mobilização notável sob qualquer ponto de vista), pesquisa Datafolha mostrava que 60% dos brasileiros reprovam a gestão da presidente, enquanto somente 13% a consideram ótima ou boa.

O fato é que, de março a abril, pouco aconteceu. Se as manifestações anteriores se beneficiaram de longa preparação, o intervalo de um mês entre um grande sucesso e o evento de agora não propiciou avanços de entusiasmo, revolta ou vigor reivindicativo.

O "Fora, Dilma" pode ser entendido como um desabafo antipetista. Traduzido, em termos institucionalmente graves, no lema do impeachment, encontra apoio em 63% da população --note-se que praticamente a mesma proporção ignora que Michel Temer (PMDB) é o vice-presidente do país.

Até agora, nada nas investigações tem incriminado a petista. A figura de Dilma surge quase como metáfora de um estado de corrupção sistêmica que a operação Lava Jato escancara.

Configura-se, portanto, um problema de foco nas manifestações. Se a questão é derrubar a presidente, o fato específico não surge de modo dramático e identificável. Se a questão é outra --a luta contra a corrupção, contra as distorções do esquerdismo--, há muito a fazer.

Paradoxalmente, a conjuntura tem retirado do PT o papel de condutor do país. Nas mãos de Eduardo Cunha, a Câmara dos Deputados assume seu próprio poder.

Bem ou mal, a linha conservadora do peemedebista fluminense significa um aumento de pluralidade e de disputa, num panorama político não faz muito tempo curvado ao triunfalismo petista.

Somem-se a isso os novos poderes adquiridos por Temer, menos afeito ao conflito que seu correligionário audacioso e evangélico.

Tudo se modera, em suma. A pressão das ruas continua, e é bom que seja assim. A pressão das ruas se alivia, e não é ruim que isso aconteça. Oposição não é histeria, e justiça não é tumulto.

Há disciplina nas coisas, diziam os romanos. "Modus in rebus", sentem os brasileiros: na festa da revolta, na expectativa da justiça, no tortuoso jogo do Congresso Nacional. As instituições aprendem; espera-se que isso inclua os Poderes Executivo e Legislativo.

O país, a despeito do pessimismo moral e econômico, não caminha para trás. Dilma Rousseff, Michel Temer e Eduardo Cunha valem o que valem nesse quadro, não radioso, mas desencantado, do real.

### **SEM PASSO ATRÁS – de 19/04/15**

Num contexto de desalento provocado pela letargia econômica e pelo acúmulo de notícias sobre escândalos de corrupção, é animador constatar evidências de vitalidade nas instituições de Estado. Aos sinais de autonomia dados por órgãos de investigação e pelo Judiciário soma-se mais uma decisão do Tribunal de Contas da União.

O TCU concluiu que o governo federal descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao adotar manobras com vistas a melhorar artificialmente o resultado das contas públicas em 2013 e 2014.

Segundo o órgão, ao atrasar repasses para bancos públicos, como Caixa, Banco do Brasil e BNDES, o Tesouro levou tais instituições a arcar com despesas próprias da União. Constituiu-se, assim, um empréstimo, prática vedada pela LRF. Os adiamentos ficaram conhecidos como "pedaladas fiscais".

A Caixa, por exemplo, desembolsou recursos próprios a fim de manter a regularidade nos pagamentos do Bolsa Família, abono salarial e seguro-desemprego. No caso do BNDES, houve atraso na compensação pelo Tesouro de despesas com subsídios de juros nos financiamentos concedidos a empresas.

Estimando que as pedaladas tenham chegado a R\$ 40 bilhões, o TCU determinou a regularização das pendências –cujos valores elevarão a dívida pública do país.

Além disso, cobrou explicações de 17 autoridades da área econômica, entre as quais Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, e Arno Augustin, ex-secretário do Tesouro.

A Advocacia-Geral da União vai recorrer da decisão. Busca evitar qualquer risco de que a presidente Dilma Rousseff (PT) possa ser responsabilizada no futuro.

Caso prevaleça o entendimento do TCU, estará aberto o caminho para o Ministério Público Federal processar os gestores envolvidos. O tribunal também poderá

recomendar ao Congresso a rejeição das contas do governo Dilma, o que seria inédito e permitiria, em tese, a abertura de processo de impeachment contra a presidente.

Sejam quais forem os desdobramentos, o TCU terá dados mostras de que zela pela Lei de Responsabilidade Fiscal, um marco na construção institucional do país.

Sancionada no ano 2000, a LRF limita o endividamento e impõe a adoção de boas práticas administrativas. Empréstimos de bancos públicos ao Tesouro, usuais no passado, hoje são proibidos pois representam fonte de recursos fora do Orçamento, um descontrole sobre os gastos que alimenta a inflação.

Manobras que enfraqueçam o espírito da LRF constituem inegável retrocesso; devem ser combatidas pelas instituições e pela sociedade. O melhor remédio contra esse passo atrás é a punição, nos termos da lei, de desmandos que sejam devidamente comprovados.

### **BATALHA PERDIDA – de 28/01/16**

Os operosos assessores anônimos de Brasília fizeram saber que o ministro da Saúde, Marcelo Castro, está desgastado no governo. No cargo desde outubro, quando se licenciou do mandato de deputado federal pelo PMDB do Piauí, Castro acrescentou ao folclore da capital uma coleção de gafes políticas.

Na mais recente e embaraçosa delas, disse que o Brasil está "perdendo feio" a batalha contra o mosquito *Aedes aegypti*, o principal vetor das várias arboviroses que vêm acometendo o país.

Dias antes, afirmara que iria torcer para que mulheres contraíssem a febre zika antes de entrar na idade fértil, o que dispensaria o ministério de vaciná-las.

Num parêntese, cumpre dizer que a vacina ainda não existe. Pesquisadores começaram agora a elaborar planos para desenvolvê-la, o que não ocorrerá antes de dois ou três anos, no cálculo mais otimista.

Quando enveredou pela economia, o ministro, psiquiatra de formação, não se saiu melhor. Numa de suas primeiras declarações como titular da pasta, defendeu que a CPMF fosse cobrada tanto no débito como no crédito em conta corrente. Gabava-se de ter descoberto uma fórmula para arrecadar o dobro sem aumentar a alíquota.

Castro está longe de ser um caso isolado. Aliás, na comparação com sua chefe, a presidente Dilma Rousseff (PT), ele leva vantagem: suas declarações, embora politicamente desastrosas e tecnicamente discutíveis, ao menos não contrariam a biologia básica.

Dilma, quando abordou a zika em dezembro, disse uma série de desatinos. Pretendendo ser didática, a presidente, que já chamara o mosquito de vírus e a zika de vetor, atribuiu a transmissão da doença a ovos infectados por vírus e criou uma variante do inseto especializada em zika que permanece desconhecida da ciência.

A presidente jamais se notabilizou pela montagem de gabinetes de excelência. Mesmo quando gozava de alta popularidade e força política, não se empenhou em nomear para o primeiro escalão especialistas com notório saber nas respectivas áreas e projetos definidos de políticas públicas.

Desde que a prioridade única de sua gestão passou a ser evitar o impeachment, até pastas fundamentais como Saúde e Educação se converteram em moeda de troca no varejo partidário.

Não por acaso, o Palácio do Planalto fez saber que Castro, a despeito do falatório inconveniente, tem boa chance de permanecer na cadeira. Afinal, argumenta-se, é considerado um eficiente articulador de apoios no Congresso.

### **NEM DILMA NEM TEMER – de 02/04/16**

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país.

É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática.

Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece.

Formou-se imensa maioria favorável a seu impeachment. As maiores manifestações políticas de que se tem registro no Brasil tomaram as ruas a exigir a remoção da presidente. Sempre oportunistas, as forças dominantes no Congresso ocupam o vazio deixado pelo colapso do governo.

A administração foi posta a serviço de dois propósitos: barrar o impedimento, mediante desbragada compra de apoio parlamentar, e proteger o ex-presidente Lula e companheiros às voltas com problemas na Justiça.

Mesmo que vença a batalha na Câmara, o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar. Os fatores que levaram à falência de sua autoridade persistirão.

Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país.

Esta Folha continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional.

Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que falem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva.

Mesmo desmoralizado, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva; o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento. Já a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheias à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão.

A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispõe de suficiente apoio na sociedade. Dada a gravidade excepcional desta crise, seria uma bênção que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação.

O Tribunal Superior Eleitoral julgará as contas da chapa eleita em 2014 e poderá cassá-la. Seja por essa saída, seja pela renúncia dupla, a população seria convocada a participar de nova eleição presidencial, num prazo de 90 dias.

Imprescindível, antes, que a Câmara dos Deputados ou o Supremo Tribunal Federal afaste de vez a nefasta figura de Eduardo Cunha – o próximo na linha de sucessão –, réu naquela corte e que jamais poderia dirigir o Brasil nesse intervalo.

Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo.

### **PEDALADAS EM QUESTÃO – de 28/08/2016**

A presidente afastada, Dilma Rousseff (PT), conhecerá seu destino político nos próximos dias. A julgar pelo clima no Congresso, mais de 70% dos senadores votarão por seu *impeachment* pela violação de normas que disciplinam o uso dos recursos públicos.

Após longo período de debates na Câmara e no Senado, as acusações são mais que conhecidas. Afirma-se que a administração de Dilma, ao praticar as agora notórias pedaladas fiscais em volumes inéditos, tomou empréstimos de bancos públicos – iniciativa proibida pela Constituição e pela lei dos crimes de responsabilidade.

Além disso, sustenta-se que Dilma autorizou seu governo a incorrer em despesas extras (a chamada abertura de crédito suplementar) sem antes obter o aval legalmente necessário do Congresso.

De um ponto de vista factual, não restam dúvidas sobre o acertado das imputações. A partir de 2014, quando a economia brasileira começou a ruir, a gestão petista efetivamente lançou mão de gambiarras para esconder o estado calamitoso de suas finanças. Decerto esperava, com isso, aumentar as chances de reeleição de Dilma.

Da perspectiva do impeachment, contudo, a situação é menos pacífica. Como esta Folha sempre afirmou, a deposição constitucional de um presidente da República não pode ser considerada questão corriqueira. Está em jogo, afinal, o cargo mais elevado do sistema democrático brasileiro.

A abreviação do mandato presidencial, por contrariar o desejo expresso pelos eleitores, deveria ocorrer somente em circunstâncias excepcionais, quando o detentor houvesse perdido todas as condições de seguir governando e estivesse comprovado de maneira cabal o envolvimento direto do chefe do Executivo nas irregularidades.

A defesa de Dilma alega que as decisões sobre pedaladas e créditos suplementares foram tomadas por técnicos, e não pela petista, e que tais expedientes já eram usuais na administração pública. Se a atribuição de crime de responsabilidade a ela tem algo de questionável, sobressai o descompasso entre a conduta que se pretende punir e a sanção extrema que será imposta.

Ainda assim, 367 dos 513 deputados votaram pelo impeachment; calcula-se que em torno de 60 senadores farão o mesmo. Supera-se com folga o mínimo de dois terços exigido na Constituição, requisito alto o suficiente para garantir que só presidentes já incapazes de governar se arriscam a perder o cargo.

Dilma Rousseff está prestes a perder o seu. Após extenso processo supervisionado pelo Supremo Tribunal Federal, o Senado definirá o destino da petista —e não haverá motivo para recusar o veredicto.

#### **A DEFESA DE DILMA – de 30/08/16**

A presidente afastada Dilma Rousseff (PT), ao comparecer perante o Senado Federal convertido em júri do processo de impeachment, ofereceu ao país, de própria voz, a defesa mais minuciosa e firme de sua conduta na Presidência.

O centro de gravidade da participação esteve no discurso de abertura, pois as respostas dadas às questões dos senadores servem mais para reiterar as conhecidas limitações em matéria de eloquência. Já na leitura da peça inicial, defendeu-se com brilho oratório inusual e passagens de genuína emoção.

Não que tenha surpreendido na forma e no conteúdo dos argumentos jurídicos e políticos. Após quase nove meses de processo e pleno exercício do direito de defesa, não havia ângulos novos a iluminar nem revelações capazes de alterar o desfecho do julgamento.

Ainda assim, Dilma Rousseff teve momentos notáveis em seu pronunciamento final, "para a história". Os pontos altos vieram quando equiparou o impeachment a uma pena de morte política e afirmou que o julgamento por seu "conjunto da obra" só poderia ser feito pela população, em eleições.

São formulações em tudo adequadas à gravidade que esta Folha sempre atribuiu à deposição constitucional de um presidente da República, evento que nada tem nem pode ter de trivial. Revogar o mandato presidencial conferido pelo desejo manifesto dos eleitores exige fatos e evidências excepcionais sobre o envolvimento direto do chefe do Executivo em irregularidade inequivocamente tipificada como crime de responsabilidade.

Ainda que haja farta base factual nas tais pedaladas fiscais, esteio principal da acusação, muitos dos que não estão familiarizados com as tecnicidades enxergarão aí

a "frágil retórica jurídica" para cassar-lhe o mandato denunciada pela presidente afastada.

No entanto, mesmo sendo questionáveis as alegações, não há como negar que os senadores estão plena e constitucionalmente investidos da autoridade para decidir se elas recaem sob a figura do crime de responsabilidade. Por isso se diz que o processo é a um só tempo jurídico e político.

No plano da política, aliás, ao deixar a defesa para ir ao ataque, o discurso da presidente afastada reincidiu nos vícios antigos. Insistiu num paralelo entre seu impedimento e golpes de Estado tão insustentável quanto sua aspiração a perfilar-se como um Getúlio Vargas ou um Juscelino Kubitschek.

Após lançar a economia do país numa de suas piores recessões, façanha pela qual nunca se penitenciou, resta a Dilma Rousseff apenas almejar que a história do Brasil a reconheça como vítima —jamais como a estadista que nunca foi.

### **Carta Maior**

#### **Governo ou desgoverno? – de 15/02/15**

*Se o governo não destaca qual é seu projeto, quem irá afrontar a restauração neoliberal anexada ao programa econômico do impeachment?*

Quem vê de fora pode achar que o governo Dilma fez uma aposta arriscada na ressurreição da vida depois da eutanásia da alma.

Os adversários agem como se assim fosse e não demonstram propensão à indulgência diante da travessia penosa e incerta.

O agendamento conservador pauta a sociedade brasileira de alto a baixo nesse momento.

Eduardo Cunha, a lebre omnívora, fareja negócios, redesenha o cardápio institucional, oferece oportunidades. Antes cevado, agora regurgita. Abriu uma avenida monumental para os que perderam nas urnas mas cobiçam uma instância de decisão para chamar de sua.

Na frente principal, onde já se trava a guerra aberta do impeachment, o juiz Moro e a falange midiática encurralaram o PT e a Petrobras numa estreita garganta; ali seccionam ou interligam veias ao sabor da conveniência. Dia sim, o outro também, anunciam transfusões de sangue contaminado. Dá-se a isso o nome de faxina na vida nacional. Essa é a hora do Brasil. O país não amanhece nem dorme sem consultar os ponteiros manejados pelo petit enfant aleitado nas cercanias do consagrado governador tucano Beto Richa. O bastão passado a Joaquim Levy na economia gerou igual dependência adversa ao deixar o Planalto e o PT reféns do êxito ou do fracasso ortodoxo.

Seja qual for o desfecho, o preço da delegação será o mesmo: alto.

Ainda que produza a desinflação perseguida, entregue a meta fiscal, reduza o poder de compra das famílias assalariadas e reverta o pleno emprego (esse é o alvo de Levy) , não há garantia de que o Brasil ingressará em um novo ciclo de investimento produtivo.

Falta combinar com as recidivas de uma crise internacional que escapam ao controle de cada nação. A contração da demanda agregada das famílias, governos e empresas em boa parte das economias ricas, e um processo de deflação em marcha -- que adia o consumo e adiciona incertezas ao investimento — impulsionam agora a guerra cambial de todos contra todos. A epidemia de taxas de juros negativas urbi et orbi – para evitar a valorização das moedas locais — é o sinal de que ainda há abismo a escavar. No desencontro entre a capacidade da oferta e a anemia da demanda, paridades cambiais se esfurelam. Disputa-se quem vai sobrar na dança das cadeiras do comércio internacional.

Mesmo reduzindo o poder de compra do trabalho em dólar, o Brasil terá dificuldades para abrir um novo canal de expansão via exportações.

O ambiente externo é o oposto do vivido no primeiro governo Lula, favorecido então pelo apetite chinês, rebatido em um ciclo de alta nos preços das commodities exportadas pelo país. Uma longa sístole de seis anos sem prazo para encerrar é o que mostra a radiografia do metabolismo econômico mundial.

O governo Dilma concluiu que a longa convalescença da crise esgotou a capacidade de resistência da diástole brasileira, mantida às custas de incentivos ao emprego e ao consumo, desde 2008.

Sérias e respeitabilíssimas cabeças pensantes do campo progressista questionam: a melhor maneira de contornar o pântano é embarcar no trem com destino ao abismo?

Dito em outras palavras, se o investimento privado está arisco, por que se animaria sob uma dinâmica que encarece o financiamento, comprime o crédito, inibe o consumo e contrai o investimento público? Quanto de arrocho salarial e desemprego seria preciso para despertá-lo?

A aposta do governo depende de uma cirúrgica e fortuita intersecção de varáveis virtuosas: sua expectativa é a de que, feito o ajuste, e dê tudo certo, entre 2015 e 2016 a recuperação internacional passe encilhada como um corisco pela linha do Equador.

O Brasil então galoparia uma nova arrancada baseada nas exportações – agora não só de commodities, mas de uma manufatura dotada de renovada competitividade, por conta da desvalorização cambial em marcha.

Dar a isso o nome de estelionato eleitoral não é tão simples quanto gostaria o colunismo isento.

Não se mede a coerência de um ciclo no varejo das horas.

Tampouco existe uma ‘ciência’ econômica, ou ferramental macroeconômico, que se possa carimbar preliminarmente como sendo de esquerda, de centro ou de direita.

Nunca é demais repetir: quem define a coerência macroeconômica de uma época é a correlação de forças do período – e hoje essa matemática foi globalizada pela livre mobilidade dos capitais, que potencializou seu desafio.

Fugas walquirianas das manadas especulativas, explosão cambial, alta da inflação, seca das linhas internacionais às empresas, corrosão das reservas, demissões etc.

Esse tem sido o saldo dos enfrentamentos solitários, que compreensivelmente vem cedendo lugar à busca de articulações internacionais para redesenhar a fronteira da soberania em nosso tempo.

Brics, Mercosul, Unasul incluem-se nesse assoalho em instalação.

Deslocar os capitais do circuito da riqueza financeira para a da produção é, essencialmente, uma construção política.

Portanto, não basta anunciar metas e medidas para mover e direcionar a engrenagem econômica do desenvolvimento.

Para ter chance de vencer nesse tabuleiro os requisitos são mais complexos.

O grau de articulação geopolítica e de mobilização social determina o que negociar, como negociar e até onde negociar.

Essa é a alma da luta pelo desenvolvimento no século XXI.

É discutível que a alma ressuscite se a negociação com o mercado incluir a renúncia ao comando político do processo e a desmobilização de quem tem interesse efetivo no passo seguinte da história.

O economista Ianis Varoufakis, ministro das finanças da Grécia, mergulhado de corpo e alma num braço de ferro com a troica, proferiu recentemente uma frase lapidar:

‘Só tem algo a negociar quem está preparado para romper’.

Vale para Atenas. Mas também para Brasília.

A ilusão de que não é bem assim, explica, por exemplo, a renúncia histórica do PT, paga agora em libras de carne do próprio pescoço, em prover a democracia brasileira de um sistema de comunicação que franqueie à sociedade a discussão e o escrutínio do seu destino.

É assim que o ciclo político determina o ciclo econômico, num caminho invariavelmente marcado pelo conflito que opõe a democracia social à lógica capitalista.

Imaginar o contrário, que é possível pegar carona em um centurião do dinheiro grosso e, a partir daí, ‘sanar’ as inconsistências e esgotamentos de um ciclo de crescimento em direção a outro, é quase como acreditar na mão invisível dos mercados.

Essa tentação pode devorar o governo Dilma.

Não se trata de demonizar um freio de arrumação necessário e urgente.

Conter a escalada de gastos com importações de bens manufaturados, por exemplo, é crucial para impedir a sangria de empregos, renda e receita em direção aos clusters asiáticos.

Isso não se faz sem custos.

Enquadrá-los em uma negociação de prazos, compensações, salvaguardas e ganhos futuros é uma responsabilidade da agenda progressista.

Erguer pontes para pavimentar as condições de uma retomada do investimento privado, idem.

Supor fazê-lo ao largo de uma repactuação política que ordene os rumos dessa transição é mais que arriscado: pode ser o eclipse definitivo da alma, sem o benefício da ressurreição do corpo.

Esse risco de uma cavalgada em marcha ré projetada no governo recém reeleito a auréola de um poder crepuscular. Faz mais que isso.

Joga o PT nas cordas de onde não consegue se erguer; quando o faz, não sabe para onde ir.

Torna o apelo às ruas um adereço ornamental; a falta de eco mais revela do que afronta a desorientação generalizada.

Dá à agenda progressista um rosto disforme no qual ninguém se enxerga, nem o próprio ministério -- não há poder de iniciativa política sem identidade coesa.

Hoje o governo acorda para se informar sobre o revés do dia, não para fomentar a pauta da nação.

O conjunto elegeu Eduardo Cunha à presidência do Congresso e derrubou a aprovação à Presidenta de forma fulminante, depois de 54 milhões de votos e menos de 50 dias de governo.

Imaginar que a partir de agora poderá ser diferente, mantido tudo o mais constante, é assinar um contrato de novas e cada vez mais sérias derrotas.

A passividade desconcertante do Estado diante do cerco à Petrobras é um sinal de que esse tipo da doença, se não for atacado a tempo leva à catatonia e à inanição.

A orfandade a que estão sendo abandonados os trabalhadores nos canteiros de obras do pré-sal — esmagados entre o desemprego, a incerteza e atrasos salariais — é um pequeno manual de como se constrói um ruptura entre um governo progressista e sua base histórica.

O risco agora é essa prostração se transformar em epidemia, desossando, em retribuição, os movimentos sociais. Exagero?

Quem defenderia o governo hoje se o conservadorismo atravessar o sinal vermelho e vier para cima, a contrapelo do estado de direito.

As respostas devem ser enviadas ao Planalto, à Secom, ao PT, ao MTST, ao PSOL, ao MST, à CUT e demais protagonistas que ainda hesitam em sentar e conversar a sério sobre uma agenda comum para defender e ampliar os avanços e conquistas dos últimos anos.

Que fique claro: não se trata de convocar a retórica para calafetar buracos estratégicos.

Mas de cercar as circunstâncias com uma frente progressista capaz de liderar a repactuação do país com o crescimento e deste com um novo estirão de democracia social.

As recidivas da crise mundial desmentem que a resposta à Lava Jato seja a entrega do pré-sal e do país à proficiência dos livres mercados.

Nas mãos do livres mercados, na verdade, delega-se a economia e a sociedade ao planejamento dos cartéis e oligopólios, os mesmos que sugaram a Petrobras e planejaram o metrô de São Paulo no lugar dos governantes tucanos.

Sem afrontar os mitos conservadores, porém, fica difícil não sucumbir aos seus complementos.

O mais grave deles — consagrado no silêncio oficial — é permitir que se instaure no imaginário brasileiro aquilo que o jogral conservador martela diuturnamente como verdade: a saúde dos mercados e a deriva da sociedade antes de serem contraditórios, constituem um requisito da estabilidade econômica em nosso tempo.

E para isso não há alternativa. Exceto o caos.

Questionado em 1983, qual seria a diferença entre o seu governo e as mesmas medidas neoliberais tomadas por um governante da direita, consta que François Mitterrand, líder socialista que dirigiu a França por 15 anos, teria respondido:

‘A diferença é que fazemos isso com dor no coração.’

O drama vivido pelo governo Dilma não é novo na história dos governos progressistas desafiados a administrar o capitalismo ainda sem força para transformá-lo.

Mas ele prestaria inestimável serviço à democracia, ao país, ao desenvolvimento -- e a si mesmo -- se compartilhasse esses limites com a sociedade. E, sobretudo, se a convocasse para a erguer as linhas de passagem capaz de superá-los.

Não é pouco.

Na verdade, pode ser muito. Pode ser a diferença entre um governo ou o desgoverno.

### **Cunha: o nome expressa a função – de 14/06/15**

*No universo militar, 'cunha' define uma ação sabotadora preliminar: 'Consiste em introduzir em território inimigo soldados, espiões ou comandos especiais'.*

Quando um personagem encarna uma correlação de forças adversa e o faz de forma tão desabrida a ponto de soar caricatural, é comum catalisar a resistência e a rejeição do polo oposto.

Eduardo Cunha, o presidente da Câmara, carrega no nome a função que lhe coube na história. No universo militar, 'cunha' define uma ação sabotadora preliminar. 'Consiste em introduzir em território inimigo soldados, espiões ou comandos especiais', diz o dicionário Caldas Aulete.

Dito e feito. A agenda do presidente da Câmara inclui sacramentar o poder do dinheiro grosso sobre os partidos, a homofobia, a terceirização total do trabalho, a redução da maioria penal e outras miunças de igual calibre.

Foi por justiça homenageado no V Congresso do PT, que terminou sábado em Salvador. E retribuiu as vaias no twitter: 'Agradeço as manifestações de hostilidade no congresso do PT. Significa que estou no caminho certo. Ficaria preocupado se fosse aplaudido ali'.

Não ficou por aí. Ao Congresso petista que dobrou a aposta em uma parceria pela governabilidade como PMDB, retrucou ferino: 'Não vejo o PMDB com o PT em 2018. Essa aliança esgotou'.

Quando a linearidade dos personagens e a evidência dos conflitos se expõe assim de forma tão explícita, sem que as instituições políticas se mostrem adequadas para resolvê-los, abre-se um horizonte de empate histórico marcado por crises sucessivas, cujo papel é o de devorar seus atores, até que surjam novos arranjos dotados de força e consentimento social para destravar o passo seguinte da história.

Cunha não ocuparia o espaço no qual se esboça não fosse esse equilíbrio precário de dois garfos espetados em faces opostas de uma rolha em pé, na quina de uma mesa.

A rolha é a encruzilhada do desenvolvimento brasileiro.

O Congresso do PT não vislumbrou um atalho capaz de destravar esse mutualismo autodestrutivo.

Quase sem respirar, o partido se sustenta em um lado da rolha, enquanto Cunha cospe fogo na extremidade oposta em nome dos interesses sabidos

Sua função, como o próprio nome indica (e o pejo que causa em interesses que defende, ilustra, caso da Folha que o critica em editorial neste domingo) tem a efemeridade de uma etapa.

Limpa o trilho para algo pior. Embora nutra delírios presidenciais (ou vice-presidenciais, ao lado de Alckmin), sua funcionalidade equivale a de um enxergão da história.

Trata-se daquele artefato rudimentar de palha grosseira utilizado para forrar o estrado, sobre o qual as elites depositarão o colchão de mola para deitar e rolar nas costas do Brasil.

Um veículo internacional amigo dos mercados resumiu: Cunha é o homem que a direita procurava.

O que o deprecia é o seu mérito: Cunha une maus modos com determinação e absoluto despudor em atropelar as aparências dos punhos de renda da República de Higienópolis.

Os açougueiros da história não raro cometem exageros na sangra das peças. Emporcalham o avental e não primam pela higiene ao manusear a faca, a serra e a machadinha no cepo ensanguentado do embate político — mas entregam o essencial.

O essencial que a elite espera de Cunha é destrinchar o governo Dilma como um frango desossado da Sadia e pendurá-lo, junto com os petistas, em um gancho de aço no freezer da história.

Até escoar o calendário para as eleições de 2018.

A aristocracia alemã também não considerava Hitler um dos seus. Nem os ricos italianos amavam Mussolini. Nos anos de chumbo muitas famílias de ‘bem’ preferiam não saber o que Fleury fazia em nome da causa no Brasil.

Eppur giravam seus interesses em torno desses centuriões aturando suas ‘extravagâncias’. Dos males, o menor.

O intercurso com os negócios, a homofobia, a moral gordurosa dos pastores salafários nunca foi obstáculo à clientela que orbita em torno do cepo desses açougueiros datados.

No 2º turno de sua última derrota em São Paulo, nas eleições municipais de 2012, Serra mostrou a que ponto vai essa elasticidade quando um interesse mais alto se alevanta.

Ao prenúncio da derrota iminente o tucano recorreu a um interlocutor cirurgicamente escolhido para reforçar a musculatura do vale tudo na disputa: o pastor radialista Silas Malafaia, que veio diretamente do Rio de Janeiro apresentar armas à

campanha, no posto de procônsul para os bons costumes, conspurcados, acusava o tucano, pelo kit-gay criado pelo adversário, Fernando Haddad, quando ministro da educação.

O pacto do além com o aquém seria festejado em manchete sulfurada do caderno de política da 'Folha', a mesma que agora critica Cunha em editorial à moda Pilatos. Assim: "Líder evangélico diz que vai 'arrebentar' candidato petista -- Silas Malafaia afirma que Haddad apoia ativistas gay".

O título em 3 linhas de 3 colunas emoldurava foto imensa de Serra (meia pág. em 3 colunas), empunhando uma criança adestrada em fazer o '45',

O conjunto ainda inspira calafrios.

A hostilidade beligerante de Serra em relação a adversários --inclusive os do próprio partido-- pontuava ali um novo degrau na determinação conservadora de resgatar a extensão regressiva do filtro religioso na política.

A moda pegou e hoje deve ser creditada como mais uma modernidade trazida ao país pelos intelectuais iluministas de Higienópolis.

O posto de Malafaia em 2012 é ocupado agora por Cunha.

O editorial da Folha deste domingo lava as mãos. Mas não purifica a ética de vernissage de certa inteligência paulista.

Faz tempo que em certos círculos incorporou-se a licença do vale-tudo para vencer o PT, a quem se acusa de sepultar os princípios éticos da esquerda.

O pacto obscurantista selado por Serra antes com Malafaia, agora com Cunha e Renan (para implodir o pré-sal) ilustra a travessia edificante.

Quem achava que depois da caça ao kit gay de 2012 estaria esgotado o estoque de excrescências nessa gincana errou.

Cunha é o açougueiro que ouve sermões de Malafaia em altos decibéis enquanto destrincha o governo, os direitos trabalhistas, a liberdade sexual, enfim, aleija e decepa a Constituição de 1988 e aviva os impulsos medievais da sociedade contra ela mesma.

A essa altura, tudo o que pedem certos círculos da inteligência tucana é que 2018 chegue logo.

Mas ainda faltam três anos e seis meses.

Dá tempo, por exemplo, de Cunha resgatar um projeto apresentado por Serra na disputa municipal de 2012, em São Paulo, destinado a inibir a criminalidade do menor.

Em entrevista à amigável rádio CBN, então, o tucano prometeu aos ouvintes: se eleito, criaria um programa de monitoramento de jovens com 'propensão' para cometer crimes.

Como? Um braço da ex-Febem, explicou Serra à emissora da rede Globo, agindo, (secretamente, supõe-se), dentro das escolas das periferias vigiaria jovens. Nas palavras do então candidato tucano: "(Aqueles que) ainda não entraram para o mundo do crime, mas que podem ter propensão para isso".

Alguém já pensou isso antes. Combater o crime identificando preventivamente o criminoso foi o propósito do criminologista e psiquiatra italiano, Cesare Lombroso (1835-1909), que se dedicou ao estudo da 'antropologia criminal'.

O furor atual pela redução da maioria tem aí um pé de apoio a considerar.

Está longe de ser apenas 'moral' e preventiva, porém, a ofensiva de Cunha para higienizar o país.

Cada vez mais ela ganha dimensões de um mutirão ecumênico determinado a afastar todo e qualquer obstáculo que se puser no caminho da hegemonia conservadora plena.

Na 4ª feira da semana passada, por exemplo, o presidente da Câmara mandou um recado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Diante da possibilidade de a ministra Rosa Weber conceder liminar que anula a aprovação em primeiro turno do financiamento privado de campanha, Cunha comunicou ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que isso poderia trazer retaliações ao Judiciário.

Age com o fervor da legítima defesa.

Na última campanha eleitoral, Cunha recebeu R\$ 6,8 milhões em doações de empresas como Vale, AmBev, Bradesco, Santander, Safra e Shopping Iguatemi.

Antes, Cunha --e seu general de operações, Renan Calheiros, presidente do Senado, já havia ameaçado o Procurador geral da República, Rodrigo Janot, por investiga-lo. Pequenos partidos de sua base particular também foram constrangidos por contrariá-lo na reforma política com a qual pretende reduzir a lei eleitoral a sua imagem e semelhança.

À mídia que objetivamente o embala, Cunha recorda amiúde que qualquer projeto de regulação das comunicações depende do seu humor para entrar na pauta ou na gaveta do Congresso. Estabeleceu-se aqui um paradoxal mutualismo entre parasitas.

O pragmatismo propiciou-lhe apreciável cacife.

No seu quarto mandato consecutivo, o autor do projeto pela criação do Dia do Orgulho Heterossexual foi aplaudido ao depor em CPI que deveria investiga-lo sobre desvios da Petrobras.

O policial Jayme de Oliveira Filho, mula do doleiro Youssef, afirma que entregou malas de dinheiro em uma casa na Barra da Tijuca que seria de Eduardo

Cunha. A pauta escafedeu-se das colunas da indignação seletiva hoje ocupadas em externar chilikos contra as doações legais ao Instituto Lula.

Cunha é um entreposto de interesses.

Líder da bancada evangélica e fiel da Igreja Sara Nossa Terra, o presidente da Câmara foi um dos principais opositores do Marco Civil da Internet fazendo lobby das telefônicas, que discordavam da neutralidade da rede.

Sua sentença sobre a liberação do aborto é autoexplicativa: ‘Só se for sobre meu cadáver’. E para que não haja dúvida da disposição mortífera, protocolou um projeto que estabelece até 10 anos de prisão para médicos acusados de práticas abortivas.

A ficha corrida desse Comodoro dos bons costumes acumula dois inquéritos em ‘andamento’: o de 2984/2010 apura o recurso a documentação falsa; o 3056 acusa crimes contra a ordem tributária.

Não só.

No Tribunal Regional da Primeira Região, ele é réu no processo 0031294-51.2004.4.01.3400 -- ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.

No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, é alvo do processo 0026321-60.2006.8.19.0001. Improbidade administrativa.

No Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro responde ao processo 59664.2011.619: captação ilícita de sufrágio. No mesmo tribunal é réu no processo 9488.2010.619.0153. Acusação: abuso de poder econômico em campanha eleitoral.

No Tribunal Superior Eleitoral, responde por captação ilícita de sufrágio; processo 707/2007.

A cepa de origem explica o desembaraço diante dos imprevistos.

A carreira meteórica do presidente da Câmara teve como padrinho o tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor, o falecido PC Farias.

Cunha foi o responsável pelas finanças do comitê carioca na campanha collorida de 1989.

Precisa desenhar?

Na vitória coube-lhe a presidência da antiga Telerj, a companhia telefônica do Rio, da qual seria demitido em seguida.

Motivo: corrupção.

Em 1999, o então governador Anthony Garotinho deu-lhe a presidência da Companhia Estadual de Habitação.

Durou seis meses.

Foi defenestrado em meio a um novo escândalo de corrupção.

Ágil, como soem ser as rapinas, escapou elegendo-se deputado estadual em 2001.

Desde então soube fazer da imunidade a mola propulsora de uma carreira vitaminada pela radiodifusão.

Seu programa de rádio consagra mote sugestivo ao desembaraço ético: ‘O povo merece respeito’

Nenhuma das questões essenciais que interessam à população brasileira encontrará resposta na cristação da lógica conservadora da qual esse personagem expressionista é o açougueiro alheio às boas maneiras.

As vaias recebidas no Congresso do PT não são injustas, mas ingênuas. E sobretudo incompletas nos desdobramentos competentes.

O país que se modela no interior do açougue é pior do que aquele desfigurado no cepo no qual Cunha pilota o banho de sangue conservador no país.

A receita temperada nos bastidores para desequilíbrios que são sérios é a da salmoura neoliberal definitiva. Menos Estado para se ter mais mercado; menos igualdade para se ter mais eficiência; menos salário para se ter mais investimento; menos democracia para se delegar ainda mais poder ao dinheiro organizado.

A esquerda brasileira dispõe de reservas intelectuais, tem experiência de luta, goza de respeitáveis lideranças políticas. Tem a densidade de movimentos sociais para afrontar esse projeto com um outro que pavimente a construção de uma verdadeira democracia social.

O V Congresso do PT não explicitou a disposição de ser o catalisador desse processo que permanece em aberto.

O partido de certa forma transferiu o embate para 2018.

É uma aposta de alto risco na mitigação da crise por obra e graça do ajuste de mercado.

Resta saber até que ponto, com esse gesto, não compromete de vez a única alternativa consequente à ofensiva conservadora em curso.

Ou seja, a construção de uma frente popular e democrática capaz de oferecer as respostas críveis ao futuro sombrio do qual Cunha é só o estandarte mais saliente.

**Rede da dignidade contra o golpe e a vigarice – de 03/02/15**

*O governo, emparedado pela lógica conservadora, paradoxalmente, passou a ter escolhas. Como disse a própria Dilma, 'não era mais possível viver chantageada'.*

A história apertou o passo e quando sacode a poeira ela derrama transparência por onde passa.

A retaliação de Eduardo Cunha contra o governo e contra o PT guarda semelhanças com uma cena recorrente da crônica policial.

Enredado em evidências grotescas de ilícitos e falcatruas, o presidente da Câmara sacou um processo de impeachment contra a Presidenta Dilma, depois que o PT —graças à corajosa decisão de seu presidente, Rui Falcão, determinou que o partido não acobertasse o delinquente no Conselho de Ética.

Cunha age como o sequestrador que saca o revólver e o coloca na cabeça do refém, exigindo salvo conduto para si e para o malote de dinheiro.

Eduardo Cunha aposta que os comparsas do lado de fora lhe darão cobertura na fuga cinematográfica para frente.

Talvez tenha razão a julgar pela adesão de pronto de tucanos, como os rapinosos Aécio e Serra, por exemplo.

Outros, aqueles que entendem a política como oportunismo, endossarão igualmente o meliante em nome da honradez.

Ou não é essa —há meses— a especialidade do colonismo isento na sua seletiva campanha anticorrupção?

A cumplicidade desses comparsas está precificada no metabolismo político brasileiro desde 2005/2006.

Não se espere grandeza de onde impera a mediocridade básica das elites latino-americanas.

Aquela que sonega ao próprio país e ao povo o direito e a competência para se erguer como nação justa e soberana.

O vento implacável da história desnuda em 2015 os novos atores do velho enredo em cartaz em 1932, 1954, 1962, 1964, 1989, 2002, 2005, 2006, 2010 e 2014.

Com um agravante: há um pedaço da sociedade que se descolou definitivamente do país e tem como pátria o capital flutuante que não quer pertencer ao destino de nenhum povo.

Seu interesse e visão de mundo, portanto, são imiscíveis com a ideia de um regime do povo, para o povo e pelo povo.

E isso não é retórica, mas uma ameaça: eles consideram que a Constituição de 1988 prometeu mais do que é justo o dinheiro grosso ceder e que o PT teima em lembrar.

São aliados naturais do assaltante que ameaça agora um mandato subscrito por 54 milhões de brasileiros.

Daí não sai nada a não ser golpe e dilapidação.

A mudança terá que vir do outro lado.

O lado do país que se avoca o direito de enxergar na justiça social a finalidade e o motor da luta pelo desenvolvimento brasileiro. E que tem na democracia a principal garantia de que esse processo é crível e consistente porque negociado, repactado e legitimado nas diferentes manifestações de liberdade de um povo --nas lutas, nos escrutínios e nas mobilizações históricas de uma nação.

Estamos diante de um desses momentos que Celso Furtado denominava de 'provas cruciais de uma nação'.

É, sobretudo, no caso brasileiro, a hora da verdade para as forças progressistas.

Cabe-lhes superar o empate corrosivo que paralisa a sociedade e desacredita a democracia.

Trata-se de vencer a prostração e o sectarismo, fazendo da mobilização contra o golpe o impulso que faltava para uma repactuação do país em torno dos interesses majoritários de seu povo.

Lideranças políticas e sociais não podem piscar.

O enclausuramento ideológico, o acanhamento organizativo e a indiferenciação, diante da qual a juventude não se reconhece e a militância se recolhe-- devem ser dispensados de uma vez por todas.

Que ninguém se iluda: o apoio ao impeachment tem por trás um projeto econômico devastador

Nele não cabem as urgências e direitos da maioria da população brasileira.

Um notável volume de investimentos é requerido nesse momento para adequar a logística social e a infraestrutura às dimensões de uma nação que incorporou milhões de pobres ao mercado de consumo nos últimos anos.

Agora lhes deve a cidadania plena.

O novo giro da engrenagem terá que ocorrer num momento paradoxal.

Uma tempestade perfeita cobra respostas em várias frentes: prover a infraestrutura, combater a inflação, resgatar a industrialização, dar progressividade ao sistema tributário, ajustar o câmbio, modular o consumo.

Tudo junto e com a mesma prioridade.

Ao mesmo tempo, porém, o labirinto encerra a oportunidade histórica de inovar metas e métodos.

A plataforma do arrocho, com a qual o conservadorismo capturou o governo --e agora pretende concluir o assalto tomando-lhe o mandato, envelheceu miseravelmente ao escancarar sua incapacidade para ir além de uma recessão destrutiva.

PIB, emprego, investimento e consumo despencam sob o timão de um ajuste que desajusta o bolso do povo pobre e agrava as contas fiscais da nação.

O interesse conservador que antes pretendia usar o governo para escarpelar as ruas, subtraindo-lhe conquistas e recursos, agora quer usar as ruas e o impeachment para derrubar o governo.

A bipolaridade reflete a ansiedade típica de quem sabe que tem pouco tempo porque aquilo que a rua exige e espera colide com o que o mercado pretende.

Quem dará coerência ao desenvolvimento brasileiro nessa encruzilhada?

Antes turva, a resposta emerge límpida após o assaltante colocar a arma na cabeça do refém nesta tarde da terça-feira, 2 de dezembro de 2015.

A nova coerência macroeconômica terá que ser buscada na correlação de forças redesenhada pela divisão entre os que se alinharão na cumplicidade ao chantagista e os que vão se juntar ao governo para ampliar o espaço de um novo contrato de crescimento para a nação brasileira.

Emparedado pela lógica conservadora o governo Dilma, paradoxalmente, passou a ter escolhas.

Como disse a própria Presidenta, em desabafo, 'não era mais possível viver chantageada'.

Dilma deve, sim, negociar. Com o Brasil que trabalha e quer trabalhar. Com o capital que produz e quer produzir.

Isso define uma límpida conduta para as próximas horas, os próximos dias, meses e, sobretudo uma próxima reforma ministerial definidora de uma verdadeira governabilidade, com o direito de recorrer ao povo para construir o passo seguinte do crescimento.

O bônus não autoriza o conjunto das forças progressistas a adotar a agenda da fragmentação suicida.

O discurso cego às interações estruturais é confortável . Mas leva ao impasse autodestrutivo e à inconsequência histórica.

A responsabilidade de interferir num processo histórico pressupõe a adoção de balizas que impeçam o retrocesso e assegurem coerência às mudanças.

O jogo é pesado.

Avançar à bordo da composição de forças que delimitou a ação progressista até aqui tornou-se cada dia mais penoso.

Esgotou-se um capítulo.

Não apenas por conta da saturação de um ciclo econômico.

Mas também porque se descuidou de prover a sociedade de canais democráticos para viabilizar o passo seguinte do processo.

Faltava a locomotiva da história apitar outra vez para esticar os limites do possível na repactuação do novo capítulo do crescimento brasileiro.

Foi o que o assalto à mão armada de Cunha desencadeou nas últimas horas.

A presidenta Dilma viu o bonde passar e não hesitou.

Reagiu na direção certa em pronunciamento à Nação

Antes dela, Rui Falcão, Pimenta e outros tiveram a coragem de rechaçar o chantagista e alinhar o PT ao clamor dos milhões de brasileiros que não aceitam mais compactuar com um sistema político que se tornou um biombo desmoralizado do poder econômico, a serviço de banqueiros e bandidos.

Ao assumir o risco de uma represália que se confirmou, o PT indiretamente reaproximou-se dos que entendem que a soberania popular é o único impulso capaz de harmonizar os conflitos e sacolejos de uma transição de ciclo de desenvolvimento.

O tempo urge.

O assalto conservador ao mandato de Dilma joga uma cartada de vida ou morte contra o relógio político.

À medida que apodrece a reputação de seus centuriões, e os savorolas da ética entram em combustão explosiva, restou-lhes apostar tudo no estreito espaço de tempo entre a desmoralização absoluta e a capacidade residual de articular o golpe.

A coragem de Dilma e do PT, a solidariedade do PSOL logo na primeira hora da escalada, o levante maciço nas redes sociais ensejam esperança e legitimidade.

Em 1961 Brizola opôs ao golpe contra Jango uma bem-sucedida mobilização nacional liderada pela Rede da Legalidade.

Que Lula, Luciana, Boulos, Stédile, Vagner Freitas, intelectuais, estudantes, empresários produtivos, personalidades e democratas em geral se unam e se organizem.

Essa é a hora e ninguém fará isso por nós.

Que Dilma recorra diariamente, se preciso, à cadeia nacional para afrontar o monólogo golpista e liderar a resistência nacional.

É o seu mandato que está em jogo.

E que disso nasça uma gigantesca rede da dignidade contra o golpe e a vigarice.

Com ela, e somente com ela, emergirá o impulso que falta para abrir passagem ao país que o Brasil poderia ser, mas que ainda não é —e que interesses poderosos não querem que venha a ser.

### **180 dias que abalarão o Brasil – de 10/05/2016**

*O governo legítimo da Presidenta Dilma deve organizar uma agenda de prioridades para a resistência, traduzindo-a em um calendário de 180 dias de atividades.*

O angu golpista borbulha mas não dá ponto.

O alarido policial-midiático (uma extensão um do outro) difunde ilusões de consenso que embriagam o ambiente conservador.

A realidade do golpe, porém, é diferente da propaganda, como ficou nítido nesta 2ª feira, quando o novo presidente da Câmara anulou a sessão que votou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. O apavoramento que o episódio gerou no golpismo evidencia o medo do que se seguiu: qualquer faísca de esperança levanta o país.

Rapidamente os vigilantes do golpe, tendo à frente as milícias do jornalismo embarcado, cuidaram de sufocar a transgressão ao enredo delicado.

Salvam-se as aparências, mas a inconsistência do angu piora com o aumento da temperatura.

Caminha-se no chão mole de uma ruptura sem solidez, nem horizonte de futuro: um golpe que não se assume, mas que aos poucos é forçado a expor as garras de violência intrínsecas ao risco de se dissolver na contestação.

A impressionante convergência do que há de pior na sociedade —não estamos qualificando pessoas, mas interesses, diagnósticos, métodos, alinhamentos geopolíticos, padrões de civilidade, de jornalismo e, sobretudo, escolhas de desenvolvimento— leva alguns a confundir a borbulha do golpismo, a euforia, com hegemonia.

A aliança do baixo clero parlamentar com a plutocracia, da classe média fascistizada com o antipetismo histórico da mídia, bem como a do judiciário cúmplice com a toga acoelhada compõe, de fato, uma gordurosa coalizão da escória que avança para assaltar o poder no Brasil.

Dá a se confundir essa usurpação com o magnetismo que o uso da palavra hegemonia requer, vai uma grande diferença.

Hegemonia não significa apenas força, ainda que necessariamente a inclua.

Hegemonia implica, sobretudo, consentimento --algo incompatível com a natureza própria de um golpe.

Num caso, predomina a conspiração violenta; no outro, a capacidade de pactuar, de liderar, de arrebatar, de convencer, de arregimentar, enfim, de mobilizar corações e mentes para empreender o passo seguinte na vida de uma nação.

Quem o faria ? Temer?

Serra? Jucá...Janaína Paschoal?

O que esses timoneiros lograram de mais visível, com escoltas de nível equivalente na mídia e no judiciário, foi arquitetar o sequestro de um mandato portador de 54,5 milhões de votos.

O feito apoia-se em um massacre propagandístico só equivalente, ou superior, ao que antecedeu o golpe de 1964.

O que se conseguiu até agora foi gerar turbulência institucional, paralisia econômica, incerteza nos segmentos majoritários da sociedade, repulsa nas fileiras democráticas e apoio efetivo restrito a camadas conservadoras e na renda alta adestrada na cristação midiática.

Em uma sociedade trincada na vertical pelo esgotamento de um ciclo de expansão, essa dissolução apenas magnifica o desafio de se erguer linhas de passagem para um novo espaço de futuro.

O repertório que o golpe teima em enfiar goela abaixo da sociedade configura tudo menos a ‘ponte para o futuro’ que o publieditorial do jornalismo econômico acena para os mercados.

O que se preconiza, de fato, é um lacto purga em dose concentrada do arrocho neoliberal sistematicamente rejeitado pelas urnas em 2002, 2006, 2010 e 2014.

Esse é o embasamento histórico do golpe.

Se lograr êxito abrir-se-á uma temporada de 180 dias que abalarão o Brasil.

Um regime de exceção, dirigido por um agrupamento de interesses excludentes, tentará então a temerária imposição ao país de protocolos e diretrizes não pactuados nas urnas, tampouco negociados em grandes mesas nacionais para as quais, inclusive, não dispõe de mandato e tampouco de mediadores reconhecidos.

Escavar um fosso entre a representação política da sociedade e o poder de decisão sobre o destino do seu desenvolvimento é tudo o que a ganância cega das plutocracias pode almejar como êxito.

Isso dificilmente conseguirá prosperar em ambiente de vigência das liberdades democráticas.

Tampouco o sucesso nos seus próprios termos é plausível –ainda que a economia esteja no fundo do poço por conta, inclusive, de uma greve do capital golpista e alguma reação deva ocorrer.

Há inconsistências maiores, porém, que limitam o fôlego dessa empreitada.

Desdenhar dos partidos e entregar o destino da sociedade a uma lógica cega que se avoca autossuficiente e autorregulável, foi justamente o que se fez nas últimas décadas no mundo capitalista.

O corolário desse voo cego foi a crise sistêmica de 2008, da qual a economia internacional está longe de haver superado.

O golpe aposta suas fichas em ‘crescer para fora’ e ‘arrochar para dentro’ na crença em uma recuperação global da qual o próprio Fed duvida, tendo renunciado a novas altas nas taxas de juros por isso, e a Europa, a cada dia, tem menos razões para acreditar.

Não há demanda no mundo depois de 40 anos de dilapidação neoliberal de direitos sociais e trabalhistas e do esgoelamento fiscal dos Estados nacionais, que abdicaram de arrecadar para se endividar. Hoje não dispõem de fôlego nem de ferramentas (banco públicos de desenvolvimento, por exemplo) para investir e arrastar o capital privado, viciado na cocaína rentista.

A ilusão de que replicar a receita fracassada da ortodoxia será suficiente para fazer decolar a economia brasileira explica o desdém com a crise de hegemonia que move o golpe e, paradoxalmente, irá paralisa-lo logo em seguida.

A solução rasa e repetitiva do arrocho fiscal (corta, corta, corta) e monetário (juro alto) reflete um campo de visão de classe, endogenamente estreito.

O Brasil plano, feito de desafios monocausais, infantilmente atribuídos ao ‘lulopetismo’ pelo doutrina colegial do jornalismo conservador, simplesmente não existe.

O relevo econômico do país inclui-se entre as encostas mais acidentadas do capitalismo mundial, graças à tradição secular de predadores, ora abrigada sob as asas do timoneiro Temer.

O que se desenha para os próximos 180 dias, assim, é um condensado acerto de contas de velhas e novas pendências trazidas de uma espiral histórica de confronto e crispação que se acomodou brevemente no ciclo de expansão recente (2004/2012), mas

cuja recidiva explodiu com octanagem redobrada pela perspectiva de se quebrar o ciclo de treze anos de governos progressistas no país.

Com um agravante.

A paralisia econômica fundiu-se ao enrijecimento de um sistema político incapaz de prover as condições, canais e instrumentos requeridos à repactuação do passo seguinte do desenvolvimento brasileiro.

Herdado do ciclo da redemocratização, o sistema político do país reflete uma transição tutelada que inoculou no DNA da sociedade a incapacidade para renovar-se.

O insulamento de uma representação política tragada pelo círculo vicioso dos interesses autorreferentes, culminou, assim, com a captura da nação por uma escória parlamentar liderada por um maestro da vigarice.

Desse ovo nasceu a serpente que agora almeja usurpar o mandato de uma mulher honesta em benefício de projetos e agentes que nunca dispuseram de voto para derrotá-la.

O único antídoto a essa mistura de esgotamento e desespero conservador é a rua.

Sem votos, o chão firme dos interesses conservadores apoia-se em duas hipertrofias –a do judiciário e a da mídia.

Ambas são insustentáveis se a sociedade se erguer e se mobilizar, não aquecida por um incêndio passageiro.

Mas organizada de forma propositiva e assertiva na definição do que se aspira para a cidadania e a economia, com base em uma tríade: redemocratização, desenvolvimento e repactuação nacional.

O governo legítimo –o da Presidenta Dilma—deve organizar uma agenda de resistência que contemple essas prioridades, traduzindo-a em um calendário de 180 dias de atividades.

Incluem-se aí debates, fóruns, mesas de negociação e conferências regionais por todo o Brasil, até desembocar no final do processo em uma gigantesca Conferência Nacional da Democracia e do Desenvolvimento, para sacramentar uma frente política e um Plano de Ação –para voltar ao governo ou para concorrer em 2018.

Portanto, não se trata apenas de derrotar um golpe manco.

Mas de fazê-lo desbravando um novo caminho, com uma nova frente de forças, capaz de empolgar o país com as possibilidades renovadas para o seu desenvolvimento, graças ao poder revigorado da democracia de dizer sim e não ao mercado.

Isso é o que pode fazer dos próximos 180 dias a sepultura do golpe. E mais que isso: o renascimento da esperança no país que poderíamos ser, mas que ainda não somos. A ver.

### **O projeto vira-lata desabilita o país para os Isaquias – de 23/08/16**

*A ninguenzada preta, parda, favelada, periférica não cabe no olimpo dos mercados que o golpe quer impor ao Brasil. Daí a contrariedade com o êxito da Rio-2016.*

Por trás do viralatismo há método – e há teoria.

Se vingar seu projeto de país, o Brasil acaba enquanto possibilidade de um futuro ordenado pela democracia social.

A meta é fazer do país um frango desossado da sadia no cepo dos mercados.

E é esse o motor de um empenho que assumiu singular intensidade nos dias que correm.

A engrenagem envolve uma lista robusta de alvos a desabilitar.

Desde sediar uma Olimpíada a explorar o pré-sal, dispor de universidade pública e serviço digno de saúde ou resgatar a industrialização --são variados os temas e princípios a compor o sacramento de uma impossibilidade que se pretende tornar inviolável.

O Brasil não sabe, não pode e, sobretudo, não deve mais afrontar os fundamentos de uma inabilitação essencial para o ajuste de virulência inédita, que deve ocorrer após o impeachment --sibila-se nas entrelinhas e fora delas também.

Dissolver qualquer coágulo de nação como se dissolve os grumos do trigo na batedeira de bolo é a bússola de um golpe que não dispõe de estratégia alguma de desenvolvimento porque é justamente isso que se almeja eliminar.

Basta colar a inabilitação nacional aos mercados globais, esses que estrebucham sob o peso de uma desordem neoliberal irreversível.

As hélices cortantes serão acionadas na velocidade máxima, assim que o Senado dê a derradeira cutilada no pescoço altivo da presidenta assertiva escolhida por 54,5 milhões de brasileiros, tão teimosos quanto em rechaçar há quatro eleições o projeto que agora quer se impor com um golpe.

A advertência e as revogações encerram uma rígida contabilidade argentina: 70% a 80% do povaréu não cabe dentro da nação e precisa se convencer disso.

É incontida a contrariedade com a heresia levada às últimas consequências a partir da aposta feita há sete anos pelo então presidente Lula, de sediar os 31º Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro.

A bizarra sucessão de dezesseis dias durante os quais emergiu uma nação normal em seus acertos e falhas, mas predominantemente hospitaleira, aguerrida, criativa, admirada e capaz, abriu uma dissonância intolerável à narrativa de país capacho, cuja única opção consistiria em dobrar a espinha para sempre.

Garrafais e adversativas do dispositivo midiático conservador tentavam consertar o estrago nesta segunda-feira, mitigando o que deu certo para resgatar o bordão do fracasso:

Para ficar nas manchetes de quatros exemplares do canil, no day after do evento (22/08):

‘Prazo, falta de foco e de base tiram o Brasil dos 10 mais’(Valor); ‘Brasil celebra sucesso dos jogos, mas não bate meta’ (Folha); ‘Brasil faz melhor campanha, mas não atinge meta’ (Estadão); ‘Mesmo com recorde de medalhas, meta do país não foi cumprida’ (O Globo).

Não foi, não será, nunca deveria ter sido tentado.

O colunista da Folha que encarna um almanaque de faits divers, reclama nesta 3ª feira que os dezessete dias de jogos olímpicos custaram ao Tesouro R\$ 17 bilhões -- R\$ 1 bi ao dia, proclama. Depois de exhibir a argúcia aritmética admite que metade disso foi em obras do metrô, que vieram para ficar.

O artificioso empenho no desapareço pode ser medido pela atitude oposta de um concorrente estrangeiro na felicitação aos seus atletas.

O jornal El País, um dos mais importantes do mundo, longe de ser de esquerda, saúda na delegação espanhola o feito épico capaz de sacudir o brio de um país necrosado pelo austericidio que se quer ministrar aqui: ‘España cierra los Juegos de Río con 17 medallas --7 de oro, 4 de plata y 6 de bronce. Los siete títulos olímpicos coronan a una generación que no se conforma con ser segunda y se sobrepone a la crisis económica’

Um detalhe ilustrativo: a campanha espanhola foi idêntica à do Brasil em ouros, (7 ) e ficou ligeiramente abaixo no computo total de medalhas (17, contra 19 dos brasileiros).

Com uma vantagem singular para o épico local.

O desempenho dos atletas anfitriões foi liderado predominantemente pela ‘ninguenzada’ de Darcy Ribeiro.

Sim, a ninguenzada preta, cafuza, parda, favelada, sertaneja, composta de pedreiros pobres, filhos de faxineiras, moleques da periferia, vidas que já nascem remando contra a corrente, dando murro em ponta de faca, chutando pedra, rebatendo o azar até um belo dia engancharem o país no olimpo do esporte mundial.

Cruel é a palavra para uma elite que sonega esse orgulho às crianças de uma nação carentes de heróis que as livrem do traficante da comunidade.

Senhores senadores desta República que sucedeu ao regime escravocrata mais longevo da face da terra: essa é a natureza do golpe em curso.

Inabilita o Brasil para a igualdade é o imperativo categórico de quem se propõe a regenerar o tecido econômico e político à imagem e semelhança dos interesses que secularmente barraram a ninguenza no pódio da cidadania

Hoje, a maratona que verdadeiramente importa é fornecer aos mercados um substrato de país livre, leve e desimpedido de líderes, projetos, políticas, direitos, regulações e gastanças.

Daí por que a conquista do ouro na modalidade em que o fracasso tido como certo trombou com o imprevisto brilho da organização deve ser esquecido.

‘Organização olímpica vence desorganização brasileira’, restringe a Folha sem dar chance a qualquer vínculo entre a nação e o evento irrealizável que deu certo.

Para que não haja recidiva, o diário sangra a teimosia no subtítulo de misericórdia: ‘O melhor da Olimpíada deveria começar agora, mas não virá’ (Folha, 22/08/2016).

‘Não virá’.

O azedume reiterado em dezesseis dias de cobertura, segundo a ombudsman, gerou protestos até dos assinantes que escolheram o produto dos Frias como a sua janela para ver o país.

Fosse mesmo para vituperar algo, seria preciso admitir que a tradição olímpica foi rompida justamente na vexatória descortesia do golpe apoiado pelo jornal, durante a cerimônia de transmissão simbólica da tocha ao Japão, sede dos jogos em 2020.

Shinzo Abe, o premiê japonês, viajou 18,5 mil quilômetros num túnel de animação compactado em vídeo – para irromper no Maracanã, em meio à chuva que desabava na festa de encerramento, domingo.

Estava ali para erguer a ponte do espírito olímpico com seu homólogo brasileiro, como manda a tradição secular.

Só que não.

Ciente das vaias estocadas no Maracanã o golpista ficou em Brasília, para onde Abe se recusou a ir, demarcando a recusa no meio do gramado chuvoso, privado do respeito e da hospitalidade do anfitrião que encarna o espírito olímpico.

Nenhum jornal considerou esse fato mais grave do que o enfatizado fracasso de ‘não se atingir o objetivo olímpico’ –embora o 13º lugar destoe muito menos do almejado 10º posto do que deixar na mão um chefe de Estado em visita oficial.

Desculpe o transtorno, premiê Shinzo Abe, estamos em fase de demolição.

Cai uma pátria em fraldas, para a instalação de um olimpo de capitais livres de encargos sociais.

Breve, aqui.

Senhores senadores, olhem o rosto desses medalhistas antes de baixar o cutelo no pescoço da Presidenta impedida de recepcionar o premiê Abe no Maracanã.

O do canoieiro Isaquias, talhado a machado, por exemplo.

Carrega-se ali um pedaço da história do Brasil --essa que agora está em vossas mãos porque se estivesse de fato nas dele o barco não se renderia à correnteza regressiva.

Olhem o povo em nome do qual usurpadores querem estreitar mais uma vez o acesso às margens seguras da sociedade.

Fixem por um minuto os olhos em Isaquias.

O canoieiro medalhista traz na pele o saque ancestral a povos desse rincão reduzidos a legiões sem terra-sem floresta – sem teto-sem trabalho-sem direito.

Esse rosto guarda o horror das aldeias em chamas, da senzala claustrofóbica, da criança maltrapilha pasma pelo açoite a retalhar o lombo do pai feito toucinho cru.

Traz o rosto de Isaquias a noite insone do quilombo.

A meia liberdade sem acesso à terra está ali, assim como o estoque de gente banida pela lógica de batustões, essa que agora os senhores estão prestes a consagrar mais uma vez como ‘sacrifício necessário’.

A prioridade do jornalismo passa ao largo da fuga ancestral dos Isaquias na contracorrente dos séculos até o pódio da Rio-2016.

Ao pauta é provar que o ocorrido é anômalo, descabido, irrepetível, temerário --inviável.

Varrer a recidiva de autoconfiança e autoestima que possam inspirar esses dezesseis dias em que ‘a organização olímpica venceu a desorganização brasileira’ é imperativo para coibir paralelos com a vida real.

A mão pesada denuncia a inexatidão daquilo que se quer traduzir como ‘a ruína da corrupção lulopetista’.

O rosto de Isaquias nos diz que o que está em jogo trata de coisa mais abrangente e conhecida

Trata de uma encruzilhada clássica na história das nações --o que não inocenta os erros dos seus protagonistas.

Mas o que a caracteriza, sobretudo, é a crispação de conflitos permanentes em luta de classes aberta e sangrenta.

A tempestade engata uma transição de ciclo de desenvolvimento à deriva internacional que se estende desde 2008, com o esgotamento da ordem neoliberal.

Os noticiosos a reduziram a uma desfrutável faxina da direita no quintal da esquerda.

A meia verdade brandida à exaustão pelo meio-juiz dissipa o principal no secundário.

Por exemplo, a intensificação da disputa pela riqueza corrente; a exacerbação dos conflitos pela destinação dos fundos públicos; o braço de ferro pela repartição dos sacrifícios da travessia; o confronto pelo acesso ao estoque da riqueza capaz de mitigar a transição; o escrutínio das políticas e arcabouços institucionais –entre os quais a desdenhada reforma política-- que pavimentarão o passo seguinte da história.

No centro de tudo late a tese da inabilitação do Brasil para comandar democraticamente o seu desenvolvimento.

Construir uma nação é um ato de ruptura política que a usurpação golpista quer terceirizar ao mercado, escorraçando a urna e suas escolhas do centro das decisões.

Delimitar um território, fincar estacas, declarar e exercer soberania não é coisa que se faça impunemente em tempo algum e em qualquer latitude.

Sobretudo quando se trata, como é o caso, da sorte de um povo e do destino do desenvolvimento em um dos maiores territórios do globo, dotado das maiores reservas de água, minérios, petróleo, terras férteis, potencial hidrelétrico e solar; ademais de florestas e biodiversidade, tudo isso arrematado por um gigantesco mercado de Isaquias.

O que significa ser tudo isso em uma mudança de época em que a civilização terá que se apoiar em recursos escassos que o Brasil dispõe em abundância?

Significa o desafio de combinar articulação internacional com soberania intransigente e justamente por isso enfrentar uma colisão sem trégua com a lógica dos capitais sem lei.

São essas correntezas violentas que movem as raízes estruturais da conjura na qual a mídia se aliou à escória e ao dinheiro para derrubar uma Presidenta honesta, acusada de pedaladas fiscais.

Quem melhor encarna o elo entre a superfície e as profundezas desse arдил é o chefe oculto das operações, o tucano Fernando Henrique Cardoso

O ideólogo age movido por uma antiga certeza: não há espaço para um povo de Isaquias comandar o seu destino no capitalismo do nosso tempo.

Menos ainda –diz -- para o ‘voluntarismo lulopetista’ construir uma democracia social tardia no coração da América Latina.

Isaquias, negro e cafuzo, recolha seu remo voluntarioso, a rota de um timoneiro mais alto se alevanta.

Os acontecimentos recentes resgataram --no entender do viralatismo-- a pertinência da análise do sociólogo de 1967, ‘Dependência e desenvolvimento na América Latina’, sobre a inviabilidade de um modelo de desenvolvimento soberano na região.

Pobres Isaquias de todo o Brasil, adernem ou rendam-se.

A dependência é estrutural, avisa FH desde 1967.

A dependência é bela, adicionaria o presidente tucano à classe média nos anos 90.

A dependência é inexorável, diz agora o ideólogo do golpe institucional contra Dilma e o PT.

FH partiu de um diagnóstico correto, ao apontar o equívoco de uma parte da esquerda brasileira em 1964, que via na burguesia nacional um aliado dos trabalhadores na luta pelo desenvolvimento.

Mas extraiu daí conclusões equivocadas no extremo oposto.

O tucano enxergou na complementariedade entre o capital local e o estrangeiro o reinado definitivo das elites: o desenvolvimento associado e dependente, no qual o consumo da classe média forneceria o amortecedor político ao sistema --e o fluxo de capitais externos lubrificaria o conjunto em um equilíbrio dinâmico.

Não importa que o pião precisasse girar cada vez mais depressa para não desabar – desde que girasse, tudo bem.

Faltou abordar o essencial, porém.

Os conflitos inerentes à associação entre o capital local e o internacional e o seu custo em libras de carne humana.

Com quantos Isaquias jogados ao mar se faz essa canoa?

A ausência do olhar dialético magnificaria aquilo que FHC criticara na esquerda dos anos 60: a troca do materialismo histórico por um wishful thinking.

No seu caso, um autoengano de cosmopolita provinciano, traduzido macroeconomicamente em uma ‘âncora cambial’ que se revelou desastrosa quando o pião parou de girar, os capitais inverteram o curso e a maré baixa revelou uma nação de industrialização destruída, reservas cambiais à míngua, refém do capital especulativo e de seu capitão do mato: as cartas de arrocho do FMI.

Enquanto durou, a aparente consagração da teoria deu estofão ao projeto político do sociólogo, que a personificou na Presidência como se não houvesse amanhã.

Sobretudo na sôfrega dilapidação do patrimônio nacional.

O surgimento do PT e a vitória desconcertante do líder operário em 2002 e 2006 –que fez a sucessora em 2010, reeleita em 2014-- introduziria um ruído insuportável no escopo desse conformismo estratégico.

Para revalidar a teoria e os interesses aos quais ela consagra uma dominância perpétua era necessário desqualificar a heresia de forma exemplar.

Eis a essência da vendeta que hoje dá base teórica ao viralatismo e ressuscita como farsa a tragédia dos anos 90, adicionalmente comprometida pela inexistência das condições externas momentaneamente favoráveis então.

Para isso dar certo é necessário derreter e refundir o país como um corredor de vento dos capitais globalizados.

A aposta extremada explica a contrariedade com qualquer deslize que sugira a existência de vida fora da renúncia absoluta ao comando do desenvolvimento.

Derrota-la, por sua vez, requer um grau de ousadia maior do que tem sido a disposição de libertar a democracia da passividade a que foi submetida pelo modelo político das últimas décadas.

É uma corrida contra o tempo.

O golpe espera cortar a cabeça de Dilma, e aleijar o seu entorno, antes que as contradições disseminem uma resistência para a qual não se preparou.

Assim como não contava com o sucesso improvável das Olimpíadas.

E tampouco com a ameaça silenciosa do remo infatigável de Isaquias, que parece determinado a seguir em alta velocidade -- e só parar quando atingir a margem firme do país secularmente sonogado à ninguenzada --da qual é parte e ruptura.

### **A desintegração do mundo neoliberal: o piloto do golpe sumiu – de 28/06/16**

*A demanda por recheios distintos da rendição aos mercados vai acabar produzindo a sua oferta, mas o tempo para as respostas democráticas encurtou*

É o segundo espasmo de morte do neoliberalismo; o primeiro atingiu sua jugular econômica com a crise financeira sistêmica de 2008, da qual o organismo nunca mais se recuperou.

Agora foi a carótida política.

O sangue venoso e o arterial se misturaram espalhando a morte para dentro e para fora dos trilhos do livre mercado até descarrilar seu trem político.

É esse o filme que estreou em circuito mundial neste fim de semana. Nas telas, o comboio bufa, estrebucha e arrebenta o que encontra pela frente, atrás e dos lados.

Tudo o que era sólido se desmancha no ar.

Mas ficha resiste em cair nos rincões mais aguerridos. Faz parte do desastre negá-lo.

O jornal Valor desta 2ª feira é um exemplo pungente.

Garrafais no alto da página proclamam em meio à montanha desordenada de ruínas a que foram reduzidos os pilares do golpe: ‘Brexit deve ter impacto limitado para o Brasil’  
Sim, tanto quanto um frango desossado da Sadia consegue fazer uma pirueta e parar de pé na Praça dos Três Poderes.

O frango desossado tipo Serra, por exemplo.

A charanga estratégica do golpe desafina mas ele anuncia solene: ‘Distinto público, vamos redefinir a política externa ideológica em direção à maior liberalização dos mercados’.

Dá uma pirueta e se espatifa no picadeiro.

A cercá-lo, leões famintos rugem intenções opostas.

De um lado, a segunda maior economia da Europa tropeja seu não a uniões enlaçadas pelo julgo ortodoxo, na sexta-feira; de outro, instintos protecionistas dos americanos cospem fogo pelas ventas de Donald Trump; mais próximo do seu pescoço, a política espanhola reafirma a impotência das soluções convencionais para tirar a economia do atoleiro neoliberal em que se encontra...Etc.

Estivessem algo menos perplexos, os jornalistas embarcados talvez fizessem uma primeira autocrítica dos muitos anos de certezas graníticas.

Admitir que o único chão firme nesse momento são as reservas de US\$ 370 bilhões que o ‘lulopetismo’ acumulou, sob o bombardeio da crônica neoliberal, seria um bom começo.  
Mas os tempos são turvos demais para a clareza dos espíritos.

Na Inglaterra, 52% dos eleitores resolveram dar um passo à frente caminhando dois para trás: por uma diferença de 1.269.000 votos, a consulta popular da última sexta-feira decidiu a saída do país da União Europeia.

Dois dias depois, a Espanha foi às urnas pela segunda vez desde dezembro: do Podemos, que decepcionou, ao conservador PP, que venceu, sem liderar, nenhuma força saiu daí mandatada para dar um rumo novo ao ocaso econômico e social em que se encontra o país, após oito anos de terapêutica neoliberal.

Nos EUA, o bafo morno das tempestades traz uivantes advertências de um conservadorismo que já não controla mais a criatura, com jeito de ‘anos 30’, como diz a Economist, que germina em seu ventre. O desmonte que se aplica a contrapelo das urnas no Brasil deveria ser analisado à luz da gravidade pedagógica do curso tomado pela história nas últimas horas.

Sobretudo os senadores que em breve decidirão um processo ilegítimo de impeachment deveriam se perguntar: ‘Esgarçada a democracia, o que restará à nação?’

Não é precisa ser de esquerda para sopesar e refletir a gravidade do que se divisa do mirante da convulsão global: basta ser lúcido, contemporâneo e consciente das responsabilidades públicas com o futuro brasileiro.

Quantos desses há no Senado brasileiro?

O neoliberalismo revivificado aqui como diretriz ‘legitimadora’ do golpe , esfumou-se como alternativa de organização social e econômica na segunda principal economia da Europa.

Ao mesmo tempo e com igual intensidade, reafirmou o dano colateral da fragmentação política que se instala em sociedades submetidas a sua dieta, como mostra o caso do ‘ajuste espanhol’.

Receitas de supressão de direitos, empregos e gastos públicos, em nome de uma ‘contração expansiva’ a cargo do capital privada que nunca acontece, fazem água em todas as latitudes. Será o Brasil a exceção?

A experiência do mundo lança alertas à direita e à esquerda.

O desacorçoo, desprovido de um contraponto político alternativo à rendição neoliberal, levou o ambiente partidário espanhol à um círculo de ferro de indiferenciação e descrédito.

A indignação difusa da Praça do Sol ainda não foi suficiente para rompê-lo.

Como um touro ferido, a democracia espanhola vagueia à procura de um projeto de futuro. A incapacidade da política de dizer não ao mercado mantém a sociedade na UTI há oito anos, onde acumula 21% de desemprego (44% entre os jovens), um PIB quase 6% inferior ao de antes da crise e a mumificação progressiva do tecido social, sob a ação medicamentosa que ora se anuncia aqui como a salvação da lavoura.

A dinâmica global colide de maneira ostensiva com o que diz a manchete do jornal Valor desta 2ª feira, cujo maior pecado não é barrigada jornalística.

O que de pior a mídia inocula no discernimento brasileiro é a interdição ao debate ecumênico do desenvolvimento, em nome de uma certeza ortodoxa desprovida de laços com a realidade.

O vigamento ideológico da pauta neoliberal, a crença de que o Estado menor fará a sociedade melhor, não entregou o que prometeu.

Após quatro décadas de supremacia quase absoluta do seu credo, as grandes multidões cansaram de esperar pelos milagres do Messias Mercado.

A desilusão jorra pela sarjeta dos bairros pobres e remediados nos quatro cantos do mundo, que sempre estiveram ali e dali não mudaram para melhor.

Regurgita igualmente seu explosivo descrédito nos novos aglomerados decadentes, como o cinturão da ferrugem nos EUA.

Ferrugem industrial e mal-estar social.

Protótipo de cemitério fabril, em seu pórtico reluz o vaticínio a outros milhões de distritos operários do planeta, encarcerados na mesma lógica da liberdade para as coisas mortas e servidão para as vivas. O paradoxo segue uma receita universal.

Desguarnecer a manufatura local, baratear importações dos clusters asiáticos, desencadear sucessivas contrapartidas de arrocho mitigatório e supressão de direitos, enxertar o vírus da pobreza e do desemprego nas famílias assalariadas, sepultar seu destino e o do país no definhamento tecnológico estrutural, consagrado como fatalidade diante da intocável liberdade para os capitais.

‘Nós que aqui estamos por vós esperamos’, dizem seis de cada sete norte-americanos, que ademais de não terem curso universitário, também não tem emprego nos dias que correm.

Formam eles a base do eleitorado que desistiu de esperar por uma solução ‘de mercado’.

Passaram a enxerga-la, perversamente, na mais arrematada personificação do seu algoz: o protecionismo regressivo, xenófobo, fascista, racista, preconceituoso e excludente.

Ou apenas, Donald Trump.

Seu sucesso reafirma, por caminhos contrapostos, a indissociável importância para a democracia da inserção produtiva sólida das famílias assalariadas, da sua identidade histórica e da correspondente organização de classe em torno de valores e direitos sociais compartilhados.

A mesma pobreza desgarrada que enxerga luz na escuridão vendida por Trump, optou pelo Brexit na Inglaterra e se rendeu ao desalento do ‘tanto faz isso ou aquilo’ na Espanha, neste domingo.

O cheiro de morte que empestia o mundo desde a crise de 2008 se espessa na putrefação da pele política.

Vive-se a experiência de uma crise capitalista sistêmica que não gerou as forças de ruptura para a sua superação.

O resultado é a treva.

Essa que ‘ilumina’ as escolhas observadas nas últimas 72 horas e cujo poder contagioso equivale ao da peste negra –dos camisas negras— em outro divisor histórico.

A trinca aberta entre a base da sociedade e aqueles que deveriam vocalizar o conflito, mas, sobretudo, a negligência deliberada com a organização e o esclarecimento adequado dessa base, redundou no paradoxo infernal.

Não é um alerta difuso.

Cai como uma luva no Brasil.

Uma crise capitalista sistêmica que não gera forças de ruptura para supera-la encontra seu condottiere nas expressões mórbidas do próprio capitalismo.

O resultado é a virulência do que se busca despejar nos ombros das famílias assalariadas de todo o planeta.

E desde 12 de maio também nas do Brasil.

O país que em 1988 promulgou uma Constituição garantidora de direitos sociais e trabalhistas, a contrapelo da voragem neoliberal então avassaladora no planeta, engata mais uma viagem na contramão do tráfego histórico.

A diferença agora é que isso se faz em frontal contradição com os interesses da maioria da população. E no lugar de uma repactuação constituinte, a bordo de um golpe de Estado. A legitimidade para isso? As contas viciadas de uma plutocracia sonegadora para a qual a Carta Cidadã não cabe no orçamento da nação.

O pulo do gato do esbulho – aquilo que o diferencia de uma ditadura clássica-- é usar o combate seletivo à corrupção como biombo para a repressão política inerente à regressão social. É disso que cuida o califado de Curitiba.

Não fosse por esse achado –para o qual contribuiu o mergulho petista no universo do caixa 2 eleitoral—seria preciso chamar de volta a OBAN para dobrar a resistência à usurpação. Basta Moro, por enquanto.

A corrupção endógena a um sistema político fragmentado para dar ao dinheiro o comando do todo, não é o único fator de desmoralização da democracia.

A subordinação do Estado ao mercado avulta como a principal fonte da descrença do nosso tempo na política, nos partidos e no voto.

É isso que estão dizendo os ingleses cuspidos do paraíso dos livres mercados prometido por Thatcher em 1979, no qual nunca couberam.

A exclusão é um requisito à estabilidade da geringonça. Será mesmo?

Quatro décadas de neoliberalismo esfarelaram a classe média dos EUA e desmontaram o estado do Bem-Estar europeu.

A renda real da outrora afluyente classe média gringa encontra-se estagnada no nível de 1977, tendo o PIB crescido 50% no período.

Nunca a desigualdade foi tão extremada como agora na sociedade mais rica da terra.

A tese neoliberal de que a concentração em cima, vazaria a riqueza por gravidade para baixo, chocou uma falácia.

A fatia da renda nas mãos dos 20% mais ricos nos EUA chega hoje a 55% do total; evoluiu na razão inversa na base da pirâmide.

Não é menos regressivo o quadro europeu.

Pesquisas mostram que a diferença entre um rico e um pobre na sociedade europeia era de 1 para 12, em 1945; passou de 1 para 82, em 1980; é de 1 para 530 atualmente.

Em toda a UE, apenas os dilacerados mercados de trabalho de Portugal e Grécia pagam salários médios mais baixos que aqueles recebidos pelos trabalhadores ingleses, que votaram maciçamente no Brexit, na última sexta-feira.

São ingleses, também, os experimentos mais radicais de desregulação do mercado de trabalho em curso na UE.

A mão de obra ‘just in time’, como já observou Carta Maior neste espaço, é uma dessas modalidades ultraflex, acalentadas aqui pelos paladinos da terceirização total.

A nova tecnologia trabalhista reduz o empregado a um insumo requisitado da rua apenas quando a demanda imediata o exige.

Somente o tempo de uso estrito pela engrenagem produtiva será remunerado.

É melhor que a senzala.

Há 700 mil ‘insumos humanos’ desse tipo no capitalismo britânico, sendo a modalidade de ‘emprego’ que mais cresce na terra de Shakespeare, onde a decadência laboral e o fastígio da riqueza financeira pareciam conviver funcionalmente, até a abertura das urnas no dia 24.

O que esse conjunto de martírios e recusa nos diz é que um ciclo está se fechando na sociedade capitalista no século XXI.

A supremacia financeira insaciável perdeu a capacidade de girar a roda da história na direção das necessidades objetivas e psicológicas da humanidade.

Engasgado na própria saliva, o neoliberalismo regurgitar a autodissolução em manifestações de extremismo conservador.

O desenlace permanece em aberto em todo o mundo, a evidenciar uma mudança de época que não encontrou ainda um protagonista capaz de virar a página do calendário.

Não há escolha fácil nesse ambiente difícil, assoalhado de chão mole por todos os lados. O terremoto deve sacudir o sonambulismo da esquerda mundial a partir de agora.

A demanda por recheios distintos da rendição aos mercados vai acabar produzindo a sua oferta.

Mas o tempo para a resposta democrática encurtou.

Uma heroica renovação da esquerda, ou a sua não menos trágica extinção em benefício de manifestações totalitárias emergentes, é o que pulsa no monitor da história.

O anacronismo temerário da agenda golpista no Brasil estreitou adicionalmente o tempo dessa escolha entre nós.

### **O Brasil entre o Napoleão e a Urna – de 28/08/16**

O golpe parlamentar desautorizou 54 milhões e quinhentos mil votos e privou a democracia de seu fundamental argumento: a vontade soberana do povo –62% desejam novas eleições.

Esse desacerto reduz a nação a um trem que busca seus trilhos no ar.

A corrosão das referências institucionais contaminou o sistema judiciário, que digladia internamente como uma extensão togada da luta política aberta na sociedade.

Pode haver simbologia melhor, mas o nome disso é insegurança institucional.

A que última instância recorrer?

A Associação dos Magistrados do Brasil acaba de rebater as críticas do ministro Gilmar Mendes à Lava Jato, acusando-o de usar um subterfúgio para barrar as operações.

A suspeita não é descabida.

As investigações romperam a linha vermelha do território protegido pelo ativista do STF, cujas fidelidades partidárias e valores relativos dispensam apresentações e desdenham da coerência.

A toga que agora vitupera contra provas obtidas por meios ilícitos --‘no limite vamos admitir a tortura de boa fé?’-- e escarnece de jornalistas dopados por vazamentos --‘como drogados’-- nunca cogitou assim quando o alvo da sanha degenerada era o PT

Tudo mudou quando o caixa das campanhas do PSDB começou a ser revirado pelas delações do empresário Marcelo Odebrecht.

O cofre eleitoral do 'chanceler' José Serra teve seu segredo violado.

Foram contabilizados até agora depósitos da ordem de R\$ 23 milhões, canalizados pela empreiteira à candidatura do tucano em 2010, em contas no país e no exterior.

Mais de R\$ 10 milhões em fluxos conectados a Michel Temer foram informados por outras delações.

A do ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, teria munição para ir muito além disso.

Foi sugestivamente desqualificada por vazamentos pífios, ao que tudo indica, concebidos justamente para esse fim.

O arsenal do empresário comportaria octanagem capaz de varrer meio Congresso e lançar o PMDB e o PSDB a socavões do inferno político, reservados aos pecadores petistas.

Com um agravante: Léo Pinheiro não 'ajudaria' muito o juiz Moro a entregar a principal encomenda que lhe foi feita pelo tridente conservador --a cabeça grisalha de Lula.

A reação de Gilmar Mendes a essas contrariedades não seria intempestiva nem apenas defensiva.

O subterfúgio de que é acusado não visaria exclusivamente desativar uma delação de inconveniências ecumênicas.

É mais que isso.

Para recorrer a um paralelo comum na literatura política sobre processos antropofágicos da luta pelo poder: a investida do magistrado pretende inaugurar um novo ciclo dentro do golpe, o Termidor.

Grosso modo —e guardadas diferenças abissais de personagens e ideologias— o Termidor foi o período da Revolução Francesa que demarcou o fim do Comitê de Salvação Pública, dirigido por Robespierre, quando a guilhotina agiu sobre os inimigos do regime com uma sanha de fazer o Estado Islâmico parecer um bebê de colo.

Gilmar opera um Termidor que institucionalize o golpe, confine a guilhotina ao PT e anistie os demais pescoços da corrupção constitutiva que assaltou o poder.

Moro, nosso Robespierre de Curitiba, e os promotores que se automearam o Comitê da Salvação Pública da nação, poderão continuar afiando a lâmina do Terror no pescoço do PT.

Mas o julgamento do Senado deveria demarcar, pela agenda do Napoleão togado, o fim dos campos indivisos sobre os quais a República jacobina de Moro pretendia estender sua faxina.

É nisso que consiste a sublevação napoleônica.

Circunscrever a energia justiceira ao tanquinho de areia de ossos moídos da esquerda não será fácil. O recorte desmoraliza toda ação pregressa do ‘Comitê da Salvação Pública, e do Robespierre’ curitibano, confirmando suspeitas de que sua carpintaria ética reservava a guilhotina de aço para a esquerda e a lamina de veludo para a direita.

Quando as togas de uma nação se esgarçam assim na luta política, os marcos institucionais se dissipam, o risco de a sociedade perder as referências essenciais é enorme.

Onde fica o Estado de Direito?

Onde ele começa, onde acaba?

Na dúvida, a quem recorrer?

Qual juiz? O Napoleão tucano do Supremo? Ou os acoelhados companheiros de toga?

O Brasil foi coagido pela sofreguidão golpista a embarcar num trem fora dos trilhos institucionais.

O descarrilamento acontece em meio a uma difícil transição de ciclo econômico, radicalizada pela crispação política, quando do que mais se necessita é de solidez democrática para repactuar o futuro.

É mais curta do que se imagina a travessia dessa desordem para o Estado de exceção.

O processo de votação do impeachment no Senado termina agora, mas não a encruzilhada que ele ecoa e acentua.

Um improvável gesto de grandeza de congressistas democráticos poderia recolocar as instituições à altura das provas cruciais enfrentadas pela nação neste momento.

Oitenta e um representantes do povo guardarão para sempre na biografia as escolhas que fizeram diante da límpida disjuntiva posta pela história.

Jogar o país em um ciclo de exceção, revestido de incertezas, regressões e confrontos imprevisíveis, ou estender a mão a uma pacificação, devolvendo a nação aos trilhos da legalidade?

A rota de colisão é a desenhada pelo Napoleão de toga.

A da superação histórica implicaria o compromisso com a Presidenta legítima para devolver às urnas --ao povo-- a delicada obra da repactuação do desenvolvimento, capaz de reordenar o passo seguinte do comboio brasileiro.

É sempre bom lembrar: a história só se repete como farsa.

O Napoleão de toga que pretende circunscrever a guilhotina aos pescoços vermelhos, não fala pelo futuro, não representa a rua, nunca expressará o povo e a nação.

Ele opera a restauração de um projeto globalmente esgotado, de nações descarriladas, engatadas à máquina doida dos mercados desregulados.

Essa viagem não levará a sociedade a solucionar nenhuma de seus desafios mais agudos, dos quais a reforma do sistema democrático e a repactuação política do desenvolvimento figuram como requisitos.

As consequências das decisões antidemocráticas, antissociais e antinacionais que isso catalisa, serão cobradas muito rapidamente dos que preterirem o povo quando a gravidade da hora pedia que se devolvesse a ele o comando do destino nacional.

A memória das tragédias históricas é inoxidável: os usurpadores de hoje terão que prestar contas de suas escolhas aos tolhidos de sempre.

Vargas deixou essa lição há 62 anos. Por escrito. E à bala.;

Parece que a elite não leu, nem ouviu.

É tempo de lembrar, porque o povo nunca a esqueceu.

### **Golpe empurra a nação para uma noite de São Bartolomeu – de 30/08/16**

Um golpe não começa na véspera; nem define a sua sorte na manhã seguinte a do assalto ao poder.

A participação segura e serena, mas assertiva da Presidenta Dilma na sessão desta segunda-feira, no Senado, surpreendeu os que imaginavam jogar ali a pá de cal em seu mandato.

O que se viu, ao contrário, foi uma chefe de governo no perfeito domínio de suas atribuições. Dilma Rousseff se agigantou.

Diante de senadores apequenados, a repetir irrelevâncias como subterfúgio, ela escancarou a inexistência de motivos reais para condená-la, exceto o cobiçado assalto ao poder, dos que foram rejeitados pelas urnas.

Longe de ser o fim, a tentativa conservadora de inocular prostração na resistência democrática, marcou ali uma etapa dentro de uma escalada.

Os recados explícitos nas manchetes preparatórias para o ‘desfecho’ frustrado são igualmente ilustrativos dessa progressão.

Faz parte da espiral calcificar um partido de trabalhadores, inviabilizar sua estrutura, reduzir a cinzas as principais lideranças.

A existência altiva de uma organização de trabalhadores constitui um freio inestimável às arremetidas da barbárie em qualquer época, em qualquer sociedade.

Dá o golpe dispensar à destruição do PT – de Dilma e Lula-- uma centralidade equivalente a atribuída à revogação do direitos sociais e trabalhistas exigidos pelo mercado.

O seletivo afinco do juiz Moro em atender à primeira demanda é um requisito para viabilizar a segunda.

O estrago já produzido em direitos e garantias deve servir à reflexão de dirigentes do PT, mas também aos que desdenharam das consequências que a caçada acarretaria a todo o campo progressista.

O julgamento do impeachment, insista-se, é só um ponto da espiral regressiva em curso.

O golpe de 1964 levou quase cinco anos para encontrar um chão ‘institucional’ baseado no terror, na tortura e na censura.

O ‘1964 parlamentar’ de agora continuará distante do seu modus operandi, mesmo depois da votação final nesta 4ª feira (31/08), e por uma razão bastante forte.

A raiz da disputa não são obviamente as pedaladas. Mas, sim, a delicada reordenação do desenvolvimento brasileiro, em meio ao esgotamento da ordem neoliberal, o que requisita um poder de coordenação econômica, e de planejamento

democrático, rechaçado pelos que sempre enxergaram no Estado a extensão de seus interesses privados.

O jogo, portanto, está em aberto, não sendo temerário prever como inevitável o aguçamento das contradições e dos conflitos no período que se abre.

Com um agravante.

Inabilitadas pela ruptura da legalidade, as instituições mediadoras, a exemplo de uma parte ostensiva do judiciário, estão reduzidas a coadjuvantes do assalto ao poder.

A predominar a lógica do golpe, a aliança da mídia com a escória e o dinheiro vai empurrar a nação para uma ‘noite de São Bartolomeu’.

O epíteto remete à jornada sangrenta de agosto de 1572, em Paris, quando milhares de protestantes, força política em ascensão, foram trucidados pela nobreza católica incrustada na hierarquia da Igreja.

A matança religiosa escondia a disputa pelo poder na economia e na sociedade.

Após quatro derrotas presidenciais sucessivas, sendo a última, em outubro de 2014, com seu quadro supostamente mais palatável, as elites decidiram não esperar por um quinto revés para Lula, em 2018.

E abriram caminho para a sua ‘noite de São Bartolomeu’.

Fizeram-no, como se constata na escalada vertiginosa do cerco ao PT e do atropelo ao Estado de Direito, convictas de que só escavando um fosso profundo na ordem constitucional teriam o poder necessário para a demolição requerida.

Qual?

Aquela capaz de transformar a construção inconclusa de um Brasil para todos, na recondução da ordem e do progresso para os de sempre.

O golpe apunhala a democracia para atingir o interesse popular.

Não deixam dúvida os recados emitidos para lubrificar a simpatia dos mercados à borrasca.

Vem aí um vergalhão de privatizações de serviços essenciais, informou, domingo, o jornal O Globo, um porta-voz credenciado do assalto.

Em garrafais apoteóticas, o diário dos Marinheiros avisa que de creches a prisões, passando por hospitais, saneamento, desapropriações, tudo no Brasil será entregue à gestão privada.

Um pouco mais adiante será a vez de aleijar a soberania nacional no pre-sal, descartando uma alavanca industrializante como anacronismo populista.

Assim sucessivamente.

O Sistema Único de Saúde será descarnado para abrir espaço ao ingresso dos planos populares no mercado; a universidade pública está na fila da guilhotina e os direitos trabalhistas da CLT não terão vida longa se na 4ª feira, 31/08, a votação do impeachment consumir a degradante obra de um congresso contra o povo.

Os acontecimentos em marcha vieram reafirmar a rigidez da fronteira onde acaba a tolerância do dinheiro e do mercado com o projeto de construção de uma sociedade mais justa na oitava maior economia do planeta.

‘A democracia prometeu mais do que o capitalismo pode conceder sem mergulhar a economia em uma crise fiscal desestabilizadora’, martelou diuturnamente o jorral midiática, em todo o ciclo introdutório à ‘noite de São Bartolomeu’.

O mercado entendeu que a crise econômica global –diante da qual o governo esgotou o fôlego dos contrapesos fiscais em cinco anos em resistência-- abriu a oportunidade para um acerto de contas.

E quer fazer o serviço completo.

Cortar o mal pela raiz significa estender a sanha regressiva à fonte da universalização de direitos, a Constituição Cidadã de 1988, da qual o PT se tornou o principal guardião

Ter um Estado que trata encargos sociais como estorvo do mercado, por mais que gere uma euforia inicial nos donos do dinheiro, não resolverá as grandes pendências nacionais emolduradas por um pano de fundo desafiador.

O mundo vive a mais longa, incerta e frágil convalescença de uma crise capitalista desde 1929.

E o que mais se evidencia dessa arrastada UTI é a falta que faz agora tudo o que foi subtraído do Estado e do trabalho no ciclo neoliberal anterior à explosão das subprimes, em 2008 – regulações, direitos, soberania, garantias trabalhistas, tributação da riqueza, salários dignos, indução pública do investimento etc.

Assim desprovida e descarnada, a economia global não decola. Ficções de livre comércio enfeitam essa cemitério da estagnação, em que o comércio forma um jogo de soma zero, apenas transferindo excedente de um país para outro.

Não só.

O golpismo midiático que critica a 'irresponsabilidade fiscal petista', omite a pressão global de gastos em uma crise que levou à queda vertical da receita, elevando de 78% para 105% a relação dívida pública/PIB nas economias mais ricas –ao mesmo tempo em que a participação dos salários no PIB global recuou: hoje é 10% inferior à média dos anos 80.

A conclusão é incontornável.

Falta investimento, falta demanda e emprego no capitalismo globalizado do século XXI. E é esse corner macroeconômico que o golpe quer mimetizar para barrar reformas e retificações de privilégios --tributários, entre eles-- necessárias ao passo seguinte do crescimento nacional.

A resposta conservadora para o impasse é a 'noite de São Bartolomeu': vinte anos sem crescimento real nos gastos públicos, incluindo-se a escola e a saúde, o que num país jovem em expansão demográfica, significa na prática arrocho per capita por duas décadas em serviços essenciais.

Graças ao monopólio midiático, esse agendamento interditou o debate de uma delicada transição de ciclo econômico para a qual não existe solução fora da repactuação da sociedade.

A manipulação avaliza soluções que privilegiam os mercados, impõe uma verdadeira regressão civilizacional ao país, corrói aquilo que tão arduamente se reconquistou, a autoestima e o direito à esperança no futuro. O que sobra?

Uma ruptura mais profunda do que a mera destituição de um Presidente da República.

De diferentes ângulos da economia e da democracia emergem avisos de saturação estrutural.

Um novo ciclo de desenvolvimento precisa ser construído. Quem o conduzirá: a democracia ou um regime de força?

Em 1964, a transição rural/urbana impulsionada pela ditadura militar criou uma irrepetível válvula de escape momentânea para as contradições violentas de uma sociedade que já não cabia no seu modelo anterior.

Mesmo com essa válvula de escape, a repressão do regime foi brutal.

Hoje não há fronteira geográfica 'virgem' para amortecer a panela de pressão da nova encruzilhada do desenvolvimento brasileiro.

As legiões que não cabem nele serão escorraçadas pela explosiva supressão de direitos que se anuncia, sendo atiradas a uma periferia constitucional coagidas a reagir de forma explosiva ou perecer.

Erra esfericamente também quem imaginar que esse estirão pode ser mitigado com a maciça entrega do que sobrou do patrimônio público, depois do governo do PSDB.

Privatizações concentram ainda mais a renda; definham adicionalmente o já enfraquecido poder indutor do investimento público, reduzem a receita do Estado. Radicalizam, enfim, o que o país mais precisa superar.

A reedição de um novo '1964' em 2016 exigiria, ademais, uma octanagem fascista drasticamente superior à original, para prover o aparelho de Estado do poder de coerção necessário à devolução da pasta de dente que já escapou do tubo.

Não há uma terceira escolha.

Voltar às urnas na esteira de forte mobilização da sociedade; ou entregar a nação a uma 'noite de São Bartolomeu' de desdobramentos incontroláveis?

Essa é a disjuntiva.

A farsa do julgamento da Presidenta Dilma Rousseff, não vai muda-la, nem resolvê-la. Essa tarefa cabe à resistência democrática.

E ela terá que ser construída nas ruas, a partir de agora, com a firmeza e a determinação de uma desassombrada volta às origens, para forçar a elite a reconhecer o direito do povo ao país.

### *Le Monde*

#### **L'INQUIÉTANTE DÉGRINGOLADE DU BRÉSIL – de 03 /03/16**

Editorial. *Entre crise morale, discrédit politique et déliquescence économique, le pays, prospère et conquérant sous la présidence de Lula, est aujourd'hui mis à rude épreuve.*

Lorsqu'il s'est confié à ses avocats, en mars 2014, Alberto Youssef, malfrat à la réputation de bon vivant, arrêté pour ce qui allait devenir le « scandale Petrobras », avait prévenu: « *Les gars, si je parle, la République va tomber.* » L'anecdote résonne cruellement aujourd'hui. Le Brésil, prospère et conquérant lors des deux mandats de Luiz Inacio Lula da Silva, dit « Lula » (2003-2010), offre désormais le spectacle désolant d'un pays en déliquescence économique, politique et morale.

Le scandale Petrobras n'en finit plus de dévoiler un système de corruption tentaculaire. Sénateurs, députés, hommes d'affaires sont poursuivis ou éclaboussés par le trucage des appels d'offres lancés par le groupe public pétrolier. L'ex-idole des classes populaires, Lula, n'est pas épargnée, même si aucune preuve ne l'accuse encore. Rien, non plus, ne compromet explicitement sa successeure, Dilma Rousseff. Mais les enquêtes se rapprochent de l'un comme de l'autre et font trembler tout Brasilia.

Jour après jour, sous le feu des médias, les fuites de l'affaire Petrobras témoignent de l'incurie d'une grande partie de la classe politique. Le Parti des travailleurs (PT, gauche) de Lula et Dilma Rousseff, et son allié au sein de la coalition gouvernementale, le Parti du mouvement démocratique brésilien (PMDB, centre), sont les principales victimes du discrédit. Mais aucun des grands partis n'échappe à la défiance d'électeurs écœurés.

Ce terrible gâchis politique aggrave une situation économique déjà mise à mal par la chute du prix du pétrole et des autres matières premières dont est si bien doté le pays. Ainsi, l'annonce, jeudi 3 mars, de la chute du produit intérieur brut de 3,8 % en 2015 – sans précédent depuis un quart de siècle – n'a guère surpris les experts. Et 2016 ne s'engage pas mieux. L'inflation, le chômage, la chute du real menacent de faire disparaître les acquis des années Lula pour les classes moyennes et populaires.

### **BRÉSIL: CECI N'EST PAS UN COUP D'ÉTAT – de 30/ 03/16**

Révolte des classes moyennes, récession économique et retour de l'inflation, partis au pouvoir gangrenés par la corruption et présidente menacée d'une procédure de destitution, au point qu'elle doit annuler un déplacement aux Etats-Unis. Après un début de siècle flamboyant, le Brésil traverse une crise sans précédent, qui eût conduit dans des temps pas si anciens à un coup d'Etat. Mais, justement, ces temps sont révolus et l'heure n'est plus aux dictatures militaires soutenues en sous-main par la CIA.

C'est pourquoi la rhétorique utilisée par la présidente brésilienne, Dilma Rousseff, son prédécesseur, Luiz Inacio Lula da Silva, et le Parti des travailleurs (PT) est fâcheuse. Poursuivis par la justice ou menacés de destitution, acculés politiquement, ils dénoncent un « coup d'Etat », orchestré par les élites, les médias et des juges aux ordres. Certains dirigeants du PT vont jusqu'à parler d'un « coup d'Etat constitutionnel », parfait exemple d'oxymore ou de contradiction dans les termes.

La destitution du chef de l'Etat est prévue et encadrée par la Constitution brésilienne. Il existe un précédent, la procédure engagée contre le président Fernando Collor de Mello (1990-1992), accusé de corruption. A l'époque, loin de crier au putsch, le PT était du côté de la rue, qui s'était manifestée massivement pour exiger le départ du chef de l'Etat. Ce dernier avait fini par démissionner, remplacé par son vice-président, Itamar Franco : dénué de charisme, ce dernier avait réussi à préserver les institutions.

Parler de coup d'Etat dans un pays sorti il y a à peine trente ans d'une dictature militaire relève d'un amalgame douteux. Le putsch de 1964 s'était traduit par la suspension des droits civiques et des libertés, la mise en place d'une justice militaire pour des civils, l'emprisonnement et la torture pour les opposants, la censure de la presse, puis des exécutions sommaires. Dilma Rousseff et l'ancien syndicaliste Lula le savent, qui en furent les victimes. On attendrait d'eux un meilleur choix des mots.

### **BRÉSIL AU BORD DE LA RUPTURE – de 18/04/16**

Le vote en faveur de la destitution de la présidente Dilma Rousseff est une mauvaise nouvelle pour le Brésil. Si le Sénat, qui doit se prononcer en mai, confirme la procédure lancée par la Chambre basse, lundi 18 avril, M<sup>me</sup> Rousseff sera, après

Fernando Collor de Mello en 1992, le deuxième chef d'Etat brésilien démis de ses fonctions. Pour une jeune démocratie de trente et un ans, c'est beaucoup.

Si la corruption est au cœur des deux révoltes politiques, Dilma Rousseff, à la différence de M. Collor de Mello, n'est pas suspecte d'enrichissement personnel. Elle est accusée d'avoir usé d'artifices administratifs pour maquiller le déficit budgétaire, un procédé auquel elle n'est pas la première à avoir eu recours.

Mais à travers elle, c'est tout un système qui est mis en cause, une spirale qu'elle n'a pas su contrôler: la gigantesque corruption au sein de la compagnie pétrolière nationale Petrobras, qui a servi de vache à lait au Parti des travailleurs (PT) au pouvoir et à ses alliés, notamment lorsque M<sup>me</sup> Rousseff en était la ministre de tutelle, et une classe politique très largement impliquée dans des malversations multiples.

La décision désespérée de la présidente, il y a un mois, de nommer son prédécesseur et mentor politique Luiz Inacio Lula da Silva au gouvernement pour le sauver de poursuites judiciaires dans un autre scandale de corruption n'a fait qu'aggraver les choses.

#### Retournement spectaculaire de l'économie

Dilma Rousseff paie aussi le retournement spectaculaire de l'économie brésilienne. Le ralentissement de la demande chinoise et l'effondrement des cours des matières premières ont transformé ce géant émergent de l'Amérique latine, flamboyant membre des BRIC (Brésil, Russie, Inde, Chine) qui a réussi, sous le règne de Lula, à tirer des dizaines de millions de gens de la pauvreté, en une économie frappée par la récession et le chômage. Les experts s'attendent, en 2016, à une chute de 3,5 % du PIB, pour la deuxième année consécutive.

### **LE BRÉSIL EN MAL DE CONFIANCE – de 14/05/16**

Editorial. La suspension de Dilma Rousseff de la présidence du pays est le symbole d'un système à bout de souffle.

Une époque s'achève au Brésil, et de la pire manière qui soit. Ce n'est pas anedoctique. Avec plus de deux cents millions d'habitants, le Brésil n'est pas seulement le pays phare de l'Amérique latine. Son produit intérieur brut, qui doit figurer au septième rang du classement mondial, en fait aussi l'une des grandes économies émergentes les plus prometteuses. A quoi on ajoutera que Rio de Janeiro, une de ses villes les plus dynamiques, doit accueillir les Jeux olympiques dans trois mois.

Laborieusement réélue en 2014, la première femme présidente du pays, Dilma Rousseff, a vu ce second mandat brutalement interrompu, jeudi 12 mai, à la suite de manœuvres qui n'honorent pas l'ensemble d'une classe politique brésilienne largement déconsidérée. Officiellement, M<sup>me</sup> Rousseff a été « suspendue » six mois – au terme du vote de 55 sénateurs sur 81, dans la nuit de mercredi à jeudi –, le temps que le Sénat la juge lors d'une procédure de « destitution ».

Comme il est vraisemblable qu'elle aboutisse, M<sup>me</sup> Rousseff quitte sans doute la présidence pour de bon, deux ans et sept mois avant la fin de son mandat. Elle est jugée

non pour un crime, mais pour avoir truqué sa présentation de la loi de finances. En clair, elle a voulu masquer l'importance du déficit budgétaire de l'Etat – on connaît, en Europe, un certain nombre de pays où cette tentation, sinon cette pratique, est assez familière.

#### La pire récession depuis un siècle

En réalité, cette triste affaire est la dernière manifestation d'un énorme malaise provoqué par la mise au jour d'un monde politique largement corrompu, à droite comme à gauche. Il eût sans doute mieux valu des élections : elles n'auront pas lieu avant 2018. Avec pas moins d'une trentaine de partis représentés au Congrès – ce qui oblige la gauche comme la droite à gouverner avec des alliances pour le moins bancales –, c'est tout le système politique brésilien qui semble à bout de souffle.

Le départ de Mme Rousseff marque la fin de treize années d'un pouvoir exercé par le centre gauche, ce Parti des travailleurs (PT) façonné par le président Luiz Inacio Lula da Silva (2003-2010). Le Brésil lui doit sans doute beaucoup et, notamment les Brésiliens les plus pauvres. Mais M<sup>me</sup> Rousseff n'a pas pu ou pas su marier une politique sociale-démocrate à un redressement des comptes publics rendu d'autant plus nécessaire que le pays traverse une crise économique profonde du fait de l'effondrement des cours des matières premières.

Car au malaise politique s'ajoute une forte crise économique. Le pays traverse la pire récession depuis un siècle : l'investissement est au point mort, la consommation stagne. La confiance des investisseurs et des consommateurs paraît durablement entamée, l'ensemble sur fond d'infrastructures souvent défailtantes.

Membre du centre-droit, ancien allié de Dilma Rousseff, chef d'une formation, le Parti du mouvement démocratique brésilien, elle aussi touchée par les affaires de corruption, le vice-président, Michel Temer, 75 ans, assume la présidence jusqu'en 2018. Sa tâche est lourde. Il lui revient de laisser la justice suivre son cours, de rétablir la confiance des agents économiques et de redresser les comptes sans ajouter à la récession.

Il gouvernera avec une majorité où droite et gauche sont représentées et avec une équipe de technocrates. Reste à voir s'il aura le talent requis pour recréer ce dont le Brésil a le plus besoin : la confiance dans ses dirigeants.

#### **LA TRISTE IRONIE DE LA CHUTE DE DILMA ROUSSEFF – de 26/08/2016**

*Editorial. Sauf coup de théâtre, la destitution de la présidente du Brésil sera définitive dans quelques jours. Mais pas à cause de la corruption, dont elle était accusée.*

Première femme présidente du Brésil, Dilma Rousseff vit ses derniers jours au sommet de l'Etat. L'issue de son procès en destitution, ouvert jeudi 25 août au Sénat, ne fait guère de doute. A moins d'un coup de théâtre, la dauphine du bien-aimé président Lula (2003-2010), suspendue de ses fonctions en mai, sera définitivement chassée du pouvoir le 30 ou le 31 août.

Dilma Rousseff a commis des erreurs politiques, économiques et tactiques. Mais son éviction, motivée par des acrobaties comptables auxquelles elle s'est livrée comme bien d'autres présidents, ne passera pas à la postérité comme un épisode glorieux de la jeune démocratie brésilienne.

Pour décrire le processus en cours, ses partisans évoquent un « *crime parfait* ». L'impeachment, prévu dans la Constitution brésilienne, a tous les atouts de la légitimité. Personne, de fait, n'est venu déloger Dilma Rousseff, réélue en 2014, par la force des baïonnettes. L'ancienne guerrillera a elle-même usé de tous les recours légaux pour se défendre, en vain. Impopulaire et malhabile, Dilma Rousseff s'estime victime d'un « *coup d'Etat* » fomenté par ses adversaires, par les médias, et en particulier par la télévision Globo, aux ordres d'une élite économique soucieuse de préserver ses intérêts prétendument menacés par la soif d'égalitarisme de son parti, le Parti des travailleurs (PT).

#### La bête noire d'une partie des Brésiliens

Cette guerre au sommet s'est déroulée sur fond de révolte sociale. Après les « années bonheur » de prospérité économique, d'avancées sociales et de recul de la pauvreté sous les deux mandats de Lula, est venu, dès 2013, le temps des revendications citoyennes. L'accès à la consommation, l'organisation de la Coupe du monde puis des Jeux olympiques n'étaient plus de nature à combler le « peuple ». Il voulait davantage que « du pain et des jeux » : des écoles, des hôpitaux, une police fiable.

Le scandale de corruption à grande échelle lié au groupe pétrolier Petrobras a achevé de scandaliser un pays malmené par une crise économique sans précédent. En plein désarroi, une partie des Brésiliens ont fait du juge Sergio Moro, chargé de l'opération « Lava Jato » (« lavage express »), leur héros, et de la présidente leur bête noire.

L'ironie veut que si la corruption a fait descendre des millions de Brésiliens dans les rues ces derniers mois, ce n'est pas à cause d'elle que tombera Dilma Rousseff. Pire : les artisans de sa chute ne sont pas eux-mêmes des enfants de chœur. L'homme qui a lancé la procédure de destitution, Eduardo Cunha, ancien président de la Chambre des députés, est accusé de corruption et de blanchiment d'argent. La présidente du Brésil est jugée par un Sénat dont un tiers des élus font, selon le site Congresso em Foco, l'objet de poursuites criminelles. Elle sera remplacée par son vice-président, Michel Temer, pourtant censé être inéligible pendant huit ans pour avoir dépassé la limite autorisée de frais de campagne.

Le bras droit de M. Temer, Romero Juca, ancien ministre de la planification du gouvernement intérimaire, a été confondu en mai par une écoute téléphonique datée du mois de mars dans laquelle il réclamait explicitement un « *changement de gouvernement* » pour barrer la route de l'opération judiciaire « Lava Jato ». S'il n'y a pas coup d'Etat, il y a au moins tromperie. Et les vraies victimes de cette tragi-comédie politique sont, malheureusement, les brésiliens.